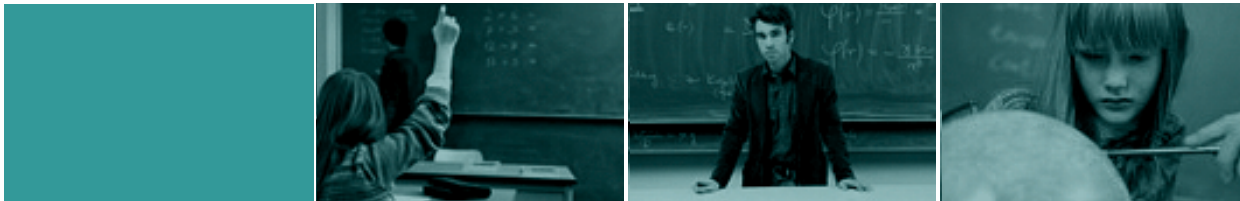


DESTAQUES

ESCOLAS

PROFESSORES

ALUNOS E FAMÍLIAS



Discurso da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, na apresentação do Plano Tecnológico da Educação

23 de Jul de 2007

O Plano Tecnológico da Educação pode resumir-se em duas palavras: modernizar e melhorar. Escola pública como plataforma de acesso universal à informação e ao conhecimento.

O que hoje se anuncia é a abertura de concursos ou de procedimentos administrativos para a aquisição por parte do Ministério da Educação de um conjunto vasto de equipamentos, conteúdos e serviços tecnológicos para dotar as escolas de meios mais modernos para o ensino e para a sua organização.

O plano tecnológico da educação pode resumir-se em duas palavras: modernizar e melhorar.

Modernizar e melhorar a escola, as práticas de ensino e os resultados escolares dos alunos.

Os alvos deste plano são portanto as escolas, os professores e os alunos.

Os objectivos são modernizar a escola e as condições de ensino, melhorar as práticas de ensino e os resultados escolares dos alunos.

Deste plano de intervenção, realço apenas alguns dos equipamentos ou serviços que serão colocados nas escolas:

- sistema de cartão electrónico de aluno a instalar em todas as escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundárias;
- sistemas externos de vigilância e alarme a instalar em todas as escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundárias. A instalação destes sistemas em todas as escolas deverá estar concluída em Abril de 2008;
- aumentar a velocidade de ligação à Internet em todas as escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundárias, bem como nas escolas do 1.º ciclo com mais de 100 alunos, para pelo menos 4Mbites e nas restantes escolas do 1.º ciclo para pelo menos 1Mbite, já a partir de Setembro. O plano prevê que, com o lançamento do novo concurso internacional, um aumento progressivo da velocidade até pelo menos 48Mbites;
- Internet em todas as salas de aula e em toda a escola, biblioteca, recreio e espaço exterior. Isto é a instalação de redes locais que permitam a melhorar as ligações no interior da escola e entre escolas, já a partir de Abril de 2008;
- *Kit* sala de aula: dotar as salas de aula de um quadro interactivo, um computador, um vídeo projector e uma impressora. Até ao segundo trimestre de 2008, serão instalados cerca de 9000 quadros interactivos e mais de 20 000 computadores, vídeo projectores e impressoras;
- computadores em número suficiente para todos os alunos, nas bibliotecas, nas salas TIC, nos centros de recursos, de forma a atingir, já em 2010, a meta de um computador por cada dois alunos.

A produção de conteúdos e o desenvolvimento de plataformas de acesso à informação e ao conhecimento são também dimensões decisivas deste plano tecnológico.

■ [MINISTÉRIO](#)

■ [SERVIÇOS](#)

■ [IMPRENSA](#)

■ [ARQUIVO](#)

▣ [LIGAÇÕES](#)

▣ [MAPA](#)

▣ [CONTACTOS](#)

• [Educação 2006 - 50 Medidas de Política para Melhorar a Escola Pública](#)

• [Calendário Escolar](#)

• [Roteiro de Escolas 2006/2007](#)

• [Currículo nacional e programas](#)

• [Exames e provas de aferição](#)

• [Guia de Acesso ao Secundário](#)

• [Manuais Escolares](#)

• [Museu Virtual da Educação](#)

• [Orçamento](#)

• [Estatísticas da Educação](#)

• [Plano Nacional de Leitura](#)

• [Cartas Educativas](#)

• [Iniciativa Novas Oportunidades](#)

• [Grupo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário](#)

■ [NOTÍCIAS](#)

• [23/Jul Regime de preços convencionados para manuais](#)

No seu conjunto, este Plano integrado dotará as escolas dos meios tecnológicos mais modernos, hoje disponíveis no mercado, permitindo a todas as escolas o acesso a equipamento tecnológico que sustente a modernização dos procedimentos administrativos e pedagógicos, desde a entrada da escola até à sala de aula, passando pela secretaria, a biblioteca, e os espaços de convívio.

Modernizar e melhorar a escola, as práticas de ensino, significa:

- desburocratizar e desmaterializar os actos da matrícula, o registo da informação, as compras e aquisição de serviços de cantina, bar e papelaria: substituir o dinheiro e o papel por um clique;
- facilitar a informação e o contacto entre a escola, os professores e as famílias;
- melhorar as condições de vigilância e de segurança nos espaços exteriores da escola, protegendo a escola e aumentando a confiança dos alunos e famílias;
- permitir aos professores efectivas condições de uso dos computadores em sala de aula, nos processos de ensino e de avaliação, na preparação de aulas e no acompanhamento dos alunos;
- criar condições para um ensino mais participado, no qual se valorizem as dimensões associadas ao fazer e saber fazer e portanto mais exigente no envolvimento dos alunos e no trabalho por eles realizado;
- criar condições para que as tecnologias, os computadores e a Internet sejam ferramentas de ensino transversais a todas as disciplinas, para que sejam efectivas ferramentas de trabalho de professores e de alunos;
- permitir o acesso de todos os alunos à informação e ao conhecimento através dos computadores e da Internet, em condições de igualdade. Sabemos que a grande maioria dos nossos alunos do ensino básico e secundário (65 por cento) não têm acesso em casa a estes meios, que são hoje indispensáveis para o estudo e o trabalho escolar.

Este programa de modernização e melhoria da escola e das práticas de ensino, que abrange todas as escolas permitirá diminuir a desigualdade entre as nossas escolas, elevando o seu nível médio de qualidade, isto é, nivelando por cima.

A qualidade do ensino e dos equipamentos é essencial.

Diria que a qualidade é a primeira condição para que a escola pública seja efectivamente uma plataforma de acesso universal a recursos de informação e de conhecimento, para que contribua efectivamente para mitigar as desigualdades sociais e económicas dos alunos e, sobretudo, para mitigar os efeitos destas desigualdades nos resultados escolares dos alunos.

Para mais informações, consultar documentação distribuída durante a apresentação do Plano Tecnológico da Educação.

- [Análise de modelos internacionais de referência de modernização tecnológica do sistema de ensino \[PDF\]](#)
- [Escola - Plano Tecnológico da Educação \[PDF\]](#)
- [Estudo de Diagnóstico: a modernização tecnológica do sistema de ensino em Portugal \[PDF\]](#)
- [Relatório Anual de Execução do PRODEP III - 2006 \[PDF\]](#)

escolares

- [23/Jul ME cria mecanismos de coordenação para a realização de estudos e inquéritos nas escolas](#)
- [19/Jul Programa do Desporto Escolar para os anos lectivos de 2007/2008 e de 2008/2009](#)
- [14/Jul Lista de Manuais Escolares adoptados para o próximo ano lectivo](#)
- [13/Jul Exposição sobre cursos profissionalizantes](#)



[D]

Verificação: [W3C Valid XHTML](#) | [W3C Valid CSS](#) | [UMIC Web@x](#) | [HERA](#) | [Tawdis](#) | [Cynthia](#) | [webXact](#) ; Motor: [nPublisher](#)



Escola

Plano Tecnológico da Educação

23 de Julho de 2007



ENQUADRAMENTO

Estratégia de Lisboa

Tornar a Europa a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo

Aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e formação

Desenvolver competências para a Sociedade do Conhecimento

Assegurar acesso universal às TIC

Tornar a aprendizagem mais atractiva

Reforçar as ligações com o mundo do trabalho

Objectivos ME

Garantir o apetrechamento informático das escolas

Apoiar o desenvolvimento de conteúdos digitais

Apostar na formação de professores em TIC

Promover a generalização de portfolios de actividades em suporte digital

Fomentar o desenvolvimento e uso das TIC por cidadãos com necessidades especiais

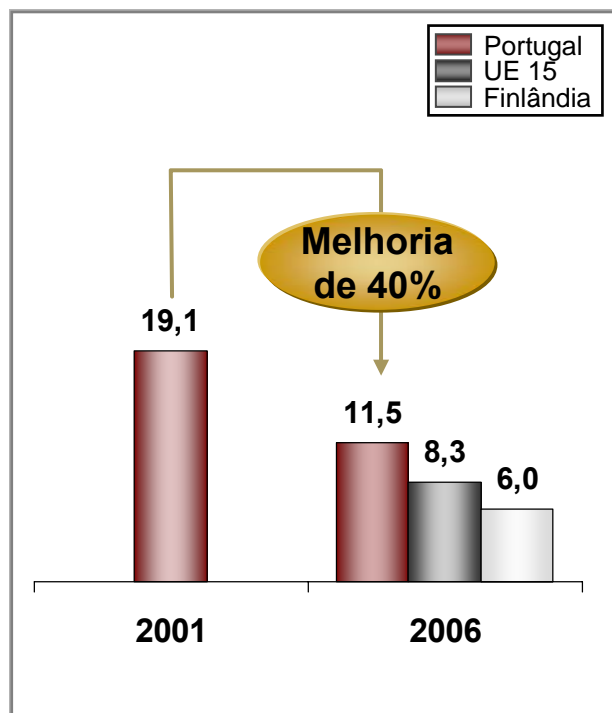
Identificar e divulgar exemplos de boas práticas

Promover o uso de *open source*, reforçar a segurança e a fiabilidade dos sistemas TIC

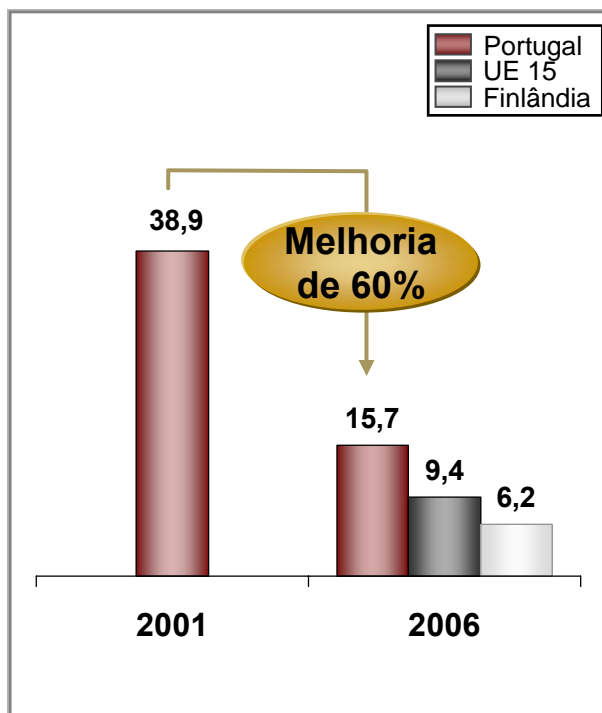
A Europa definiu um conjunto ambicioso de objectivos para a modernização da educação

ENQUADRAMENTO

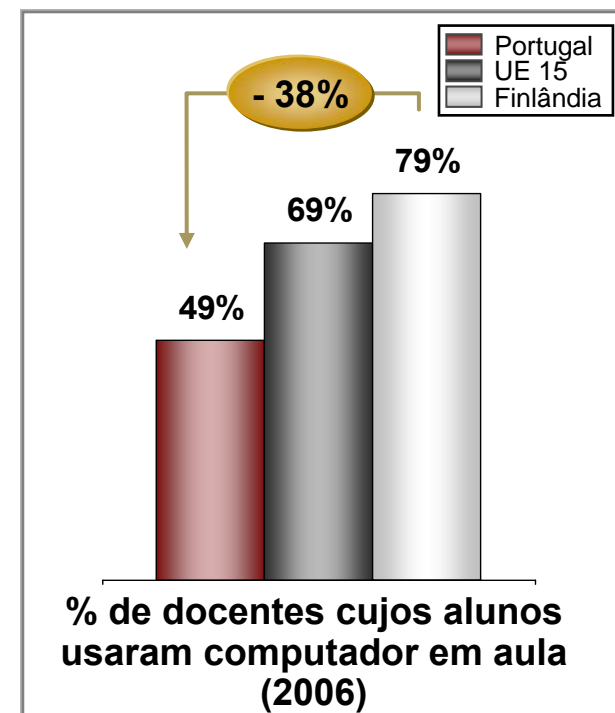
Número de alunos por computador



Número de alunos por computador ligado à Internet



Utilização das TIC em sala de aula



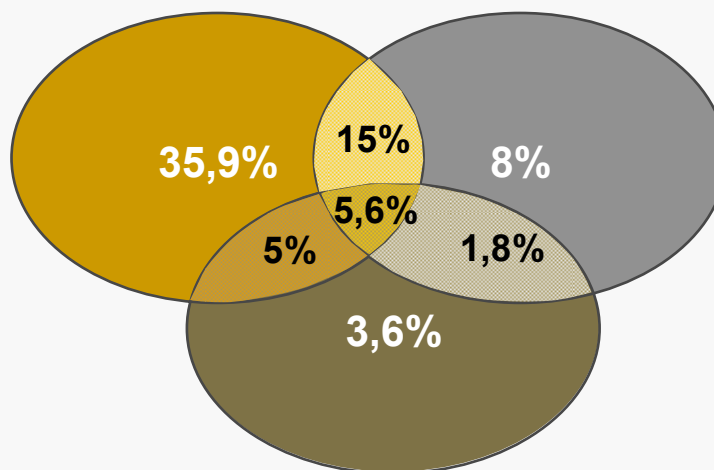
Portugal registou uma melhoria muito significativa na utilização das TIC. Mas ainda há um caminho a percorrer.

CONSTRANGIMENTOS À MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Barreiras ao uso de computadores e Internet nas escolas em Portugal

Acesso (61,5%)

- Nível de equipamento das escolas com TIC
- Velocidade de acesso à Internet



Competências (30,4%)

- Utilização de TIC
- Confiança na utilização de TIC

Motivação (10,4%)

- Atitude positiva face à utilização de TIC e seus benefícios para o ensino

Não existem barreiras à utilização = 25,1%

Os principais obstáculos à modernização tecnológica do ensino prendem-se com insuficiências da infra-estrutura TIC

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO DIAGNÓSTICO

Limitações à modernização tecnológica do ensino

Tecnologia	Conteúdos	Formação
Parque de computadores insuficiente e desatualizado	Escassez de conteúdos digitais e aplicações pedagógicas	Formação de docentes pouco centrada na utilização das TIC no ensino
Reduzida dotação de equipamentos de apoio	Plataformas colaborativas com utilização e funcionalidades limitadas	Ausência de certificação de competências TIC
Banda larga com velocidades reduzidas e abrangência limitada	Gestão da escola pouco informatizada	Insuficientes competências para garantir apoio técnico
Redes de área local não estruturadas e ineficientes		
Preocupação crescente com segurança nas escolas		
Apoio técnico insuficiente	Reduzida utilização de e-mail como canal de comunicação	

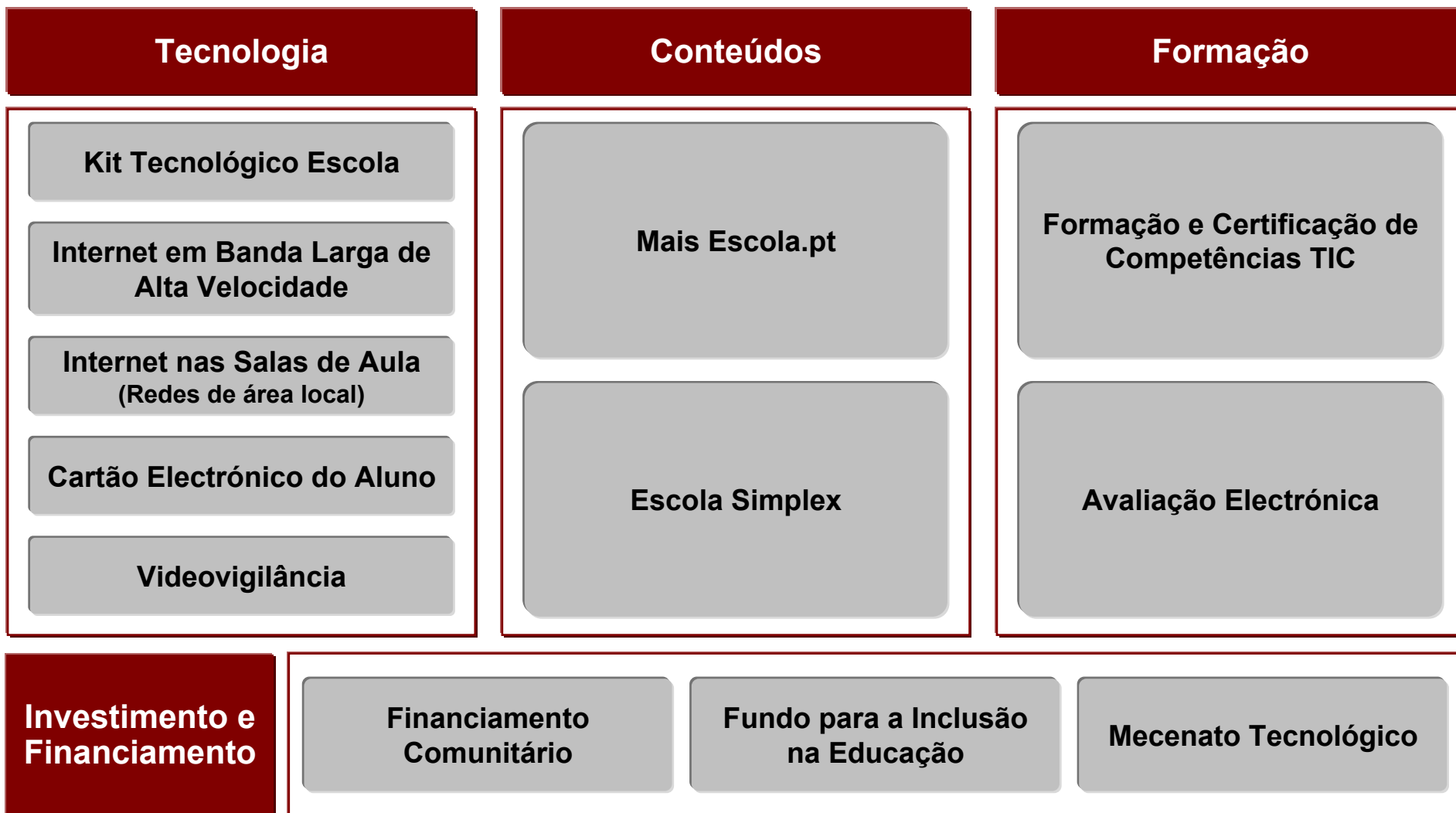
VISÃO E OBJECTIVOS

Visão

Colocar Portugal entre os cinco países Europeus mais avançados na modernização tecnológica do ensino em 2010

Objectivos	Média UE15 (2006)	Portugal (2007)	Portugal (2010)
Ligação à Internet em banda larga de alta velocidade	6 Mbps	4 Mbps	≥ 48 Mbps
Número de alunos por PC com ligação à Internet	8,3	12,8	2
Percentagem de docentes com certificação TIC	25%	-	90%

PLANO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO – EIXOS DE ACTUAÇÃO



PROJECTOS

Kit Tecnológico Escola

Conceito

- Quadros interactivos, computadores com ligação à Internet, impressoras e videoprojectores: reforçar o parque de equipamentos em sala de aula

Objectivos

- 2 alunos por computador com ligação à Internet em 2010
- Melhorar o rácio de alunos/computador com ligação à Internet de banda larga

Destinatários

- Escolas básicas com 2, 3 e escolas com secundário

Operacionalização

- Implementação progressiva
- Início do processo para aquisição: Julho de 2007
- Em Setembro de 2007 será colocado nas escolas o primeiro lote de equipamentos

PROJECTOS

Internet em Banda Larga de Alta Velocidade

Conceito

- Aumentar a velocidade de acesso das escolas à Internet de banda larga para, pelo menos, 48Mbps até 2010

Objectivos

- Todas as escolas com, pelo menos, 48Mbps até 2010
 - 4Mbps em Setembro de 2007
- As escolas do 1.º Ciclo com menos de 100 alunos terão 1Mbps em Setembro de 2007

Destinatários

- Escolas básicas e secundárias

Operacionalização

- Implementação progressiva
- Novo Concurso Público Internacional: Agosto de 2007

PROJECTOS

Internet nas Salas de Aula Redes de Área Local

Conceito

- Garantir o acesso à Internet em todas as salas de aula e em todos os espaços escolares

Objectivos

- Permitir que alunos e professores utilizem a Internet nas salas de aula

Destinatários

- Escolas básicas com 2, 3 e escolas com secundário

Operacionalização

- Início do processo para aquisição: Julho de 2007
- Adjudicação: Outubro de 2007
- Conclusão: 2.º Trimestre de 2008

PROJECTOS

Cartão Electrónico do Aluno

Conceito

- Generalizar o uso de cartão electrónico de aluno com funcionalidades de controlo de acessos, registo de assiduidade e porta-moedas electrónico

Objectivos

- Aumentar a eficiência e segurança nas escolas

Destinatários

- Escolas básicas com 2, 3 e escolas com secundário

Operacionalização

- Convite à participação de instituições bancárias: Julho de 2007
- Conclusão: 2.º Trimestre de 2008

PROJECTOS

Videovigilância

Conceito

- Dotar todas as escolas de sistemas de alarme e de videovigilância

Objectivos

- Aumentar a segurança de bens e pessoas nas escolas

Destinatários

- Escolas básicas com 2, 3 e escolas com secundário

Operacionalização

- Início do processo para aquisição: Julho de 2007
- Adjudicação: Outubro de 2007
- Conclusão: 2.º Trimestre de 2008

PROJECTOS

Mais Escola.pt

Conceito

- Criar Portal da Escola com funcionalidades de partilha de conteúdos, ensino à distância e comunicação (plataforma de *e-learning*)

Objectivos

- Aumentar a produção, distribuição e utilização de conteúdos pedagógicos em suporte digital (exercícios, sebenta electrónica)
- Encorajar o desenvolvimento do portfolio digital de aluno

Destinatários

- Todos os agrupamentos de escolas e escolas secundárias

Operacionalização

- Definição de modelo de gestão e operação: 3.º Trimestre de 2007
- Início de implementação: 3.º Trimestre de 2008

PROJECTOS

Escola Simplex

Conceito

- Criar plataforma electrónica de apoio à gestão escolar

Objectivos

- Aumentar a eficiência da gestão e da comunicação entre a comunidade educativa
- Melhorar o acesso à informação escolar

Destinatários

- Todos os agrupamentos de escolas e escolas secundárias

Operacionalização

- Definição de modelo de gestão e operação: 3.º Trimestre de 2007
- Início de implementação: 3.º Trimestre de 2008

PROJECTOS

Formação e Certificação de Competências TIC – Formação Pro

Conceito

- Criar programa de certificação modular e progressiva de competências TIC
- Programa de formação em TIC de docentes e não docentes com vista à certificação de competências

Objectivos

- Generalizar a formação e a certificação de competências TIC
- Promover a utilização de TIC no ensino e na gestão

Destinatários

- Docentes e pessoal não docente das escolas básicas com 2, 3 e escolas com secundário

Operacionalização

- Lançamento do novo programa de formação e certificação: Janeiro de 2008

PROJECTOS

Avaliação Electrónica

Conceito

- Utilizar meios informáticos na avaliação escolar (testes de diagnóstico, exercícios, avaliação sumativa)

Objectivos

- Promover a utilização pedagógica de TIC
- Uniformizar critérios de avaliação e ritmos de aprendizagem

Destinatários

- Alunos das escolas básicas com 2, 3 e escolas com secundário

Operacionalização

- Implementação progressiva
- Realização de testes de diagnóstico durante o ano lectivo 2007 / 2008

CALENDARIZAÇÃO

PROJECTOS	3º Trimestre 2007	4º Trimestre 2007	1º Trimestre 2008	2º Trimestre 2008	3º Trimestre 2008	4º Trimestre 2008
<ul style="list-style-type: none"> • Kit Tecnológico Escola • Internet em Banda Larga de Alta Velocidade • Internet nas Salas de Aula • Cartão Electrónico de Aluno • Videovigilância • Mais-Escola.pt • Escola Simplex • Formação Pro • Avaliação Electrónica 	<p>◆ Início processo aquisição</p>	<p>◆ 1º lote equipamentos</p> <p>◆ Concurso Público Internacional</p>	<p>◆ Lançamento Programa de Formação e Certificação</p>	<p>◆ 100% escolas</p> <p>◆ 100% escolas</p> <p>◆ 100% escolas</p>	<p>◆ Início Implementação</p> <p>◆ Início Implementação</p>	



Análise de modelos internacionais de referência de modernização tecnológica do sistema de ensino

Lisboa, Maio de 2007

A análise de modelos internacionais de referência realizada pode dividir-se em 6 principais áreas

Âmbito

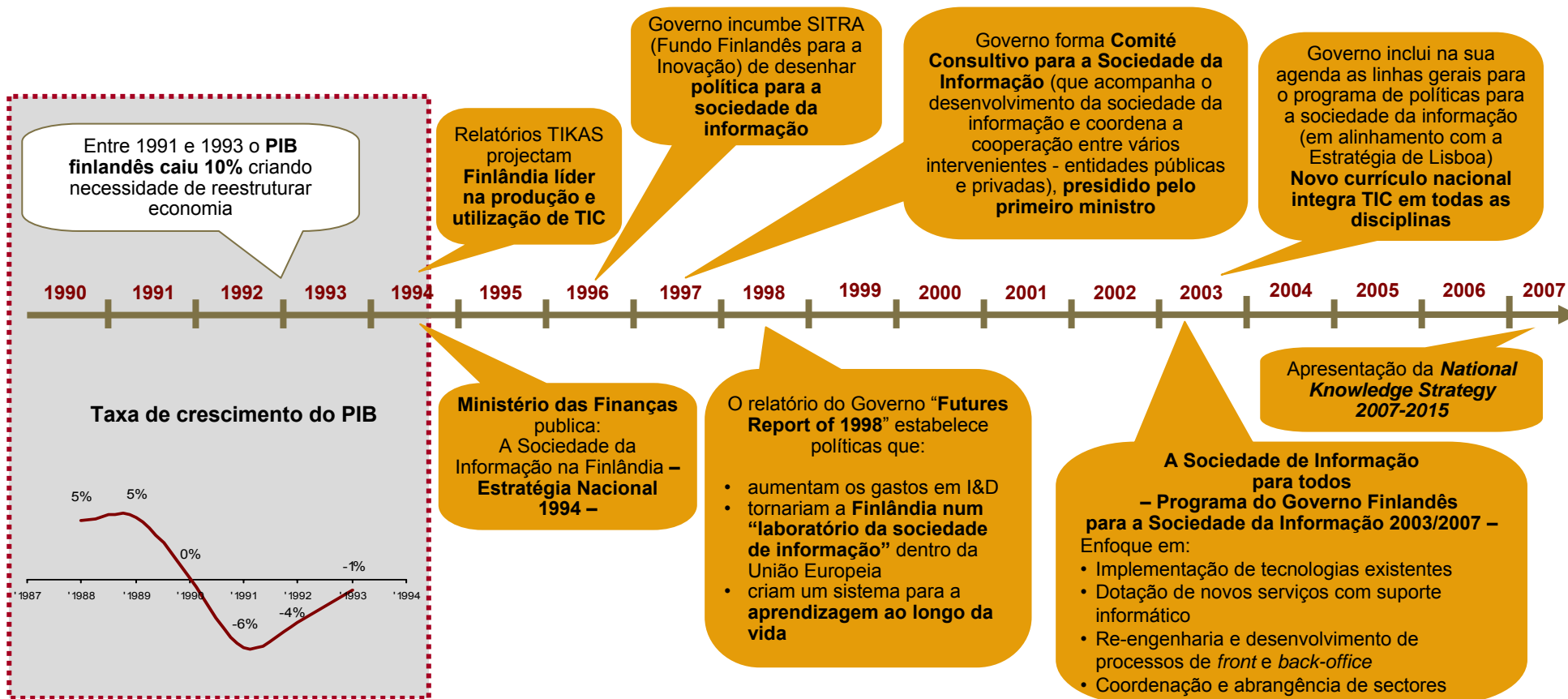
- Políticas de modernização no ensino secundário a nível da utilização de TIC nos seguintes países:
 - Finlândia
 - Irlanda
 - Espanha

Estrutura

1	Perspectiva	• Cronologia de principais programas de modernização tecnológica no ensino
2	Dimensões de modernização	• Dimensões da modernização tecnológica no ensino
3	Principais agentes	• Principais agentes envolvidos e descrição do seu papel
4	Resultados	• Apresentação de alguns indicadores ilustrativos da evolução nos países em estudo
5	Orientações para futuro	• Apresentação de alguns objectivos dos actuais programas de modernização tecnológica no ensino
6	Factores Críticos de Sucesso e Barreiras	• Apresentação dos Factores Críticos de Sucesso e Barreiras identificados ao longo do processo de modernização

Finlândia

Na Finlândia, o processo de modernização tecnológica foi desencadeado pela crise económica de 1991 a 1993










A partir de 1993 foram sendo criadas entidades e desenhados planos para o desenvolvimento da economia finlandesa baseada no conhecimento, com um âmbito que envolvia a transformação da sociedade como um todo

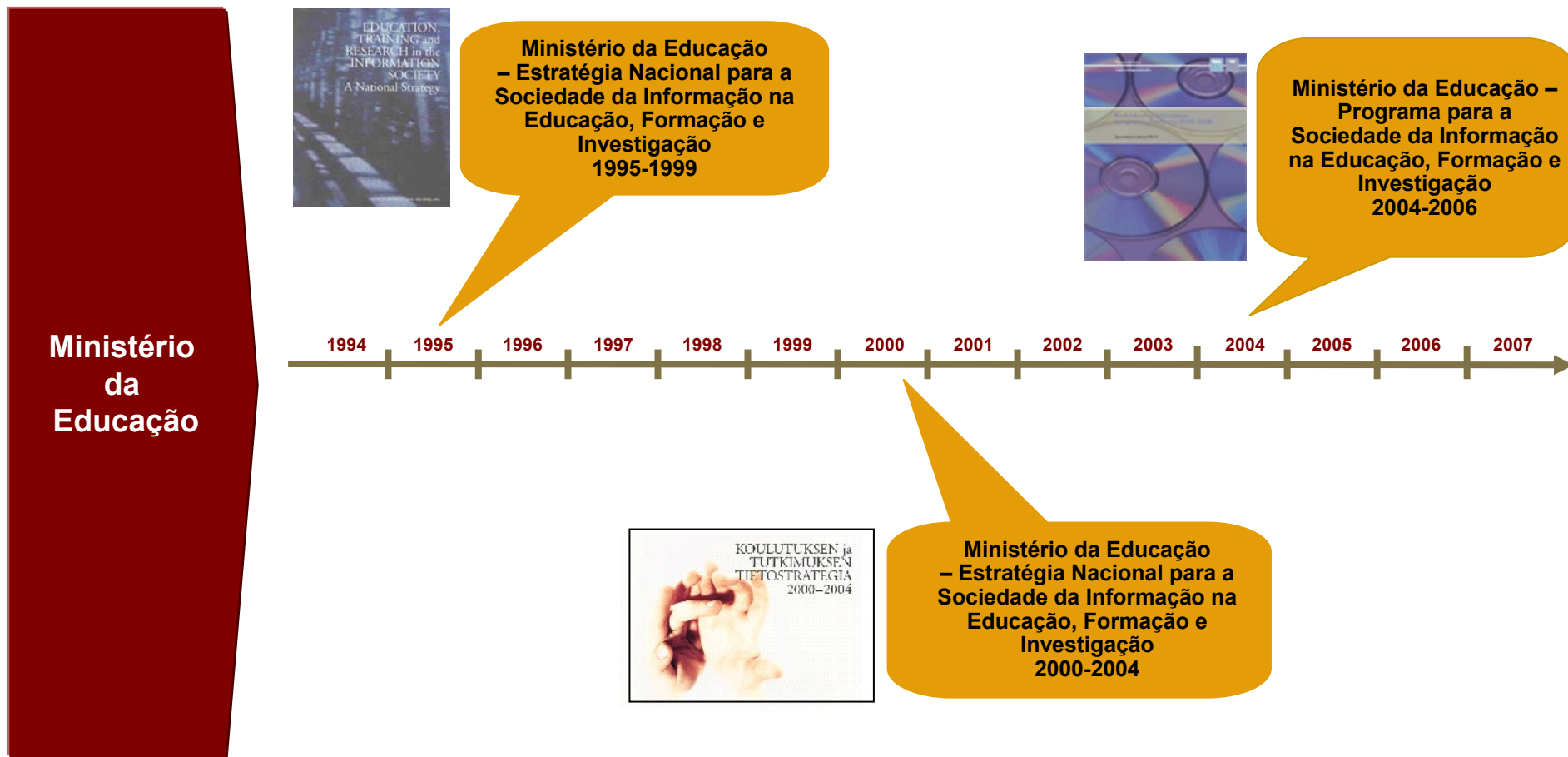
Com efeito, os programas envolviam a utilização de TIC na Administração Pública e na esfera empresarial, a evolução nas telecomunicações, na educação e na saúde

“The Information Society Council’s report 2005”

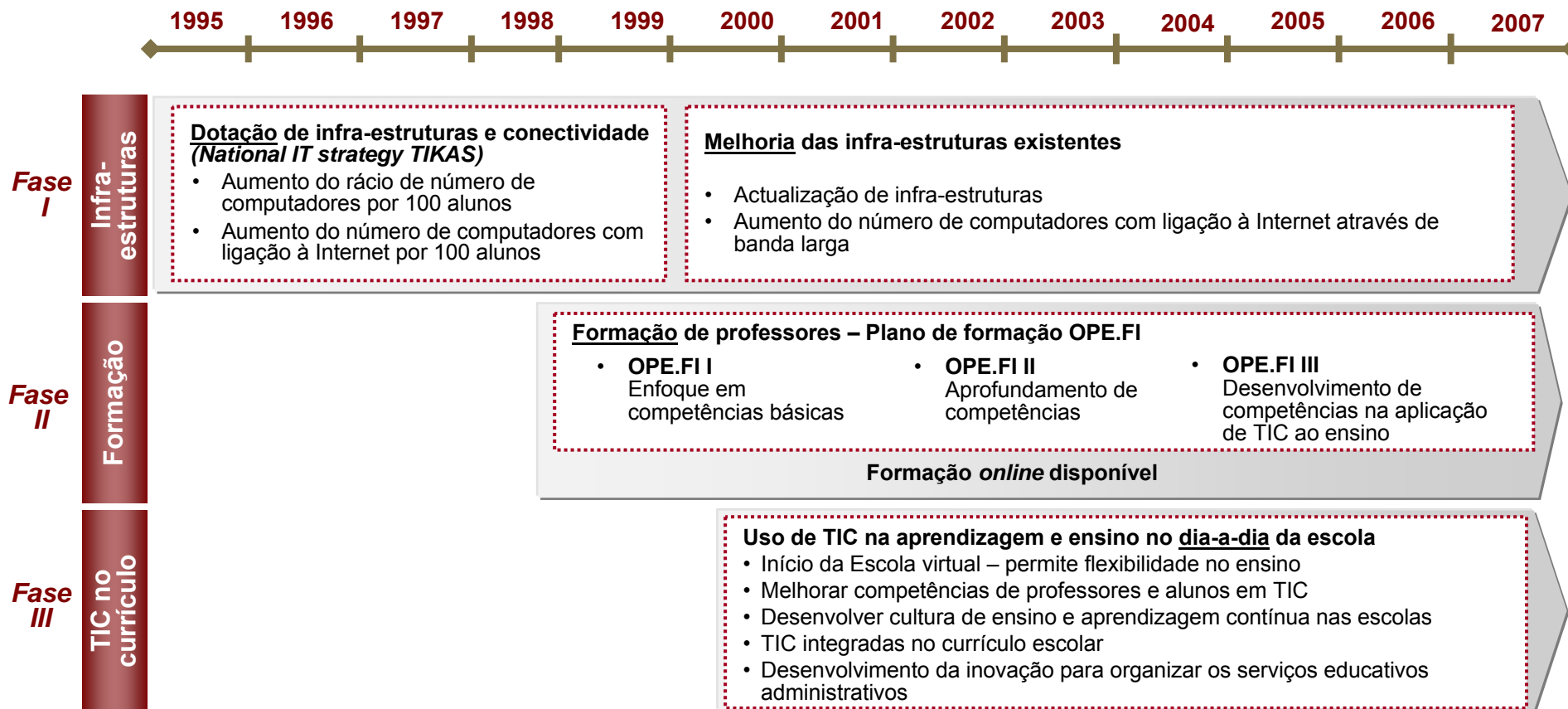
Ilustrativo

Âmbito	Breve descrição
 <p>Desenvolvimento de e-Business</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da situação actual de desenvolvimento de e-Business na Finlândia, incluindo análise de infra-estruturas, evolução de negócios, estádios de evolução de distintos tipos de organizações • Análise da evolução futura de e-Business: definição de metas para 2005-2007 e 2008-2010
 <p>Telecomunicações e Televisão Digital Terrestre</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da situação actual, com especial enfoque na evolução da penetração de banda larga no país e da televisão digital terrestre • Análise do contexto futuro de telecomunicações, com definição de metas para 2006 e 2007
 <p>Trabalho: da Sociedade da Informação para a Sociedade da Inovação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da situação actual de desenvolvimento do mercado de trabalho na Finlândia e da produtividade • Visão do trabalho na sociedade finlandesa em 2015 e definição de plano de acção
 <p>Governo Electrónico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da situação actual de desenvolvimento tecnológico da Administração Pública, com enfoque na avaliação do sucesso de medidas e da utilização de serviços online por parte dos cidadãos • Comparação internacional do nível de sofisticação tecnológica da Administração Pública • Análise da evolução futura do Governo Electrónico e definição de plano de acção
 <p>TIC no bem estar Social e Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de projectos tecnológicos com enfoque na gestão de dados dos pacientes e de serviços disponibilizados • Análise de possibilidades de implementação mais alargada dos projectos desenvolvidos
 <p>Educação, Investigação e Desenvolvimento de produtos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da situação actual da Educação e Investigação na Finlândia • Definição de acções a desenvolver, alocação de investimentos e necessidades de cooperação e criação/actualização de incentivos
 <p>Competências dos cidadãos numa sociedade civil dinâmica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do uso de TIC na sociedade finlandesa, com estruturação dos tipos de uso TIC e suas motivações • Definição de acções a desenvolver, com enfoque na necessidade de avaliação contínua da sociedade de informação, promoção do uso de TIC e partilha de experiências

Para o desenvolvimento da Sociedade da Informação no domínio da Educação, Formação e Investigação, foram definidos dois programas estratégicos e um plano de acção



Ao nível da Educação, as políticas desenvolvidas a partir de 1995 podem ser divididas em 3 fases



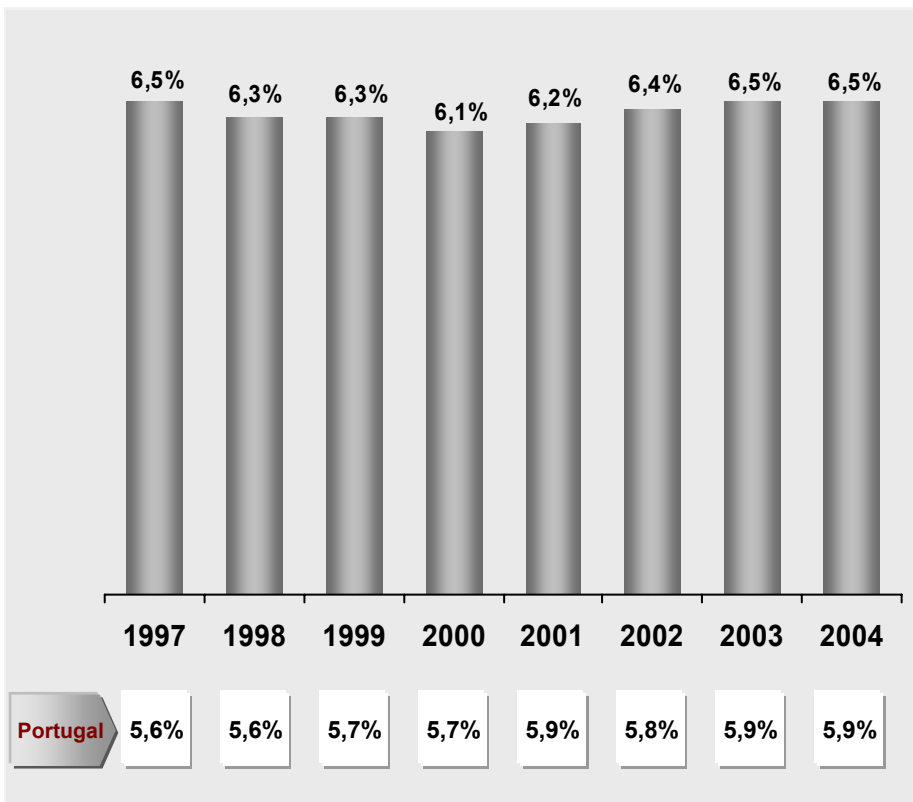
A Administração Central define as linhas gerais da modernização, mas a partir de 2001 cada escola é responsável pela concepção do seu próprio plano de TIC e encarregue da sua implementação

Em todo o processo houve 4 tipos de entidades envolvidas, com âmbitos de intervenção distintos definidos

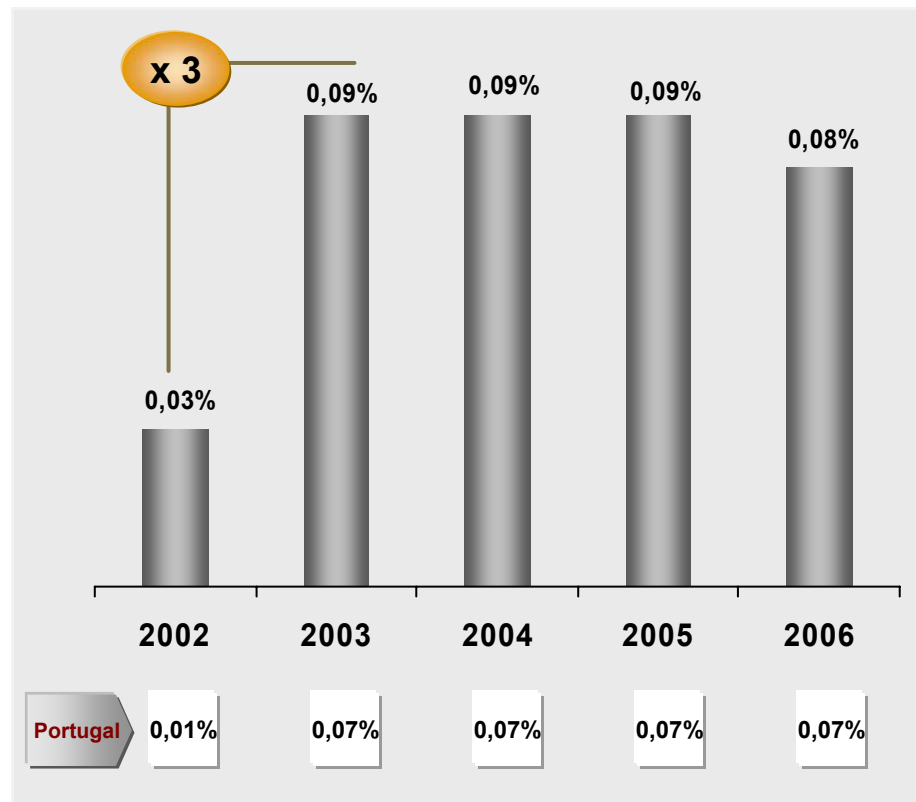
Entidades	Responsabilidades	Âmbito da intervenção na modernização tecnológica	
Ministério da Educação	Definição das <u>políticas</u> de educação	Definição da <u>estratégia</u> de modernização (produção do documento <i>National ICT Strategy for Education</i>)	+ proximidade com realidade escolar + autonomia e responsabilidade pela implementação
<i>Finnish National Board of Education</i>	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolve <u>currículos</u> de ensino <u>Avalia</u> a educação e melhora a eficiência da <u>formação</u> Responsável pelos serviços de <u>apoio</u> à Educação 	<u>Implementação</u> da estratégia de TIC <ul style="list-style-type: none"> Infra-estruturas Formação em TIC de docentes Portal da educação Produção de conteúdos Escola virtual – projecto piloto 	
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> Cada município tem um Comité de Educação Responsável pela prestação de serviços de ensino 	<u>Plano estratégico de TIC</u> ao nível de município e escola <ul style="list-style-type: none"> Infra-estruturas e apoio técnico Formação em TIC de docentes Apoio pedagógico Escola virtual – desenvolvimento de projecto 	
Escolas	Ensino		

A nível governativo, para além da elaboração de planos de modernização houve também um aumento do investimento em TIC

Gasto em Educação como % do PIB - Finlândia

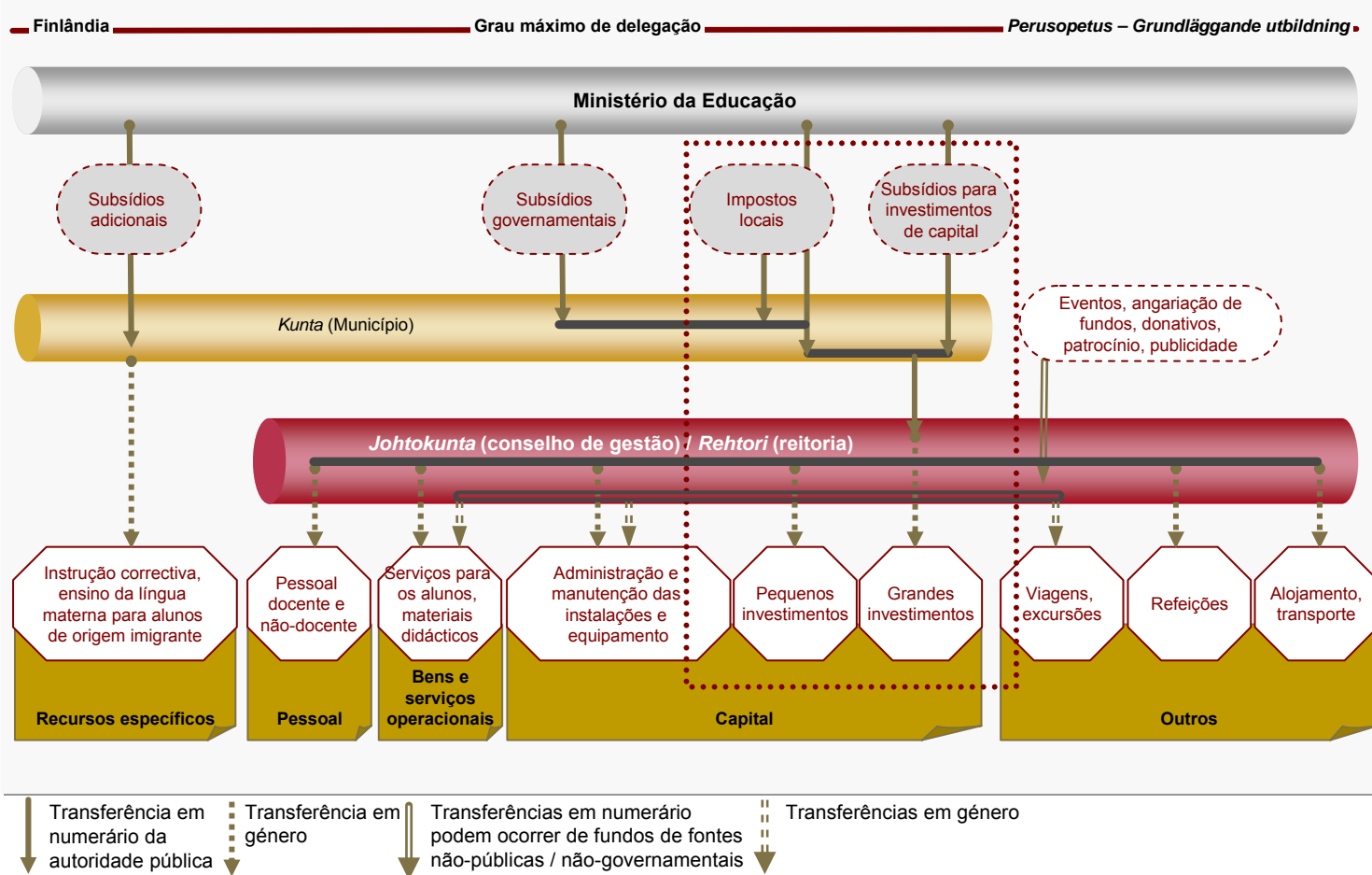


Gasto em TIC na Educação como % do PIB – Finlândia



No que respeita ao financiamento, as escolas recebem transferências de fundos desde o município que posteriormente investem em infra-estruturas de forma autónoma

Fluxos financeiros na instrução obrigatória, 2001



- **Financiamento das escolas é efectuado através da transferência de fundos pelos municípios, fundos estes com origem no Estado (50% - 70%) e nos municípios (30%-50%)** [% varia em função da capacidade financeira do município]
- **No entanto, a decisão de investimento das escolas em hardware e software depende da aprovação dos municípios**

O envolvimento das escolas na modernização tecnológico foi conseguido através do projecto TIC 2001-2005 que cada escola teve de desenvolver

Exemplo de plano TIC da escola secundária de VYL, a 50 Km de Helsínquia

Ano	Formação	Equipamentos	Redes	Software	Suporte	Currículo	Colaboração com outras entidades	eLearning
2005	1. Ope.fi II para todos 2. Ope.fi III para 20 %	1. Portáteis para todos os docentes 2. Modernização Lab 1	1. Conclusão do projecto "ICT Dairy"					
2004	1. Ope.fi II-III para 75%	1. Modernização Lab 2	1. Início edifício "ICT Dairy" (mediateca)				1. Fim projecto Comenius 1	
2003	1. Ope.fi II-III para 50 %	1. Aumento n.º de portáteis, câmaras de vídeo e videoprojectores		1. Programa de eLearning em todos os computadores	1. Aumento de outsourcing de suporte técnico (enfoque em apoio pedagógico)	1. Revisão da estratégia de formação TIC	1. Acompanhamento projecto Comenius 1	1. Todas as escolas utilizam o programa de eLearning
2002	1. Ope.fi I para todos 2. Ope.fi II-III Início	1. Pentium 4s no Lab 1 2. Portáteis para docentes 3. Aumento n.º computadores Lab 2 4. Compra de impressora laser para docentes	1. Rede 100 Mbs no Lab 1 2. Rede 10 Mbs no Lab 2	1. Introdução de software de gestão	1. Outsourcing de suporte técnico 2. Formação in-service de recursos humanos para suporte	1. Actualização dos currículos e planos anuais	1. Início projecto Comenius 1 2. Colaboração na rede de escolas de Vihti 3. Estabelecimento de contactos com empresas	1. Utilização de TWSN
2001	1. Avaliação de competências TIC do corpo docente 2. Análise das ferramentas de formação TIC pelo grupo TIC	1. 5 computadores 2. 1 portátil 3. 10 computadores 200Mhz	1. Grupo TIC desenha plano de acção 2. Construção da rede	1. Levantamento das necessidades dos docentes	1. Equipa TIC faz levantamento de necessidades de formação	1. Aprovação das linhas orientadoras da estratégia TIC	1. Formação do "grupo internacional" 2. Grupo TIC define planos preliminares para cooperação e eLearning	1. Grupo TIC define plano de acção
2000	1. Análise da estratégia TIC 2. Início Ope.fi I	1. Portátil para docentes 2. Impressora laser para Lab 1	1. Rede no Lab 2	1. MS School Agreement software		1. Definição da estratégia TIC	1. Definição dos parceiros para o projecto Comenius 1 2. ESP website. 3. Aplicação do ECOLE	1. Teste de TWSN

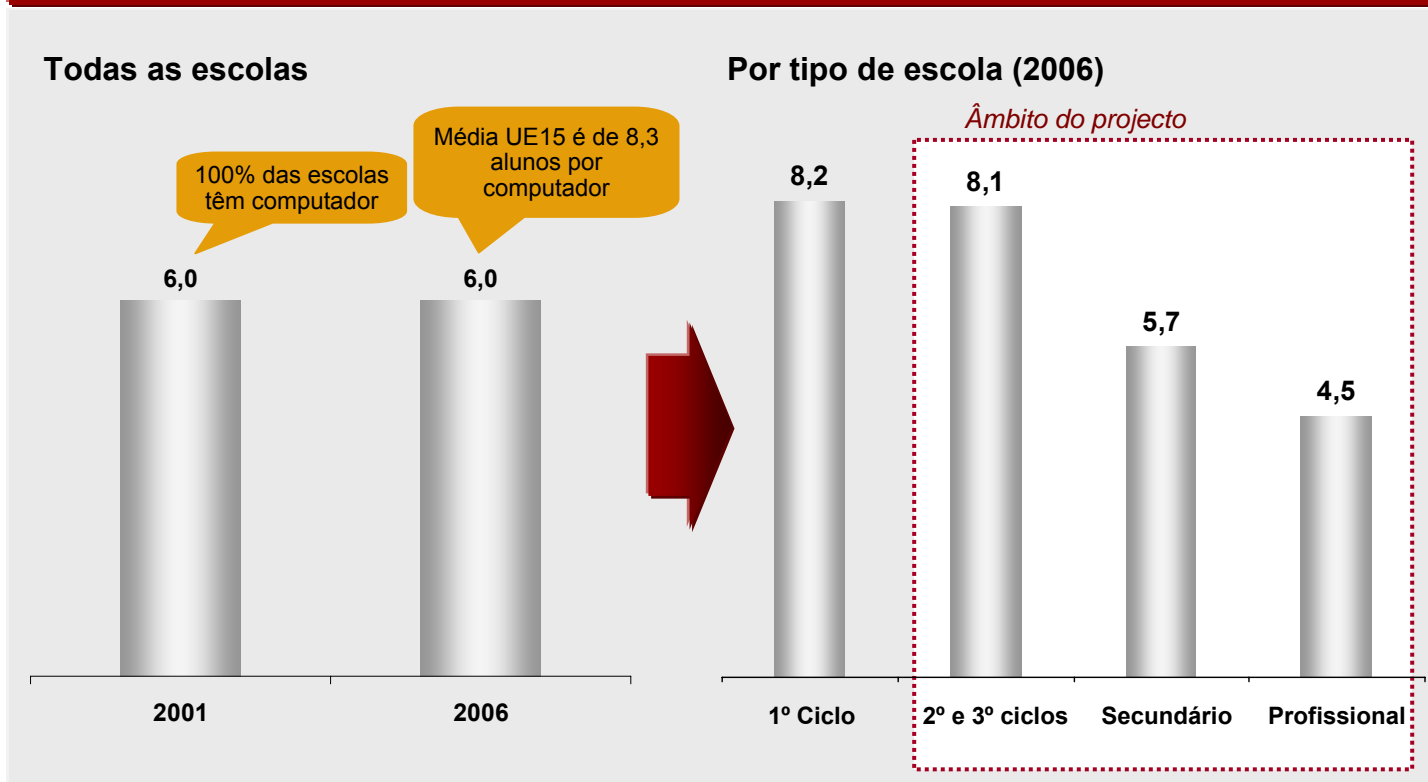
Projecto TIC da escola:

- Ajustado à realidade TIC de cada escola
- Integra esforços ao nível
 - infra-estrutura
 - formação
 - progressiva utilização de TIC transversalmente ao nível pedagógico
- Tem objectivos implícitos
- Responsabiliza e envolve as escolas para atingir os objectivos estabelecidos

Os projectos TIC das escolas permitiam às escolas autonomia em várias áreas, onde assumia particular relevância a formação de docentes

Ao nível do equipamento, em 2001 a Finlândia já apresentava níveis superiores aos actuais da UE15

Número de alunos por computador - Finlândia



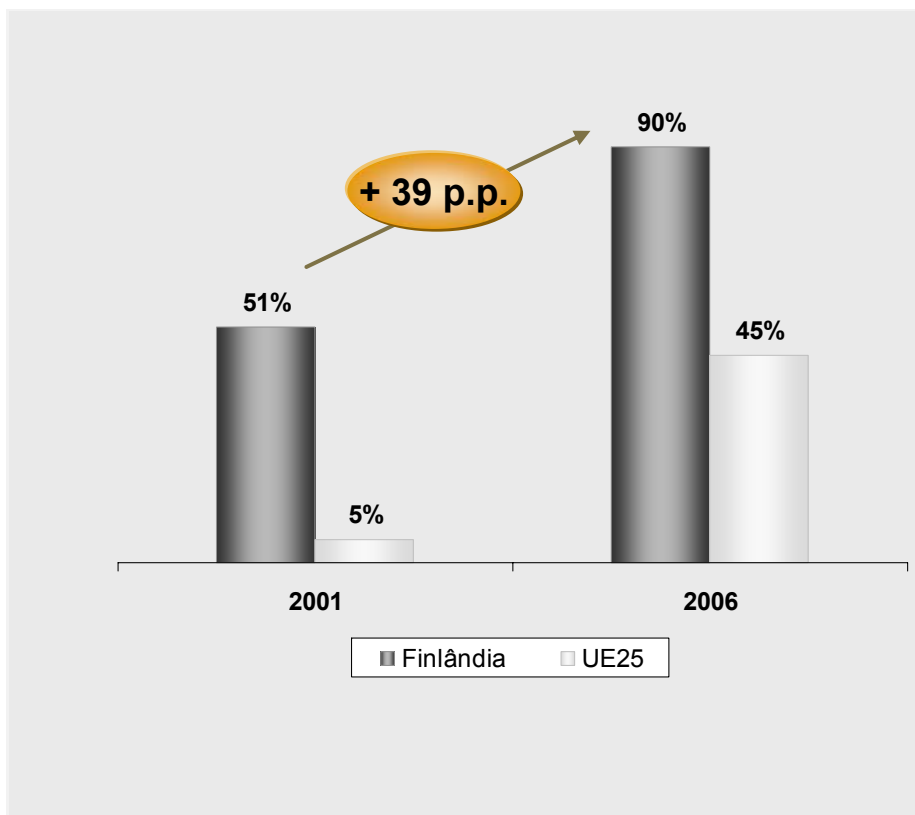
- O enfoque da Finlândia desde 2001 não foi o aumento de infra-estruturas mas a sua melhoria
- Existe maior dotação de infra-estruturas TIC no ensino que está mais próximo da colocação de alunos no mercado de trabalho

Dos computadores existentes nas escolas, 81% são para utilização de alunos, 11% de docentes e 8% de não docentes¹⁾

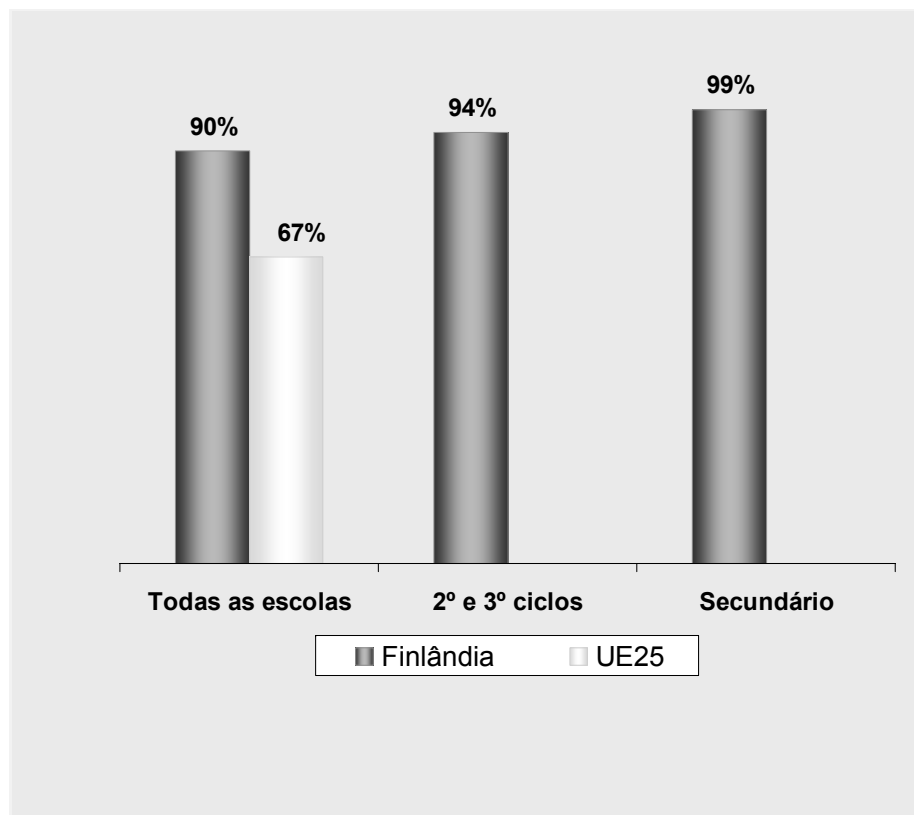
¹⁾ Dados ano 2000

No que respeita ao acesso à Internet, as escolas finlandesas aumentaram em 39 p.p. o número de ligações à Internet através de DSL

Ligação à Internet através de DSL em todas as escolas



% escolas com acesso à Internet de banda larga em 2006



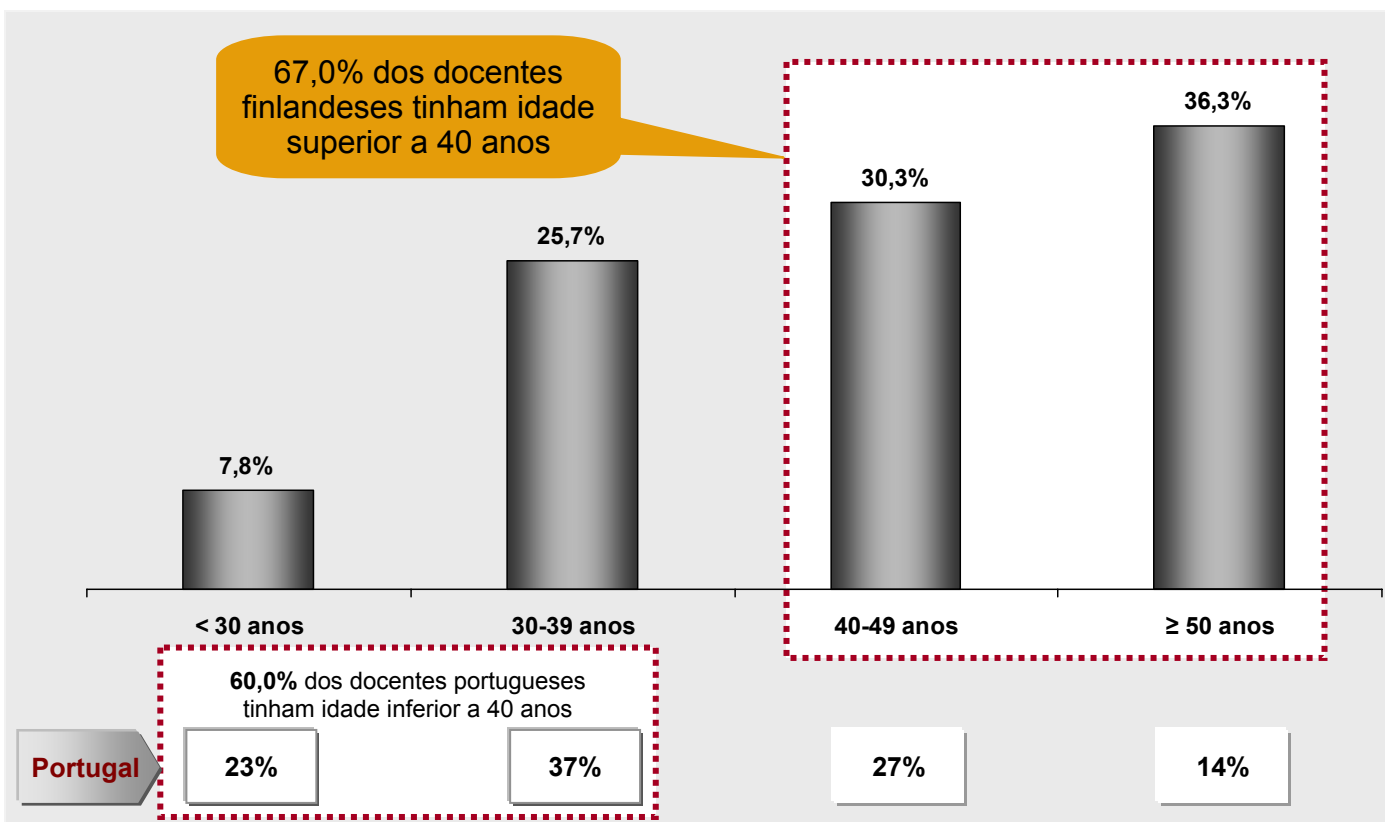
As TIC são utilizadas nas aulas quer por docentes (85%), quer por alunos (79%)



- A Finlândia tem uma utilização de computadores por professores e alunos superior à de Portugal

O facto de 67% dos docentes finlandeses se concentrarem nas duas faixas etárias mais elevadas não constituiu barreira à utilização de TIC

Idade dos docentes (2001-2002) – Finlândia

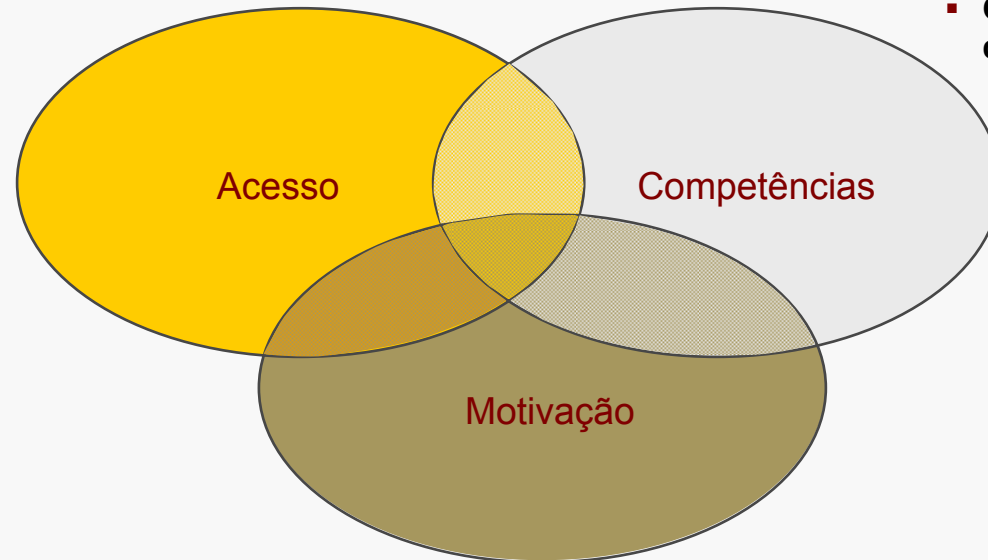


- Com efeito, a idade não foi barreira na adopção de TIC na Finlândia
- O perfil relativamente mais novo dos docentes portugueses pode ser um catalisador para uma maior utilização de TIC em Portugal

O Modelo Acesso-Competências-Motivação permite identificar os principais motivos pelos quais não estão a ser utilizadas TIC nas escolas

Barreiras para o uso de computadores e Internet nas escolas¹⁾

- Nível de equipamento das escolas com TIC
- Velocidade de acesso à Internet



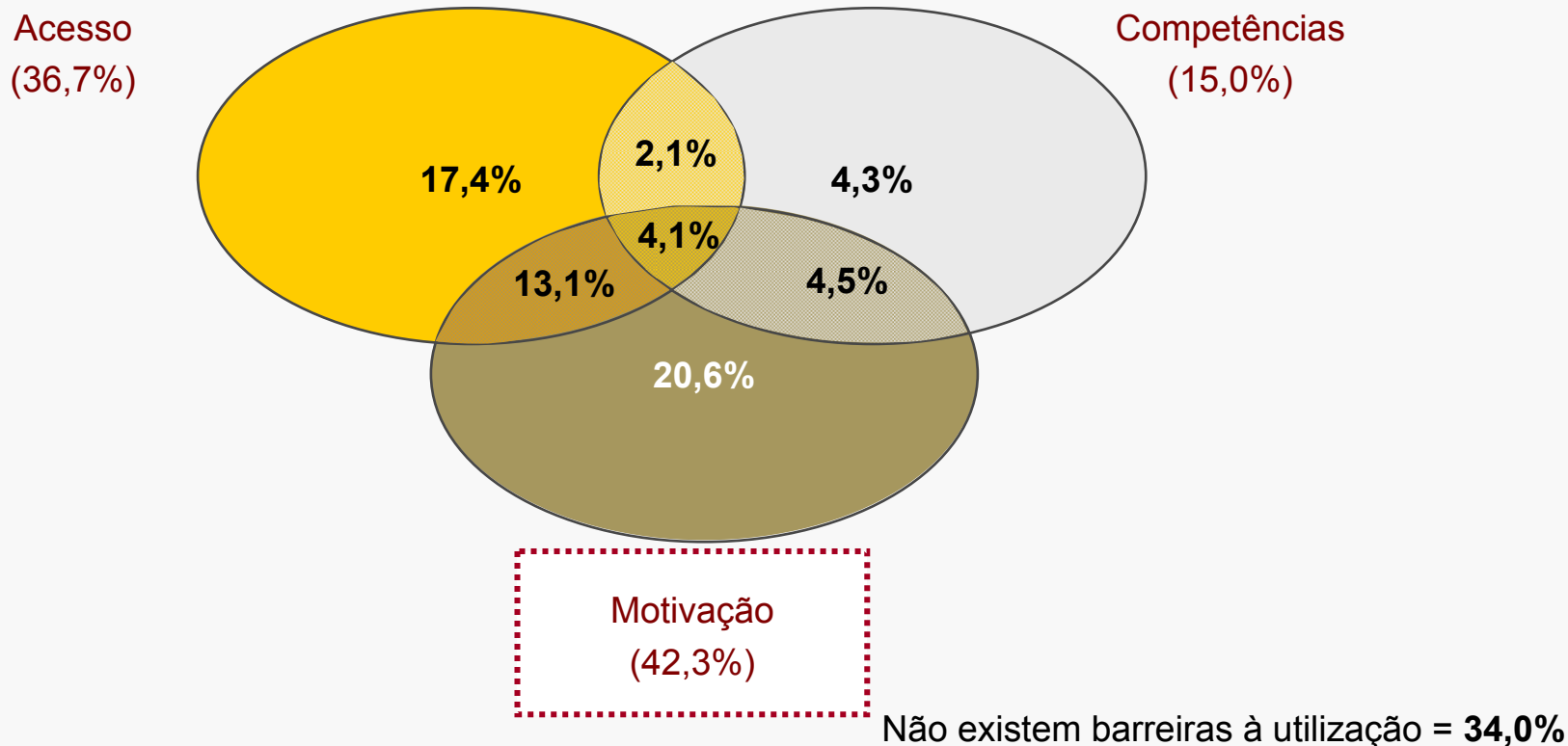
- Utilização de TIC
- Confiança na utilização de TIC

- Atitude positiva face à utilização de TIC e os seus benefícios para o ensino

¹⁾ Modelo Access-Competences-Motivation, baseado em Viherä e Nurmela 2001, Empirica Report 8/2006. Informação relativa à utilização de TIC na escola por docentes. Fonte: Empirica Country Brief 2006 ; análise A. T. Kearney

Neste momento, a principal barreira à utilização de TIC nas escolas é a falta de motivação, e não o acesso a equipamentos ou a falta de competências

Barreiras para o uso de computadores e Internet nas escolas¹⁾ - Finlândia



¹⁾ Informação relativa à utilização de TIC na escola por docentes
Fonte: Empirica Country Brief 2006; análise A. T. Kearney

Os objectivos estabelecidos para o período 2007-2015 visam otimizar o aproveitamento das potencialidades pelas TIC

Não exaustivo

Políticas de modernização tecnológica – Finlândia

Objectivos

- Introdução de ligações à internet com **maior largura de banda nas escolas, bibliotecas e serviços públicos**
- Desenvolvimento de **formação básica em TIC para pessoas entre os 30 e os 59 anos** que não receberam formação profissional ou outro tipo de formação (Noste Programme)
- Desenvolvimento de **formação adicional em TIC para profissionais**
- **Promoção da produção de conteúdos audiovisuais**

Em todo o processo de modernização tecnológica do ensino na Finlândia foram identificados 5 factores críticos de sucesso

Factores Críticos de Sucesso

Proximidade

- Governos regionais e escolas estão mais próximos da realidade escolar e têm condições para agir mais rapidamente

Autonomia

- Cada escola tem autonomia para endereçar os objectivos definidos pelo Governo, definindo e implementando os seus próprios planos TIC e investindo os fundos recebidos de acordo com o(s) seu(s) projecto(s)

Partilha de experiências

- Partilha de informação e de boas práticas entre as escolas com bons resultados na reengenharia dos seus processos com a introdução de TIC

Envolvimento dos agentes

- Compromisso político: políticas de modernização a vários níveis da sociedade
- Envolvimento dos conselhos executivos das escolas nos projectos de TIC

Cooperação público-privada

- Estabelecimento de acordos de cooperação entre entidades públicas e privadas para a modernização do parque escolar e fomento das políticas de modernização junto dos agentes no contexto escolar

Em todo o processo de modernização tecnológica do ensino na Finlândia foram identificadas 4 barreiras principais

Barreiras

Recursos Financeiros

- Escassez de recursos estatais
- Desigualdade de recursos financeiros dos municípios

Formação

- Diferentes níveis de competências TIC dos professores
- Falta de apoio pedagógico à formação pedagógica em TIC

Acesso Internet

- Reduzida velocidade de ligação à Internet

Resistência

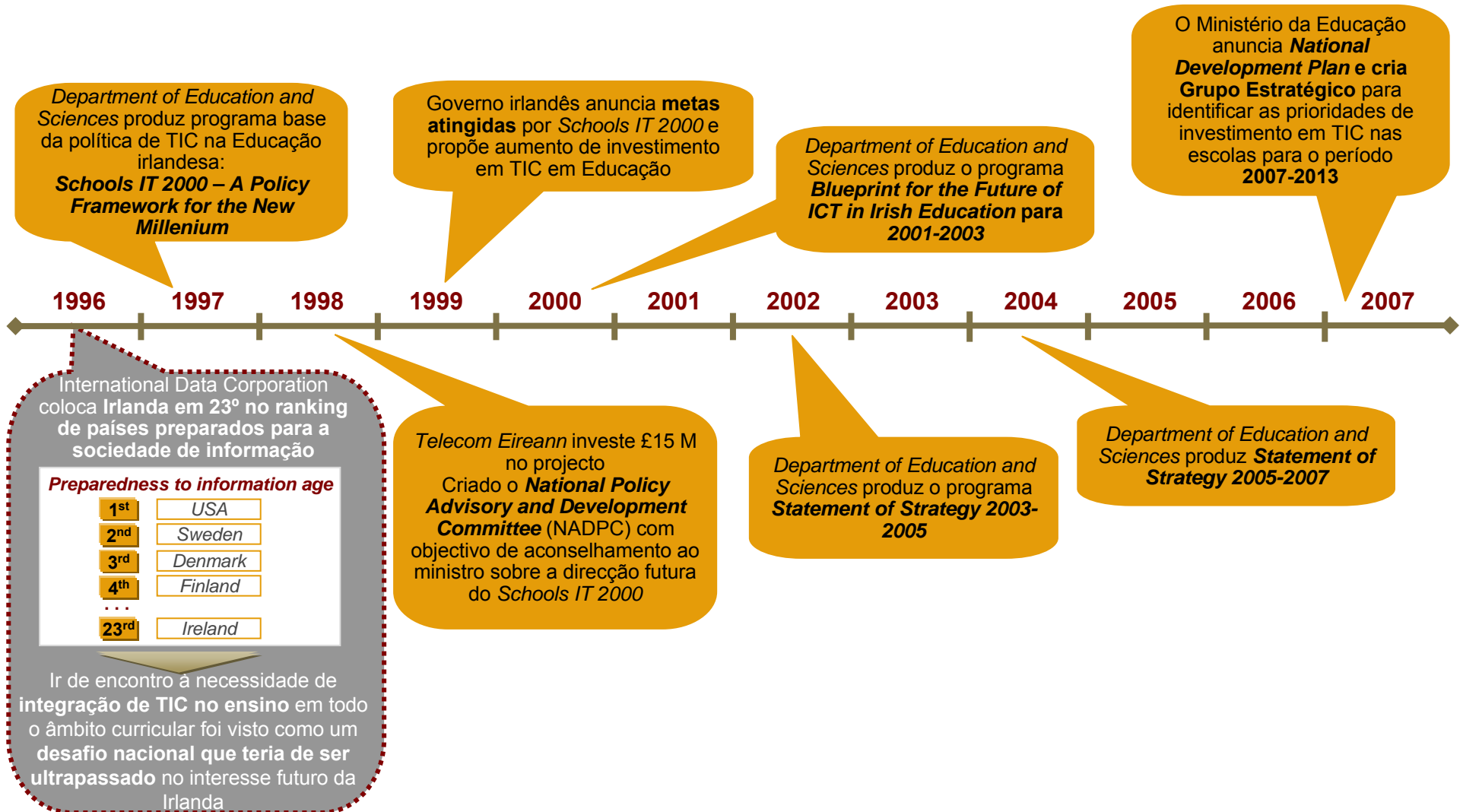
- Resistência à modernização por parte de alguns docentes

Outros exemplos

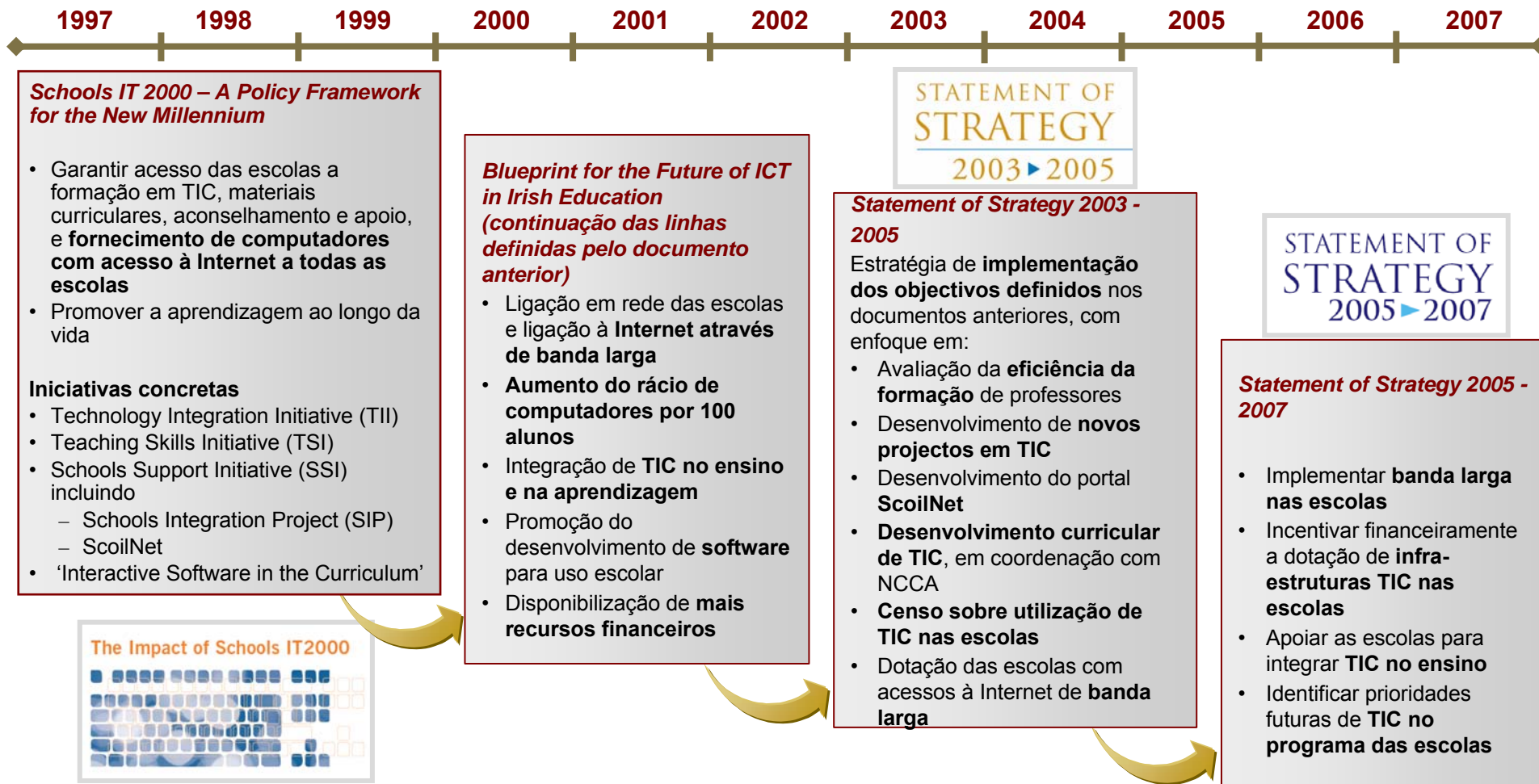
- **Irlanda**

- **Espanha**

Na Irlanda, o processo de modernização tecnológica foi desencadeado pela percepção em 1996 de que a Irlanda estava em 23º lugar no que respeita à preparação do país para a sociedade do conhecimento

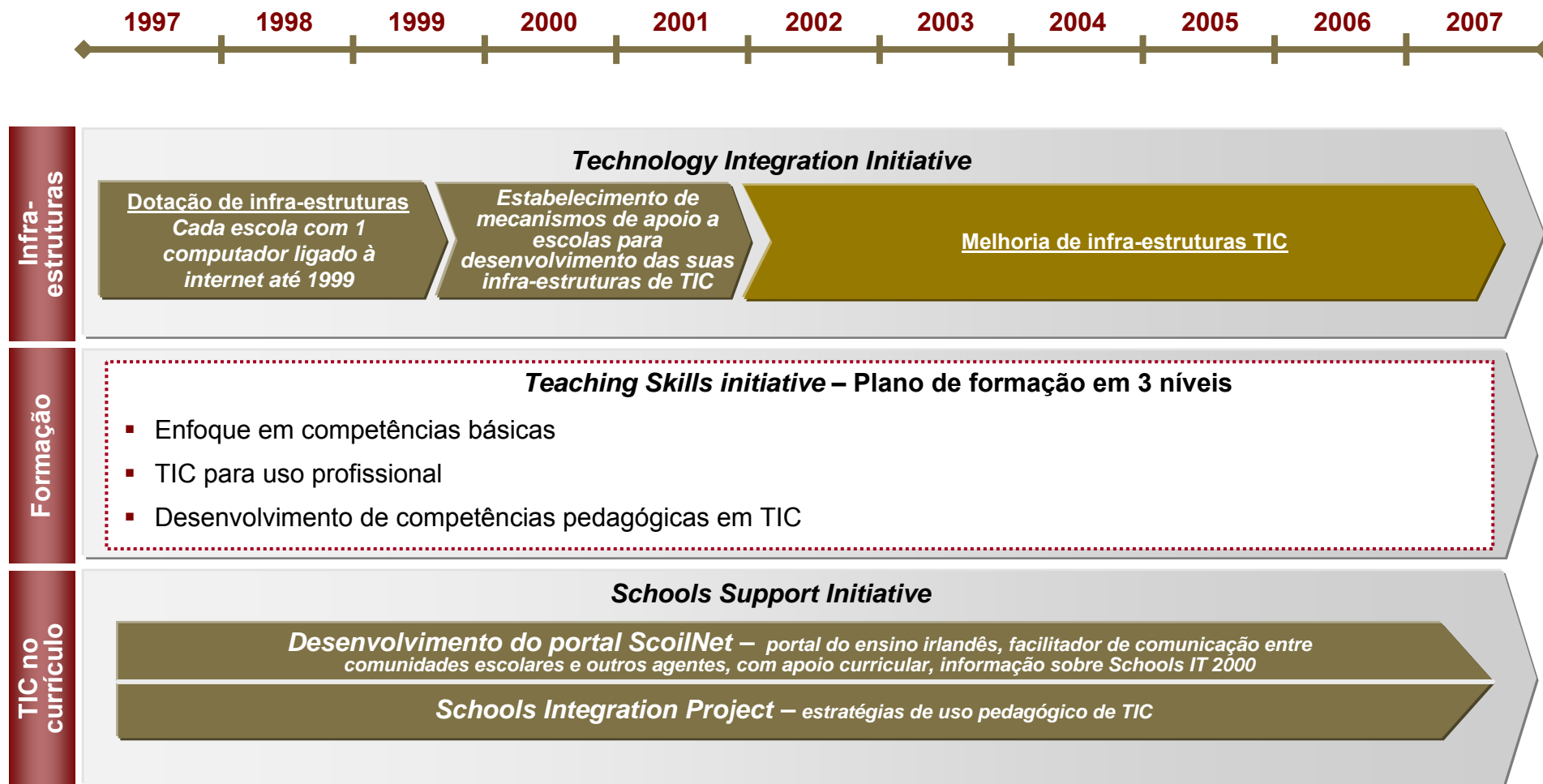


As políticas de modernização na Irlanda foram iniciadas em 1997, com o programa *Schools IT 2000*



No processo de modernização (1997-2007), as políticas implementadas baseiam-se no documento central – *Schools IT 2000* – tendo havido uma redefinição das prioridades nos investimento e a actualização dos objectivos

Ao nível da Educação, as políticas desenvolvidas a partir de 1997 tiveram enfoque em 3 dimensões

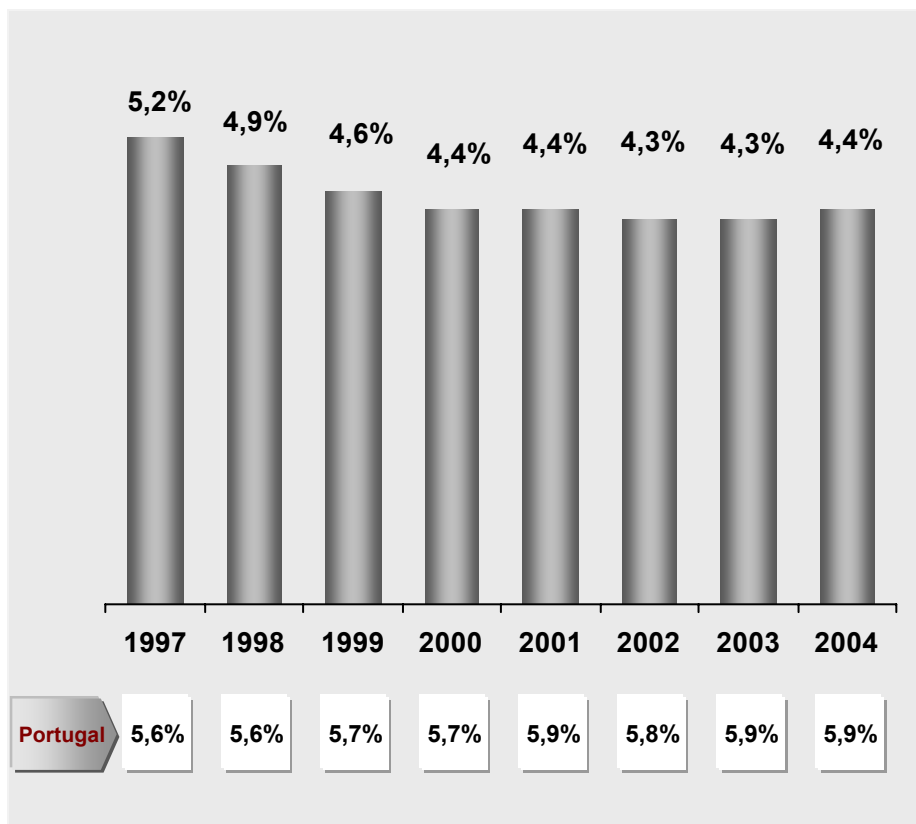


Em todo o processo houve 4 principais entidades envolvidas, com âmbitos de intervenção que se sobrepõem em alguns aspectos

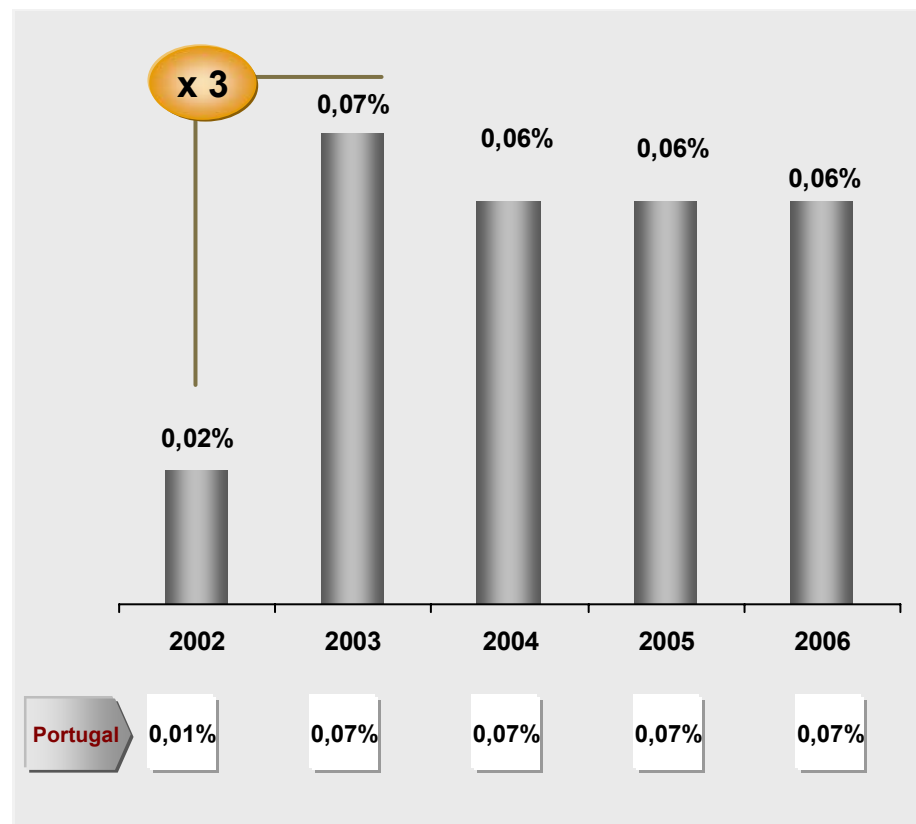
Entidades	Responsabilidades	Âmbito da intervenção na modernização tecnológica
<p><i>Department of Education and Science</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planeamento de políticas • Garantia de qualidade na Educação • Alocação de recursos humanos e financeiros • Planeamento e dotação de infra-estruturas de Educação • Aumento da Educação através da cooperação 	<p>Produção dos programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Schools IT 2000</i> • <i>Blueprint for the future of ICT in Irish Education</i> • <i>Strategy Statement 2003-2005</i> • <i>Strategy Statement 2005-2007</i>
<p><i>National Council for Curriculum and Assessment (NCCA)</i></p>	<p>Aconselhamento ao Ministro da Educação e Ciência a nível curricular e de avaliação através de</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análises contínuas de currículos e avaliações • Alterações curricular e apoio na mudança • Promoção da igualdade de acesso à educação • Investigação sobre melhores práticas curriculares 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração das TIC nos currículos escolares
<p><i>National Centre for Technology in Education (NCTE)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criado em 1998 • Responsável pela implementação de <i>Schools IT 2000</i>, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> – Aconselhamento de políticas e de mecanismos de financiamento das escolas – Desenvolvimento e implementação de formação de docentes – Desenvolvimento e manutenção do portal ScoilNet 	
<p><i>National Policy Advisory and Development Committee (NPADC)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criado em 1998 • Visa aconselhar o Ministro da Educação e Ciência sobre: <ul style="list-style-type: none"> – o uso de TIC no sistema de ensino – as necessidades de desenvolvimento de TIC no ensino • Investiga a orientação futura de políticas do <i>Schools IT 2000</i> e recomenda o melhor uso de TIC no sistema educativo • Coordenação com NCTE, <i>Department of Education and Science</i>, <i>ICT coordination unit</i> e o <i>Industry Advisory Group</i> na formulação de recomendações políticas ao Ministro da Educação e Ciência 	

A nível governativo, para além da elaboração de planos de modernização houve também um aumento do investimento em TIC

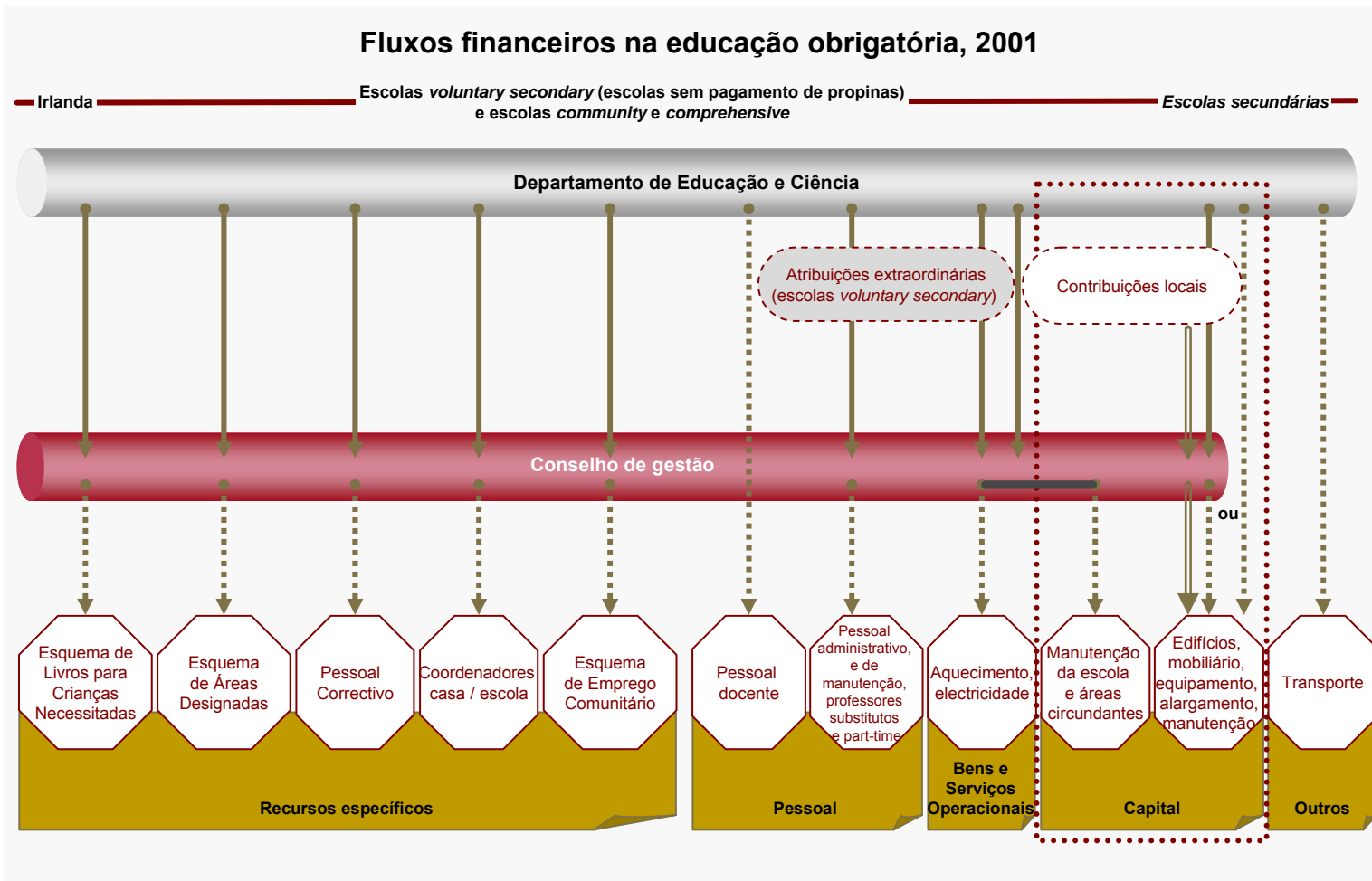
Gasto em Educação como % do PIB – Irlanda



Gasto em TIC na Educação como % do PIB – Irlanda



A aquisição de TIC para as escolas era efectuada através da transferência directa da Administração Central de bens ou fundos, consoante o tipo de escola



A aquisição de equipamentos varia conforme o tipo de escola:

- *secondary*¹ e *community*: transferência de fundos
- *comprehensive*: transferência de bens para escolas

↓ Transferência em numerário da autoridade pública

⇄ Transferência em género

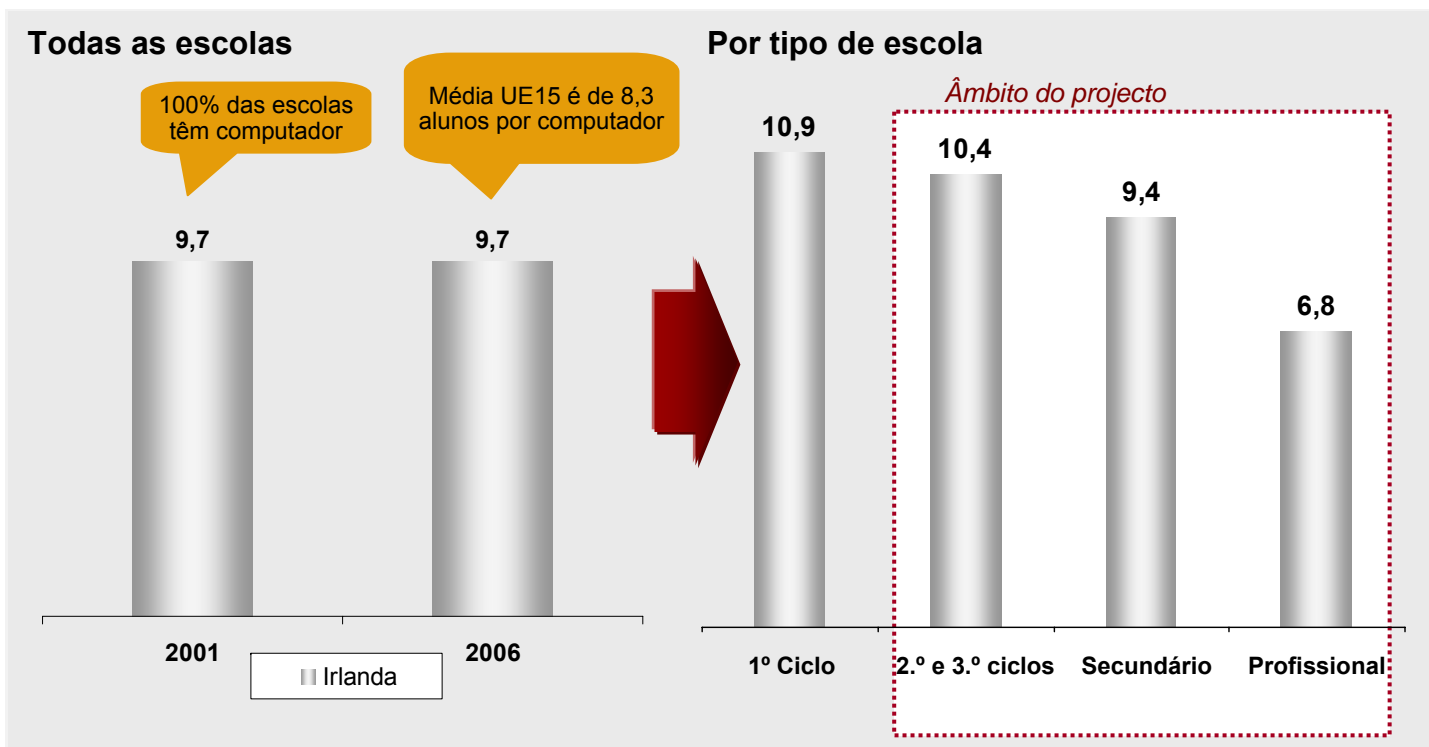
⇄ Transferências em numerário podem ocorrer de fundos de fontes não-públicas / não-governamentais

⇄ Transferências em género

1) 55% dos alunos frequentam *secondary schools*

Ao nível do equipamento das escolas com computadores, a Irlanda mantém os mesmos níveis de 2001

Número de alunos por computadores por 100 alunos - Irlanda



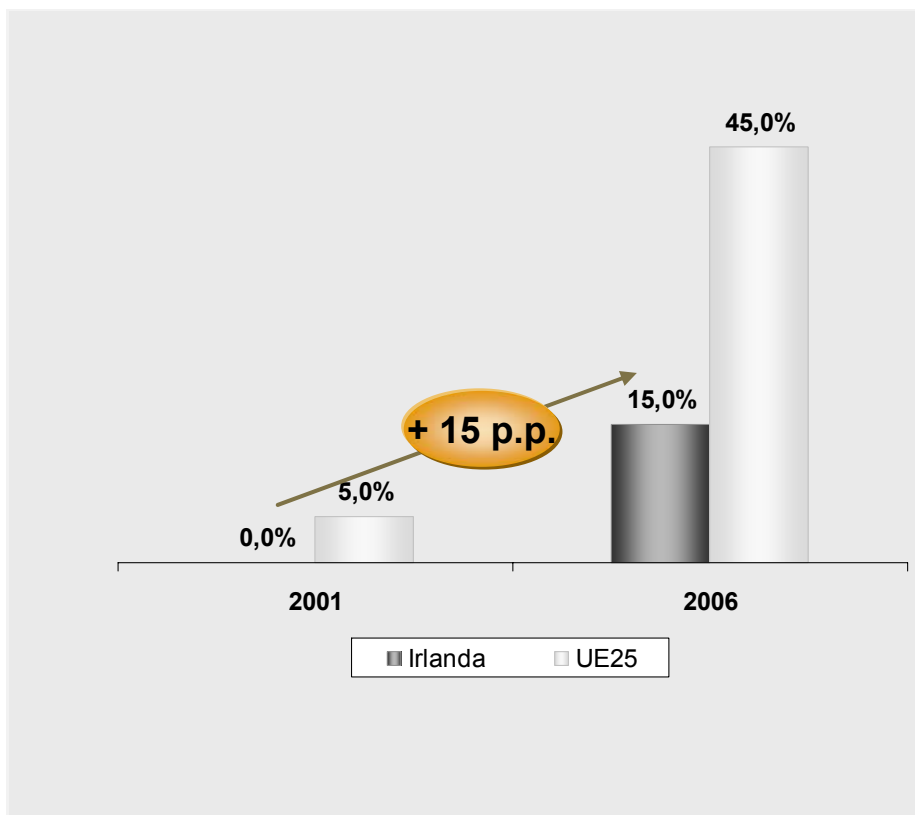
- O enfoque da Irlanda desde 2001 não foi o aumento de infra-estruturas mas a sua melhoria
- Existe maior dotação de infra-estruturas TIC no ensino que está mais próximo da colocação de alunos no mercado de trabalho

Dos computadores existentes nas escolas, 81% são para utilização de alunos, 10% de docentes e 8% de não docentes¹⁾

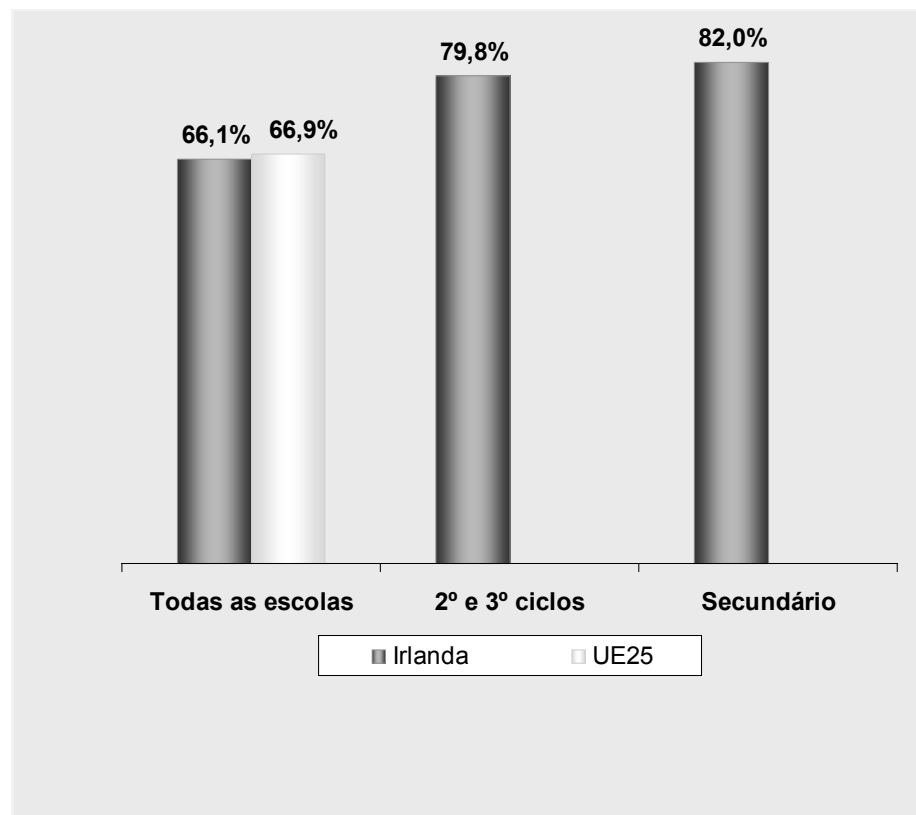
¹⁾ Dados ano 2000

No que respeita ao acesso a Internet, as escolas irlandesas aumentaram em 15 p.p. o número de ligações à Internet através de DSL

Ligação à Internet através de DSL em todas as escolas – Irlanda

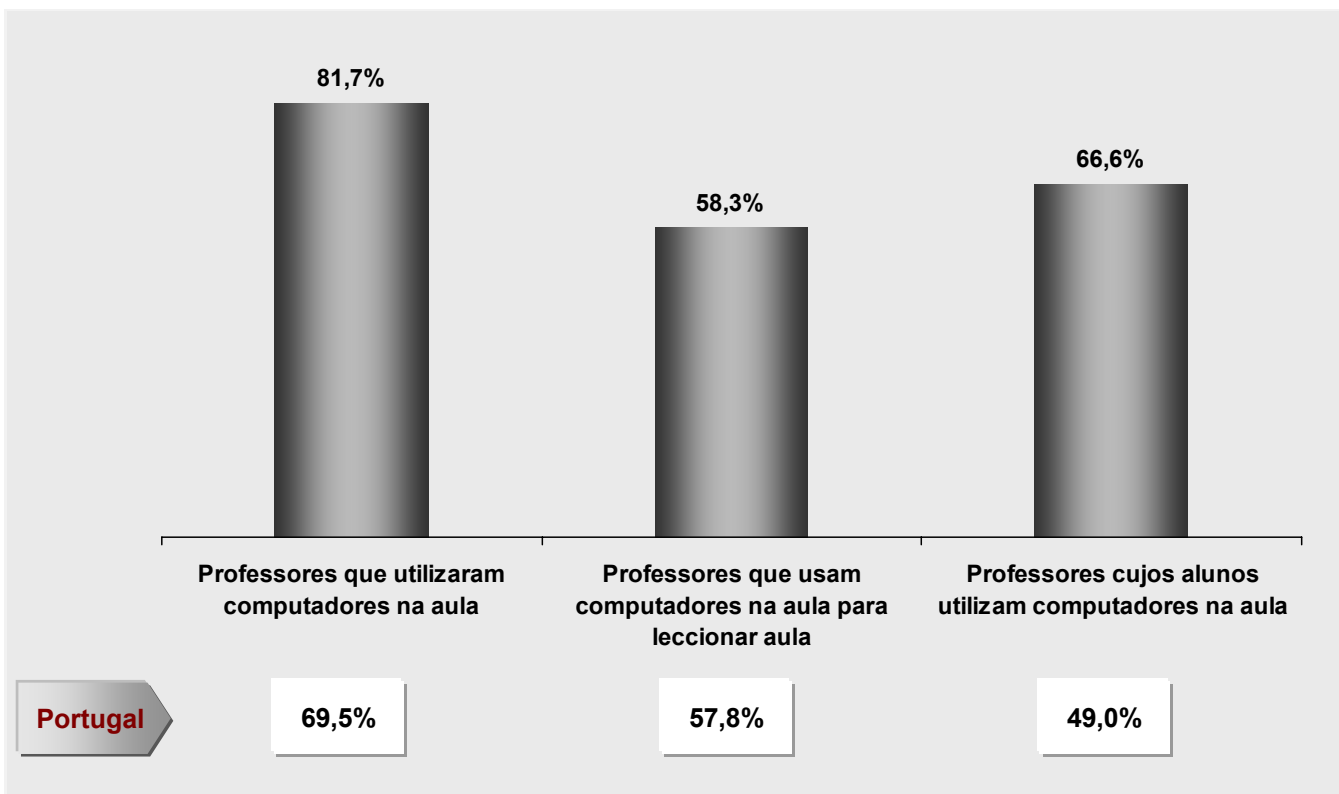


% escolas com acesso à Internet de banda larga em 2006 – Irlanda



As TIC são utilizadas nas aulas quer por docentes (82%) quer por alunos (67%)

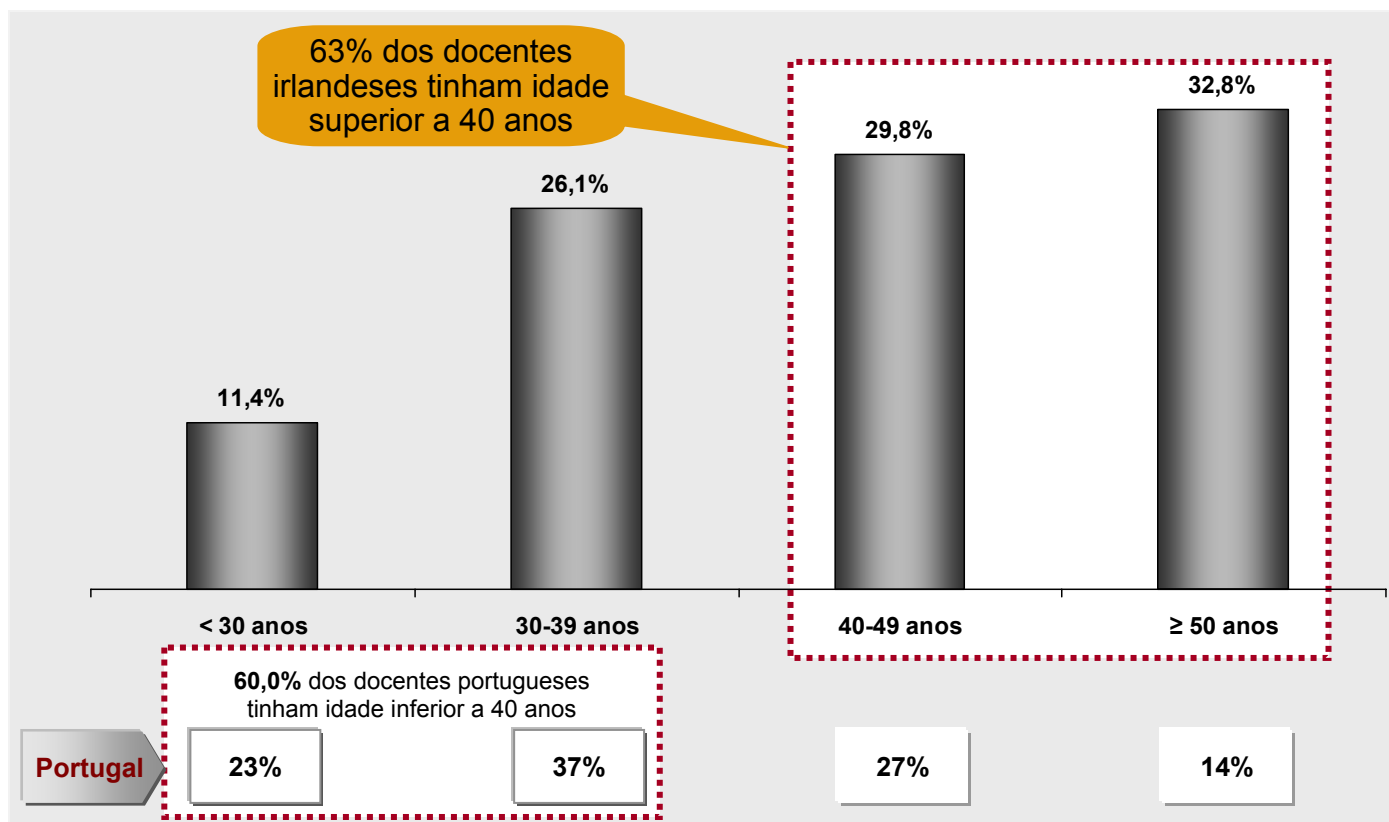
Utilização de computadores por docentes nas escolas¹⁾ (2006) – Irlanda



- Na Irlanda há mais professores e alunos que usam as TIC em aula do que em Portugal

O facto de 63% dos docentes irlandeses se concentrarem nas duas faixas etárias de idade mais elevadas não constituiu barreira à utilização de TIC

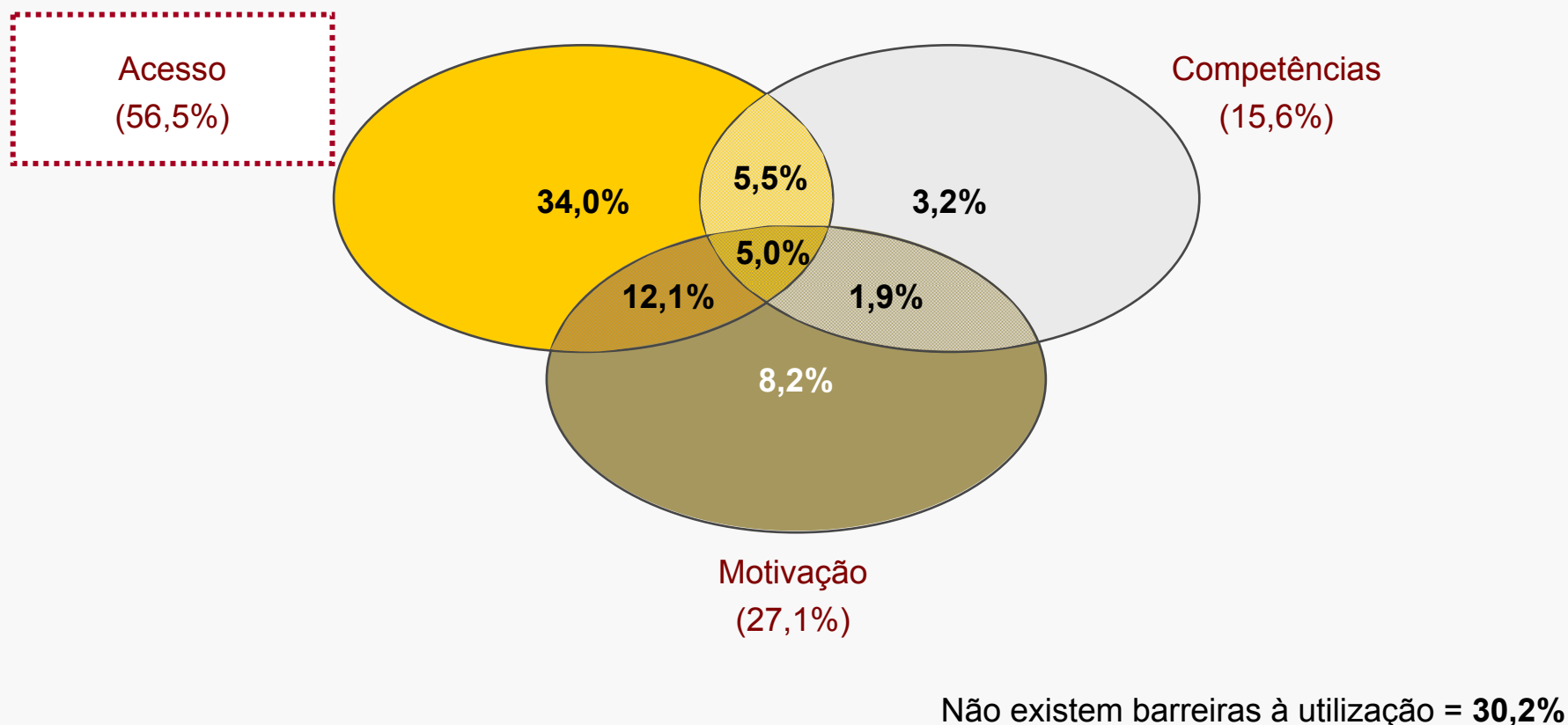
Idade dos docentes (2001-2002) - Irlanda



- A idade dos docentes não foi impeditiva da adoção de TIC na Irlanda

Neste momento, a principal barreira à utilização de TIC nas escolas irlandesas é a falta de acesso

Barreiras ao uso de computadores e Internet nas escolas¹⁾ - Irlanda



¹⁾ Informação relativa à utilização de TIC na escola por docentes
Fonte: Empirica Country Brief 2006; análise A. T. Kearney

Os objectivos estabelecidos para o período 2007-2013 continuam a inspirar iniciativas relevantes ao nível das infra-estruturas, da formação e da integração das TIC no currículo

Não exaustivo

Políticas de modernização tecnológica – Irlanda

Objectivos

- **Manutenção e actualização dos equipamentos**
- Manutenção de uma **rede nacional de banda larga** para as escolas
- **Formação** profissional em TIC de docentes
- Provisão de *software* com **conteúdos para aprendizagem**
- Criação de um Grupo Estratégico para identificar **factores críticos de sucesso e prioridade de investimentos**

Em todo o processo de modernização tecnológica do ensino na Irlanda foram identificados 3 factores críticos de sucesso e 3 barreiras

Factores Críticos de Sucesso

Visão tecnológica

- Definição de uma **visão tecnológica** (formalizada no **Schools IT 2000**), com um conjunto coerente de políticas, a definição progressiva de objectivos e de **planos de implementação integrados**

Envolvimento e apoio dos agentes

- Envolvimento da **comunidade de ensino** – pais, professores, conselhos executivos, empresas, etc. – que são chamados a dar recomendações

Escolas

- **Envolvimento dos conselhos executivos** – as escolas compreenderam a necessidade de caminhar para a Sociedade da Informação

Barreiras

Complexidade

- **Dificuldades de coordenação** entre várias entidades envolvidas no processo (*top-down* e *bottom-up*)

Uso pedagógico de TIC

- Falta de orientação/visão de como a tecnologia pode ser integrada no ensino

Formação

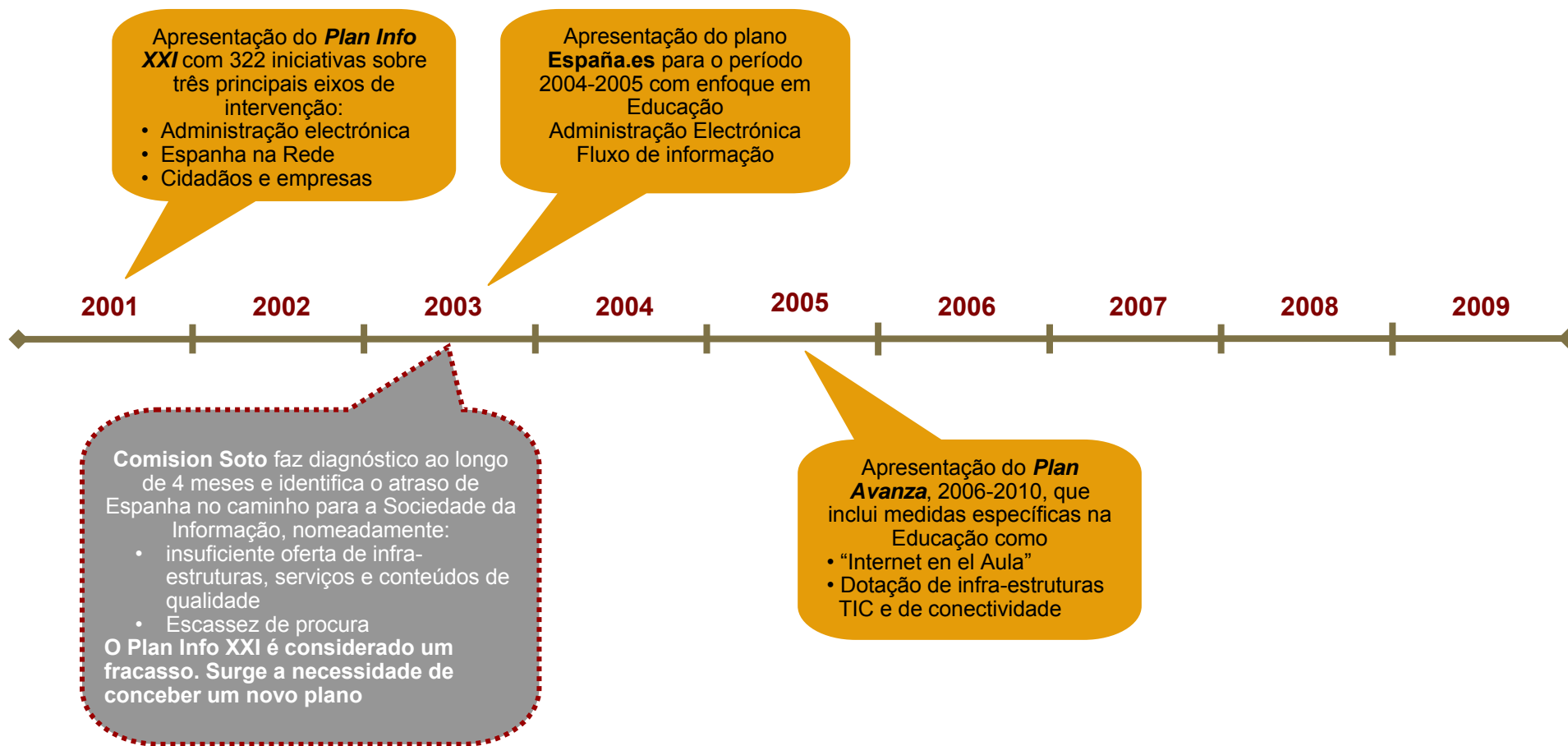
- Formação de professores insuficiente. Os seminários e as aulas, de curta duração, não são suficientes para que os professores consigam dominar o uso das TIC;
- Falta de apoio pós-formação/ formação contínua

Outros exemplos

- Irlanda

- Espanha

A modernização tecnológica em Espanha iniciou-se em 2001 com a apresentação do *Plan Info XXI*



O reduzido impacto do plano Info XXI deu maior relevância ao plano seguinte – *España.es*.

A modernização tecnológica em Espanha iniciou-se em 2001 com a apresentação do *Plan Info XXI*

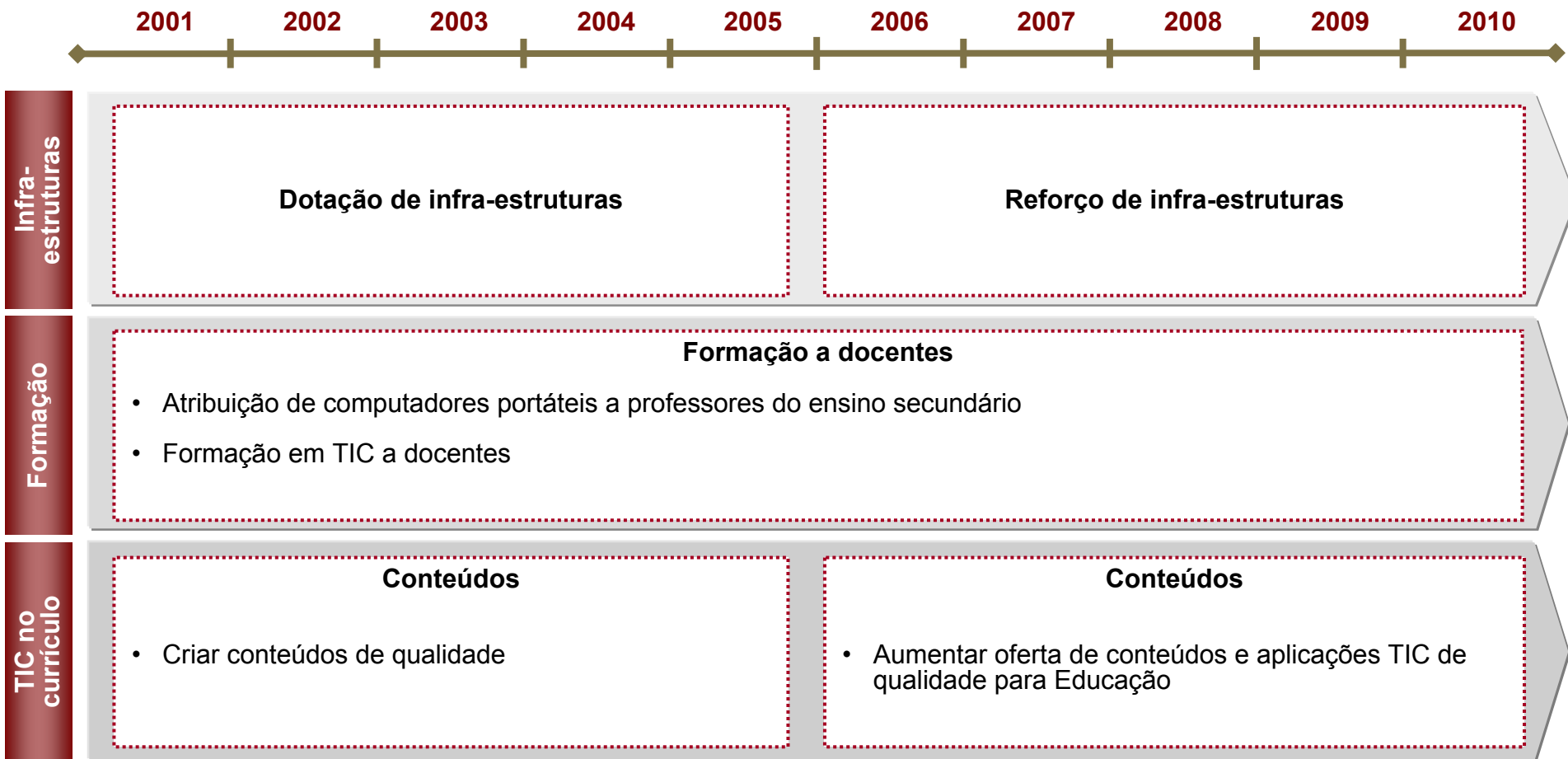


O plano España.es teve resultados positivos a nível de aumento de número de computadores e de acesso das escolas à internet, com medidas concretas e calendarizadas a dois anos e que já deu lugar ao Plan Avanza

O plano España.es tem um âmbito alargado, mas define medidas e objectivos muito concretos para cada uma das áreas de actuação

Medidas	Projectos	Descrição	Responsável
Administración.es	<ul style="list-style-type: none"> • Impulsionar decididamente a administração electrónica 	<ul style="list-style-type: none"> • Executar as 19 medidas do Plano de Choque 	<ul style="list-style-type: none"> • MAP liderará através de CSIASE e C. Sectorial • MCyT (com Red.es) oferecerá apoio técnico
Educación.es Da "aula de informática" à "informática na aula", integrando as novas tecnologias como ferramenta habitual no processo de ensino e aprendizagem. Actuação que se estenderá ao período 2004 – 2007	<ul style="list-style-type: none"> • Internet na Escola – Infra-estruturas • Internet na Escola – Docentes • Internet na Escola – Ferramentas e Conteúdos Educativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso <i>wireless</i> e projector nas 53 000 salas dos 6 000 centros públicos da secundária e FP G. Superior e G. Médio • Computador portátil aos 140 000 docentes da secundária e FP e cursos de formação • Portal educación.es com conteúdos, criação de comunidades virtuais e serviços para a comunidade educativa (professores, alunos e pais) 	<ul style="list-style-type: none"> • MECD e MCyT (através de Red.es) em corresponsabilidade com as CC.AA.
Pymes.es	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporação das PYMEs na Sociedade de Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • De uma maneira coordenada e integrada, desenvolver e implementar soluções e serviços, e formar as PYMES menos integradas na S.I. 	<ul style="list-style-type: none"> • MinEco e MCyT em colaboração com associações sectoriais, grandes empresas e CC.AA.
Navega.es Acessibilidade de todos os cidadãos à Sociedade de Informação, aproximando-se a S.I. de todos os colectivos menos integrados através de dotação de infra-estruturas e plano de formação	<ul style="list-style-type: none"> • Telecentros (Internet Rural e em Bibliotecas – Fase II) • Formação e Integração Digital 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalar 2 000 novos centros de acesso público à Internet em áreas rurais, com Banda Larga • Criação da Fundação Navega.es para gerir os programas de formação 	<ul style="list-style-type: none"> • MCyT (através de Red.es) e MAPA, conjuntamente com CC.AA. E CC.LL • Fundação formada por MTAS, MinEco, MECD e MCyT, sector privado e Cajas de Ahorro, em coordenação com CC.AA. E CC.LL.
Contenidos.es Criar conteúdos digitais de qualidade, oferecendo à sociedade conteúdos públicos e promover uma utilização mais segura da Internet	<ul style="list-style-type: none"> • Patrimonio.es • Seguridad.es 	<ul style="list-style-type: none"> • Digitalização, difusão e explosão de elementos do Património Histórico-artístico • Fomentar a segurança e a eConfiança 	<ul style="list-style-type: none"> • Red.es em corresp. com org. culturais, CC.AA. e sector privado • Red.es
Comunicación.es Comunicar a toda a sociedade as vantagens da S.I., criando uma marca para todas as actuações, e com uma campanha <i>umbrella</i> e várias campanhas específicas. Responsável MCyT	<ul style="list-style-type: none"> • - 	<ul style="list-style-type: none"> • - 	<ul style="list-style-type: none"> • -

Ao nível da Educação, as políticas desenvolvidas privilegiaram 3 dimensões

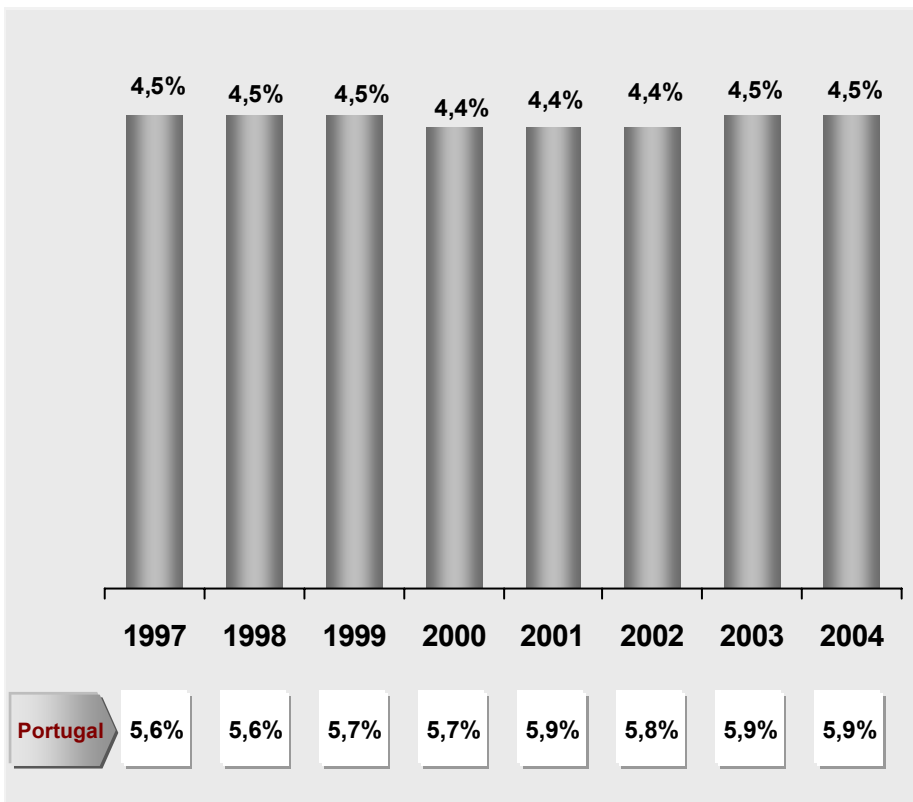


Em todo o processo houve 3 principais entidades envolvidas, com âmbitos de intervenção que se sobrepõem em alguns aspectos

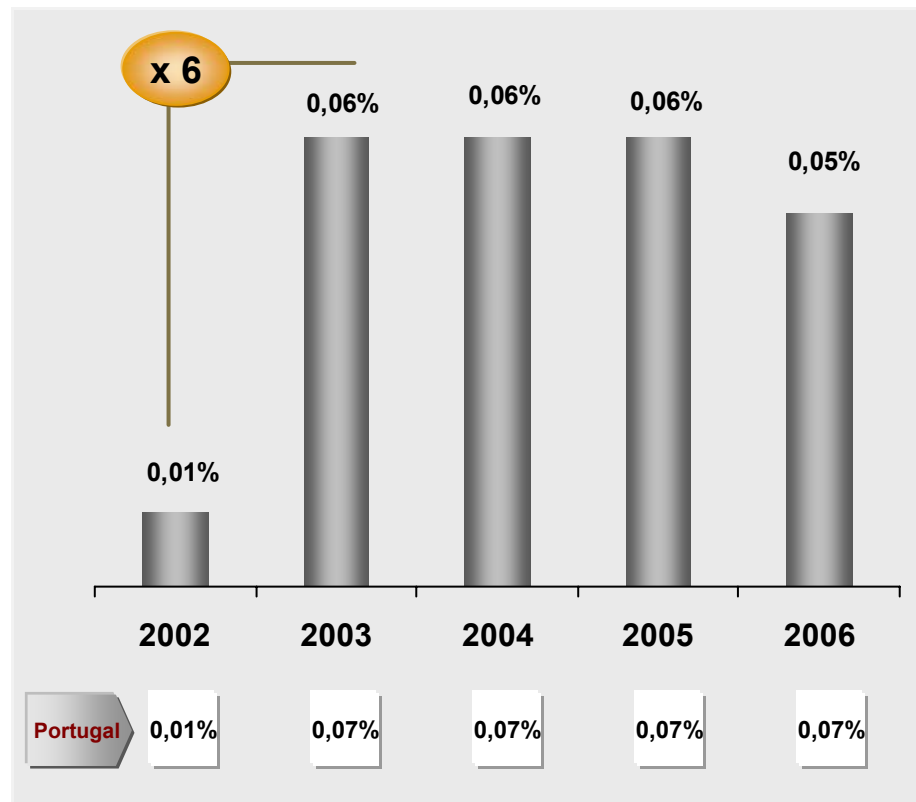
Entidades	Âmbito da intervenção na modernização tecnológica
Ministério da Educação e Ciência	<ul style="list-style-type: none"> • Responsável pela definição de políticas de Educação a desenvolver • Responsável pelo desenvolvimento em TIC e diminuir assimetrias entre as Comunidades Autónomas
Red.es	<ul style="list-style-type: none"> • Red.es é uma entidade pública empresarial (EPE) constituída pelos ministérios <ul style="list-style-type: none"> – Educação e Ciência – Indústria, Turismo e Comércio • A entidade coordena a sua actividade com a das Comunidades Autónomas • As suas responsabilidades passam por: <ul style="list-style-type: none"> – Promover o desenvolvimento da Sociedade de Informação mediante a execução de programas definidos no Plano Avanza para a convergência com a Europa e entre as Comunidades Autónomas – Analisar a Sociedade da Informação através do Observatório das Telecomunicações e da Sociedade da Informação – Oferecer assessoria e apoio específico à Administração Geral do Estado – Gerir o registo de nomes de domínios “.es”
Comunidades Autónomas	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento (26% dos investimentos em España.es) • Responsáveis por: <ul style="list-style-type: none"> – Aquisição e manutenção de <i>hardware</i> e <i>software</i> – Formação a professores – Produção de materiais educacionais multimédia • As Comunidades Autónomas são convidadas a subscrever acordos com objectivos genéricos estabelecidos entre ministérios com responsabilidades em matéria de TIC • Algumas iniciativas resultam da colaboração entre as Comunidades Autónomas e Red.es

Ao nível do governo, para além da elaboração de planos de modernização, houve também um aumento muito significativo do investimento em TIC

Gasto em Educação como % do PIB - Espanha

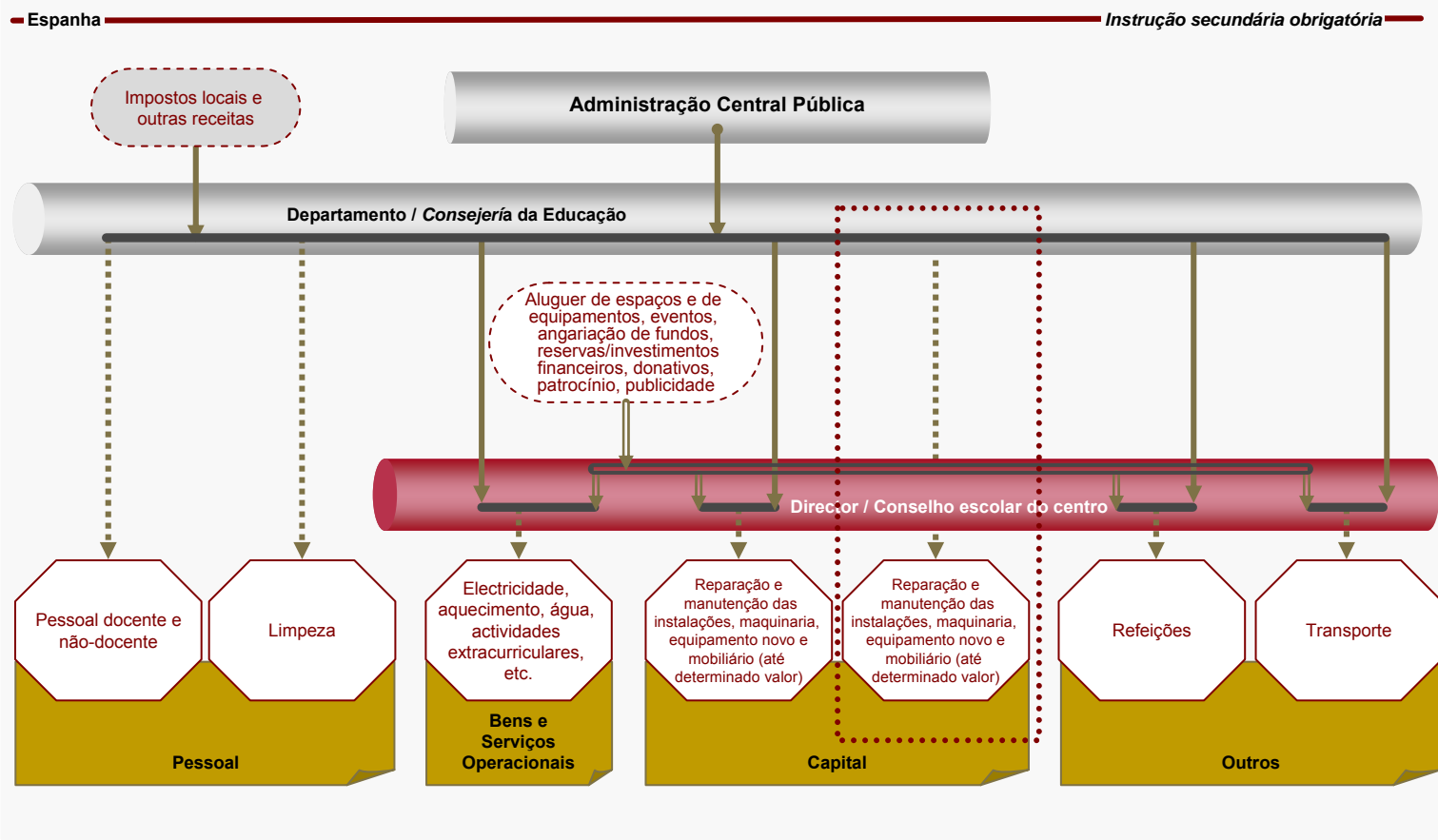


Gasto em TIC na Educação como % do PIB - Espanha



No que respeita ao financiamento, a aquisição de equipamento é efectuada ao nível dos Departamentos de Educação e posteriormente transferidos para as escolas

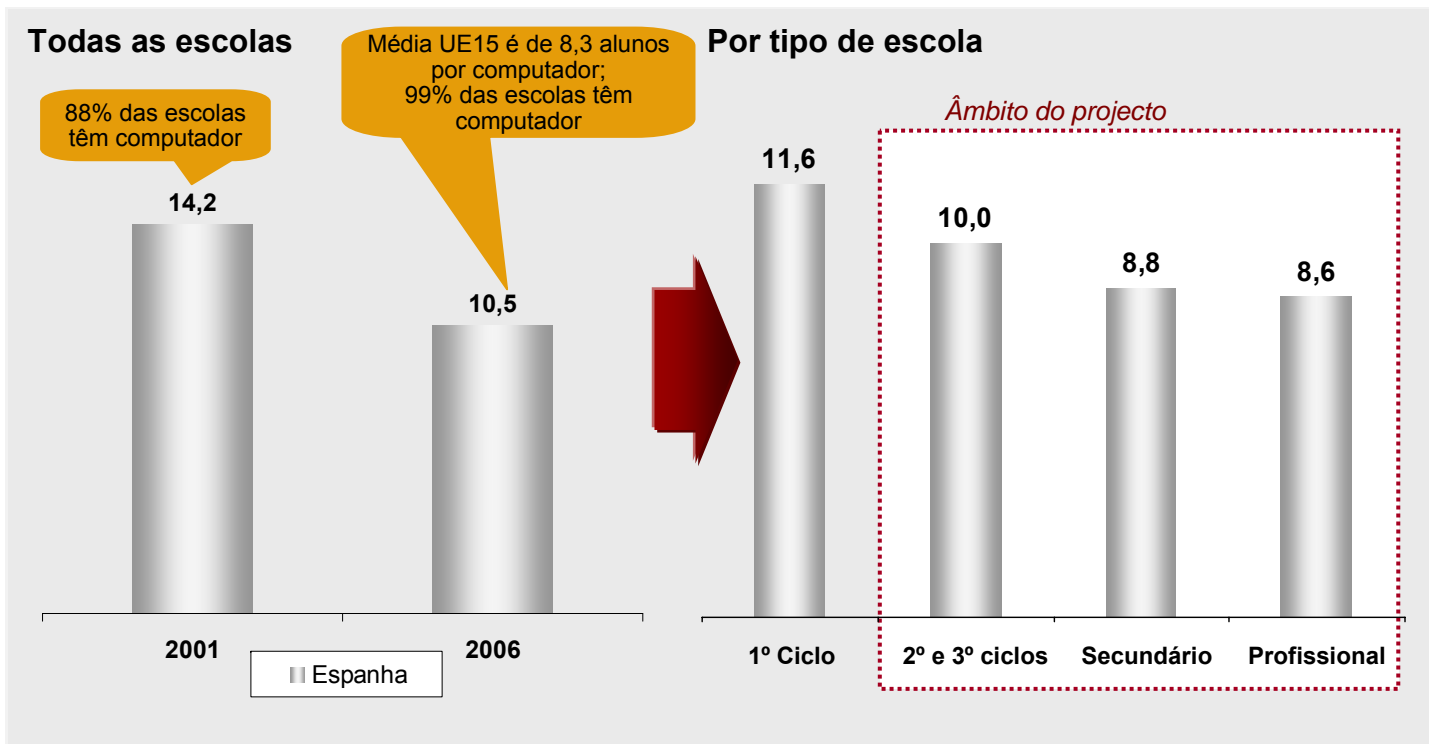
Fluxos financeiros na instrução obrigatória, 2001



- Os Departamentos de Educação das Comunidades Autónomas têm autonomia para adquirir equipamentos com fundos próprios e fundos transferidos pelo Governo Central
- As escolas recebem equipamento proveniente dos Departamentos de Educação das Comunidades Autónomas

Em matéria de equipamento, e desde 2001, a Espanha aumentou significativamente o número de escolas com computador e melhorou o rácio alunos por computador

Número de alunos por computador – Espanha



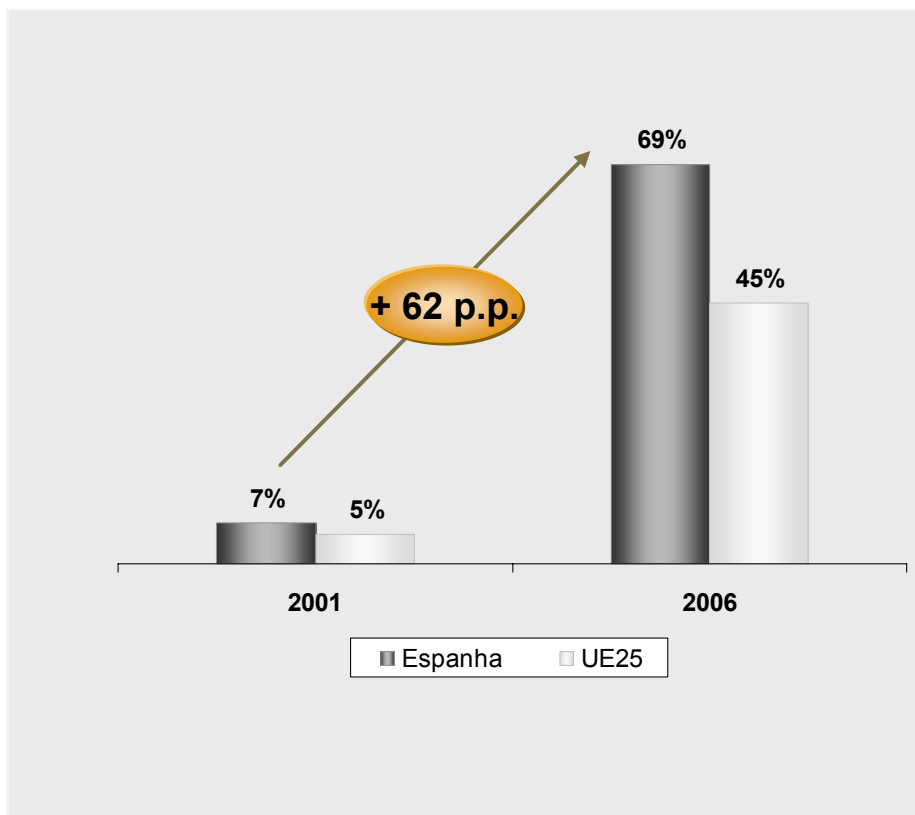
- O enfoque de Espanha desde 2001 foi o aumento de infra-estruturas
- Existe maior dotação em infra-estruturas TIC no ensino que está mais próximo da colocação de alunos no mercado de trabalho

Dos computadores existentes nas escolas, 73% eram para utilização de alunos, 18% de docentes e 9% de não docentes¹⁾

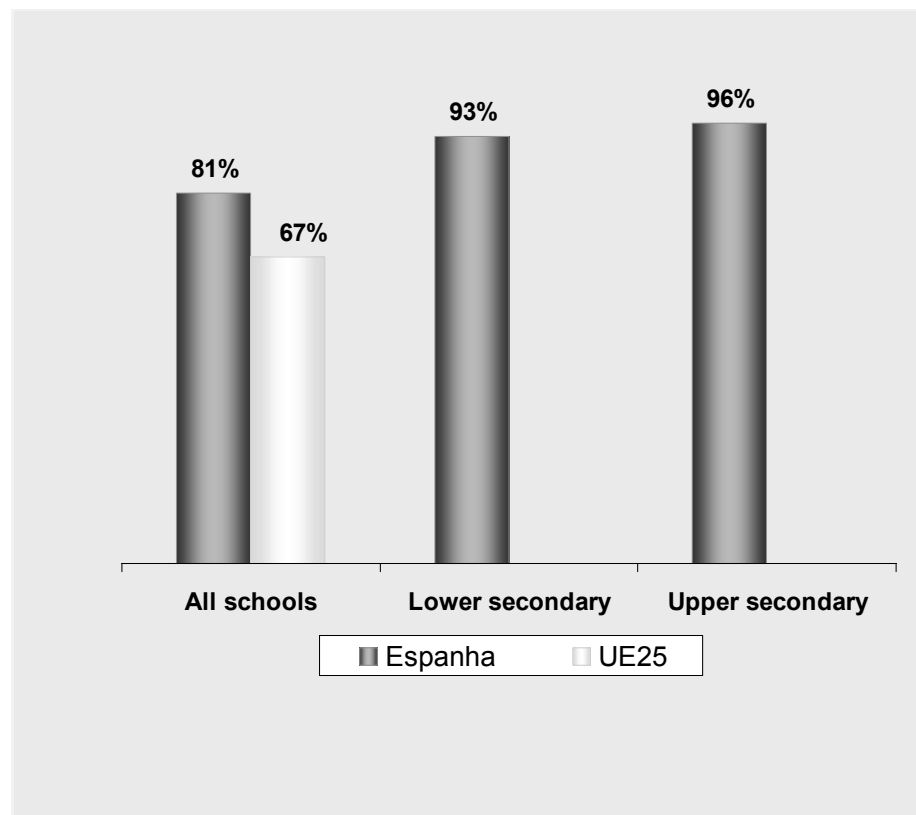
¹⁾ Dados ano 2000

No que respeita ao acesso a Internet, as escolas espanholas aumentaram em 62 p.p. o número de ligações à Internet através de DSL

Ligação à Internet através de DSL em todas as escolas – Espanha

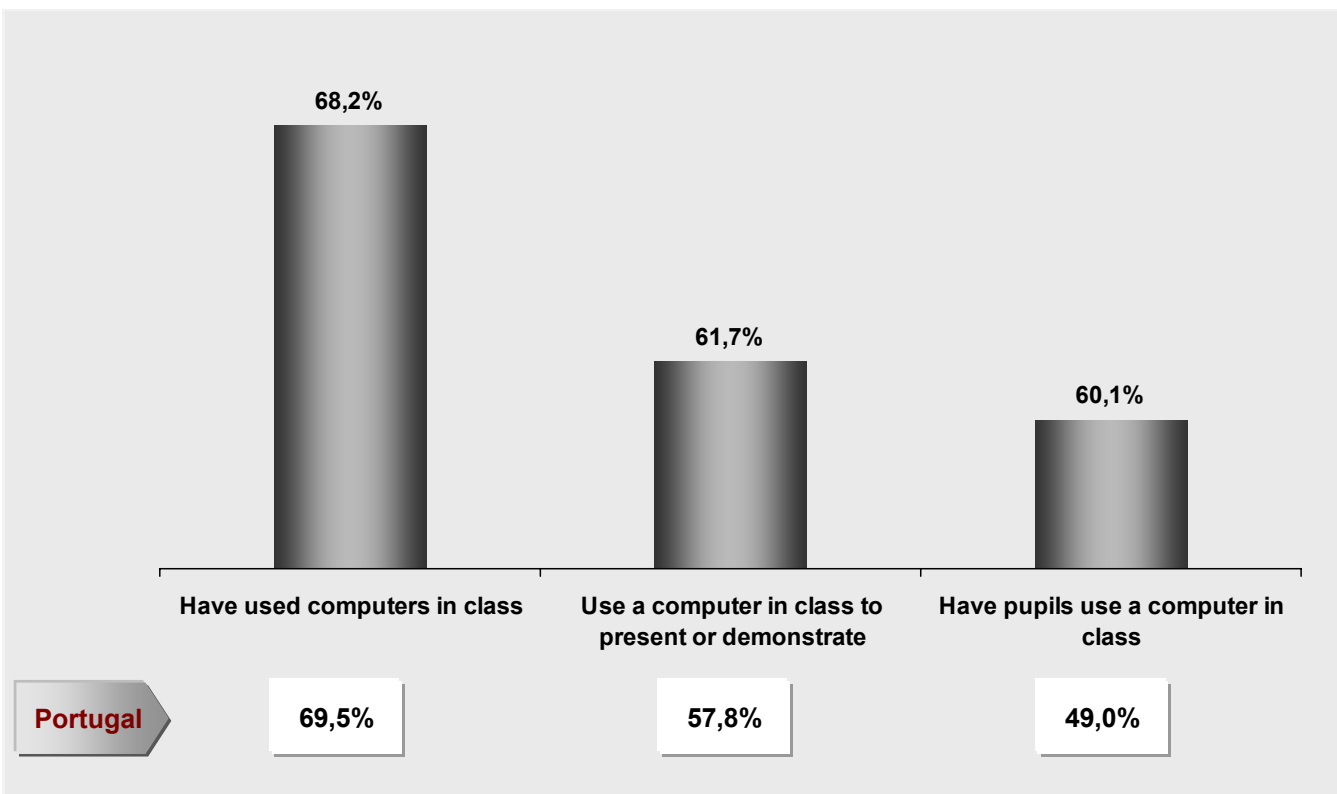


% escolas com acesso à Internet de banda larga em 2006 – Espanha



As TIC são menos utilizadas nas aulas quer por docentes (68%) quer por alunos (60%)

Utilização de computadores por docentes nas escolas¹⁾ (2006) - Espanha

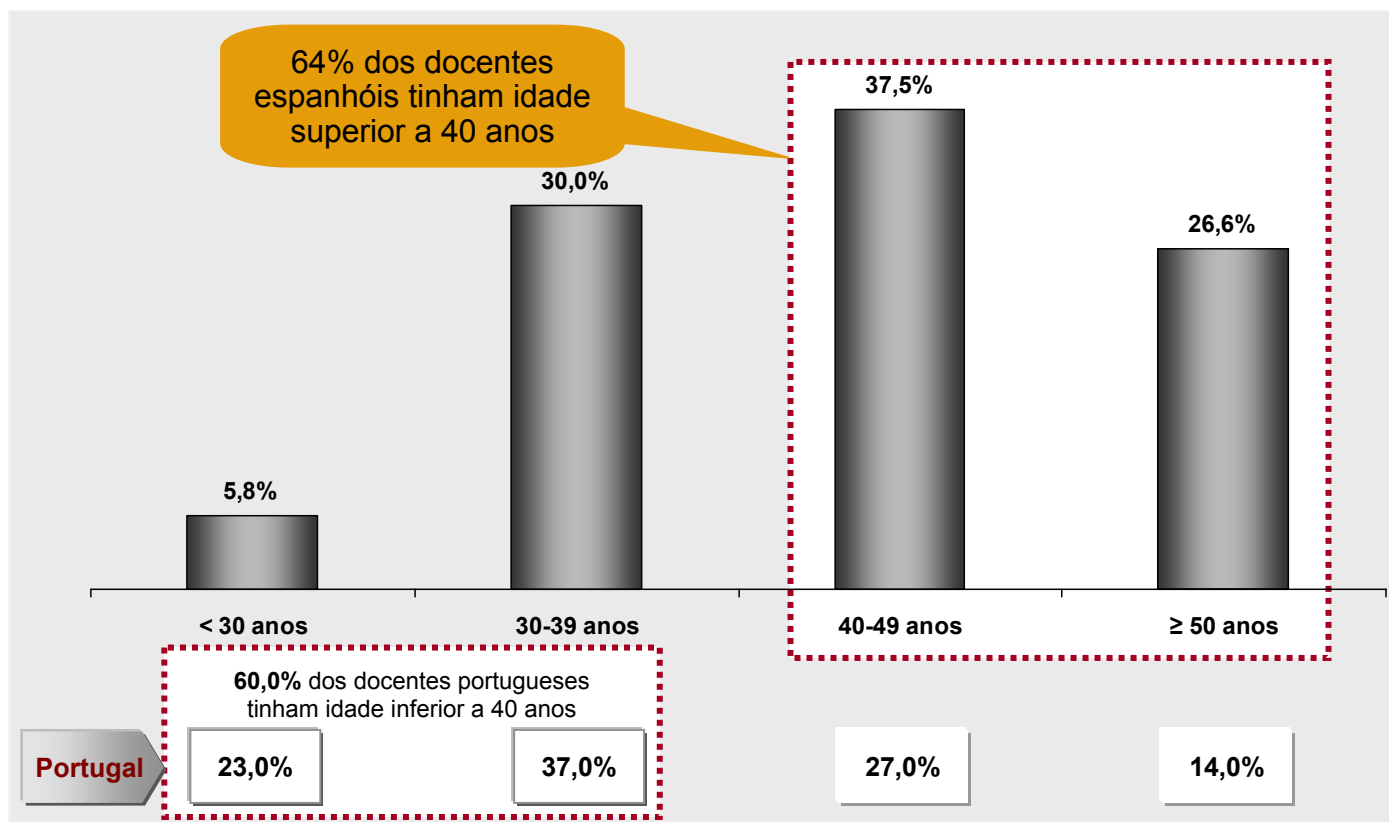


- As TIC são menos utilizadas nas aulas em Espanha que na Finlândia e Irlanda
- Espanha tem níveis de uso de computadores por parte dos seus docentes semelhantes a Portugal, mas os alunos espanhóis utilizam mais as TIC nas aulas que os portugueses

¹⁾ Base: todos os professores; utilização nos últimos 12 meses
Fonte: Empirica Country Brief; análise A. T. Kearney

Em Espanha, 64% dos docentes concentram-se nas duas faixas etárias de idade mais elevadas

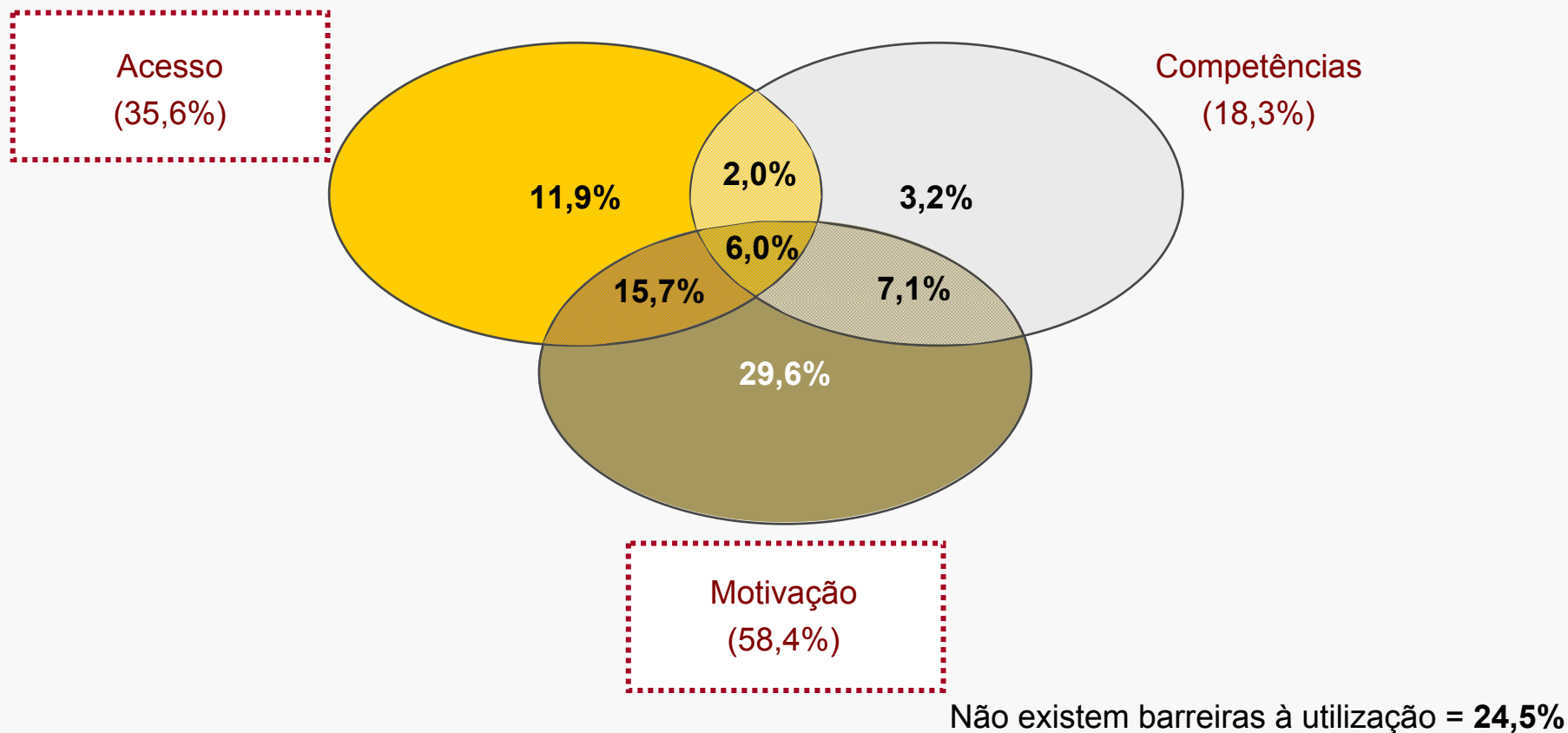
Idade dos docentes (2004-2005) - Espanha



▪ O perfil relativamente mais novo dos docentes portugueses pode ser um catalisador para uma maior utilização de TIC em Portugal

Neste momento, a principal barreira à utilização de TIC nas escolas é a falta de motivação

Barreiras para o uso de computadores e Internet nas escolas¹⁾ - Espanha



¹⁾ Informação relativa à utilização de TIC na escola por docentes
Fonte: Empirica Country Brief 2006; análise A. T. Kearney

Os objectivos estabelecidos para o período 2006-2010 continuam a promover iniciativas relevantes ao nível de infra-estruturas, formação e integração das TIC no currículo

Não exaustivo

Políticas de modernização tecnológica – Espanha

Objectivos

- **Reforçar equipamento**
- Aumentar a confiança no **uso das TIC**
- Garantir **formação em TIC**
- Aumentar a oferta de **conteúdos e aplicações TIC para Educação**
- **Acessibilidade às TIC** por parte de cidadãos com necessidades especiais

Em todo o processo de modernização tecnológica do ensino em Espanha, foram identificados 3 factores críticos de sucesso, sendo a falta de recursos a principal barreira identificada até ao momento

Factores Críticos de Sucesso

Cooperação com as Comunidades Autónomas

- **Traçar de forma conjunta** com as Comunidades Autónomas um **Plano de Acção** que impulse e enriqueça as iniciativas existentes
- **Trabalhar em estreita colaboração** com cada Comunidade Autónoma

Critérios de gestão

- **Exigir** requisitos de **Nível de Serviço**

Alavancagem de experiências

- **Actuar como um catalisador**, aproveitando as iniciativas e a experiência dos diferentes agentes

Barreiras

Recursos Financeiros

- A escassez de recursos financeiros (principal causa do insucesso do *Plan Info XXI*, o que “atrasou” em 2 anos a modernização tecnológica no ensino espanhol)



Estudo de Diagnóstico: a modernização tecnológica do sistema de ensino em Portugal

Principais resultados

Lisboa, Maio de 2007

0. Índice

1. Introdução	3
2. Sumário Executivo	5
3. Enquadramento	9
4. Principais Resultados	
4.I. Tecnologia	13
4.II. Conteúdos	36
4.III. Competências	46
4.IV. Investimento e Financiamento	56

1. Introdução

O Programa Educação e Formação 2010, que constitui o quadro de referência estratégico para o desenvolvimento das políticas de educação e de formação na Europa comunitária, estabelece objectivos claros e ambiciosos no que toca ao desenvolvimento das competências necessárias para viver e trabalhar na sociedade do conhecimento e ao acesso de todos às tecnologias de informação e comunicação.

A nível nacional, as Grandes Opções do Plano para 2007 estabelecem um conjunto de programas destinados à modernização das escolas e ao aumento do uso de tecnologia no ensino.

Ao Ministério da Educação compete conceber e executar iniciativas, acções e medidas tendentes à modernização tecnológica das escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário.

Para garantir uma implementação criteriosa e racional de medidas de política, foi levado a cabo um estudo das infra-estruturas tecnológicas existentes nos estabelecimentos de ensino em análise, bem como da utilização de tecnologias de informação e comunicação. Foram também analisados modelos internacionais de referência no que respeita à modernização tecnológica do ensino, no sentido de identificar boas práticas e condições de generalização que possam estimular a modernização tecnológica em Portugal.

O presente diagnóstico tem por objectivo identificar grandes áreas de intervenção para a modernização tecnológica do ensino, de forma a acelerar o processo de modernização do sistema educativo português e a colocar Portugal em linha com os países da UE mais avançados neste domínio.

O diagnóstico centra-se na análise do caso português, recorrendo a:

- informação pública disponível;
- informação quantitativa disponível no Ministério da Educação;
- informação quantitativa recolhida por via de inquérito a todas as escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário, em suporte electrónico, efectuado entre 12 e 16 de Março de 2007;
- informação qualitativa recolhida através de entrevistas presenciais a 27 agentes, designadamente estabelecimentos de ensino, Direcções Regionais de Educação, fornecedores de tecnologia, fornecedores de equipamento, Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, Equipa de Missão CRIE e Parque Escolar EPE.

No que respeita aos modelos internacionais de referência, foram seleccionados os casos espanhol, irlandês e finlandês, este último analisado em maior profundidade pela similaridade da situação de partida com o caso português e pelos bons resultados alcançados nos últimos anos. A análise do processo de modernização tecnológica em cada um destes países teve por base:

- informação pública disponível;
- entrevistas a agentes relevantes em cada um dos países, nomeadamente a professores e membros dos gabinetes oficiais responsáveis pelos processos de modernização tecnológica nos respectivos países.

2. Sumário executivo

No que toca aos principais indicadores de modernização tecnológica, Portugal apresenta nos últimos 5 anos uma evolução muito significativa, observando-se, no entanto, ainda um atraso face à média europeia e aos objectivos traçados no âmbito do Programa Educação e Formação 2010:

- o número de alunos por computador regista uma melhoria na ordem dos 40%; porém, o rácio português é ainda aproximadamente o dobro do finlandês, um dos países de referência no que toca a modernização tecnológica do ensino;
- pese embora o rácio alunos por computador com acesso à Internet ter melhorado cerca de 60%, é ainda 48% superior ao dos países da UE15 e mais do que duplica o finlandês.

Avaliando o grau de modernização tecnológica no ensino com base em três factores críticos – acesso, competências e motivação –, as principais barreiras à modernização tecnológica em Portugal residem nas insuficiências ao nível do acesso (equipamentos e Internet) e das qualificações e competências.

Para este estudo foram analisadas quatro dimensões-chave do estágio de modernização tecnológica:

- tecnologia;
- conteúdos;
- competências;
- investimento e financiamento.

Observam-se oportunidades de melhoria em todas estas áreas.

Ao nível da **tecnologia**:

- no que se refere a computadores, Portugal apresenta um nível de dotação reduzido, agravado pela elevada percentagem de computadores com mais de três anos (56%), sendo necessário aumentar e requalificar o parque de computadores existente e garantir que são colmatadas as deficiências dos estabelecimentos de ensino mais atrasados;
- também ao nível de equipamentos de apoio, como videoprojectores, impressoras e quadros interactivos, se observam limitações: o rácio de alunos por impressora é superior a 40; aproximadamente 70% dos equipamentos tem mais de 3 anos; o número de videoprojectores é inferior a 1 projector por cada 7 salas de aula e apenas 1/3 das escolas dispõe de quadros interactivos. A reduzida disponibilidade destes equipamentos constitui uma forte barreira à utilização de tecnologia nas escolas, pelo que é necessário reforçar a sua dotação;
- no que à conectividade diz respeito, grande parte das escolas regista velocidades de acesso limitadas; de igual modo, um número elevado de computadores (mais de 20 000) não está

ainda ligado à Internet. Observa-se, também, que mais de 2/3 das escolas contratam mais do que um acesso à Internet, o que representa uma potencial duplicação de custos na ordem dos 20%. É importante rever o actual modelo de conectividade dos estabelecimentos de ensino para assegurar níveis de serviço adequados e eficiência dos investimentos;

- apesar de mais de 90% das escolas possuírem redes locais, observam-se insuficiências em 30% dos estabelecimentos de ensino. As redes de área local cresceram de forma ineficiente e não estruturada e, na maior parte dos estabelecimentos, encontram-se confinadas a áreas pré-definidas e limitadas, restringindo a utilização, pelo que é crucial a sua requalificação;
- os níveis de utilização das TIC em Portugal são muito inferiores aos dos países da UE15; a reduzida disponibilidade de equipamentos para utilização livre de docentes e alunos é uma das principais barreiras à utilização apontadas. Daí a importância da disponibilização de computadores, do acesso à Internet e de impressoras fora dos períodos de aula;
- apesar de praticamente todas as escolas utilizarem equipamentos informáticos na gestão, apenas 32% das escolas possuem intranet (vs. 60% a 70% das escolas nos países da UE mais avançados), sendo importante promover a implementação desta ferramenta para acelerar a adopção de tecnologia e aumentar a eficiência da gestão.
- observa-se também uma oportunidade para generalizar a utilização de plataformas de cartões de aluno. A implementação destes sistemas resulta em aumento da segurança e ganhos de eficiência importantes para as escolas e gera utilização de tecnologia pelos agentes. Actualmente, 58% das escolas têm implementadas plataformas de cartões de aluno mas observam-se ineficiências no actual formato de implementação dos sistemas, assim como um leque limitado de serviços disponibilizados. É importante generalizar a todas as escolas a utilização destas plataformas e das funcionalidades chave associadas – como o controlo de acessos e o porta-moedas electrónico –, e assegurar que as mesmas sejam compatíveis entre si para permitir o acompanhamento da informação do aluno ao longo do seu ciclo de vida na escola;
- por último, o aumento considerável do parque de equipamentos de elevado custo nas escolas veio, por um lado, reforçar a necessidade de protecção contra furtos e vandalismo e, por outro lado, proporcionar a oportunidade de alavancar nas novas tecnologias a preocupação crescente com a segurança nas escolas. Actualmente, apenas metade das escolas (49%) dispõe de sistemas electrónicos de segurança, observando-se ineficiências no modelo de operação e gestão dos mesmos, o que enfatiza a necessidade de endereçar as preocupações de segurança e de fazê-lo de forma integrada com as restantes iniciativas de modernização tecnológica das infra-estruturas escolares.

No domínio dos **conteúdos**:

- o caminho para a Sociedade da Informação e do Conhecimento implica a alteração dos métodos tradicionais de ensino e de aprendizagem, para a qual é crítica a existência de ferramentas e de materiais pedagógicos e de conteúdos adequados. A utilização de conteúdos e de aplicações em Portugal é significativamente mais baixa do que nos países da UE15 e a utilização de tais conteúdos por alunos em sala de aula é cerca de 60% da registada na Finlândia. Dada a importância que desempenham na adopção e na utilização de tecnologia, é essencial desenvolver a produção de conteúdos e aplicações de qualidade em língua portuguesa, bem como criar mecanismos de certificação dos mesmos. É também necessário criar mecanismos de incentivo à sua utilização de forma a assegurar a criação de um mercado dinâmico;
- as plataformas virtuais de conhecimento e aprendizagem desempenham um papel crítico na promoção da produção e utilização de conteúdos. A nível internacional, o desenvolvimento *in-house* de plataformas de *e-learning* e a promoção da sua utilização figura nas prioridades das medidas de política. Em Portugal, assiste-se aos primeiros passos de utilização de

plataformas de partilha de conhecimento. Contudo, observam-se já algumas limitações ao nível das funcionalidades disponibilizadas e do tipo de utilizações efectuadas. Dado o papel crítico que estas plataformas assumem, é crucial repensar o actual modelo para garantir que é explorado todo o seu potencial catalisador de modernização tecnológica;

- na gestão administrativa das escolas, observa-se que o leque de processos informatizados é reduzido e que apenas 5% das escolas utilizam sistemas de gestão documental electrónica. O desenvolvimento de plataformas electrónicas de apoio à gestão administrativa escolar, incorporando a informatização de processos como as matrículas, as faltas ou as actas, tem um papel catalisador de modernização tecnológica;
- apesar do aumento de dotação de equipamentos e dos esforços para aumentar a utilização de e-mail, este canal de comunicação ainda é muito pouco utilizado (menos de 1/3 das escolas disponibiliza endereços de e-mail a docentes e não docentes vs. 70% a nível europeu). É importante acelerar a adopção e utilização de e-mail pelo seu efeito dinamizador na utilização de tecnologia e de aumento de eficiência na gestão.

No âmbito das **competências**:

- observa-se um esforço significativo na formação de docentes e alunos, com a instituição de módulos de formação em tecnologia para docentes (frequentados por mais de 30 000 docentes por ano) e a criação das disciplinas TIC. Não obstante, a falta de qualificações ainda é apontada como uma forte barreira à utilização;
- é importante reequacionar o actual modelo de formação de docentes, à luz do que se observa nos países de referência, estabelecendo metas e mecanismos de certificação de competências, e desenhando programas de formação modulares, contínuos e progressivos;
- noutros países, não obstante o apetrechamento e a formação adequados, a utilização de tecnologia tem enfrentado resistência por parte dos agentes, revelando ser fundamental a definição de objectivos de aplicação de TIC na actividade lectiva, na avaliação e na gestão administrativa;
- no que aos alunos diz respeito, é importante acelerar a formação em tecnologia, antecipando no tempo o contacto dos alunos com as ferramentas básicas TIC e assegurando que a utilização das TIC não está confinada a disciplinas específicas, mas que faz parte do dia-a-dia da escola e do método de aprendizagem de todas as disciplinas;
- por último, e considerando que em 2/3 das escolas a manutenção da infra-estrutura de tecnologia é efectuada por professores e que o número de escolas que recorre a serviços técnicos especializados é 1/4 da média da UE15, urge assegurar a qualificação dos agentes responsáveis pela infra-estrutura tecnológica e pela disseminação da tecnologia – 75% das escolas afirma necessitar de apoio a este nível.

Em matéria de investimento e financiamento:

- Portugal apresenta níveis de investimento em tecnologia na educação significativamente inferiores aos países de referência (cerca de 48% da média da UE15);
- cerca de 80% das despesas das escolas em TIC são maioritariamente suportadas por receitas próprias, um modelo de financiamento que origina, com frequência, decisões de investimento ineficientes e que reproduz assimetrias;
- não existem mecanismos articulados de promoção do envolvimento da iniciativa privada no processo de modernização tecnológica das escolas;
- para garantir o sucesso de um programa de modernização tecnológica, é importante aumentar a dotação de investimento e rever formatos de financiamento. E, à semelhança do que tem sido feito nos países de referência, é fundamental criar mecanismos para que a iniciativa privada possa também participar do processo de modernização tecnológica do ensino nacional.

Em conclusão, o país apresenta oportunidades de melhoria nas áreas analisadas, todas elas interdependentes e carecendo de uma actuação concertada.

O processo de modernização tem sido percorrido através de medidas de política isoladas e iniciativas individuais de escolas, comunidades de ensino e empresariais, não existindo uma visão agregadora ou objectivos claros a atingir, nem um programa de modernização coerente e integrado para o País.

Neste contexto, é importante redefinir o processo de modernização tecnológica para Portugal, que, incorporando as acções de sucesso implementadas no estrangeiro, seja adequado à realidade nacional, vencendo o atraso e posicionando o país de forma competitiva face aos seus congéneres europeus.

O desafio de colocar Portugal em linha com os países mais avançados da Europa é arrojado e exige uma intervenção articulada e coordenada entre todos os agentes em todas as áreas de intervenção. Neste âmbito, a definição de uma estratégia nacional e plano de modernização tecnológica do ensino revestem-se de uma importância ímpar.

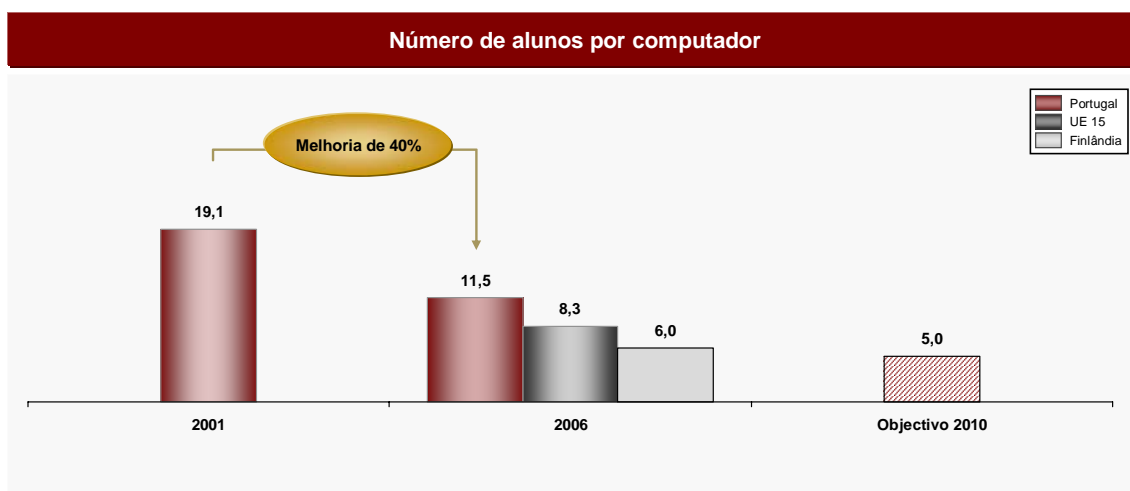
Assim, para que a escola possa preparar os cidadãos para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, é necessário, desde logo, definir uma visão de modernização partilhada pelos agentes da comunidade educativa e determinar objectivos e linhas orientadoras claras. Depois, é essencial assegurar os mecanismos e os meios adequados à prossecução dos objectivos definidos, tendo em consideração a situação actual e os factores indutores e inibidores da modernização tecnológica da educação.

3. Enquadramento

No que respeita aos principais indicadores de modernização tecnológica, nos últimos 5 anos Portugal apresenta uma evolução muito significativa, embora se observe ainda um atraso face à média europeia e aos objectivos traçados no âmbito do Programa Educação e Formação 2010.

Com efeito, e em relação ao **número de alunos por computador**, nos últimos 5 anos observou-se uma melhoria na ordem dos 40%. Todavia, o rácio Português é ainda cerca do dobro do rácio finlandês.

Fig. 1 - Número de alunos por computador



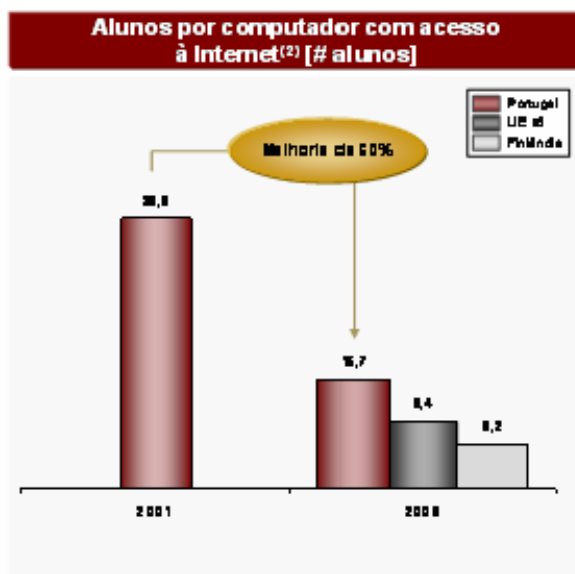
Fonte: GEPE / ME; Empirica Report 8/2006; análise A. T. Kearney (escolas públicas dos ensinos básico e secundário)

A **conectividade das escolas** é usualmente medida pela percentagem de escolas com ligação à Internet e pelo rácio de alunos por computador com ligação à Internet. Também nestes indicadores se observam melhorias muito significativas: no que se refere ao número de alunos por computador com ligação à Internet, o rácio evoluiu de 39 alunos em 2001 para 16 alunos em 2006 [Fig.2].

No rácio de alunos por computador ligado à Internet, Portugal apresenta também um atraso, quer face aos países da UE15, quer face aos países mais avançados da UE, o que se deve não só a um rácio de alunos por computador superior, como também a uma menor percentagem de computadores ligados à Internet em relação ao grupo de países de referência.¹

¹ A percentagem de computadores ligados à Internet (média para todas as escolas) é de 63% em Portugal, de 88% na média dos países da UE15 e de 96% na Finlândia. (Fonte: Empirica LearnInd 2006; análise A. T. Kearney)

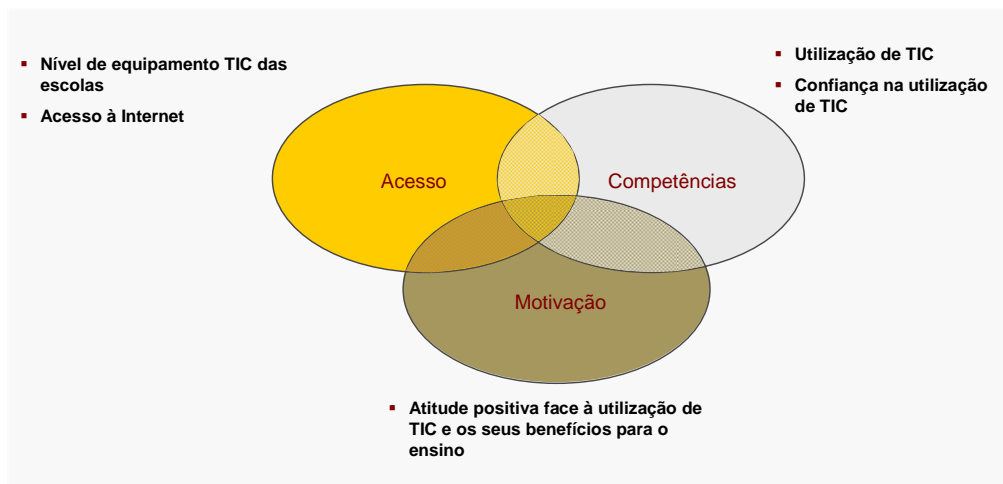
Fig. 2 - Conectividade dos estabelecimentos de ensino



Fonte: GEPE / ME; Empirica Report 8/2006; análise A. T. Kearney (escolas públicas dos ensinos básico e secundário)

Para além destes macro-indicadores de referência, a avaliação do grau de modernização tecnológica no ensino pode ser efectuada com base em três dimensões-chave: acesso, competências e motivação [Fig. 3].

Fig. 3 - Modelo Acesso-Competências-Motivação²

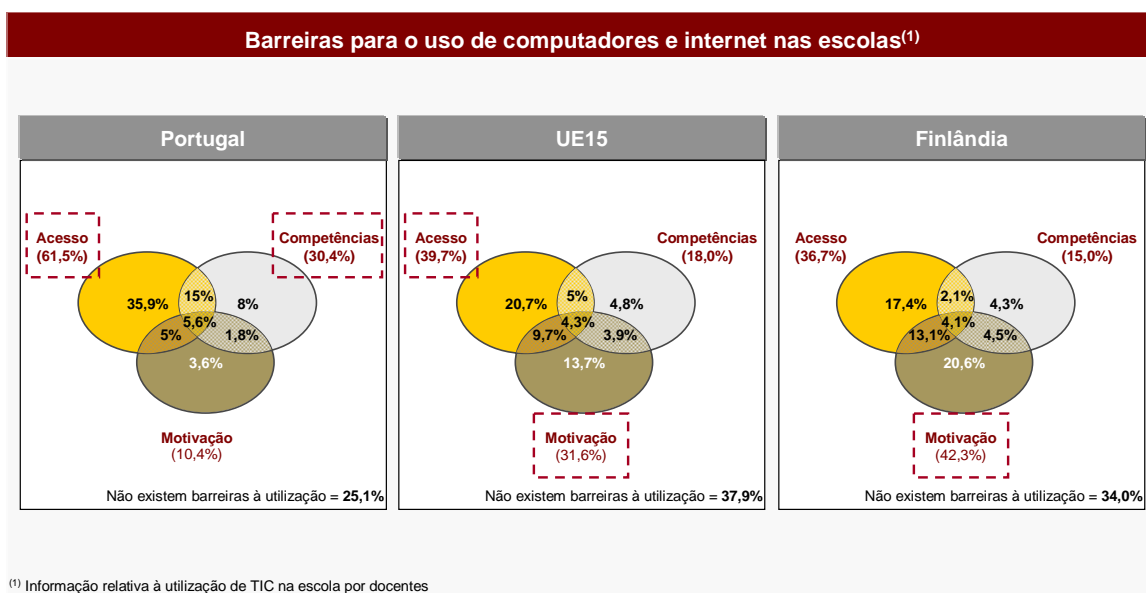


Fonte: Empirica report 8/2006; análise A. T. Kearney

² Modelo Access-Competences-Motivation, baseado em Viherä & Nurmela 2001, Empirica Report 8/2006.

Analisando a posição de Portugal com base neste modelo, em termos comparativos, as **principais barreiras à modernização tecnológica** no País prendem-se ainda com insuficiências no acesso (equipamentos e Internet) e nas qualificações e competências.

Fig. 4 - Modelo Acesso-Competências-Motivação: Portugal vs. UE15 e Finlândia



Fonte: Empirica report 8/2006; análise A. T. Kearney

Dada a importância relativa das condicionantes de acesso, o diagnóstico elaborado deu especial destaque a esta área.

Com vista a analisar o estágio actual de modernização tecnológica, foram analisadas 4 dimensões [Fig. 5], tendo, no entanto, sido dado especial destaque à componente de tecnologia, dado esta ser a principal barreira identificada em Portugal.

Fig. 5 - Dimensões de análise

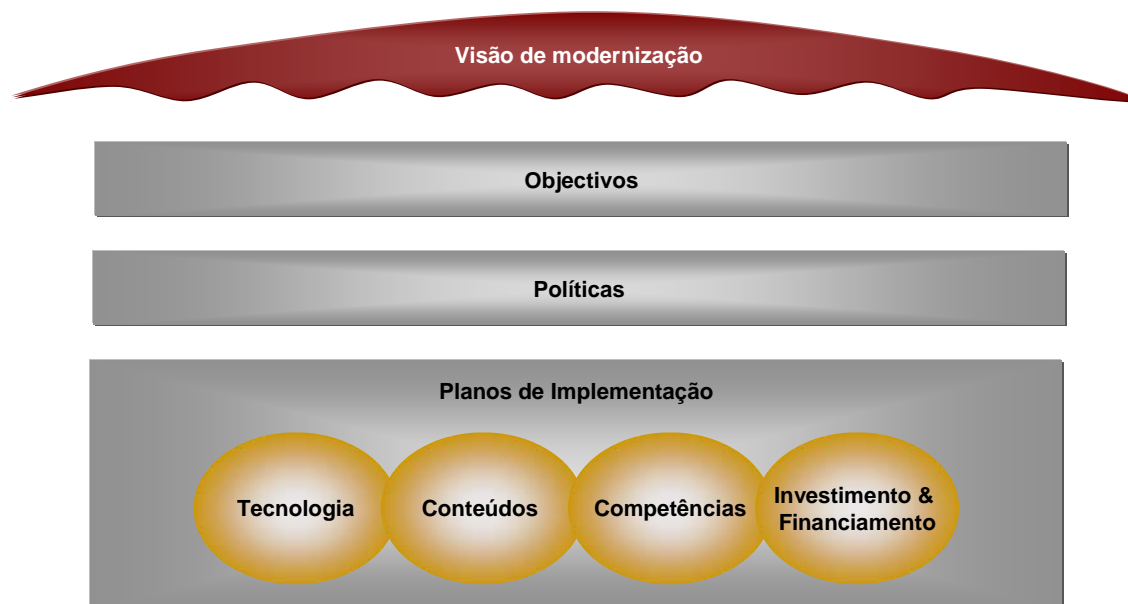


Fonte: Análise A. T. Kearney

É de sublinhar que estas áreas de intervenção são interdependentes e que uma actuação não coordenada nas várias áreas limitará não só a rapidez dos resultados, como também o sucesso das iniciativas.

Nos exemplos internacionais de referência na modernização tecnológica do ensino, é frequentemente apontado como factor de sucesso a existência de uma visão de modernização agregadora que suporte a definição de políticas, objectivos e planos de implementação envolvendo uma actuação coerente e coordenada sobre as várias áreas de intervenção: tecnologia, conteúdos, competências e modelos de investimento e financiamento [Fig. 6].

Fig. 6 - Áreas de actuação para a modernização tecnológica do ensino



Fonte: Análise A. T. Kearney

4. Principais Resultados

4.1. Tecnologia

A nível de tecnologia, há um esforço significativo de dotação a fazer, esforço ainda mais premente quando se considera as necessidades de substituição do equipamento existente.

Para cumprir o objectivo de 5 alunos por **computador**, traçado no âmbito do Programa Educação e Formação 2010, Portugal terá de, nos próximos 3 anos, reforçar o seu parque de computadores com, pelo menos, mais 35 000 computadores.

Observam-se elevadas **assimetrias** inter e intra-regiões, resultantes de diferentes níveis de proactividade e motivação dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, sendo que, enquanto 28% das escolas já cumprem o objectivo traçado para 2010, 20% das escolas apresentam rácios alunos por computador superiores a 10.

Para garantir o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação, objectivo fixado no Programa Educação e Formação 2010, é importante colmatar as deficiências dos estabelecimentos de ensino menos avançados sem que, ao mesmo tempo, se desincentivem os esforços das escolas mais proactivas.

Grande parte das escolas reporta velocidades limitadas de **ligação à Internet**, o que tem levado à proliferação da contratação de acessos adicionais, resultando em potencial duplicação de custos na ordem dos 20%.

Tendo em consideração a criticidade do acesso à Internet de banda larga e a crescente utilização de software e de aplicações exigentes em termos de largura de banda, é importante rever o modelo de acesso à Internet das escolas.

Em quase todas as escolas existe pelo menos uma **rede de área local**, mas em cerca de 30% das escolas estas redes não se encontram bem estruturadas. E na maior parte dos estabelecimentos de ensino, as redes encontram-se confinadas a áreas pré-definidas e limitadas, restringindo a utilização.

As redes Wi-Fi podem facilitar uma utilização mais generalizada mas, nas escolas, estas ainda cobrem uma área reduzida.

É necessária a requalificação das redes de área local nas escolas, assegurando níveis adequados de mobilidade no acesso.

No que respeita a **equipamentos de apoio**, como impressoras, videoprojectores e quadros interactivos, a disponibilidade destes equipamentos é limitada, o que condiciona a utilização de TIC no ensino.

Para acelerar a adopção de novas tecnologias nos métodos de ensino, é importante aumentar a dotação das escolas e salas de aula com infra-estruturas de suporte.

A utilização de tecnologia no ensino em Portugal é menor do que em outros países europeus, sendo a escassez de equipamentos informáticos um dos principais inibidores da utilização, em particular a **escassez de equipamentos em sala de aula e para utilização livre** por parte de docentes, não docentes e alunos. Para acelerar a utilização de tecnologia nas escolas, é

necessário reforçar os equipamentos disponíveis em sala de aula e disponíveis para utilização livre.

Em relação a **equipamentos para a gestão administrativa** dos estabelecimentos de ensino, as escolas possuem em média 19 computadores para uso administrativo, dos quais uma proporção elevada se encontra ligado à Internet.

No entanto, a maioria das escolas não possui **intranet** e muito poucos estabelecimentos de ensino utilizam Internet ou intranet na gestão escolar.

A existência de intranets nas escolas é considerada como um indicador do grau de sofisticação de utilização de tecnologia nas escolas, pelo que é importante generalizar a utilização desta ferramenta, principalmente em processos críticos.

No que toca a **cartões de aluno**, a implementação destas plataformas resulta em ganhos de eficiência importantes para as escolas e gera utilização de tecnologia por docentes, não docentes e encarregados de educação.

A maioria das escolas já tem implementada plataformas de gestão de cartões de aluno, no entanto, o leque de serviços disponibilizado é, na maioria das escolas, ainda limitado.

Importa generalizar a adopção destas plataformas e ampliar o leque de serviços potenciados para uma mais rápida utilização e optimização administrativa.

Por último, à medida que nas escolas aumenta o parque de equipamentos de elevado custo, é importante endereçar o tema da **segurança** de forma estruturada.

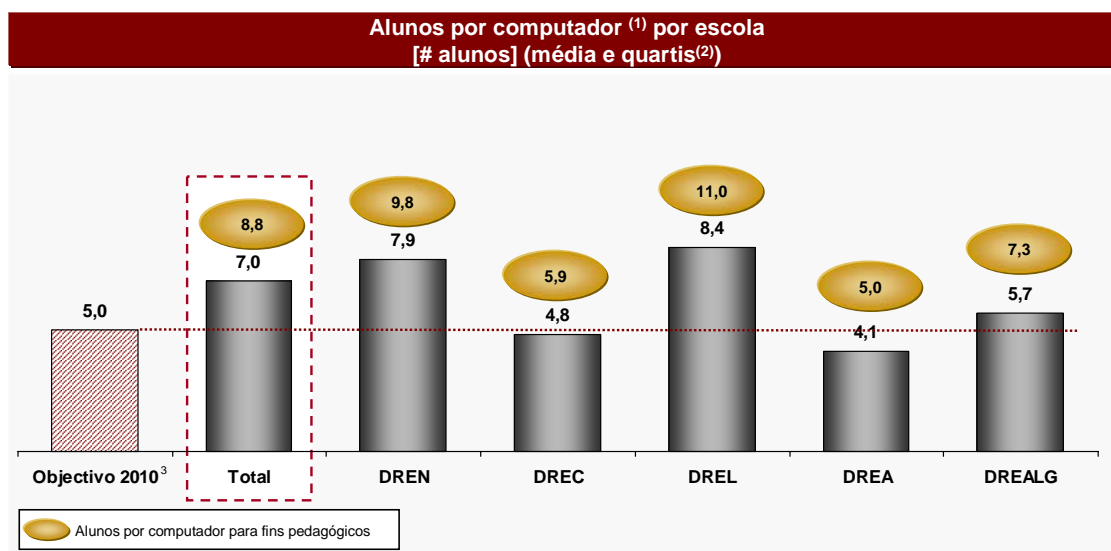
Em países de referência a implementação de sistemas de segurança nos estabelecimentos de ensino é parte integrante dos processos de modernização tecnológica, motivada, por um lado, pela necessidade de salvaguardar os investimentos em equipamentos e, por outro lado, pela possibilidade de alavancar nas novas tecnologias a preocupação crescente com a segurança nas escolas.

Existe interdependência entre o processo de modernização das infra-estruturas tecnológicas das escolas e a implementação de sistemas de segurança electrónicos, pelo que também em Portugal é importante endereçar a temática da segurança nas escolas de forma integrada com o processo de modernização das infra-estruturas.

4.1.a. Computadores

Em termos de computadores, existe ainda um esforço significativo de dotação a fazer [Fig. 7]. Para cumprir o objectivo traçado no âmbito do Programa Educação e Formação 2010, e não considerando necessidades de substituição de equipamento existente, Portugal terá de reforçar o seu parque de computadores.

Fig. 7 - Número de alunos por computador

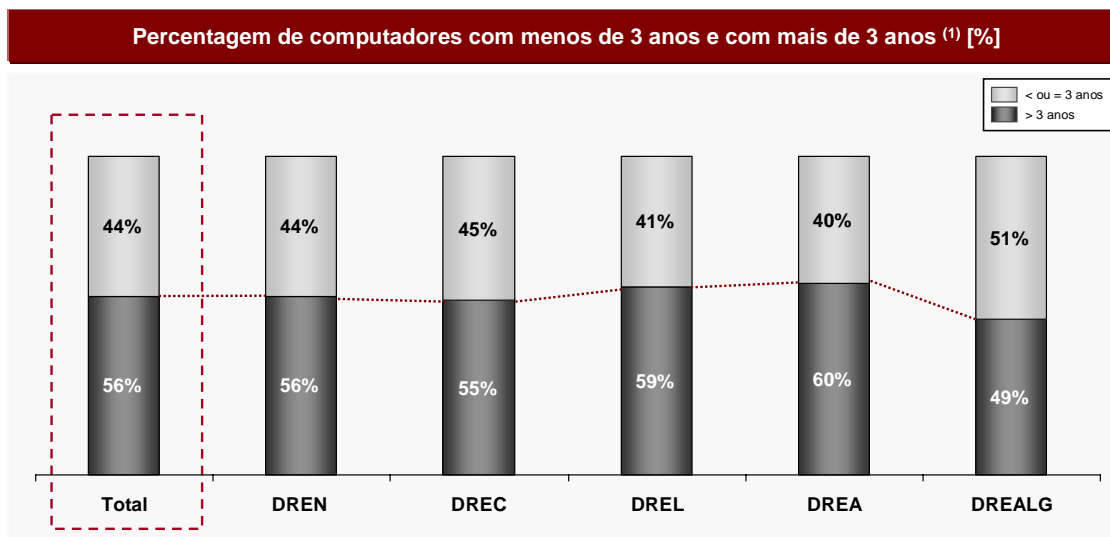


(1) Total de computadores para uso administrativo e pedagógico
 (2) Valor médio dos percentis 25, 50, 75 e 100.
 (3) Objectivo do Programa de Trabalho Educação Formação 2010

Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (escolas públicas EB 2/3 e S)

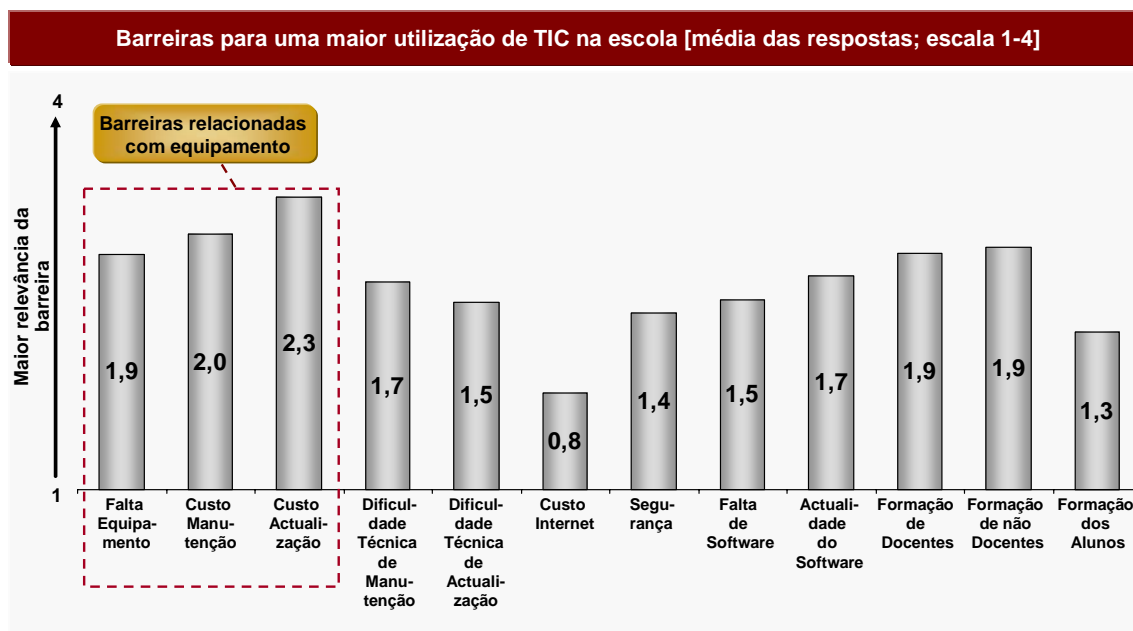
Este esforço é ainda mais premente quando verificamos que grande parte do parque existente está a entrar em período de fim de vida útil e que, em muitas escolas visitadas, a actualidade do equipamento foi frequentemente apontada como uma barreira importante à utilização de tecnologia no ensino.

Fig. 8 - Idade dos computadores existentes



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Fig. 9 - Barreiras para maior utilização de TIC nas escolas



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Neste contexto, é muito importante complementar os programas de apetrechamento com programas de requalificação do parque informático existente nas escolas.

4.1.b. Assimetrias inter e intra-regiões

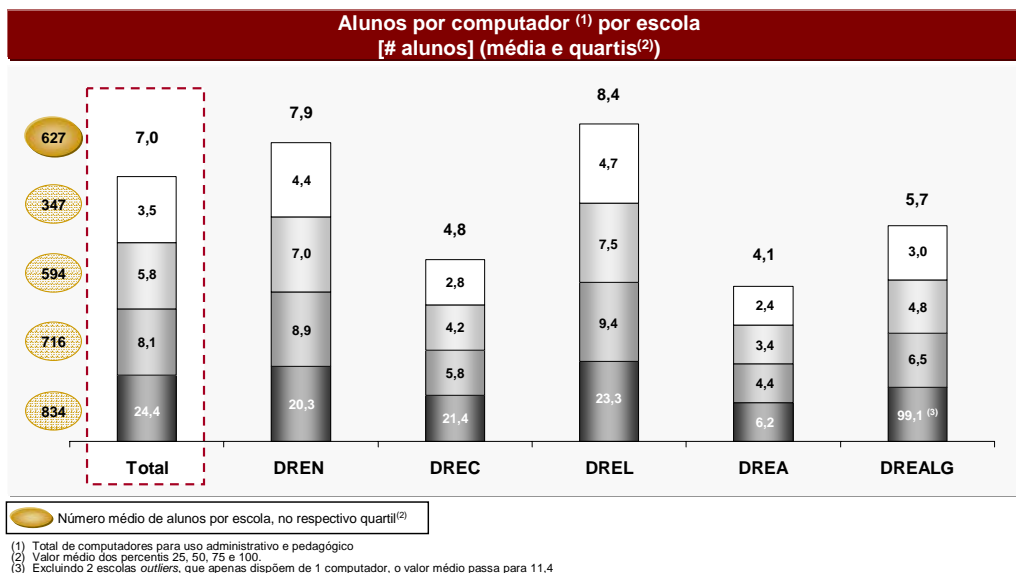
No que toca à dotação de equipamentos, medido pelo rácio de alunos por computador por escola, observam-se elevadas assimetrias inter e intra-regiões.

Nas maiores regiões do país, enquanto os 25% de estabelecimentos de ensino com menor dotação de equipamentos apresentam um rácio de alunos por computador superior a 20, os 25% de escolas com maior dotação apresentam rácios na ordem dos 4 alunos por computador. Nas regiões de menor dimensão, observam-se rácios de alunos por computador muito próximos do objectivo para 2010.

Actualmente, 28% das escolas (correspondentes a 16% dos alunos) já cumprem o objectivo de 2010.

Sublinhe-se que as escolas mais bem equipadas são, em média, as escolas de menor dimensão, o que, em parte, resulta do facto de parte dos programas de apetrechamento centrais não incorporarem como critério de alocação o número de alunos por escola.

Fig. 10 - Número de alunos por computador por escola



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Para garantir o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação, como estabelecido no Programa Educação e Formação 2010, é muito importante colmatar as deficiências dos estabelecimentos de ensino menos avançados, devendo os programas de apetrechamento ter especial atenção às escolas que ainda não cumprem o objectivo para 2010.

Tais assimetrias reflectem a elevada importância da motivação e proactividade dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino para o apetrechamento e modernização tecnológica da escola, quer pela capacidade de angariação de fundos próprios de financiamento, quer pela capacidade de influência sobre a alocação dos fundos disponibilizados pela Administração Central via Direcções Regionais de Educação.

As diferentes velocidades de evolução dos estabelecimentos de ensino colocam um desafio adicional na definição de uma estratégia nacional de modernização tecnológica. Por um lado, é crítico colmatar as deficiências dos estabelecimentos de ensino menos avançados, discriminando-os positivamente. Por outro lado, é importante incentivar os esforços das escolas com gestão mais proactiva, de modo a promover a inovação e a estabelecer modelos de referência.

Em modelos de referência internacionais, tal dicotomia foi resolvida através da definição central de macro-objectivos e dando liberdade e autonomia às escolas para definir os seus próprios planos de acção.

O financiamento do processo de modernização tecnológica é atribuído tendo por base os projectos apresentados por cada escola e a implementação dos planos de acção individuais é monitorizada e avaliada.

Desta forma, é possível compatibilizar nos planos centrais de modernização as diferentes situações de partida das escolas e as diferentes velocidades de evolução, assegurando-se ao mesmo tempo o envolvimento e a responsabilização das escolas.

4.1.c. Acesso à Internet de banda larga

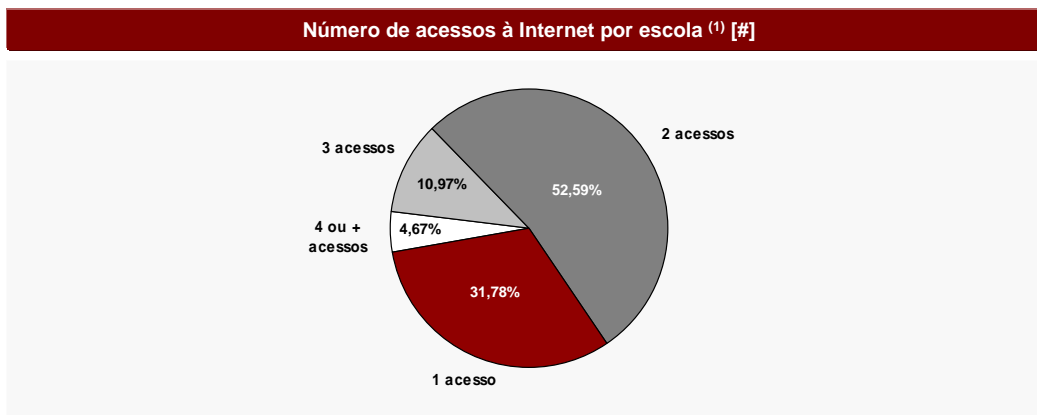
Em termos de acesso em banda larga, há escolas que reportam velocidades de acesso lentas (entre 512Kbps e 1 Mbps) e fortes limitações de mobilidade, o que dificulta a generalização da utilização das TIC no ensino.

Mais de 50% das escolas tem mais do que um acesso à Internet, representando um potencial de duplicação de custos na ordem dos 20%³.

Nos estabelecimentos de ensino entrevistados, as motivações para a contratação de acessos adicionais prenderam-se principalmente com a necessidade de maior qualidade de serviço e maior largura de banda, uma vez que os acessos à Internet fornecidos pela FCCN / ME não satisfaziam as necessidades das escolas.

³ Cerca de 380 escolas têm mais do que um acesso à Internet de banda larga, num total de aprox. 850 acessos. Assumiu-se um custo médio por acesso de 360€/ano.

Fig. 11 - Número de acessos à Internet por escola

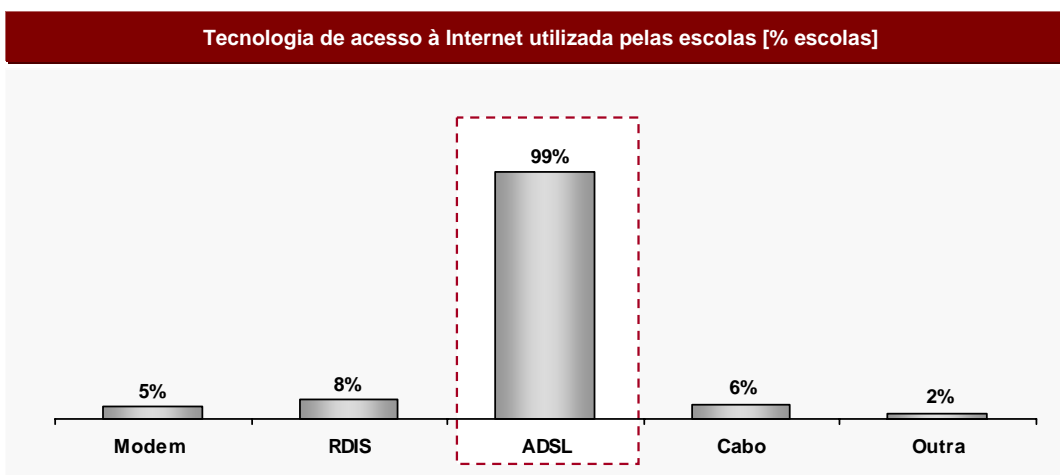


(1) Dada a existência de inconsistências nas respostas, considerou-se apenas as respostas < 5 acessos

Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

A grande maioria das escolas tem acessos à Internet ADSL.

Fig. 12 - Tecnologia de acesso à Internet utilizada nas escolas



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

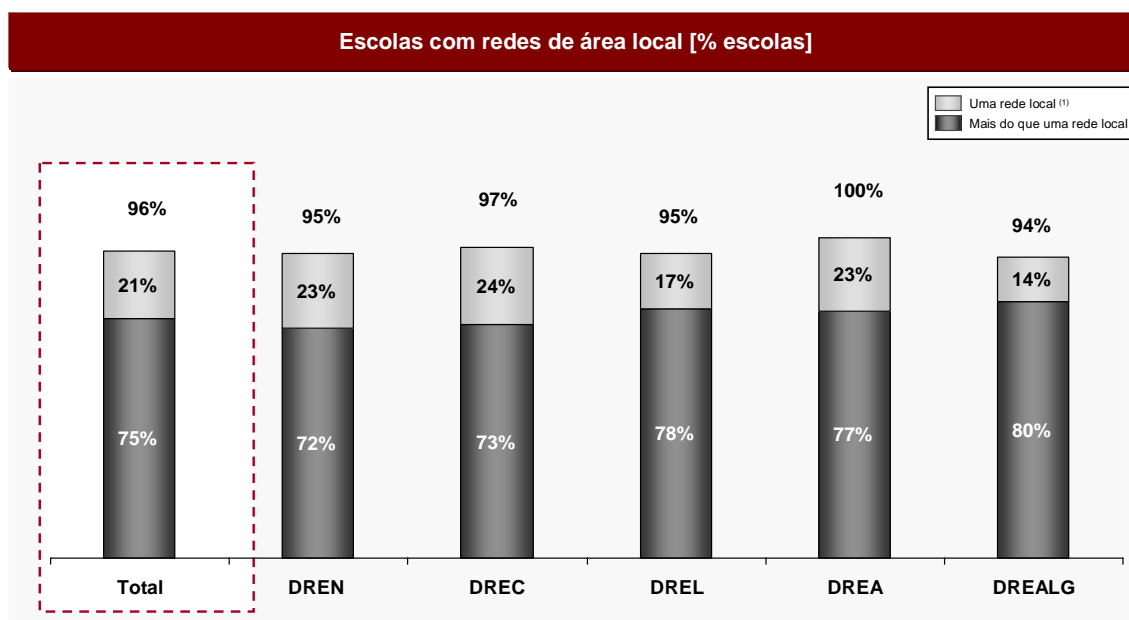
Tendo em consideração a crescente utilização de software e de aplicações exigentes em termos de largura de banda, e a ineficiência gerada pela contratação de acessos à Internet ao nível de cada escola individualmente, urge rever o modelo de acesso à Internet de banda larga nas escolas.

4.1.d. Redes de área local

Apesar de existir pelo menos uma rede de área local na maioria das escolas, em 30% dos estabelecimentos de ensino as redes não se encontram bem estruturadas. Por outro lado, o acesso à rede encontra-se confinado a áreas pré-definidas e limitadas (ex. serviços administrativos, salas TIC, etc).

Em quase todos os estabelecimentos de ensino existe, pelo menos, uma rede de área local, e em cerca de 75% das escolas, existe mais do que uma. Cerca de 65% dos equipamentos (computadores e impressoras) dos estabelecimentos de ensino estão ligados a redes de área local⁴.

Fig. 13 - Percentagem de escolas com redes de área local



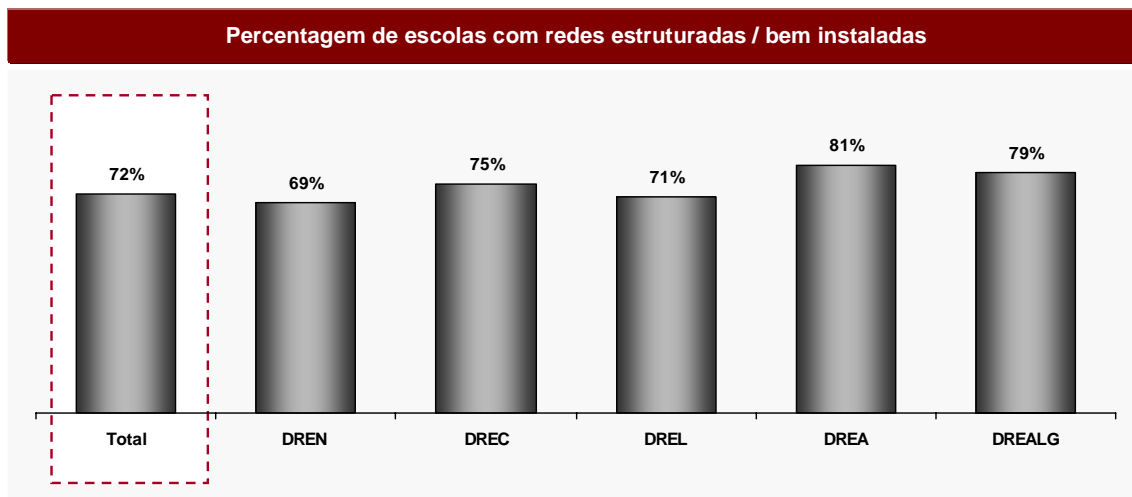
(1) Nos casos em que o estabelecimento declarou ter rede de área local mas não especificou o número de redes de área local, assumiu-se 1 rede local

Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Não obstante, apenas 70% dos estabelecimentos de ensino declaram ter as redes locais bem instaladas.

⁴ Fonte: GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Modelo GEPE n.º 700, Março de 2007, dados preliminares; análise A. T. Kearney

Fig. 14 - Percentagem de escolas com redes de área local estruturadas



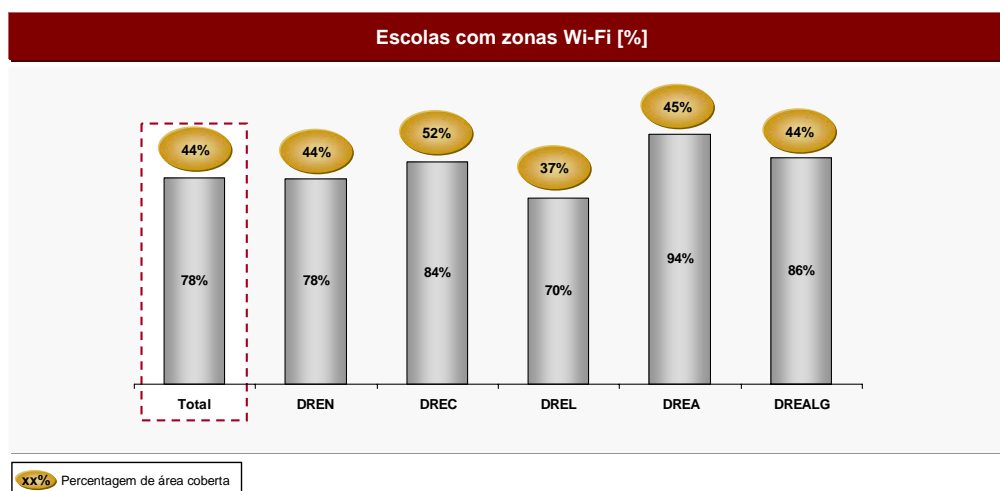
Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

As redes Wi-Fi podem facilitar uma utilização mais generalizada, o que aliás foi reiterado por alunos, professores e representantes dos conselhos executivos nas escolas visitadas.

Cerca de 80% das escolas têm zonas com cobertura Wi-Fi, que em muito se devem ao fornecimento de equipamentos de acesso à Internet sem fios no âmbito da iniciativa *Escolas, Professores e Computadores Portáteis*.

Não obstante, e devido à reduzida capacidade dos equipamentos de acesso, a área de cobertura Wi-Fi nas escolas é ainda restrita (apenas 44% dos espaços têm cobertura).

Fig. 15 - Escolas com pontos de acesso Wi-Fi e respectivas áreas de cobertura



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Para fomentar a utilização de tecnologia nos estabelecimentos de ensino, é primordial requalificar as redes de área local nas escolas, assegurando níveis mais adequados de mobilidade no acesso.

4.1.e. Equipamento de apoio⁵

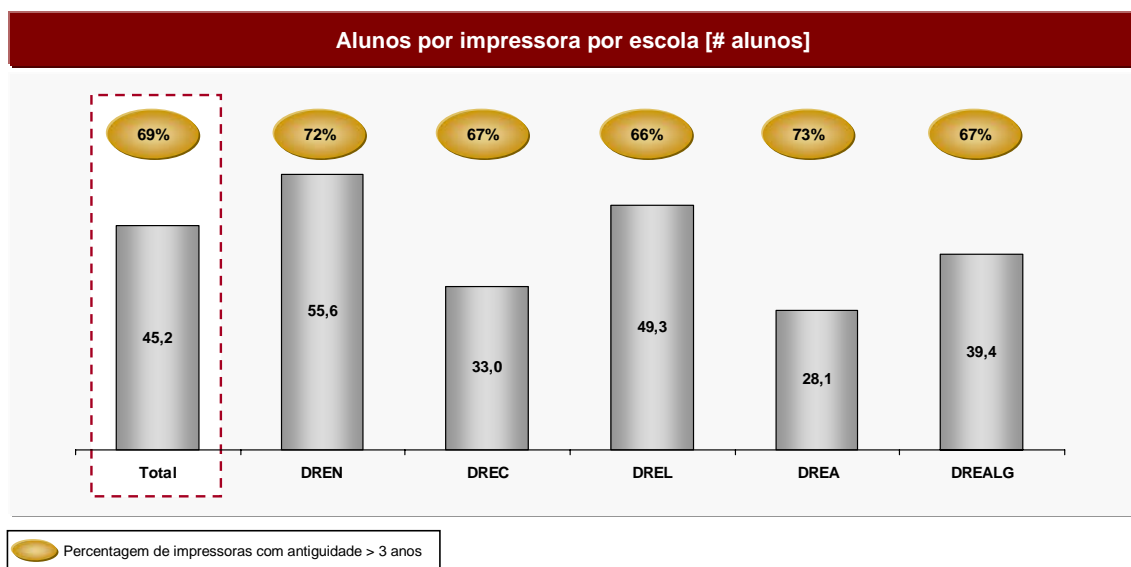
O acesso limitado a equipamentos de apoio, como videoprojectores, quadros interactivos ou impressoras restringe a utilização mais generalizada das TIC no ensino.

Actualmente, existe 1 impressora por cada 45 alunos.

Se forem excluídas as impressoras utilizadas para fins administrativos, este rácio sobe para 1 impressora para cada 85 alunos.

Estes equipamentos são na sua maioria bastante antigos, sendo que quase 70% têm idade superior a 3 anos.

Fig. 16 - Disponibilidade de impressoras

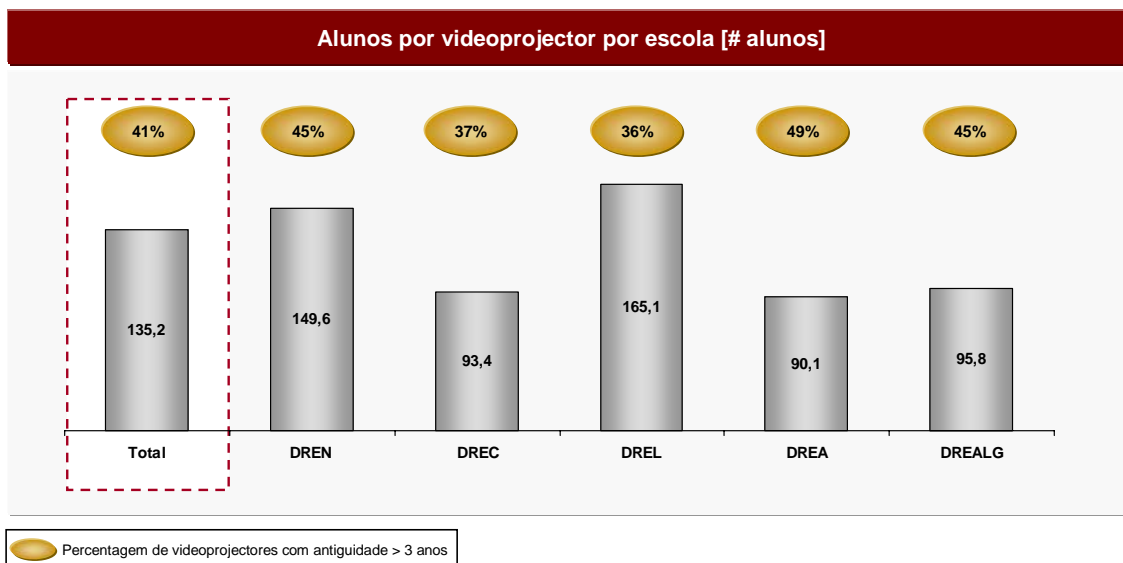


Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

⁵ Neste contexto, equipamento de apoio refere-se a impressoras, videoprojectores e quadros interactivos.

Apenas 1% das escolas não tem videoprojector. No entanto, em média, existe apenas um videoprojector por cada 135 alunos por escola.

Fig. 17 - Disponibilidade de videoprojectores



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

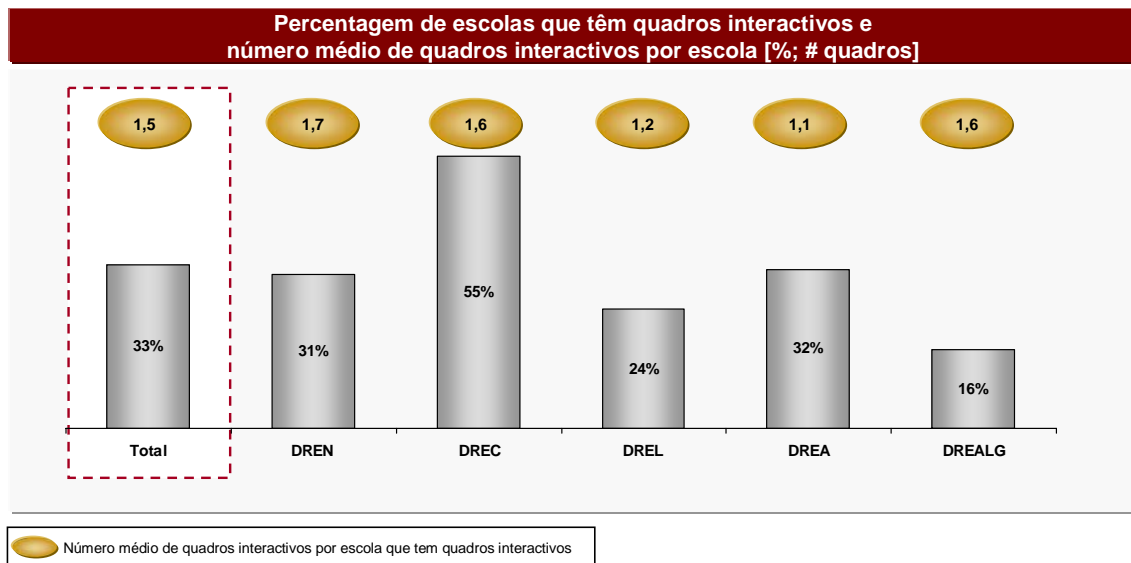
Se se considerar que parte destes equipamentos estão fixos em salas de aula e que, recorrentemente, os videoprojectores não estão operacionais em virtude de problemas técnicos, o número de equipamentos disponíveis para utilização em aula por professores revela-se claramente insuficiente.

A reduzida disponibilidade de videoprojectores, bem como toda a logística associada à sua requisição, transporte e montagem, foram frequentemente enunciadas como barreiras a uma maior utilização de tecnologia em aula pelos professores entrevistados.

Também aqui se coloca o problema da actualidade do equipamento, uma vez que mais de 40% dos videoprojectores foram adquiridos há mais de 3 anos.

Actualmente, apenas 32% das escolas possuem quadros interactivos, sendo que a maioria delas (71%) dispõem apenas de uma unidade deste tipo de equipamentos.

Fig. 18 - Disponibilidade de quadros interactivos



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Os professores entrevistados mostraram-se entusiastas dos quadros interactivos, referindo, no entanto, que a sua utilização requer esforço de habituação e algum trabalho adicional na preparação das aulas.

Os alunos mostraram-se também entusiasmados com a utilização desta ferramenta, e observou-se que, à semelhança do que sucede com outros equipamentos de apoio, quanto maior for a sua disponibilidade, maior será a sua utilização.

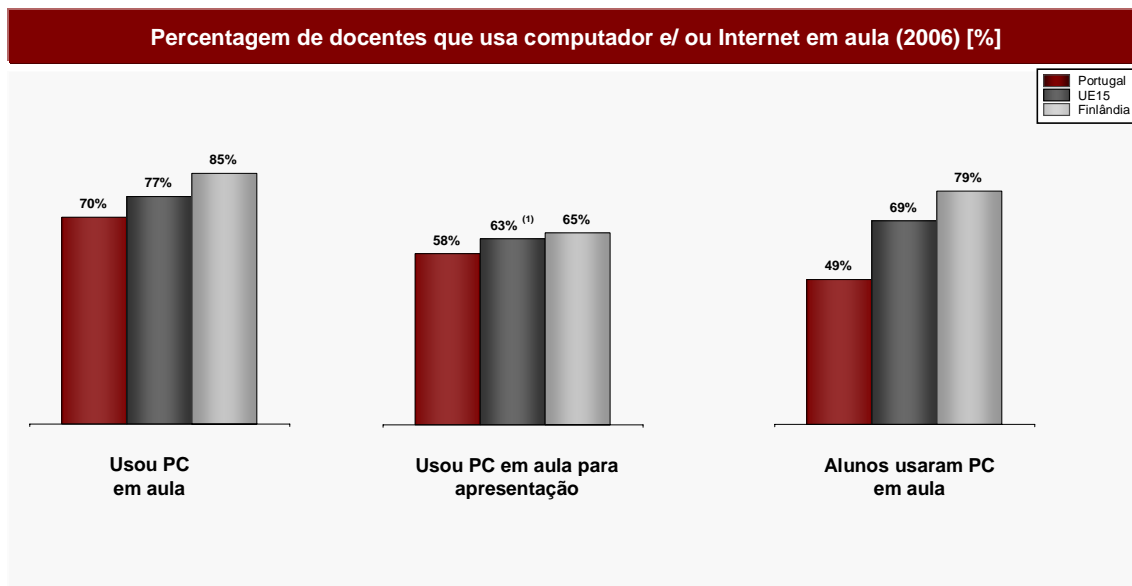
A promoção da utilização desta ferramenta em meios de comunicação social (e.g. televisão) teve um impacto muito positivo na mobilização de alunos e docentes para a sua utilização.

A disponibilidade de equipamentos de apoio é essencial para generalizar e aumentar a utilização de TIC nas escolas, pelo que é necessário acelerar a dotação das escolas e salas de aula com infra-estruturas de suporte.

4.1.f. Disponibilização da infra-estrutura em sala de aula e para utilização livre

A utilização de tecnologia no ensino, medida pela percentagem de professores que utiliza tecnologias nas aulas ou que requer que os seus alunos utilizem tecnologia nas aulas, é significativamente inferior em Portugal, em comparação com os países mais desenvolvidos da União Europeia.

Fig. 19 - Percentagem de professores que usa computador e/ou Internet na sala de aula



Fonte: Empirica 2006; análise A. T. Kearney

A escassez de infra-estruturas nas escolas é um dos principais factores que, em Portugal, inibem a utilização de tecnologia.

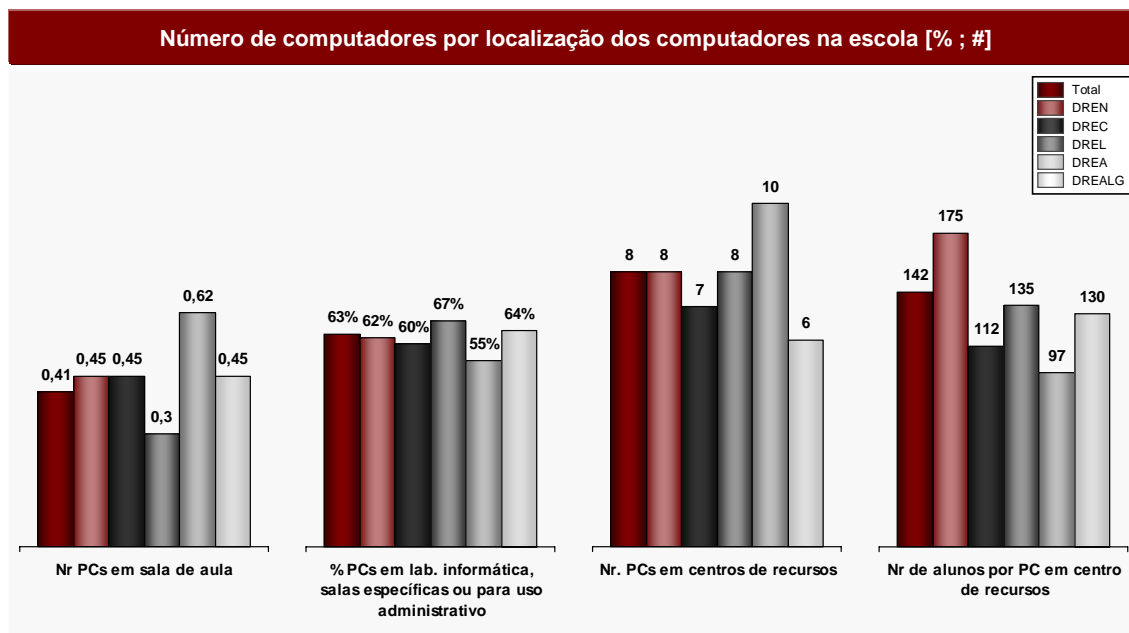
É de sublinhar que, nas entrevistas efectuadas, professores e alunos apontaram como uma barreira importante à maior utilização de tecnologia, a escassez de recursos em sala de aula e para utilização livre.

Por exemplo, foram recorrentemente apontadas como barreiras importantes:

- a necessidade de requisitar salas, materiais e a logística associada à montagem e desmontagem de equipamentos para utilizar TIC em aula;
- a insuficiência de equipamentos para utilização livre por professores e alunos (a utilização de TIC está muito confinada às disciplinas e salas TIC);
- a desadequação do horário em que os recursos informáticos estão disponíveis para utilização livre às necessidades de professores e alunos.

Com efeito, em Portugal, menos de metade das salas de aula têm computador e cerca de 2/3 dos computadores estão confinados a salas específicas, laboratórios de informática ou utilização administrativa. Nos centros de recursos, estão disponíveis apenas 8 computadores por escola, representando um rácio de alunos por computador superior a 100.

Fig. 20 - Computadores disponíveis em sala de aula e em centros de recursos

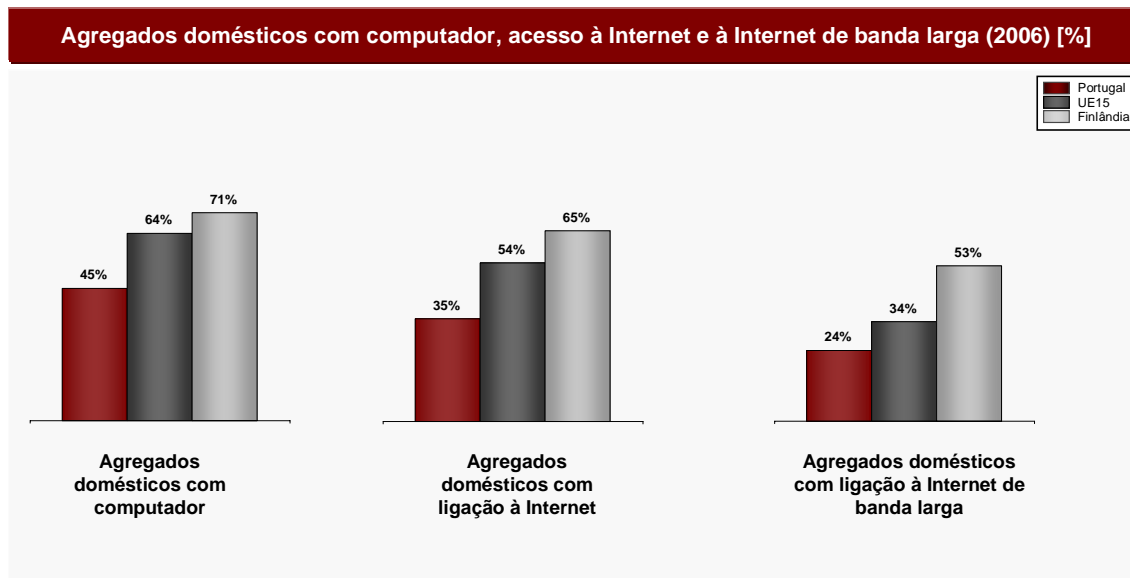


Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Para uma proporção significativa da população jovem portuguesa, o acesso a tecnologia na escola é o primeiro, e por vezes o único, contacto que têm com as TIC, uma vez que mais de metade dos agregados domésticos portugueses ainda não possuem computador, e apenas 1/3 tem ligação à Internet⁶, pelo que é crucial aumentar a disponibilização de equipamentos para utilização livre nas escolas.

⁶ Fonte: INE/ UMIC, "A Sociedade da Informação em Portugal 2006", Dezembro de 2006

Fig. 21 - Agregados domésticos com computador e com acesso à Internet



Fonte: EUROSTAT – Survey on ICT Usage in Households and by Individuals 2002-2006

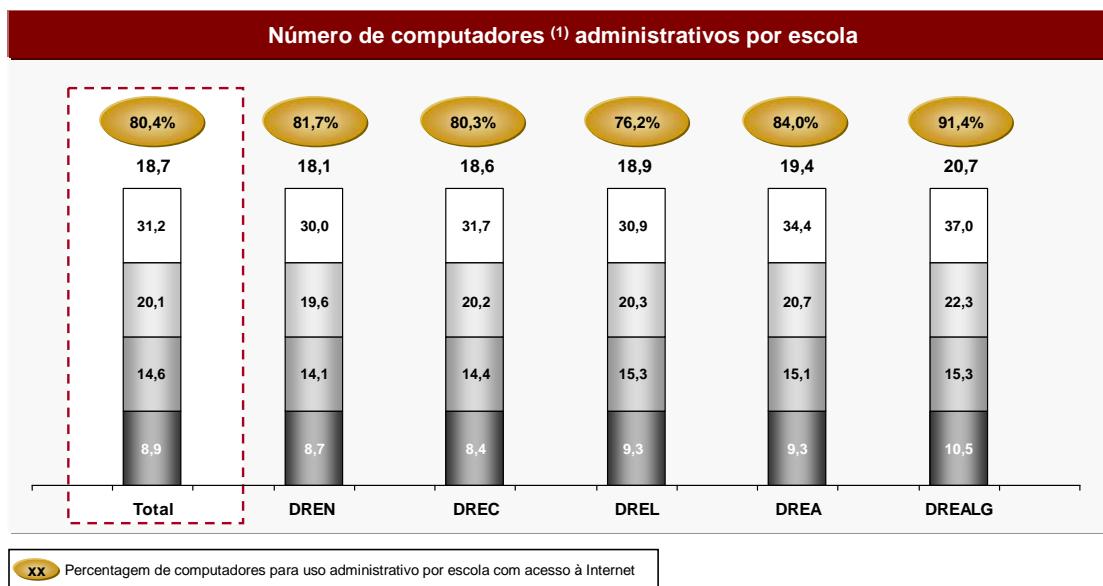
Esta situação vem reforçar a importância da definição de programas de apetrechamento e de reapetrechamento informático das escolas, nomeadamente de dotação das salas de aula com equipamentos informáticos, conectividade e equipamentos para utilização livre de docentes, não docentes e alunos.

4.1.g. Equipamento utilizado na gestão administrativa

Actualmente quase todas as escolas utilizam computadores na gestão administrativa⁷, observando-se algumas assimetrias intra-regiões no que toca ao número de equipamentos disponíveis.

⁷ Apenas 14 escolas reportaram não ter computadores para fins administrativos (apesar de terem computadores para fins pedagógicos)

Fig. 22 - Número de computadores para uso administrativo por escola e proporção com ligação à Internet



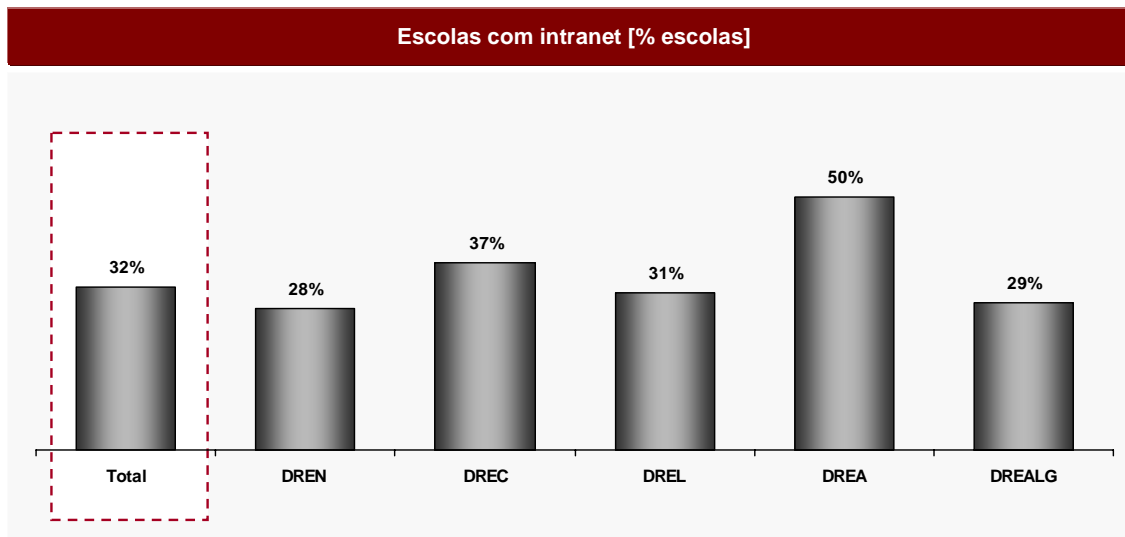
(1) Valor médio dos percentis 25, 50, 75 e 100.

Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Uma proporção significativa de computadores para uso administrativo (80%) está ligada à Internet. Contudo, a maioria das escolas ainda não possui intranet e são muito poucos os estabelecimentos de ensino que utilizam Internet ou intranet em processos de gestão escolar como as inscrições, as actualizações de dados ou os sumários.

Com efeito, apenas 1/3 das escolas tem intranet, não se observando diferenças significativas entre regiões, excepto no Alentejo, onde esta percentagem ascende aos 50%.

Fig. 23 - Disponibilidade de intranet



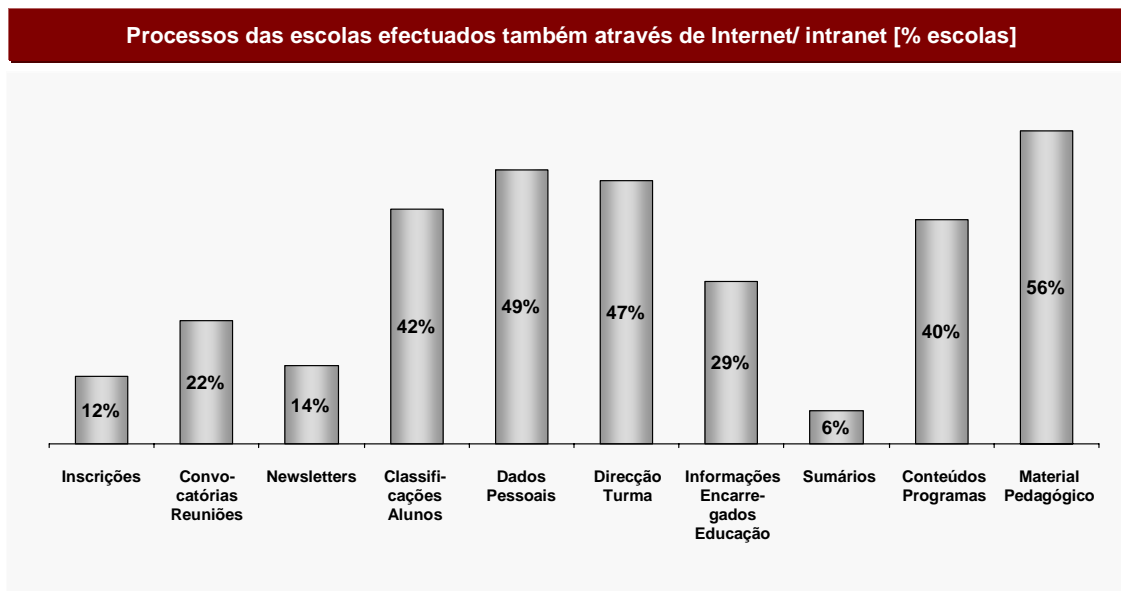
Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

A existência de intranet nos estabelecimentos de ensino é muitas vezes considerada como um indicador do grau de sofisticação de utilização de tecnologia nas escolas. Em média, mais de 40% das escolas europeias têm intranet, e se se considerar os países mais avançados, a proporção ascende aos 60%-70% (e.g. Dinamarca e Islândia)⁸.

Apenas metade das escolas utiliza Internet ou intranet na gestão de alguns processos, sendo que estas ferramentas são utilizadas maioritariamente para a publicação de materiais pedagógicos.

⁸ Fonte: Empirica Report 8/2006; Novembro de 2006.

Fig. 24 - Utilização de Internet ou intranet nas escolas



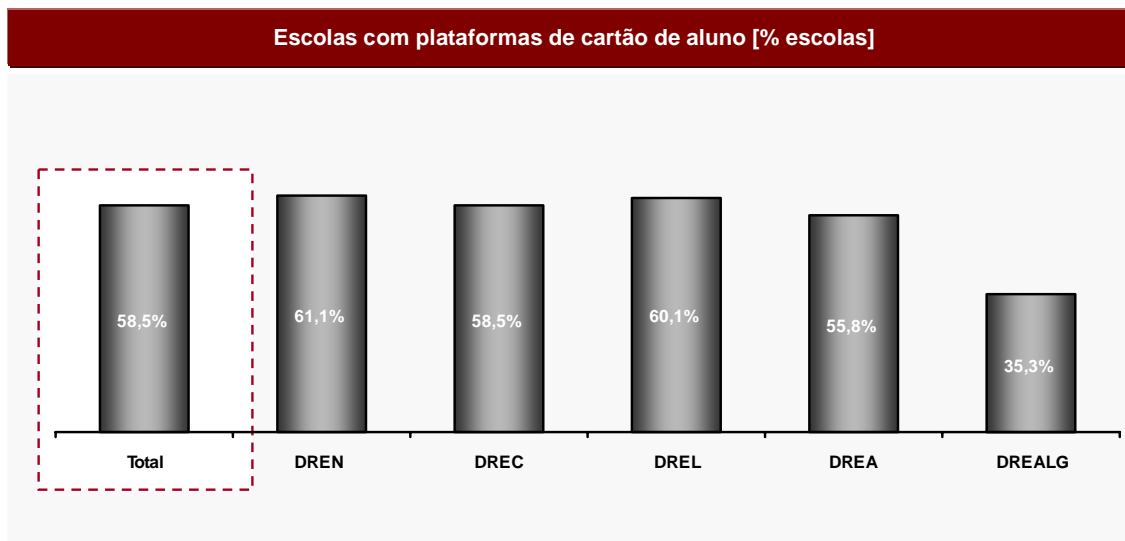
Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

É, pois, notório que a generalização do acesso e da utilização de intranet na escola é uma grande oportunidade para difundir a desmaterialização e a agilização de processos na sala de aula e na secretaria.

4.1.h. Plataformas de gestão de cartões de aluno

Ainda no domínio da gestão administrativa, verifica-se que quase 60% das escolas possuem plataformas de gestão de cartões de aluno. [Fig. 25]

Fig. 25 - Disponibilidade de plataformas de gestão de cartões de aluno



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

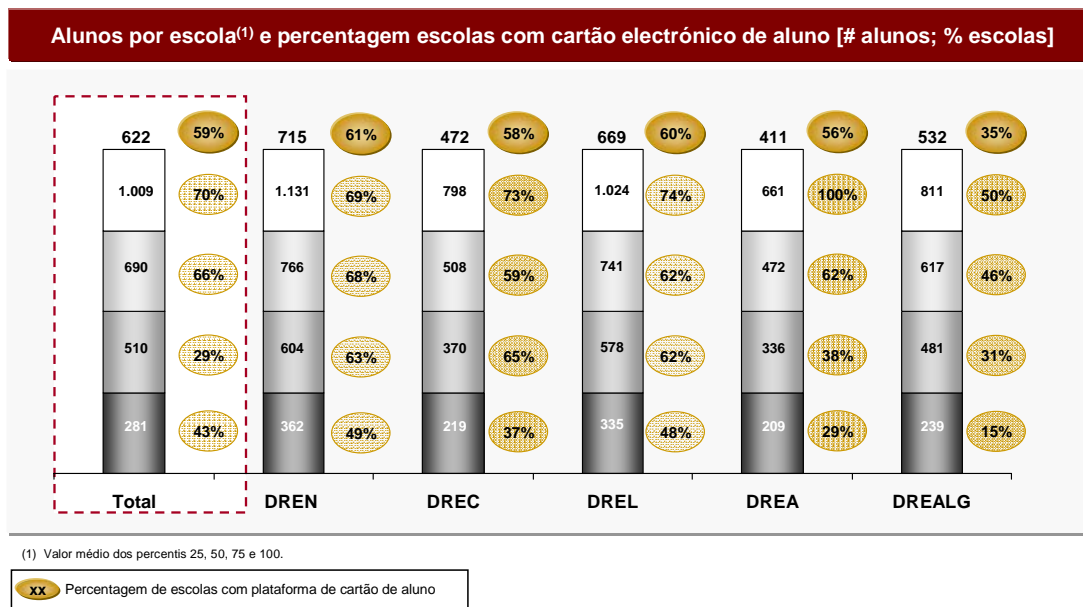
A utilização de plataformas de cartões de alunos pode acelerar a optimização da gestão administrativa das escolas. Com efeito, as escolas reportam ganhos de eficiência importantes na sequência da implementação destes sistemas.

Em muitos estabelecimentos de ensino, a implementação de algumas soluções associadas à utilização de cartões de aluno fomentou também a utilização de tecnologia por parte dos docentes, não docentes e encarregados de educação (e.g. controlo de presenças, consulta de consumos, etc).

É de observar, no entanto, que os serviços disponibilizados na maior parte das plataformas existentes são ainda limitados, estando fundamentalmente concentrados no controlo de acessos e na supressão de numerário.

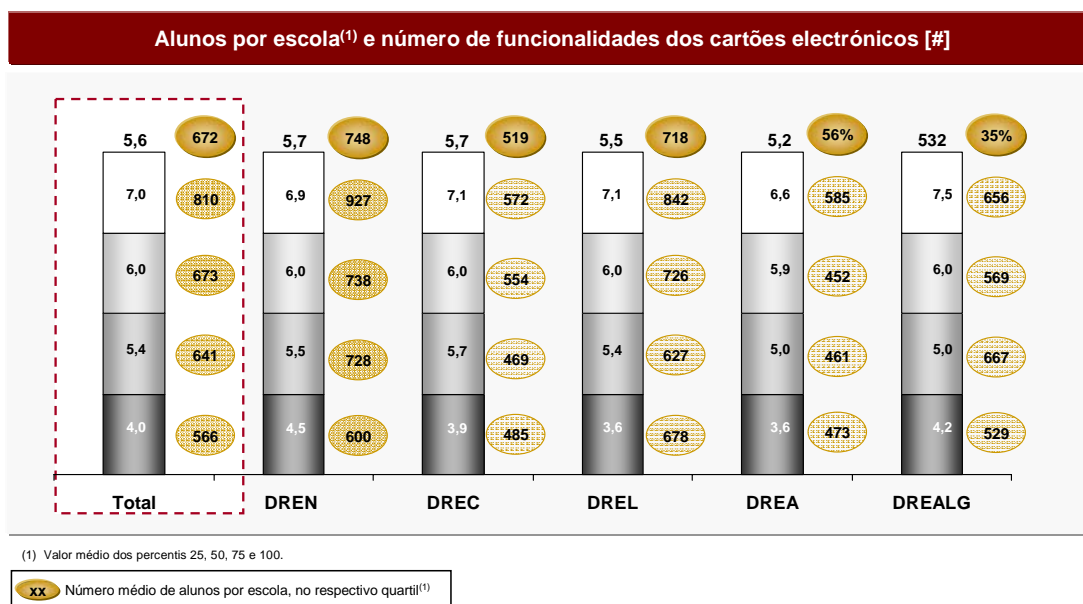
As plataformas de cartão de aluno estão concentradas nas escolas de maior dimensão, e são também estas escolas que contam com mais funcionalidades associadas aos cartões de aluno.

Fig. 26 - Disponibilidade de plataformas de gestão de cartão de aluno por dimensão média da escola



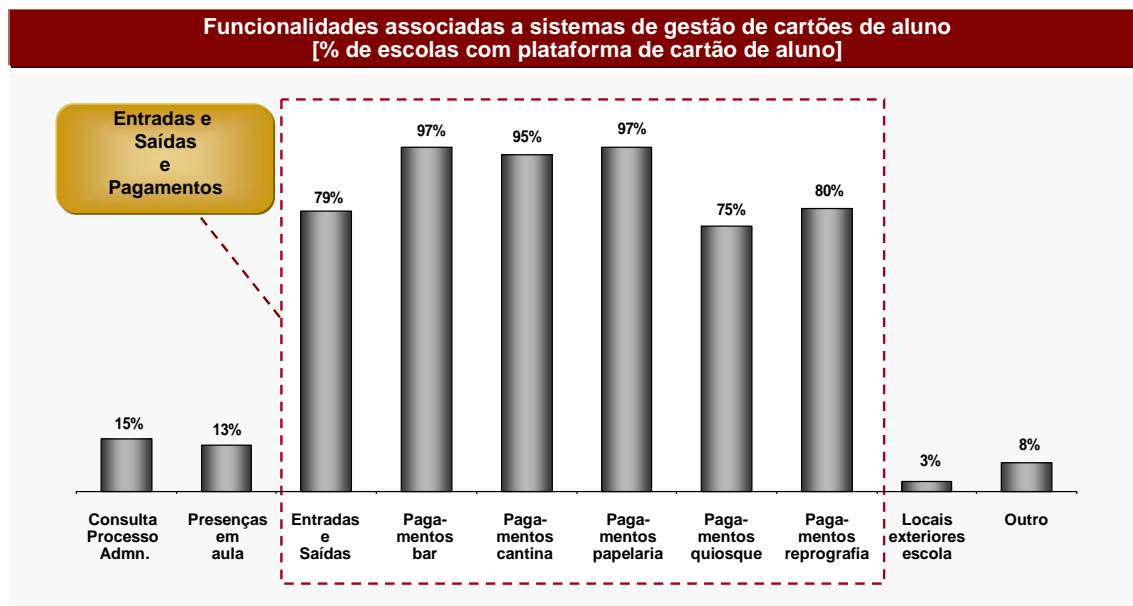
Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Fig. 27 - Número de funcionalidades associadas aos sistemas de cartões de aluno por dimensão média da escola



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Fig. 28 - Funcionalidades associadas aos sistemas de cartões de aluno



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Pelo impacto que a utilização destas plataformas tem na gestão eficiente dos estabelecimentos de ensino e na utilização de tecnologia por outros agentes, importa generalizar a adopção destas plataformas e ampliar o leque de serviços.

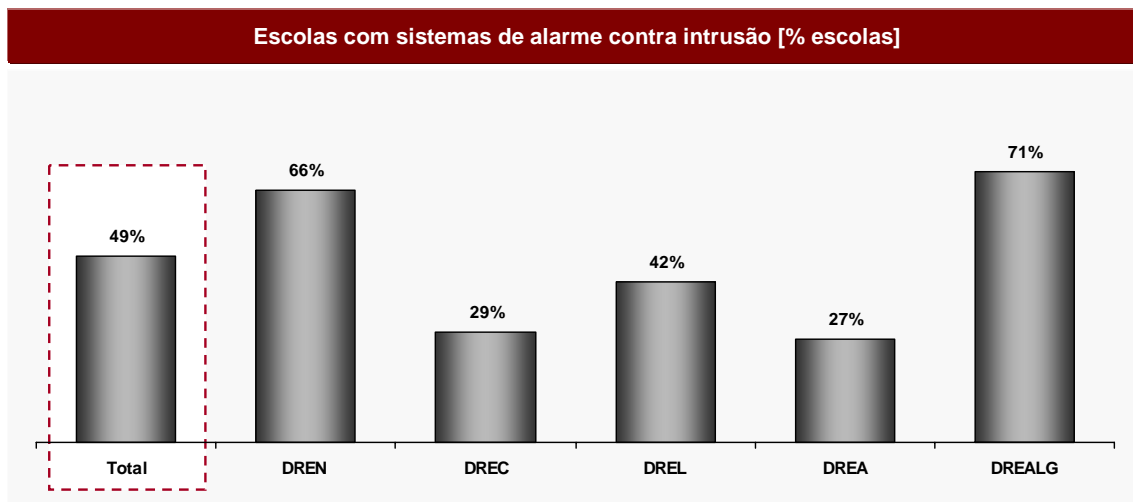
4.1.i. Segurança

Com o aumento do parque de equipamentos nas escolas, as questões associadas à segurança nos estabelecimentos de ensino revestem-se de uma importância particular.

É sabido que as escolas mais bem equipadas com computadores, impressoras ou videoprojectores estão hoje sujeitas a um maior número de ocorrências de intrusão, furto ou roubo.

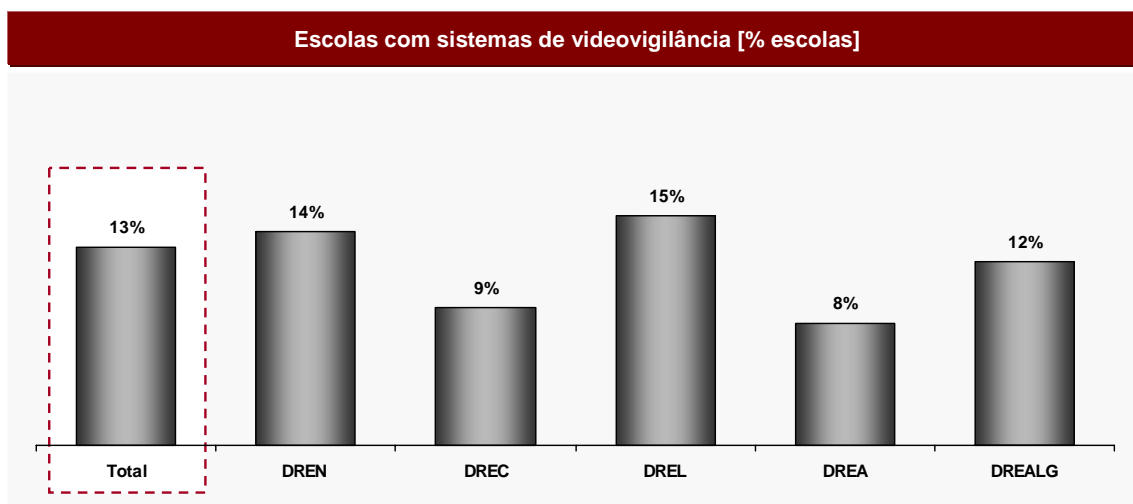
Para fazer face a estes riscos, cerca de metade das escolas já implementaram sistemas de alarme contra intrusão, e alguns estabelecimentos de ensino têm já sistemas de videovigilância.

Fig. 29 - Escolas com sistemas de alarme contra intrusão



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Fig. 30 - Escolas com sistemas de videovigilância



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Em países de referência, a implementação de sistemas de alarme e de videovigilância nas escolas é parte integrante do processo de modernização tecnológica. O que se deve, por um lado, à necessidade de proteger um número crescente de equipamentos de elevado custo, e, por outro lado, à possibilidade de usar estas novas infra-estruturas para dar resposta à preocupação crescente com segurança nas escolas.

Dada a dimensão do parque de equipamentos existente nas escolas portuguesas, é importante abordar o tema da segurança de forma estruturada.

E as interdependências existentes entre a implementação de sistemas de segurança, os processos de apetrechamento das escolas e a definição do modelo de acesso à Internet e às redes de área local obrigam a que o tema da segurança seja integrado com as restantes iniciativas de modernização tecnológica.

4.II. Conteúdos

Os **Conteúdos** e as **aplicações multimédia** desempenham um papel fundamental na adopção e na utilização de tecnologia.

Em termos comparativos, é baixa a utilização de conteúdos informáticos pelos professores em Portugal. Será necessário dinamizar a indústria e o mercado de conteúdos e aplicações, de modo a garantir a existência de uma oferta adequada destes produtos.

A nível internacional, para além do incentivo à produção de conteúdos para utilização no ensino e nas escolas, assiste-se também a uma tendência de desenvolvimento e promoção de **plataformas colaborativas de interacção e partilha de conhecimento**, tendo o desenvolvimento e promoção destas plataformas constituído componentes muito importantes do processo de modernização tecnológica.

Também em Portugal se assiste aos primeiros passos na divulgação e na utilização de plataformas de gestão de aprendizagem com resultados positivos, embora se observem já algumas limitações ao nível das funcionalidades disponibilizadas e do tipo de utilização. Pelo impacto que a utilização destas plataformas tem na promoção da produção de conteúdos e na utilização de conteúdos e tecnologia, é importante repensar o actual modelo para garantir que é explorado todo o potencial catalisador de modernização tecnológica das plataformas de conhecimento virtuais.

No que toca à **utilização de TIC na gestão administrativa** dos estabelecimentos de ensino, a generalidade das escolas já utiliza tecnologia na gestão.

Ainda que a maior parte das escolas possua *software* de apoio à gestão, este é utilizado num número reduzido de processos.

A imposição de algumas normas pela Administração Central (e.g. necessidade de exportar informação de gestão em suporte electrónico) acelerou o processo de informatização num número elevado de escolas.

O desenvolvimento de plataformas electrónicas de apoio à gestão administrativa escolar, incorporando a informatização de processos críticos como faltas, actas, matrículas, etc, pode ter um importante papel catalisador de modernização tecnológica.

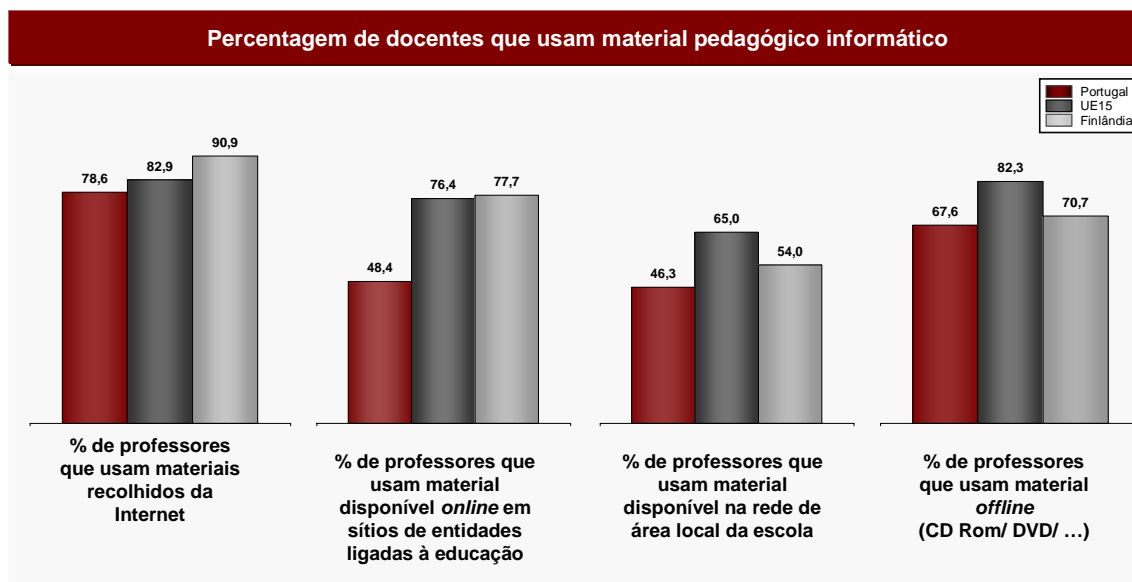
Ainda no domínio da gestão administrativa, observa-se uma oportunidade para fomentar a adopção e utilização de **correio electrónico**, uma vez que a disponibilização de e-mail nas escolas a alunos, docentes e não docentes, bem como a utilização desta ferramenta, é muito reduzida e muito inferior aos países da UE.

4.II.a. Conteúdos e aplicações multimédia

A criação e divulgação generalizada de aplicações e de conteúdos informáticos pedagógicos atractivos reveste-se de elevada importância em processos de modernização tecnológica. Nos países de referência, o processo de modernização tecnológica foi acompanhado de incentivos à produção de conteúdos informáticos.

No nosso país, esta necessidade é mais premente se tivermos em consideração que, apesar das escolas reportarem um aumento da procura de conteúdos com suporte informático, a utilização de conteúdos informáticos pelos professores em Portugal é mais baixa que a média dos países da UE15.

Fig. 31 - Utilização de conteúdos informáticos pelos professores em Portugal



Fonte: Empírica report 8/2006; análise A. T. Kearney

Os manuais escolares digitais podem ter um papel indutor da utilização das TIC. Mas a indústria de conteúdos em suporte informático tem privilegiado o mercado residencial face a um mercado escolar ainda fragmentado⁹. É, pois, necessário, dinamizar, pelo lado da procura, a produção e divulgação de conteúdos adequados para professores e alunos.

Alguns agentes entrevistados identificaram como barreira a uma maior utilização de tecnologia a inexistência de certificação e classificação do software existente.

A dinamização da indústria de produção de conteúdos e aplicações é um vector de actuação crítico para a criação de um mercado dinâmico de conteúdos de qualidade e para garantir uma oferta que enderece as necessidades de escolas e docentes.

⁹ Fonte: OCDE, "Schooling for Tomorrow – Learning to Change: ICT in Schools"; 2001

4.II.b. Plataformas de aprendizagem

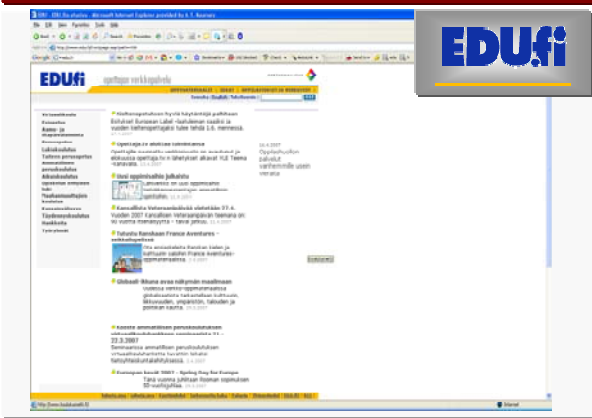
Além do incentivo à produção de conteúdos para utilização no ensino e nas escolas, assiste-se também a uma tendência internacional de desenvolvimento e promoção de plataformas virtuais de conhecimento, nomeadamente de plataformas de apoio à aprendizagem e de plataformas de apoio à publicação, organização e partilha de conteúdos.

Nos países de referência, uma componente muito importante do processo de modernização tecnológica consistiu na criação e dinamização de plataformas colaborativas e de *e-learning*, de que são exemplo os sítios edu.fi (Finlândia) e Scoil.net (Irlanda).¹⁰


¹⁰ 62% dos países desenvolveram plataformas próprias de *e-learning* (Fonte: EUN Consortium, “Virtual Learning Environments for European Schools. A Survey and Commentary”; 2003)

Fig. 32 - Plataformas colaborativas e de e-learning nos países de referência

Finlândia



Irlanda



- Escola virtual lançada em **1999**, no âmbito do *National Information Society Programme*
- Portal, que funciona como um canal para **disseminar as melhores práticas** e oferece informações sobre **oportunidades de estudo e materiais de estudo**.
- A escola virtual é baseada em **projectos locais, regionais e nacionais** e a **responsabilidade de provisão do portal é das escolas**

- Portal oficial da educação, lançado em **1998**
- Compreende **materiais pedagógicos e conteúdos multimédia** para **docentes, alunos e encarregados de educação**
- Os **materiais** disponíveis estão alinhados com os conteúdos programáticos e são **seleccionados e revistos por um corpo de professores**
- Foram desenvolvidos **sub-sites** relacionados com várias **disciplinas** para promover o uso de TICs transversalmente a todas as disciplinas (p.e. French.ie)

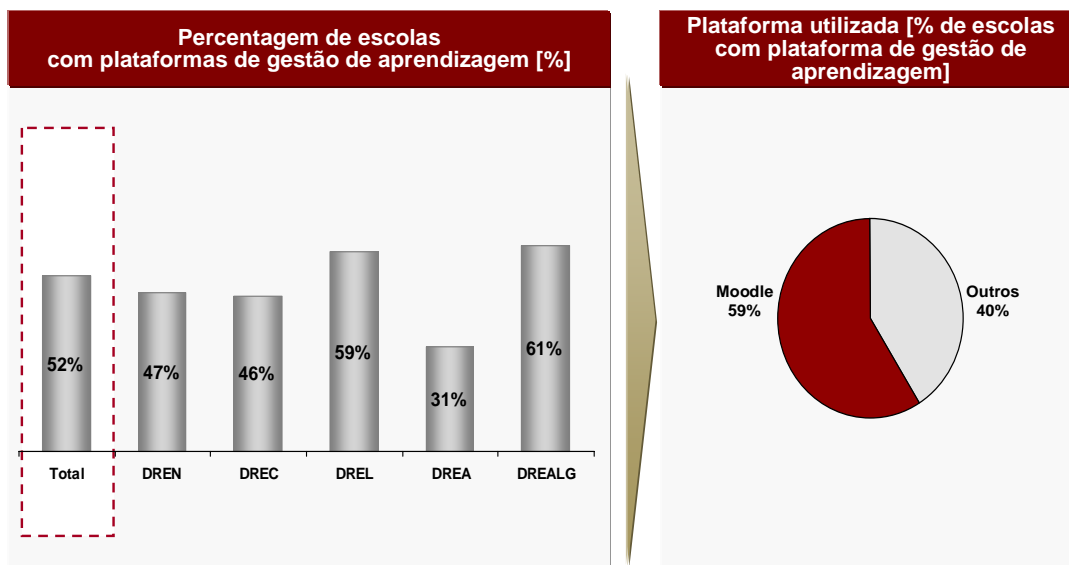
Fonte: Edu.fi; Scoil.net; análise A. T. Kearney

Estas plataformas desempenham um papel crítico nos processos de modernização tecnológica do ensino, nomeadamente como:

- catalisadores da produção e da utilização de ferramentas, conteúdos e informações em suporte electrónico;
- catalisadores da utilização de recursos electrónicos como complemento ou mesmo substituto ao ensino em sala de aula;
- catalisadores da alteração das práticas pedagógicas, motivando práticas de ensino mais interactivas, construtivistas e fomentando a criação da cultura de aprendizagem ao longo da vida;
- catalisadores da alteração das práticas de gestão;
- catalisadores de abordagens colaborativas ao ensino e à gestão;
- minimizadores da info-exclusão, permitindo o acesso remoto e de baixo custo a conteúdos, módulos e cursos.

Em Portugal, assistimos aos primeiros passos na divulgação e na utilização de plataformas de gestão de aprendizagem, estando estas disponíveis em mais de metade das escolas.

Fig. 33 - Plataformas de gestão de aprendizagem em Portugal



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

A plataforma mais comum é a plataforma LMS¹¹ *moodle*, a qual já conta com 846 sítios registados em servidores portugueses¹².

A plataforma *moodle* é flexível e modular e permite, entre outros, a publicação de materiais, de forma pública ou apenas para um grupo fechado de utilizadores, e a interacção entre utilizadores através de fóruns e *chats*.

Esta plataforma é utilizada extensivamente em vários países e apresenta taxas de crescimento exponencial de utilização. Em Abril de 2007, contava com 24 000 sítios registados e mais de 7 milhões de utilizadores.¹³

¹¹ LMS é o acrónimo de Learning Management System.

¹² Fonte: moodle.org. Segundo informações da CRIE, algumas escolas têm os seus sítios alojados em servidores externos. Os sítios de escolas alojados em servidores externos não estão contabilizados neste indicador.

¹³ Fonte: moodle.org.

Fig. 34 - Principais funcionalidades da plataforma moodle



- **Plataforma de auxílio à docência (LMS)**
- **Permite, entre outros, partilhar documentos por via electrónica, de forma pública ou com um grupo fechado de utilizadores**
- **Também permite organizar fóruns, chats, blogs, bases de dados, glossários, sondagens, construir documentos colaborativamente (Wikis), etc**
- **A plataforma é flexível e modular**

Fonte: moodle.org; análise A. T. Kearney

Assistiu-se, no último meio ano, a um esforço integrado de divulgação da plataforma moodle e de formação de docentes e não docentes na sua utilização. De acordo com as entrevistas efectuadas aos diversos agentes, a recepção é muito positiva e há escolas que observam taxas de crescimento na utilização na ordem dos 300%.

Apesar de ainda estar numa fase inicial, a utilização observada da plataforma moodle indicia algumas limitações:

- a plataforma é utilizada fundamentalmente por professores e entre professores, não estando a sua utilização generalizada à comunidade de ensino;
- a plataforma é utilizada como canal de interacção e comunicação entre agentes e como canal de distribuição de material de aula, i.e., é usada como um novo canal para as práticas de ensino tradicionais;
- Não estão a ser exploradas todas as potencialidades das plataformas. Estas não têm ainda um papel catalisador na alteração das práticas pedagógicas e na informatização da gestão administrativa dos estabelecimentos de ensino.

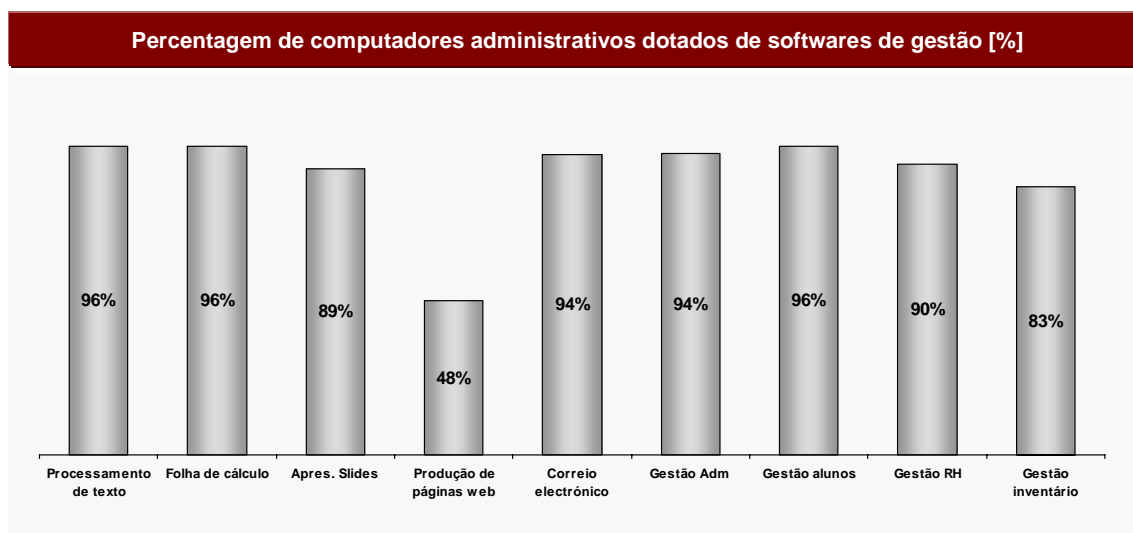
Dado o papel crítico que as plataformas de gestão de aprendizagem assumem nos processos de modernização tecnológica, é importante contornar as limitações observadas e assegurar a criação de um efeito de rede forte.

É crítico assegurar a disponibilização de funcionalidades chave e dinamizar a utilização da(s) plataforma(s) seleccionada(s). É importante acompanhar a utilização e encorajar a exploração de todas as funcionalidades por alunos, professores e entidades externas ao estabelecimento de ensino, assim como monitorizar o desempenho e o grau de satisfação dos agentes com as soluções utilizadas, com vista a maximizar os benefícios e a impedir a deterioração do efeito de rede.

4.II.c. Software de gestão administrativa

Ao nível da gestão administrativa das escolas, quase todas as escolas possuem software de apoio à gestão e em quase todos os computadores administrativos (96%) existe pelo menos um software de apoio à gestão.

Fig. 35 - Percentagem de computadores administrativos com software de gestão

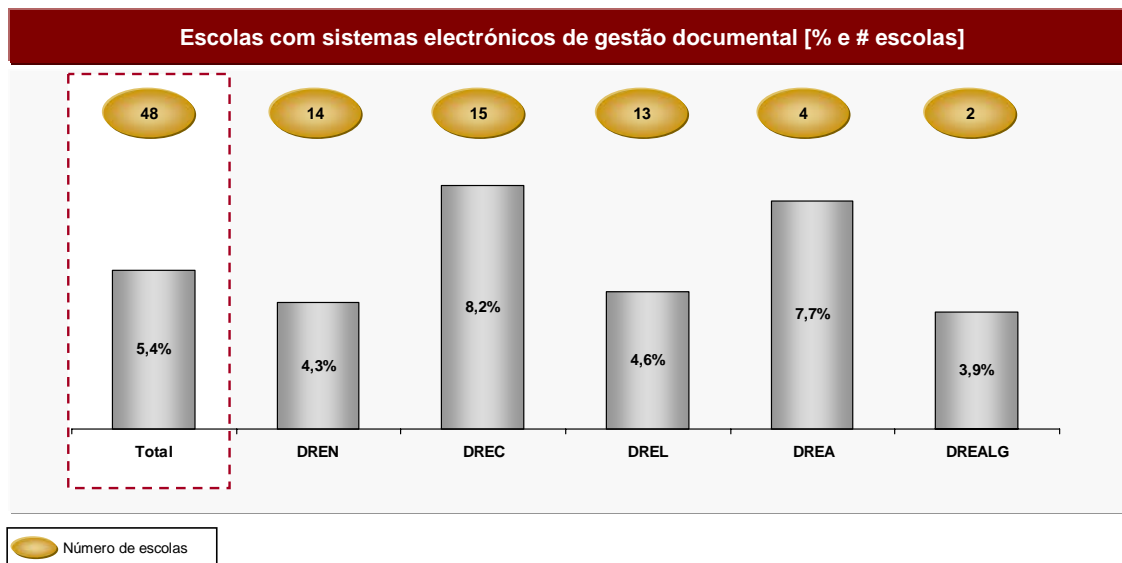


Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

No entanto, estas ferramentas ainda são utilizadas num reduzido número de processos.

No que toca a sistemas de gestão documental electrónica (*workflow*), por exemplo, a proporção de escolas que utiliza estes sistemas é ainda muito reduzida, na ordem dos 5%.

Fig. 36 - Escolas com sistemas electrónicos de gestão documental



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

A imposição de algumas normas por parte da Administração Central (e.g. necessidade de exportar alguma informação de gestão em suporte informático), desencadeou processos de modernização tecnológica em muitos estabelecimentos de ensino, os quais se viram forçados a implementar aplicações de gestão, a actualizar aplicações existentes, a aumentar o parque informático e a qualificar o seu corpo administrativo para utilizar tecnologia.

Uma vez que ainda existe um elevado número de processos críticos que são efectuados sem o recurso à tecnologia, a Administração Central pode, regulando e definindo objectivos e linha de orientação claras, motivar ainda mais a adopção de tecnologia.

Nas entrevistas a agentes dos estabelecimentos de ensino, observou-se que, por vezes, o software disponível no mercado não responde a algumas das suas necessidades¹⁴.

Também aqui há lugar para o envolvimento da Administração Central, nomeadamente na certificação de software, na definição de normas de segurança, escalabilidade e compatibilidade, e na dinamização do desenvolvimento de funcionalidades ou módulos avançados ou do desenvolvimento de módulos que correspondam a requisitos de escolas com necessidades atípicas.

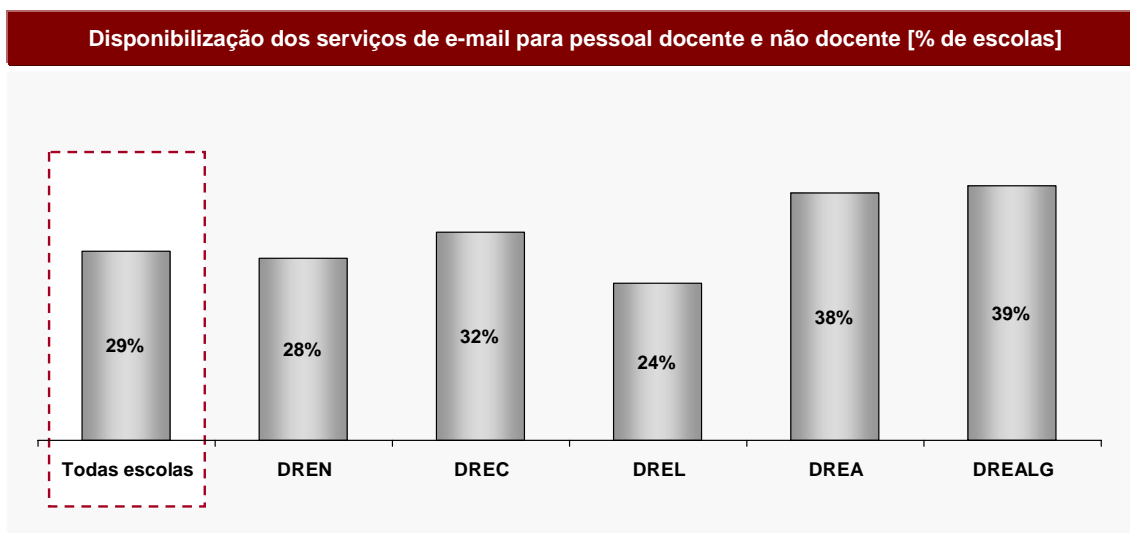
Em síntese, no que toca a software de gestão administrativa, existem oportunidades significativas de acelerar o processo de modernização via definição de normas para a informatização de processos críticos e intervenção na dinamização da produção de software e certificação do mesmo.

¹⁴ Algumas escolas referem, por exemplo, a falta de compatibilidade entre aplicações de gestão e a desadequação dos programas existentes à realidade dos agrupamentos com pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico. As escolas tecnologicamente mais avançadas mencionaram um ritmo de inovação lento face às suas necessidades.

4.II.d. Utilização de e-mail da gestão administrativa das escolas

A disponibilização e utilização de e-mail nas escolas é ainda muito reduzida, sendo que apenas 29% das escolas disponibiliza serviços de e-mail ao corpo docente e/ ou não docente¹⁵.

Fig. 37 - Disponibilização de serviços de e-mail pelas escolas



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

A nível europeu, mais de 60% dos docentes têm endereços de e-mail fornecidos pela escola (cerca de 70% das escolas fornecem endereço de e-mail à maioria dos docentes), e cerca de 25% das escolas fornecem serviços de e-mail à maioria dos alunos¹⁶.

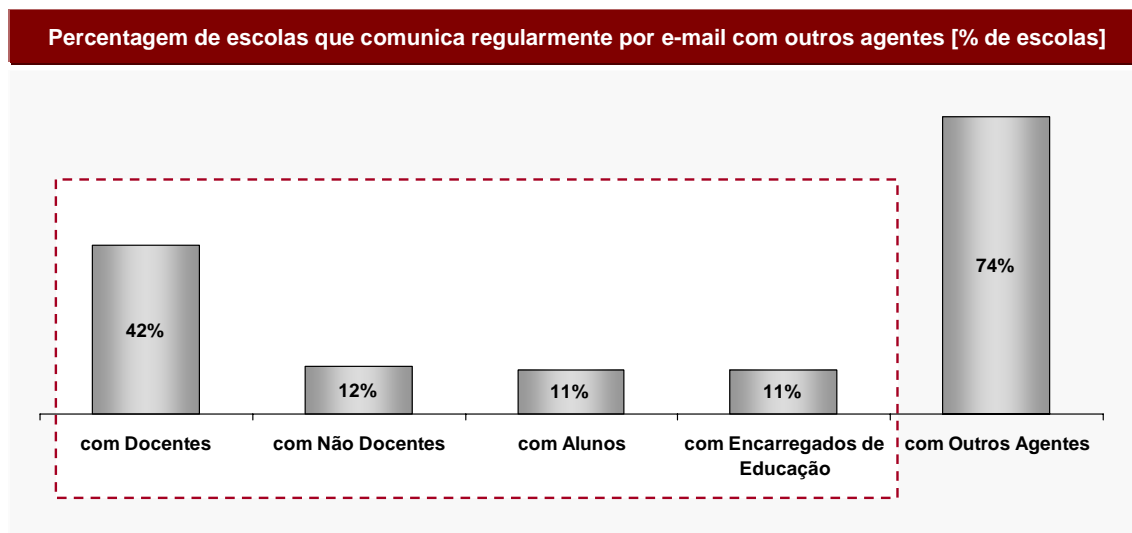
Por outro lado, a proporção de escolas que utiliza o e-mail para comunicar regularmente com os agentes com quem se relaciona é muito reduzida.

Aproximadamente 42% das escolas utilizam regularmente o correio electrónico para comunicar com docentes. Não obstante, apenas 12% das escolas utilizam regularmente esta ferramenta para comunicar com não docentes, encarregados de educação e alunos.

¹⁵ Esta percentagem é mais elevada nas DREA e DREALG, com 38% e 39% das escolas a fornecerem serviços de e-mail a docentes e/ ou não docentes, respectivamente.

¹⁶ Fonte: Empirica report 8/2006; análise A. T. Kearney

Fig. 38 - Comunicação por e-mail com agentes, por escola



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

É importante acelerar a adopção e a utilização do correio electrónico nas escolas, tornando-o no veículo de comunicação preferencial, à semelhança do que se observa na esfera empresarial e nos países de referência.

4.III. Competências

Cerca de 30% dos docentes frequenta por ano acções de formação em tecnologia. Não obstante, uma das principais barreiras à utilização de TIC no ensino é a falta de preparação dos docentes. Nos países europeus de referência, o processo de modernização tem incorporado medidas para aumentar as qualificações e certificar os agentes no uso de tecnologia, nomeadamente o desenho de programas modulares de certificação e de formação contínua e progressiva e o envolvimento das escolas na definição dos seus planos individuais de formação. Em Portugal, é importante acelerar o processo de modernização e, para tal, é importante fazer acompanhar os esforços de apetrechamento com esforços de formação. Assim, é crítico desenhar um programa de **formação de docentes** que contemple a formação contínua e progressiva e instituir mecanismos de **certificação de competências**.

Mesmo em escolas bem equipadas e cujo corpo docente tem as competências TIC necessárias, a utilização de tecnologia enfrenta resistência por parte de alguns docentes. Em países de referência, a **resistência de docentes** tem sido uma barreira importante, embora contornada através da definição de macro-objectivos de utilização, endereçados posteriormente pelas escolas em planos de desenvolvimento individuais. Também em Portugal a definição de objectivos e das normas de utilização de tecnologia no ensino pode acelerar o processo de modernização.

No que toca aos alunos, observa-se um desajustamento do **currículo TIC** às necessidades actuais.

Em Portugal, a nível de currículo oficial, o ensino das TIC está formalizado nas disciplinas TIC leccionadas no 9.º e no 10.º ano de escolaridade, sendo no 9.º ano leccionadas as competências básicas de processamento de texto, criação de apresentações, folha de cálculo e criação de páginas Web.

A nível internacional, observa-se a tendência para leccionar as principais ferramentas TIC em idades mais jovens, assim como a tendência para não individualizar as TIC como uma disciplina, incorporando-as de forma transversal em todas as disciplinas.

Torna-se necessário rever os objectivos e conteúdos das disciplinas (TIC e outras) à luz do que está a ser desenvolvido nos países europeus mais avançados em termos de modernização tecnológica, e antecipar no tempo o ensino das competências básicas de TIC para níveis mais precoces (2.º ciclo, ou eventualmente 1.º ciclo como oferta de enriquecimento curricular).

No que toca às **qualificações e competências** necessárias à **operação e manutenção das infra-estruturas tecnológicas** disponíveis nas escolas, quase todas as escolas entrevistadas referiram como uma barreira importante à modernização a falta de conhecimentos técnicos para o desenho ou a revisão de soluções (e.g. desenho da infra-estrutura de rede, celebração de contratos de operação e manutenção, etc.).

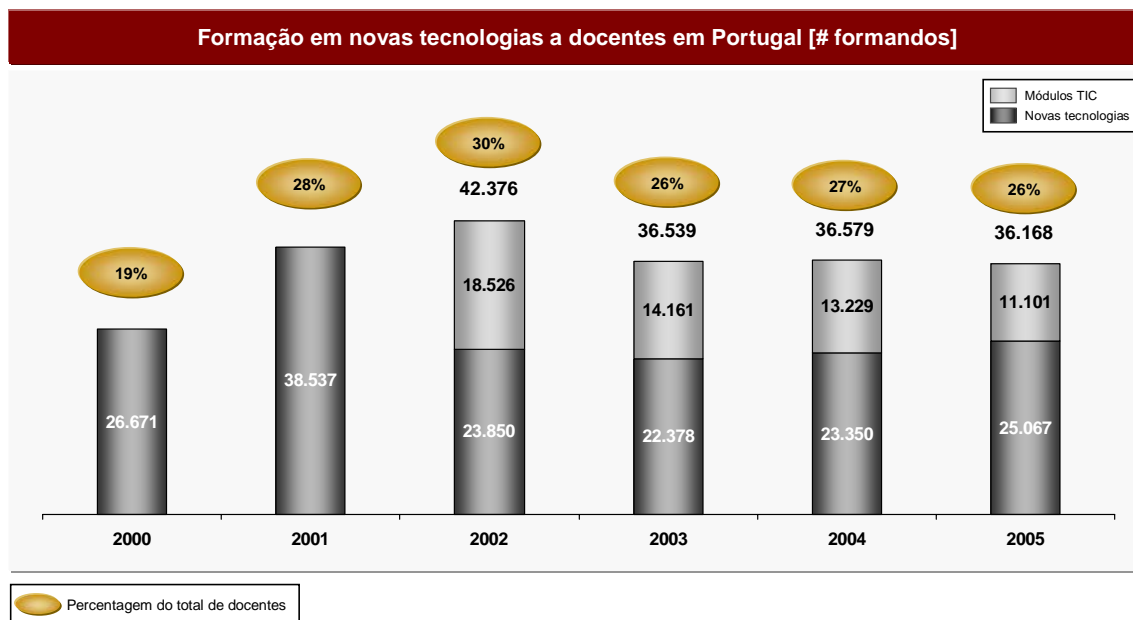
Também nos países internacionais de referência quase 2/3 das escolas sentem necessidade de melhor apoio técnico na operação e na manutenção das suas infra-estruturas TIC.

Para garantir a adequada manutenção dos equipamentos nas escolas e a eficiência dos investimentos dos estabelecimentos de ensino, é importante que os responsáveis em cada escola possuam formação adequada e possam recorrer a apoio técnico especializado.

4.III.a. Formação de docentes

Nos últimos 5 anos cerca de 25% a 30% do corpo docente frequentou, por ano, acções de formação em tecnologia.

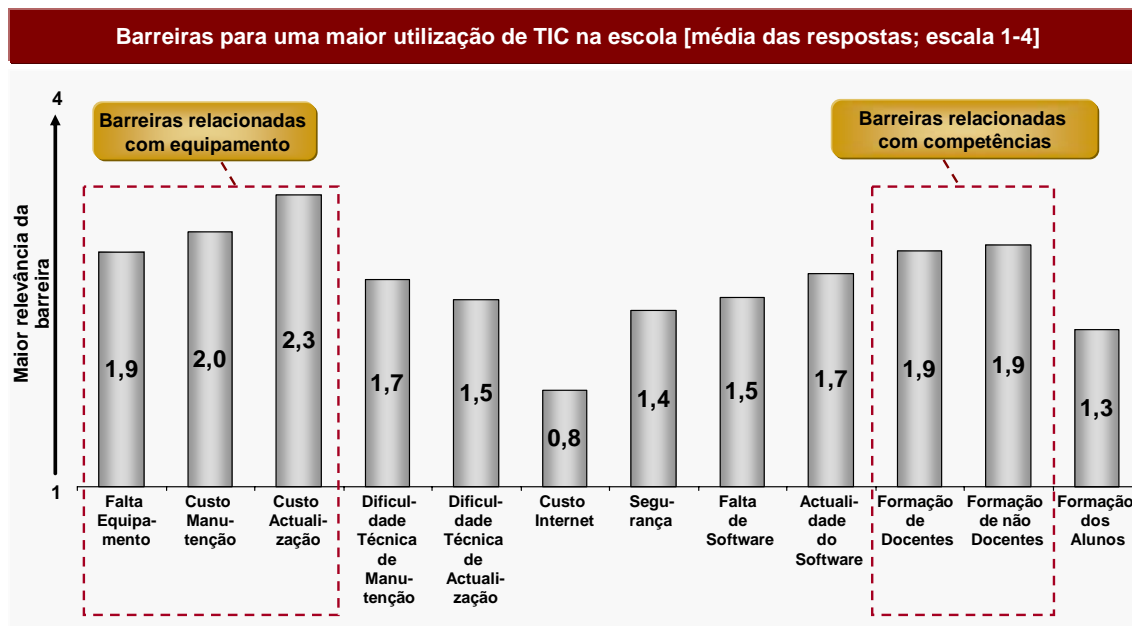
Fig. 39 - Docentes que frequentaram formação em tecnologia



Fonte: PRODEP; GEPE; análise A. T. Kearney

Não obstante, como vimos na Fig. 4, uma das principais barreiras à modernização tecnológica ainda se prende com insuficiência de qualificações do corpo docente. Com efeito, no questionário efectuado às escolas, as barreiras relacionadas com as qualificações dos agentes foram consideradas as mais importantes barreiras à maior utilização de TIC nas escolas, logo a seguir aos constrangimentos ao nível de infra-estruturas.

Fig. 40 - Barreiras para maior utilização de tecnologia nas escolas



Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

Em países europeus de referência, o processo de modernização tem sido efectuado de forma sequencial sendo, numa primeira fase, o enfoque colocado na dotação de infra-estruturas e, numa segunda fase, adoptadas medidas para aumentar as qualificações dos agentes no uso de tecnologia.

Em Portugal, é importante acelerar o processo de modernização e, como tal, é crucial acompanhar os esforços de apetrechamento dos esforços de formação, em vez de adoptar uma abordagem sequencial.

Com efeito, foram observados efeitos positivos quando existiu esforço simultâneo nestas duas vertentes: observa-se que as acções de apetrechamento desenvolvem um sentimento positivo em docentes e não docentes e geram entusiasmo em relação à tecnologia e à formação, levando a uma adopção mais rápida da tecnologia (e.g. iniciativa Escolas Professores e Computadores Portáteis).

Um outro factor de sucesso identificado nos casos internacionais de referência, nomeadamente na Finlândia, e também referido por vários agentes nas entrevistas conduzidas, é a existência de planos de formação contínua e progressiva, i.e. a existência de vários módulos ou níveis de formação em tecnologia com diferentes graus de complexidade.

Esta abordagem modular à formação permite adequar a formação de docentes às suas efectivas necessidades (e.g. permite ministrar formação mais aprofundada a docentes de informática ou coordenadores TIC) e possibilita desenhar planos de formação contínua.

Em Portugal já foram dados alguns passos neste sentido. O modelo de formação de docentes foi alterado em 2006, tendo sido definidos referenciais de formação para diferentes perfis de professores, numa tentativa de melhor adequar o investimento em formação às necessidades dos docentes e de criar as bases necessárias para a criação de planos de formação contínua para cada tipologia de professores.

É necessário, no entanto, continuar a melhorar os sistemas de formação de docentes para aumentar a sua eficácia e instituir mecanismos de certificação de competências.

No plano internacional, foi também identificado como factor de sucesso para o processo de modernização o envolvimento dos estabelecimentos de ensino nos planos de formação de docentes e não docentes.

No caso finlandês, as escolas definem um plano de formação a 5 anos, com objectivos de certificação definidos centralmente.

As sessões de formação são ministradas, preferencialmente em grupo, nos estabelecimentos de ensino, sujeitos às condicionantes da escola em termos de equipamento ou software, e em calendários alinhados com as necessidades dos docentes e da escola (e.g. formação na utilização de software de apoio à gestão administrativa ministrada próximo da época de avaliações e reuniões).

Tendo em consideração a realidade Portuguesa e as principais aprendizagens retiradas da análise das melhores práticas internacionais, é fulcral rever o modelo de formação de docentes e desenhar um programa de formação eficaz, que contemple formação contínua e progressiva e certificação de competências.

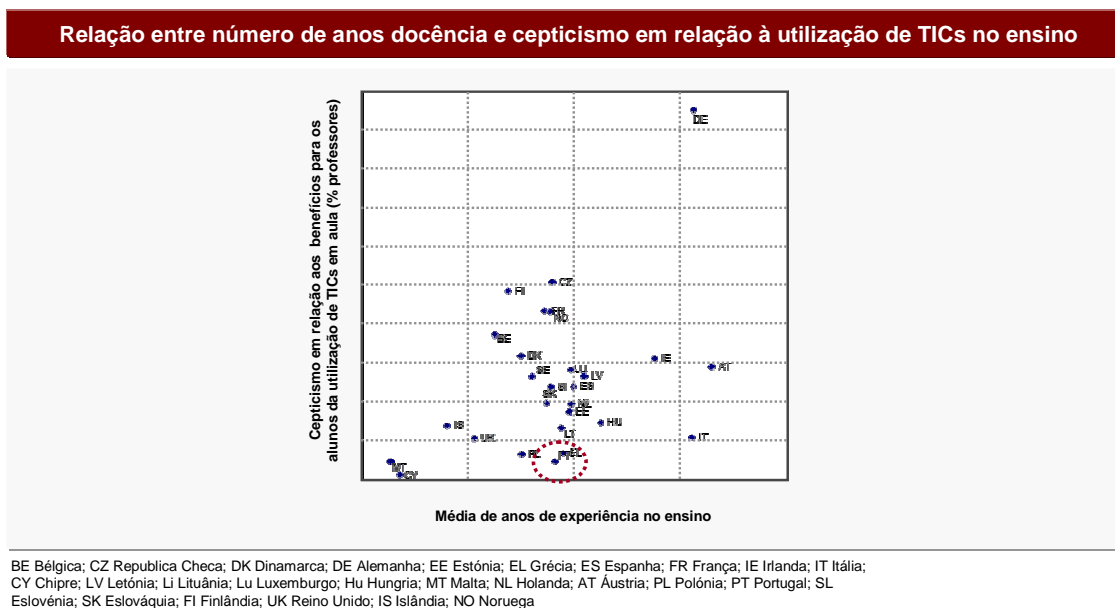
4.III.b. Resistência por parte de alguns docentes

Mesmo em escolas bem equipadas e cujos agentes têm a formação adequada, a utilização de tecnologia enfrenta normalmente alguma resistência por parte de alguns docentes, motivada quer pelo cepticismo em relação aos benefícios da utilização das TIC, quer pela alteração do *status quo* que implica, quer pelo acréscimo de tempo e de esforço de preparação que exige.

A idade dos docentes (medida pelo número de anos de experiência profissional) parece ser uma barreira importante à adopção de novas tecnologias [Fig 41].

Os docentes com mais anos de serviço são, em média, mais cépticos em relação aos benefícios associados às TIS e mais resistentes à sua utilização.

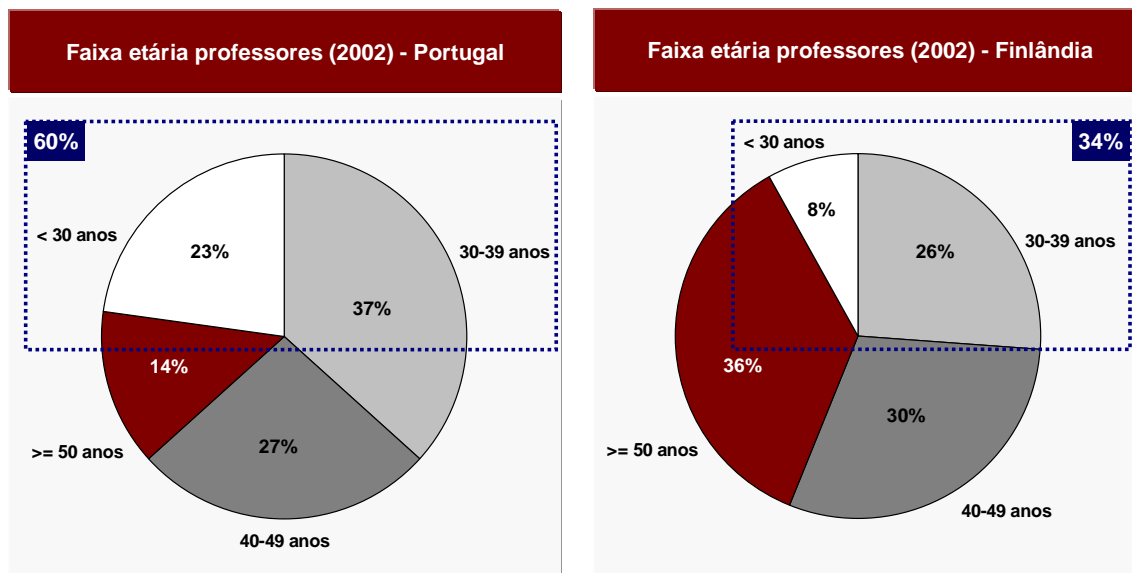
Fig. 41 - Relação entre número de anos de experiência dos docentes e motivação para utilizar TIC



Fonte: Empirica report 8/2006; análise A. T. Kearney

Tendo em consideração que, em média, a classe docente portuguesa é das menos cépticas em relação à utilização das TIS, e mais jovem do que a média dos países da UE15 e dos países da UE mais avançados, o atraso de Portugal face aos países de referência é ainda mais marcante, uma vez que Portugal enfrenta em menor grau uma barreira importante enfrentada pelos restantes países europeus.

Fig. 42 - Faixa etária dos professores



Fonte: Euridyce; Eurostat; análise A. T. Kearney

Apesar da menor antiguidade dos docentes em Portugal e do seu menor cepticismo em relação aos benefícios da aplicação das TIC no ensino serem catalisadores importantes para a modernização tecnológica, o nosso país, como vimos, apresenta índices de utilização de tecnologia muito inferiores aos dos países europeus de referência.

Em quase todos os estabelecimentos de ensino entrevistados, foi apontado como uma forte barreira à utilização das TIC no ensino o facto de a utilização de tecnologia implicar a alteração de rotinas e hábitos adquiridos e exigir uma maior dedicação de tempo na preparação das aulas.

Na Finlândia, um dos principais desafios consistiu na dinamização da utilização de tecnologia pelos docentes, enfrentando a resistência destes à modernização. Esta resistência foi vencida devido ao forte impulso social e políticos de modernização tecnológica, e à definição de metas claras para a utilização de tecnologia no ensino por parte dos docentes, metas essas incluídas posteriormente pelas escolas em planos de acção individuais.

Fig. 43 - Exemplo de plano de acção TIC de uma escola Finlandesa

Exemplo de plano TIC da escola secundária de VYL, a 50 Km de Helsínquia								
Ano	Formação	Equipamentos	Redes	Software	Suporte	Curriculo	Colaboração outras entidades	eLearning
2005	1. Ope.fi II para todos, 2. Ope.fi III para 20 %	1. Portáteis para todos os docentes 2. Modernização Lab 1	1. Conclusão do projecto "ICT Dairy"					
2004	1. Ope.fi II-III para 75%	1. Modernização Lab 2	1. Início edifício "ICT Dairy" (mediateca)				1. Fim projecto Comenius 1	
2003	1. Ope.fi II-III para 50 %	1. Aumento nr de portáteis, câmaras de vídeo e videoprojectores		1. Programa de eLearning em todos os computadores	Aumento de outsourcing de suporte técnico (enfoque em apoio pedagógico)	1. Revisão da estratégia de formação TIC	1. Acompanhamento projecto Comenius 1	1. Todas as escolas utilizam o programa de eLearning
2002	1. Ope.fi I para todos, 2. Ope.fi II –III Início	1. Pentium 4s no Lab 1 2. Portáteis para docentes 3. Aumento nr. computadores Lab 2 4. Compra de impressora laser para docentes	1. Rede 100 Mbs no Lab 1 2. Rede 10 Mbs no Lab 2	1. Introdução de software de gestão	1. Outsourcing de suporte técnico 2. Formação in-service de recursos humanos para suporte	1. Actualização dos currículos e planos anuais	1. Início projecto Comenius 1 2. Colaboração na rede de escolas de Vihri 3. Estabelecimento de contactos com empresas	1. Utilização de TWSN
2001	1. Avaliação competências TIC do corpo docente 2. Análise das ferramentas de formação TIC por grupo TIC	1. 5 computadores 2. 1 portátil 3. 10 computadores 200Mhz	1. Grupo TIC desenha plano de acção 2. Construção da rede	1. Levantamento das necessidades dos docentes	1. Equipa TIC faz levantamento de necessidades de formação	1. Aprovação das linhas orientadoras da estratégia TIC	1. Formação do "grupo internacional" 2. Grupo TIC define planos preliminares para cooperação e eLearning	1. Grupo TIC define plano de acção
2001	1. Análise da estratégia TIC 2. Início Ope.fi I	1. Portátil para docentes 2. Impressora laser para Lab 1	1. Rede no Lab2	1. MS School Agreement software		1. Definição da estratégia TIC	1. Definição dos parceiros para o projecto Comenius 1 2. ESP-website. 3. Aplicação do ECOLE	1. Teste de TWSN

Fonte: Escola Secundária VYL; análise A. T. Kearney

Para garantir uma rápida evolução no estágio de modernização tecnológica no ensino em Portugal, é muito importante a inclusão de macro-objectivos, *guidelines* e programas para fomentar a utilização de tecnologia por docentes e alunos, bem como envolver as escolas na prossecução das metas definidas.

4.III.c. As TIC no currículo

É notório o desajustamento do currículo TIC face às necessidades actuais, dado o contacto tardio dos jovens com as principais ferramentas.

No plano internacional, observa-se a tendência para antecipar no tempo o contacto com as ferramentas TIC básicas.

Com efeito, em Portugal, alguns estabelecimentos de ensino sentiram essa necessidade e oferecem a partir do 5.º ano disciplinas de TIC no âmbito da oferta de escola.

Fig. 44 - Visão geral dos conteúdos das disciplinas TIC

9º ano		10º ano	
UNIDADES ESSENCIAIS	UNIDADES ALTERNATIVAS	UNIDADES ESSENCIAIS	UNIDADES ALTERNATIVAS
<p>1. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</p> <p>1.1. CONCEITOS INTRODUTÓRIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Áreas de aplicação das TIC • Estrutura básica de um computador • Noções básicas de funcionamento de um computador <p>1.2. SISTEMA OPERATIVO EM AMBIENTE GRÁFICO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente gráfico • Configurações • Acessórios <p>1.3. INTERNET</p> <ul style="list-style-type: none"> • Navegação na Web utilizando um Browser • Utilização de uma aplicação para Correio Electrónico <p>2. PROCESSAMENTO DE TEXTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Criação de documentos • Edição e formatação de documentos • Funções avançadas <p>3. CRIAÇÃO DE APRESENTAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Criação de apresentações • Apresentação de diapositivos 	<p>SISTEMA OPERATIVO LINUX</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Ambiente gráfico • Configuração • Gestão de ficheiros e directórios • Principais aplicações (Open Office) <p>FOLHA DE CÁLCULO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Criação de uma folha de cálculo • Elaboração de uma folha de cálculo • Geração de gráficos e listas <p>CRIAÇÃO DE PÁGINAS WEB</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos. • Técnicas de implantação de páginas na Web • Criação de páginas: <ul style="list-style-type: none"> - Opção 1: Programa de edição Web: FrontPage - Opção 2: Programa de animação gráfica Web: Flash - Opção 3: Programa de edição Web: Dreamweaver • Publicação 	<p>4. INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DE TRABALHO DE PROJECTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Preparação e planeamento do(s) projecto(s) <p>5. FOLHA DE CÁLCULO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Criação de uma folha de cálculo • Elaboração de uma folha de cálculo • Geração de gráficos e listas <p>6. INTRODUÇÃO AOS SISTEMAS DE GESTÃO DE BASE DE DADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Introdução às bases de dados • SGBD • Programa de gestão de bases de dados • Criação e gestão de bases de dados <p>7. CRIAÇÃO DE PÁGINAS WEB</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Técnicas de implantação de páginas na Web • Criação de páginas: <ul style="list-style-type: none"> - Opção 1: Programa de edição Web: FrontPage - Opção 2: Programa de animação gráfica Web: Flash - Opção 3: Programa de edição Web: Dreamweaver • Publicação <p>8. TRABALHO DE PROJECTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concretização, apresentação e discussão do(s) projecto(s) do ano 	<p>SISTEMA OPERATIVO LINUX</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos básicos • Ambiente gráfico • Configuração • Gestão de ficheiros e directórios • Principais aplicações (Open Office) <p>AQUISIÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGEM ESTÁTICA (MAPA DE BITS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao tratamento da cor e da imagem • Criação e edição de imagens • Trabalho com cores, selecções e camadas • Adição de filtros, deformações, molduras e efeitos • Criação de imagens para a Web <p>AQUISIÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGEM VECTORIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas interactivas • Desenho e manipulação de formas geométricas • Transformação e organização de objectos • Trabalho com contornos e preenchimentos • Tratamento de texto • Manipulação de nós e formas • Utilização dos diferentes efeitos especiais • Publicação para a Web

Fonte: Ministério da Educação, DGIDC; Junho 2003

A maior parte dos países da UE ainda individualiza o ensino das TIC numa disciplina. Os países mais avançados, no entanto, já ultrapassaram a fase de ensinar as TIC como disciplina individual, procurando integrar as TIC transversalmente nas demais disciplinas. Nesses países, o recurso às TIC é agora incorporado nos critérios de avaliação, na produção e apresentação de conteúdos e na elaboração de testes em suporte informático.

Nas escolas portuguesas há alguma resistência na incorporação das TIC em todas as disciplinas, devido fundamentalmente à insuficiente dotação de equipamentos para utilização livre dos alunos – que se pode traduzir inclusivamente em situações de desvantagem para alunos sem

acesso às TIC nos seus meios familiares.

Observa-se, no entanto que, em escolas com um nível adequado de equipamento para utilização livre por alunos, algumas disciplinas incorporam nos seus critérios de avaliação contínua a utilização de tecnologia, o que teve impacto positivo nos níveis de utilização de tecnologia pelos alunos e nos níveis de motivação dos mesmos.

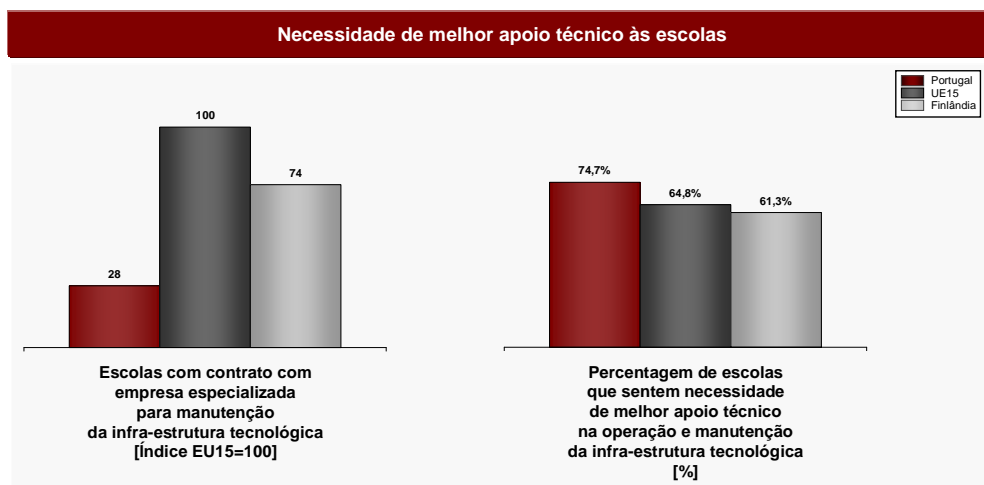
Para acelerar o processo de modernização tecnológica em Portugal, é importante rever os objectivos e conteúdos das disciplinas (TIC e outras) à luz do que está a ser implementado nos países da UE mais avançados, antecipando o contacto dos alunos com as principais ferramentas de TIC (2º ciclo ou eventualmente 1º ciclo como oferta de enriquecimento curricular) e fomentando a utilização transversal de TIC em todas as disciplinas.

4.III.d. Apoio técnico e jurídico aos estabelecimentos de ensino

As escolas entrevistadas referiram como uma barreira importante à modernização a falta de conhecimentos técnicos para a gestão e operação adequada das infra-estruturas de TIC existentes.

Em quase 2/3 das escolas, a manutenção das redes locais e de toda a infra-estrutura de tecnologia é efectuada pelos professores TIC¹⁷, e a percentagem de escolas que recorre ao apoio de empresas especializadas é cerca de 1/4 da média dos países da UE¹⁵¹⁸. Refira-se que também nos países de referência, quase 2/3 das escolas sentem a necessidade de um melhor apoio técnico na operação e na manutenção das suas infra-estruturas TIC.

Fig. 45 - Necessidade de melhor apoio técnico às escolas



Fonte: Empirica report 8/2006; análise A. T. Kearney

A necessidade de apoio técnico é também evidenciada nos resultados do inquérito a todas as escolas.

¹⁷ Fonte: GEPE, dados preliminares; análise A. T. Kearney (Escolas públicas EB 2/3 e S)

¹⁸ Fonte: Empirica report 8/2006; análise A. T. Kearney

Com efeito, como se pôde observar na Fig. 40, dificuldades técnicas na manutenção e actualização dos equipamentos foram consideradas barreiras importantes a uma maior utilização de tecnologia nas escolas.

Para garantir a adequada manutenção dos equipamentos nas escolas e a eficiência dos investimentos dos estabelecimentos de ensino, é importante que os agentes escolares responsáveis pela modernização tecnológica possuam a formação adequada e possam recorrer a apoio técnico especializado, principalmente quando é necessário tomar decisões complexas ou decidir sobre investimentos elevados.

4.IV. Investimento e Financiamento

Em percentagem do PIB, o investimento em TIC na educação em Portugal está em linha com a média dos países da UE15. Mas se aferido *per capita*, este valor ainda está muito abaixo dos valores europeus.

É necessário **reforçar o investimento em TIC** na educação para aproximar o investimento Português dos níveis europeus e para garantir a recuperação dos atrasos observados.

Em muitas escolas, o processo de modernização tecnológica é em grande parte financiado maioritariamente pelas suas receitas próprias, dada a escassez de recursos financeiros transferidos centralmente.

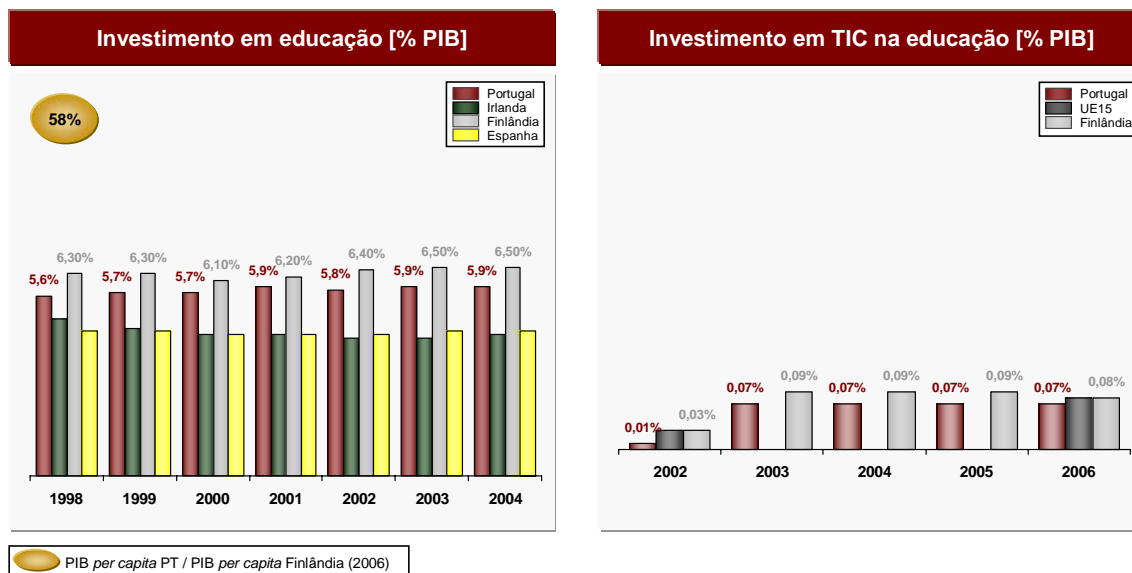
Para garantir o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação, como estabelecido no Programa Educação e Formação 2010, o processo de modernização tecnológica deverá contemplar **formatos de financiamento alternativos**, que tenham em conta a capacidade diferenciada de cada estabelecimento de ensino para gerar receitas próprias.

Pese embora observa-se actualmente um crescimento no número de empresas que tem na sua agenda questões de responsabilidade social, não existem mecanismos articulados de promoção do envolvimento da iniciativa privada no processo de modernização tecnológica das escolas. Nos países de referência, o estabelecimento de **parcerias publico-privadas** foi recorrentemente apontado como factor crítico de sucesso nos respectivos processos de modernização. É muito importante que, em Portugal, a administração central considere, no planeamento das suas intervenções, o envolvimento da esfera privada e desenhe mecanismos que fomentem a cooperação e parceria entre as empresas e a comunidade educativa.

4.V.a. Investimento em TIC na educação

O investimento no ensino e em TIC no ensino em Portugal está em linha com a média europeia. No entanto, deve ser tido em consideração que o PIB *per capita* português é significativamente inferior ao PIB *per capita* dos países de referência considerados, o que, associado ao facto de os preços de tecnologia não diferirem muito entre países, enfatiza a necessidade de um reforço do investimento.

Fig. 46 - Investimento em educação (% PIB) e investimento em TIC na educação



Fonte: EIU; United Nations; EuroStat; Análise A.T. Kearney

A disponibilidade financeira das escolas para investimento em tecnologia é muito reduzida.

Com efeito, do total de despesas dos estabelecimentos de ensino, cerca de 94% são relativas a vencimentos¹⁹.

Do valor transferido pelo Ministério da Educação para as escolas, apenas 2% diz respeito a despesas correntes, num montante médio de 93 mil euros / ano por agrupamento de escolas. Este montante destina-se ao pagamento de todas as despesas correntes dos estabelecimentos de ensino, sendo insuficiente para fazer face a necessidades de investimento em modernização tecnológica e de manutenção do parque de equipamentos.

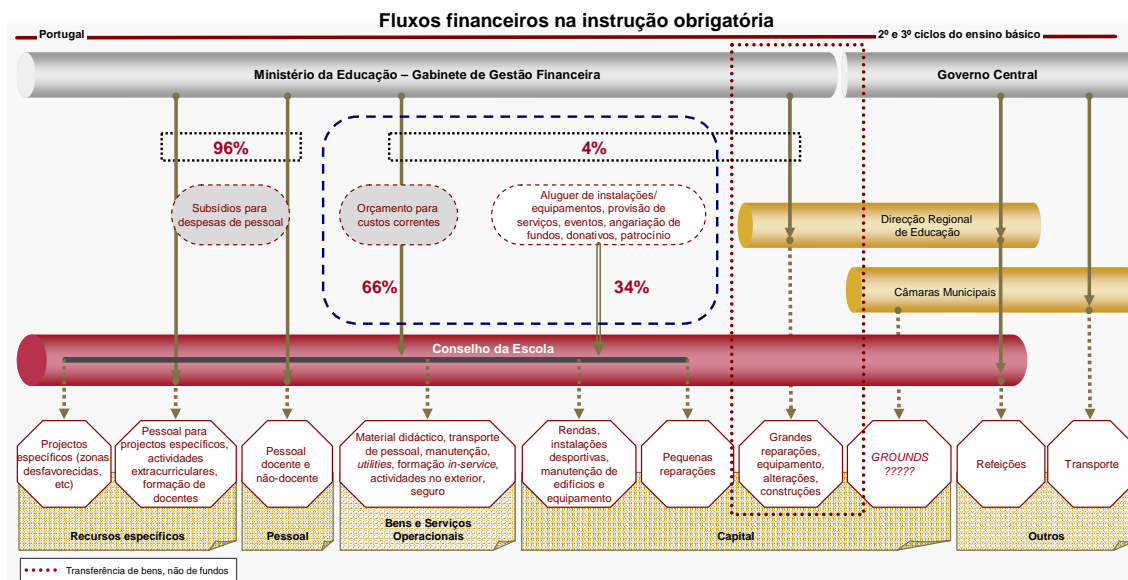
Este valor é complementado pelas escolas com receitas próprias, que, em média, ascendem a 26% do total de receitas das escolas e que, em grande parte dos estabelecimentos de ensino, representam a principal fonte de financiamento para o processo de modernização tecnológica.

O Ministério de Educação transfere ainda, via DRE, montantes destinados a financiar despesas de investimento das escolas.

Em 2006, este valor ascendeu a aproximadamente 84 mil euros por agrupamento de escolas, dos quais 14 mil representaram despesas de investimento em TIC

¹⁹ Este valor é muito elevado em comparação com os países da OCDE, em que esta proporção é de 74% (Fonte: OECD Economic Surveys: Portugal, 2006)

Fig. 47 - Financiamento da educação



Fonte: Eurydice 2001; análise A. T. Kearney

Os agentes entrevistados foram unânimes em afirmar que os valores transferidos via Ministério da Educação são insuficientes para fazer face às necessidades de investimento e às necessidades de manutenção e actualização do parque informático, atingindo já dimensão e complexidade considerável.

Os valores transferidos centralmente têm sido complementados com receitas próprias, na medida da capacidade de geração de receitas próprias de cada estabelecimento de ensino. São estas que permitem, em grande parte, a modernização tecnológica das escolas (em 2006, 80% das despesas das escolas em TIC foram suportadas por receitas próprias).

Sendo assim, para garantir o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação nas escolas, de acordo com o estabelecido no Programa Educação e Formação 2010, o processo de modernização tecnológica deverá contemplar formatos de financiamento alternativos.

4.V.b. Envolvimento de entidades privadas

Actualmente, observa-se um crescimento no número de empresas que tem na sua agenda questões de responsabilidade social e, neste âmbito, a área da educação assume em muitas empresas importância primordial.

Várias escolas contam, hoje em dia, com o apoio da esfera empresarial na prossecução dos seus projectos, e muitas empresas portuguesas desenvolvem acções de responsabilidade social em estreita colaboração com a comunidade educativa.

É fundamental que a administração central consiga impulsionar a iniciativa privada e usufruir dos recursos que muitas empresas estão dispostas a colocar ao serviço da educação.

Na Finlândia, o estabelecimento de parcerias publico-privadas, através, por exemplo, de acordos para a modernização do parque escolar, foi recorrentemente apontado como um dos factores críticos de sucesso do processo de modernização.

Neste sentido, é muito importante que a administração central portuguesa considere, no planeamento das suas intervenções, o envolvimento da esfera privada e desenhe com ela mecanismos de cooperação e parceria estreita.

E é ainda importante que a administração central fomente a cooperação e as parcerias directas entre as empresas e as escolas.

1.1. Introdução

O Ano de 2006 é marcadamente caracterizado por um centramento em áreas de intervenção directamente contributivas para as prioridades definidas em termos das políticas públicas de educação e formação.

Assistimos assim a uma efectiva concentração em intervenções que visam dar resposta à Iniciativa Novas Oportunidades, para além de um conjunto de iniciativas directamente ligadas a Planos de Intervenção Estratégicos, como o Plano de Acção da Matemática e o Plano Nacional de Leitura, os quais enquadram intervenções apoiadas na área de Formação Contínua em Matemática e o Programa Nacional para o Ensino do Português.

De realçar igualmente um conjunto de iniciativas destinadas à modernização tecnológica das Escolas, que permitiram melhorar decisivamente as condições de trabalho nos estabelecimentos de ensino, sobretudo dirigidas à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem através do recurso às TIC.

Assim e apesar de 2006 constituir-se como o último ano de vigência desta Intervenção, é de realçar que corresponde a um ano marcante, nomeadamente no que se refere à relação entre os apoios concedidos e os resultados alcançados pelo sistema educativo, em particular no que respeita ao combate ao abandono e ao insucesso escolar.

Neste âmbito é de salientar o contributo directo das acções apoiadas pelo PRODEP na inversão, pela primeira vez em anos recentes, na tendência de diminuição do número de alunos a frequentar os diferentes níveis de ensino, uma vez que o aumento de alunos registado foi conseguido sobretudo através das vias profissionalmente qualificantes, em particular ao nível do secundário.

Assim, não pode deixar de ser sublinhado o sucesso da estratégia, iniciada em 2005 pela Gestão do PRODEP, de aprofundar os níveis de qualidade do programa, visando aumentar efectivamente os impactos no sistema educativo.

Por fim, de destacar que esta procura de qualidade e de inovação é conseguido num contexto de maximização dos recursos financeiros disponíveis, o que testemunha a efectiva capacidade de organização e mobilização dos agentes do sistema educativo face aos grandes desafios de qualificação da população portuguesa.

1.2. Apresentação do Relatório

No que respeita à estrutura do presente relatório, este corresponde às obrigações regulamentarmente designadas, sendo de destacar desde já uma maior ênfase às questões de natureza estratégica e sua articulação com a implementação e resultados alcançados pelo Programa, de modo a que o conjunto exaustivo de dados físicos e financeiros façam sentido e permitam um “olhar” estratégico sobre o PRODEP e o sistema educativo.

- Cap.I – Actualização do contexto global em que o Programa se integra, com vista a apurar a sua efectiva pertinência e valor acrescentado.
- Cap.II – Enquadramento das alterações introduzidas pela Reprogramação Financeira.

- Cap.III – Análise detalhada da execução física e financeira ao nível global do Programa e específico de cada Medida / Acção.
- Cap.IV / V – Actualização da informação relativa aos dispositivos internos montados em matéria de gestão, acompanhamento, controlo e informação / publicidade.
- Cap.VI – Descrição dos principais estrangulamentos verificados na concretização dos objectivos do Programa.
- Cap.VII – Análise da contribuição do Programa para as áreas transversais e para o conjunto das iniciativas nacionais e comunitárias.

As principais conclusões gerais e de carácter substantivo que se podem sintetizar:

- Continuação de elevados níveis de execução financeira, apontando que os elevados níveis de exigência e articulação estratégica ao nível das medidas de política nacional encontraram acolhimento por parte dos operadores do sistema educativo, que demonstraram elevada capacidade de mobilização face às estratégias definidas;
- Flexibilidade programática no sentido da reorientação e concentração das intervenções em torno das linhas estratégicas definidas;
- Elevado contributo do Programa para a efectiva alteração do perfil do sistema educativo, designadamente ao nível dos principais indicadores estatísticos, o que permite concluir sobre o efectivo valor acrescentado do financiamento comunitário em matéria do apoio à Educação.

1.3. Modificação das Condições Gerais com Reflexos na Execução do Programa

A evolução da economia portuguesa em 2006 foi globalmente mais positiva do que a observada nos anos anteriores, embora esta evolução favorável não tenha ainda permitido retomar o processo de convergência real face à média da EU.

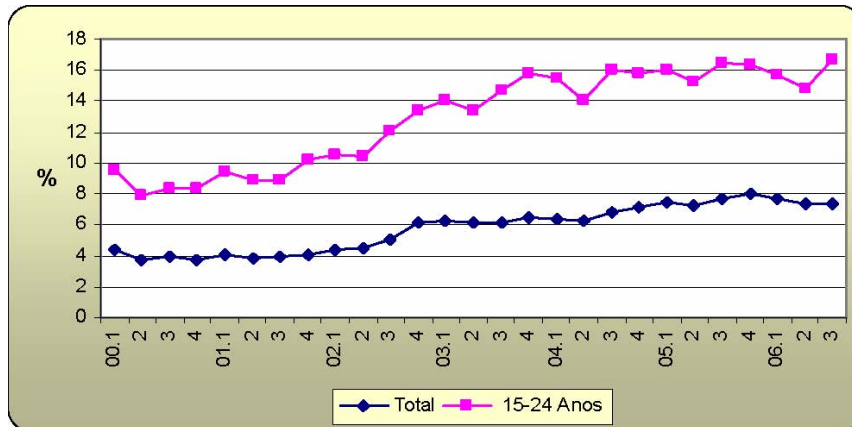
Indicadores Macro-Económicos e de Emprego para Portugal

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PIB per capita a preços e PPC correntes (UE25=100)	79.9	79.7	79.4	77.2	72.5	72	70
Taxa de Inflação	2.9	4.4	3.6	3.3	2.4	2.3	3.1
Taxa de Actividade Líquida	60.9	61.5	62	62	61.9	62.2	62.5
Taxa de Emprego	2.3	1.8	0.5	-0.4	0.1	0.0	0.7
Taxa de Desemprego	3.9	4	5	6.3	6.7	7.6	7.7
Taxa de Desemprego dos Jvens	8.6	9.6	11.6	14.5	15.6	16.1	16.3
DLD/Desemprego Total	43.6	39.5	37.2	37.8	46.3	49.9	51.7

1.3.1. Indicadores de Emprego e Desemprego

O emprego registou uma taxa de crescimento de 0,7%, o que permitiu inverter as tendências de perda verificadas desde 2000, contribuindo também para a quase estabilização da taxa de desemprego, que se situou nos 7,7% - de salientar que a taxa de desemprego dos Jovens continua a registar uma tendência de crescimento, bem como a referente aos Desempregados de Longa Duração, que representam cerca de 51% do desemprego total.

Evolução da Taxa de Desemprego Total e Jovens, em Portugal

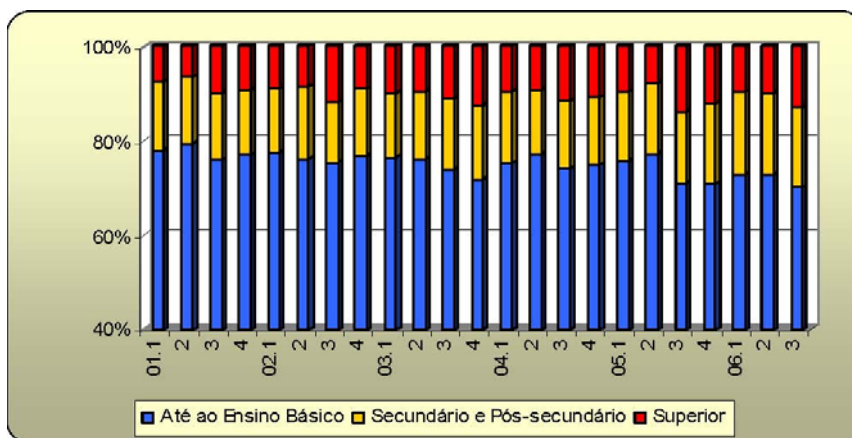


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

No que respeita à caracterização regional do desemprego, é de salientar que as taxas mais elevadas foram observadas no Alentejo, Norte e Lisboa, com valores acima da média nacional.

Quanto ao comportamento do desemprego segundo o grau de instrução, apenas na população com qualificações ao nível do ensino básico é observada uma redução, enquanto que nos níveis de ensino superior e secundário, regista-se um ligeiro aumento.

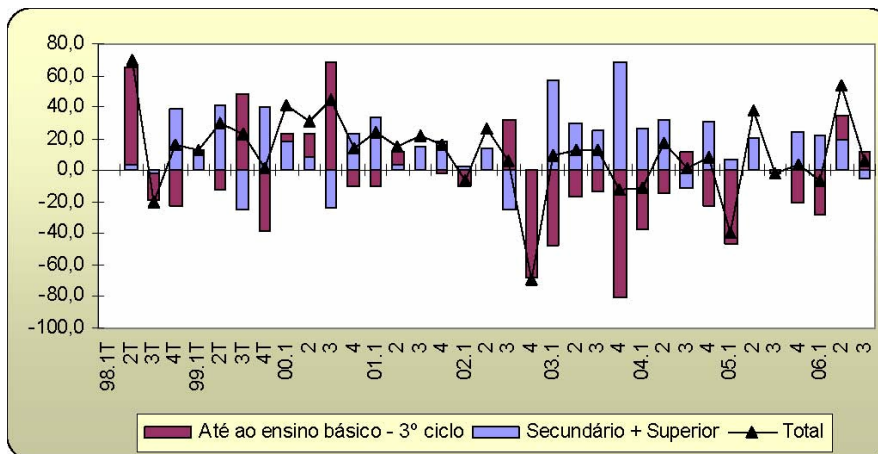
Estrutura da População Desempregada Segundo o Grau de Instrução, em Portugal



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Quanto à análise da população empregada, verifica-se que continua a manifestar-se a tendência de crescimento do emprego para os detentores de qualificações mais baixas.

Varição Absoluta Trimestral da População Empregada Segundo o Grau de Instrução, em Portugal



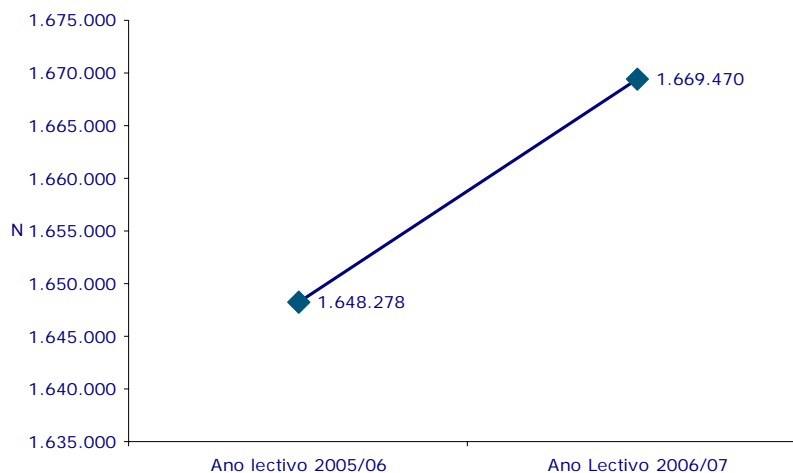
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Contudo é de destacar que é no grupo dos Licenciados que se observa a taxa de emprego mais elevada, (11 p.p. superior à taxa de emprego global), sendo a segunda taxa mais elevada referente aos que possuem o ensino secundário (5,7 p.p. acima da taxa global), enquanto que o grupo dos que detêm apenas o 3º CEB apresenta uma taxa de emprego inferior (-3,1 p.p. que a taxa global).

Também de evidenciar que a taxa de emprego é sempre mais elevada para os homens do que para as mulheres, independentemente do grau de instrução em análise.

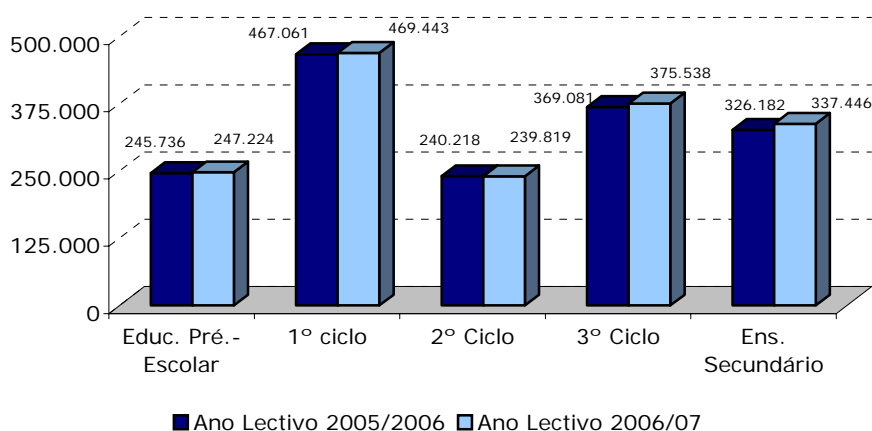
1.3.2. Principais Factores de Evolução do Sector da Educação

A análise da evolução do conjunto de indicadores do sector da Educação permite concluir quanto à alteração de uma tendência registada nos últimos anos – pela primeira vez nos anos mais recentes assistimos ao aumento do número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino, implicando um acréscimo de cerca de 21.000 alunos no sistema educativo.



Fonte: GEPE

De salientar que este acréscimo é conseguido, essencialmente, através do crescimento verificado no final do Ensino Básico e no Secundário, enquanto nos níveis iniciais verifica-se um crescimento pouco significativo ou mesmo decréscimo.

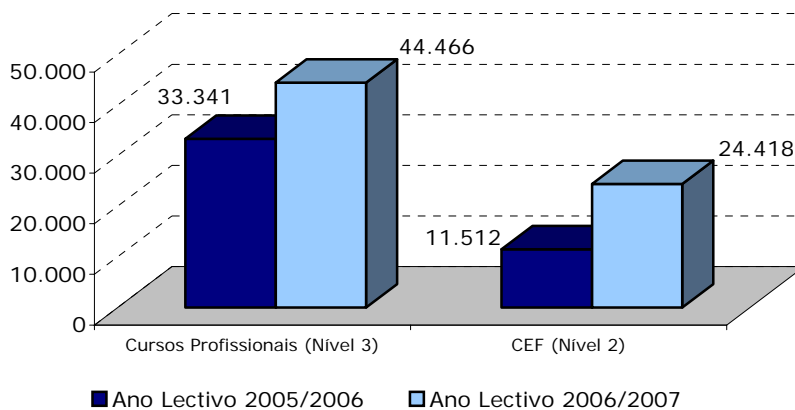


Fonte: GEPE

É pois de sublinhar que estes dados constituem o factor mais marcante da análise ao sector, uma vez que estamos perante a inversão de uma tendência verificada no sistema educativo, que assistiu nos últimos anos ao decréscimo continuado do número de alunos matriculados, sobretudo ao nível do Ensino Secundário.

Alunos Matriculados por Ano Lectivo, Nível e Modalidade de Ensino - Portugal Continental												
Ano Lectivo	2001/2002		2002/2003		2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	N.º	Var. (%)	N.º	Var. (%)	N.º	Var. (%)	N.º	Var. (%)	N.º	Var. (%)	N.º	Var. (%)
Total	1.719.942	-----	1.696.913	-1,4	1.671.284	-2	1.676.370	0,3	1.639.933	-2,2	1.669.470	1,8
Educação Pré-Escolar	227.043	-----	235.208	3,5	236.536	1	244.170	3,1	244.299	0,1	247.224	1,2
Ensino Básico	1.119.205	-----	1.106.527	-1,1	1.088.756	-2	1.085.449	-0,3	1.070.513	-1,4	1.084.800	1,3
1º Ciclo	486.338	-----	479.697	-1,4	471.274	-2	475.230	0,8	464.252	-2,4	469.443	1,1
2º Ciclo	255.344	-----	258.941	1,4	256.646	-1	251.043	-2,2	238.931	-5,1	239.819	0,4
<i>Regular</i>	247.540	-----	251.360	1,5	249.439	-1	244.147	-2,2	237.228	-2,9	237.420	0,1
Cursos de Ed/Formação	-----	-----	-----	-----	121	-----	190	36,3	342	44,4	631	45,8
Cursos Profissionais (nível 1)	-----	-----	-----	-----	99	-----	46	-115,2	83	44,6	0	0,0
<i>Recorrente</i>	7.804	-----	7.581	-2,9	7.207	-5	6.896	-4,5	1.278	-439,6	1.768	27,7
3º Ciclo	377.523	-----	367.889	-2,6	360.836	-2	359.176	-0,5	367.330	2,2	375.538	2,2
<i>Regular</i>	350.437	-----	345.488	-1,4	341.627	-1	342.566	0,3	341.582	-0,3	339.537	-0,6
7º, 8º e 9º anos	347.406	-----	342.061	-1,6	337.179	-1	332.878	-1,3	341.582	2,5	339.537	-0,6
Cursos de Ed/Formação	2.341	-----	-----	-----	2.950	-----	7.318	59,7	11.512	36,4	24.418	52,9
Cursos Profissionais (Nível 2)	690	-----	548	-25,9	1.498	63	2.370	36,8	2.107	-12,5	587	-258,9
<i>Recorrente</i>	27.086	-----	22.401	-20,9	19.209	-17	16.610	-15,6	12.129	-36,9	10.996	-10,3
Ensino Secundário	373.694	-----	355.178	-5,2	345.992	-3	346.751	0,2	325.121	-6,7	337.446	3,7
<i>Regular</i>	302.104	-----	284.296	-6,3	277.883	-2	281.327	1,2	263.461	-6,8	277.326	5,0
Cursos Gerais	213.365	-----	197.574	-8,0	194.414	-2	191.117	-1,7	175.154	-9,1	187.565	6,6
Cursos Tecnológicos	57.580	-----	53.118	-8,4	49.110	-8	56.559	13,2	49.800	-13,6	40.397	-23,3
Cursos de Ed/Formação	-----	-----	-----	-----	-----	-----	520	-----	3.103	83,2	4.898	36,6
10º Ano - Via Profissionalizante (nível 2)	-----	-----	2.952	-----	2.657	-11	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Cursos Profissionais (nível 3)	31.159	-----	30.652	-1,7	31.702	3	33.131	4,3	33.341	0,6	44.466	25,0
<i>Recorrente</i>	71.590	-----	70.882	-1,0	68.109	-4	65.424	-4,1	61.660	-6,1	60.120	-2,6

Uma análise mais detalhada permite concluir que os ganhos foram particularmente significativos nas vias profissionalizantes – os Cursos de Educação-Formação ao nível do Ensino Básico e os Cursos Profissionais ao nível do Ensino Secundário, foram as ofertas que registaram maior crescimento face ao ano lectivo anterior.



Estes resultados traduzem a aposta efectuada nestas vias profissionalizantes, que constituem um importante instrumento de combate ao abandono e insucesso escolar, assumindo uma efectiva centralidade na prossecução dos objectivos inscritos na Iniciativa Novas Oportunidades, no que respeita às intervenções destinadas aos Jovens.

Contudo e face às médias europeias, em que as vias profissionalizantes assumem um peso significativo, estamos ainda perante um longo caminho a percorrer.

Secundário - 2006/2007	Alunos (%)
Secundário - Vias Gerais	67
Cursos Tecnológicos	15
Cursos Profissionalizantes	19

Assim, os números alcançados traduzem acima de tudo uma efectiva capacidade de inverter tendências, promovendo as vias qualificantes, contrariando práticas instaladas que decorrem da total subordinação do nível secundário de educação ao ensino superior, valorizando-se essencialmente o prosseguimento de estudos e desvalorizando-se as vias profissionalizantes, que se mantêm minoritárias no nosso sistema educativo.

De realçar que a evolução verificada nos recentes anos lectivos, identifica um claro esforço no sentido do reforço das vias profissionalizantes no contexto do sistema educativo – representando cerca de 12% no ano lectivo de 2004/2005, envolvem já 19% dos alunos no actual ano lectivo de 2006/2007.

1.3.3. Actualidade e Pertinência do Programa

A análise do conjunto das medidas lançadas e implementadas durante o ano de 2006, organizadas em diferentes áreas de intervenção e níveis de ensino, permite concluir do grande envolvimento do PRODEP e do seu significativo contributo para os resultados alcançados em termos da qualificação da escola pública e na melhoria global do sistema de ensino.

Este contributo é particularmente visível no que se refere aos impactos da diversificação da oferta formativa nos ganhos registados no sistema de ensino, que pela primeira vez regista um aumento efectivo nos fluxos de alunos matriculados, o que constitui uma primeira etapa na melhoria dos resultados.

Importa assim analisar em particular o contributo directo do Programa para um conjunto de iniciativas lançadas pelo ME, centrais para a melhoria dos resultados do sistema educativo.

Qualificar o 1º Ciclo do Ensino Básico – no conjunto de nove medidas destinadas à qualificação do 1º Ciclo, visando integrar efectivamente este nível no sistema de ensino, superando os problemas de abandono e desinvestimento a que tem estado sujeito, é de salientar a intervenção ao nível dos programas de formação contínua destinados especificamente aos docentes deste nível de ensino, garantindo a formação, o acompanhamento dos professores e das escolas por instituições do ensino superior – *Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 1º Ciclo; Programa de Formação Contínua no Ensino Experimental das Ciências; Programa Nacional de Ensino do Português; Programa de Formação em TIC.*

Melhorar as condições de ensino e de aprendizagem no Ensino Básico – esta vertente de actuação integra um conjunto diverso de 15 medidas, que procuram aperfeiçoar aspectos de organização e funcionamento da escola como elementos de melhoria das condições de ensino e de aprendizagem e de combate ao insucesso.

Neste âmbito é de destacar o lançamento da “Iniciativa Escola, Professores e Computadores Portáteis”, tendo em vista o apetrechamento das escolas para o apoio ao trabalho em sala de aula e ao trabalho dos professores, permitindo a redução da meta estabelecida para o rácio de 1 PC/13 alunos, que era no ano lectivo anterior de 1 PC/16 alunos – *atribuição de computadores portáteis, projectores de vídeo e pontos de acesso à internet sem fios.*

Também de destacar o apoio ao Plano Nacional de Leitura, que tem como objectivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses, através do “*Estudo sobre o Desenvolvimento dos Instrumentos para Avaliação de Competências de Leitura*”, com vista definição de níveis de referência do desenvolvimento da leitura (do 1º ao 6º ano) e a identificação de domínios a contemplar em provas nacionais de avaliação de leitura e respectivos instrumentos.

Ensino Secundário – avaliar a reforma e diversificar ofertas formativas – as 5 medidas implementadas para avaliar a reforma do ensino secundário e diversificar as ofertas formativas, visam essencialmente reforçar a identidade deste nível de ensino, com vista a aumentar o número de diplomados e ao mesmo tempo reforçar o peso relativo das ofertas formativas de carácter profissional.

Neste contexto é de salientar o contributo que o *“Estudo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário”*, permitindo conhecer as dinâmicas verificadas no terreno, fornecer as indicações práticas necessárias para a monitorização da reforma e introduzir os ajustamentos necessários à sua efectiva implementação.

Também de destacar o *Estudo de Avaliação do Ensino Artístico*, enquanto instrumento essencial para a identificação dos estrangulamentos verificados neste sector do ensino e para a definição de uma estratégia que visa refundar esta área, aumentando o número de alunos que frequentam o ensino artístico.

Este conjunto de intervenções demonstra a actualidade e pertinência do Programa face às alterações e dinâmicas vividas no sistema de ensino nacional, encontrando-se o PRODEP no centro das principais iniciativas, contribuindo directamente para a melhoria dos níveis de eficácia do sistema, traduzido na melhoria dos resultados alcançados pelos alunos.

Iniciativa Novas Oportunidades

A pertinência e actualidade do PRODEP deve ser particularmente sublinhada no que se refere ao principal instrumento nesta área - a Iniciativa Novas Oportunidades.

De facto, a programação do PRODEP consagra um conjunto de intervenções, centrais no contexto das Novas Oportunidades, quer em matéria dos instrumentos destinados aos Jovens como também aos Adultos, afirmando o secundário como nível de referência da qualificação da população portuguesa.

Neste contexto, o PRODEP apoia um conjunto de medidas directamente contributivas para a promoção dos objectivos definidos:

- em 2010 o número de jovens abrangidos pelas vias profissionalizantes corresponderá à metade dos jovens a frequentar o ensino secundário;
- garantir que mais de 650 mil pessoas obtenham uma certificação de competências.

Assim verifica-se que o PRODEP contribui directamente para estes objectivos, através de diversas tipologias de acção:

- **Ensino Profissional** – a par da oferta formativa das escolas profissionais, é de destacar o crescimento verificado na oferta de cursos profissionais nas escolas secundárias, aproveitando a sua capacidade instalada em termos de recursos físicos e humanos e permitindo alargar a cobertura do território nacional. Esta oferta profissionalizante constitui-se como um forte instrumento de combate ao abandono e insucesso escolar, contribuindo para a conclusão da escolaridade no nível secundário.
- **Cursos Educação-Formação** – esta oferta formativa contribui decisivamente para o combate ao abandono escolar, sobretudo importante no incremento dos níveis de conclusão do ensino básico e assim da escolaridade obrigatória. Foi igualmente verificado um crescimento significativo nesta tipologia, designadamente através do alargamento da oferta às escolas profissionais, permitindo dar continuidade e consolidar o crescimento já iniciado no ano anterior.

- **RVCC** - expansão da rede de centros de RVCC através do alargamento da rede às escolas secundárias e outras estruturas de formação, com vista à certificação de competências de segmentos alargados da população portuguesa que não concluiu o 9º ano de escolaridade ou o ensino secundário.
- **Sistema integrado de gestão da oferta (SIGO)** – visando dar resposta a i) sustentar a tomada de decisão no que se refere à estruturação da oferta de formação, de modo a prevenir disfunções ao nível da cobertura territorial e dos públicos e otimizar a afectação de recursos financeiros; ii) reforçar a legibilidade da oferta formativa, proporcionando um instrumento informativo, integrado e exaustivo, que apoie a orientação escolar e profissional dos jovens. O sistema permitiu já a disponibilização de informação de suporte à estruturação do ano lectivo 2006/2007.
- **Guia de acesso ao ensino secundário e sitio Novas oportunidades** – este Guia reúne de forma integrada e exaustiva toda a oferta existente nas escolas secundárias, centros de formação profissional, escolas profissionais, etc. A informação sobre a rede abrange as ofertas dirigidas quer a jovens como a adultos, incluindo cursos EFA, Centros RVCC e Ensino Recorrente. Para além da versão impressa, esta informação encontra-se igualmente disponível numa plataforma *on-line* permanentemente actualizada na página das Novas Oportunidades (www.novasoportunidades.gov.pt).

Este conjunto de intervenções demonstra claramente a actualidade do Programa face aos desafios introduzidos pela Iniciativa Novas Oportunidades aos sistemas de educação e formação, que obriga ao desenvolvimento de uma nova forma de colocar os sistemas ao serviço das necessidades de qualificação da população portuguesa.

2. ALTERAÇÃO DO CONTEÚDO DA DECISÃO DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS

2.1. Processo de Reprogramação Financeira do QCA III / I.O. da Educação

As propostas de alteração do conteúdo da Decisão da Comissão sobre a participação dos Fundos, enquadram-se nas disposições previstas no n.º 2 do art.º 14.º conjugado com o n.º 3 do art.º 34.º de Regulamento (CE) 1260/99, do Conselho de 21 de Junho de 1999, estabelecendo que os Quadros Comunitários de Apoio podem ser revistos quando forem verificadas mudanças importantes na situação sócio-económica e do mercado de trabalho.

Efectivamente, foram identificados constrangimentos de dimensão e características estruturais, condicionando o bom desempenho de Portugal, os quais deram origem à formulação do Plano de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2006 (PNACE), que concretiza as novas directrizes de estratégia e de coordenação das políticas para prossecução da Estratégia de Lisboa revista, focalizadas nos objectivos de crescimento e emprego.

Sendo certo que a superação destes constrangimentos irá constituir o objectivo prioritário das intervenções que serão concretizados no próximo período de programação - Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), entendeu-se que a possibilidade regulamentar de revisão do QCA III era uma importante oportunidade para reorientar os recursos disponíveis para a efectiva concretização das prioridades políticas estabelecidas, contribuindo assim de forma mais eficaz para o alcance dos objectivos do PNACE.

O processo de reprogramação financeira do QCA III foi realizado de forma global, com a participação de todas as Intervenções Operacionais que manifestaram interesse em rever a sua programação, tendo sido tomada em consideração a execução dos Programas, de acordo com uma rigorosa avaliação, tendo sido tomado em consideração os que apresentaram uma evolução pouco satisfatória ou cujo ritmo de execução não atingia as metas definidas, e que por esse facto, apresentavam potenciais riscos de perda de Fundos, quer em termos de cumprimento da *regra n+2*, quer em sede de encerramento.

As propostas de alteração foram apresentadas à Comissão de Gestão do QCA III, que procedeu à sua análise e apresentou uma proposta de reprogramação global, a qual foi submetida a decisão da Comissão de Coordenação do QCA.

A mobilização dos recursos financeiros necessários à concretização desta estratégia implicou uma avaliação exaustiva e rigorosa ao nível de implementação do PRODEP, de forma a concretizar as prioridades estratégicas, sem colocar em causa o cumprimento dos objectivos e dos compromissos assumidos.

Dada a importância da matéria em causa, a reprogramação global do QCA III foi objecto de aprovação em Conselho de Ministros, de 6 de Junho, tendo sido nesta sede estabelecidas um conjunto de orientações enquadradoras da reprogramação financeira, tendo neste contexto sido decidida a reprogramação interna de vários Programas Operacionais e a transferência de verbas entre Programas Operacionais.

Assim o exercício de revisão do QCA III focalizou-se em três domínios centrais:

- reforço das políticas orientadas para o aumento do nível de qualificação da população portuguesa, no contexto estabelecido pela Iniciativa Novas Oportunidades;
- dinamização do investimento empresarial e da inovação associada à criação e qualificação do emprego;
- realização de um conjunto de investimentos em infra-estruturas e equipamentos sociais, em regiões menos favorecidas.

2.2. Reprogramação Financeira da I.O. da Educação (Julho 2006)

O lançamento da Iniciativa Novas Oportunidades, visando superar os défices estruturais de formação e qualificação que Portugal apresenta e procurando ao mesmo tempo constituir-se como resposta eficaz no combate ao insucesso e abandono escolares, foi determinante para a elaboração da proposta de reprogramação elaborada pelo PRODEP, com vista a assegurar os níveis de financiamento adequados à viabilização de respostas às linhas estratégicas e metas definidas no âmbito desta Iniciativa.

A estratégia definida nas Novas Oportunidade encontra-se estruturada em dois pilares – o primeiro visando os Jovens, promovendo as vias profissionalmente qualificantes dos sistemas de educação e formação, e o segundo dirigido aos Adultos, tendo como objectivo central aumentar as qualificações de base da população activa.

Face a esta estratégia, as prioridades do Programa foram reorientadas, procurando dar resposta a este objectivo de política educativa: fazer do ensino secundário o referencial mínimo de escolarização da população portuguesa.

Esta Iniciativa estipula metas muito exigentes, nomeadamente no que se refere à envolvimento de mais de 650 mil jovens em cursos profissionalizantes, definindo em simultâneo que as vagas em vias profissionalizantes representem, em 2010, metade do total de vagas ao nível do ensino secundário, com vista a dotar o País das competências fundamentais para o processo de desenvolvimento da economia nacional. No que respeita aos Adultos, as metas são igualmente ambiciosas já que se pretende colocar em funcionamento 500 Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e qualificar 1.000.000 de activos até 2010.

Para a concretização destes desafios, tornava-se essencial assegurar níveis de financiamento adequados, o que encerrava sérias dificuldades na fase final do PRODEP, marcado tradicionalmente por elevadas taxas de aprovação e de execução, não permitindo assegurar o financiamento do ano lectivo 2006/2007, nomeadamente no tocante à expansão da oferta nas vias profissionalizantes do sistema educativo e ao crescimento da rede de CRVCC.

Verifica-se assim que o contributo efectivo do PRODEP para a concretização das Novas Oportunidades é de manifesta importância, designadamente através de três importantes Acções, que contribuem de forma directa e decisiva para a qualificação da população portuguesa, quer ao nível dos Jovens - Acção 1.2. – Percursos Diversificados no Ensino

Básico/Cursos de Educação-Formação e da Acção 1.3. – Ensino Profissional, quer ainda ao nível dos Adultos, através da Acção 4.1. – Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências Adquiridas ao Longo da Vida.

Assim, o apuramento das disponibilidades existentes e a análise ponderada de eventuais necessidades, permitiu concluir da necessidade de reforço das três acções referidas, com vista a assegurar os níveis de financiamento adequados à viabilização de respostas efectivas às linhas estratégicas e metas definidas.

O reforço solicitado para a Medida 1 - Diversificação das Ofertas de Formação Inicial Qualificantes de Jovens), visou dar continuidade ao esforço já iniciado no ano lectivo 2005/2006, em que foi dado um forte impulso às vias profissionalizantes, permitindo aumentar significativamente o número de alunos em Cursos de Educação-Formação e alargar a oferta de cursos profissionais às escolas secundárias, do qual resultou um aumento muito significativo do número de alunos a procurar estas vias.

Foi igualmente solicitado o reforço financeiro da Medida 4 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências adquiridas ao Longo da Vida, possibilitando a expansão da rede de CRVCC, bem como o alargamento do referencial de competências ao nível do 12º ano de escolaridade.

Paralelamente, dada a aproximação da fase de encerramento do QCA III e constatada a escassez da dotação disponível na Medida 10 (Assistência Técnica - FSE), o que poderia colocar em causa o adequado funcionamento das respectivas Estruturas de Apoio Técnico, solicitou-se o reforço financeiro deste Medida em cerca de um milhão de euros.

Foi ainda possível no presente exercício de reprogramação proceder à libertação de € 1.307.475 de dotação de FSE, relativamente à região em regime de apoio transitório, referente às Medidas 1 e 3, dado que desde 2004 as ofertas profissionalmente qualificantes do sistema de ensino relativas à região de LVT, designadamente as tipologias Ensino Profissional e Cursos Educação-Formação, não tiveram apoio FSE em resultado do processo de *“phasing-out”*.

A aprovação deste exercício de reprogramação ocorreu através do procedimento de Consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento, em 19 de Julho, a qual deu a sua concordância, do que foi dado conhecimento à Comissão de Gestão do QCA em 28 de Julho, permitindo enviar a 4 de Agosto o pedido de reprogramação financeira aos competentes serviços da Comissão Europeia.

A Comissão, em parceria com os Autoridades Nacionais, analisou e aprovou as alterações ao Programa Operacional, através da Decisão da Comissão C (2006) 6602, de 8.12.2006.

De destacar que, conforme resulta do descrito, todos os reforços do PRODEP tiveram por finalidade o apoio à concretização da Iniciativa Novas Oportunidades, tendo resultado das seguintes transferências:

- do Programa Operacional Ciência e Inovação, o montante de 4,2 M€ dotação de FEDER, anuidade de 2006, tendo o mesmo sido convertido em dotação de FSE;

- do Programa Operacional Administração Pública, o montante de 3 M€ dotação de FEDER, anuidade de 2006, tendo o mesmo sido convertido em dotação de FSE;
- do Programa Acessibilidade e Transportes, o montante de 15 M€ dotação de FEDER, anuidade de 2006, tendo o mesmo sido convertido em dotação de FSE;
- do Programa Operacional do Ambiente, o montante de 5 M€ dotação de FEDER, anuidade de 2006, tendo o mesmo sido convertido em dotação de FSE;
- do Programa Operacional da Economia, o montante de 20 M€, dotação de FSE, anuidade de 2006;
- do Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o montante de 2 M€, dotação de FSE, anuidade de 2006;
- do Programa da Assistência Técnica QCA III, o montante de 500 mil euros dotação FEDER, anuidade 2006, tendo o mesmo sido convertido em dotação FSE; e 500 mil euros dotação FSE, anuidade 2006;
- O montante libertado (1.307.475 euros de dotação FSE), região em regime transitório, foi transferido para Programa Operacional da Economia (PRIME).

Unid.: Euros

Eixo Prioritário/ Medida	Fundo	Dotação em vigor no final de 2005 (Decisão n.º C(2004) 5445, de 20 de Dezembro)			Dotação Reprogramação Julho (Decisão n.º C(2006) 6602, de 8 de Dezembro)			Diferenças			
		Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	%
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(4)-(1)	(8)=(5)-(2)	(9)=(6)-(3)	(10)=(9)/(8)
Eixo 1		917.492.544	888.982.544	590.789.676	961.879.544	933.369.544	624.432.201	44.387.000	44.387.000	33.642.525	6%
Medida 1	FSE	590.076.485	566.763.704	345.227.631	636.418.589	613.105.808	380.336.484	46.342.104	46.342.104	35.108.853	10%
Medida 2	FSE	60.389.592	60.389.592	45.292.194	58.434.488	58.434.488	43.825.866	-1.955.104	-1.955.104	-1.466.328	-3%
Medida 6	FEDER	201.134.961	195.937.742	150.851.043	201.134.961	195.937.742	150.851.043	0	0	0	0%
Medida 7	FEDER	50.229.843	50.229.843	37.672.383	50.229.843	50.229.843	37.672.383	0	0	0	0%
Medida 8	FEDER	15.661.663	15.661.663	11.746.425	15.661.663	15.661.663	11.746.425	0	0	0	0%
Eixo 2		123.147.858	123.147.858	92.360.895	142.147.858	142.147.858	106.610.895	19.000.000	19.000.000	14.250.000	15%
Medida 3	FSE	66.194.526	66.194.526	49.645.895	65.194.526	65.194.526	48.895.895	-1.000.000	-1.000.000	-750.000	-2%
Medida 4	FSE	56.953.332	56.953.332	42.715.000	76.953.332	76.953.332	57.715.000	20.000.000	20.000.000	15.000.000	35%
Eixo 3		483.657.995	483.657.995	362.743.496	483.657.995	483.657.995	362.743.496	0	0	0	0%
Medida 5	FSE	348.443.651	348.443.651	261.332.739	348.443.651	348.443.651	261.332.739	0	0	0	0%
Medida 9	FEDER	135.214.344	135.214.344	101.410.757	135.214.344	135.214.344	101.410.757	0	0	0	0%
Eixo 4		19.228.804	19.228.804	14.421.143	20.562.130	20.562.130	15.421.143	1.333.326	1.333.326	1.000.000	7%
Medida 10	FSE	14.400.006	14.400.006	10.799.545	15.733.332	15.733.332	11.799.545	1.333.326	1.333.326	1.000.000	9%
Medida 11	FEDER	4.828.798	4.828.798	3.621.598	4.828.798	4.828.798	3.621.598	0	0	0	0%
Total do P.O.		1.543.527.201	1.515.017.201	1.060.315.210	1.608.247.527	1.579.737.527	1.109.207.735	64.720.326	64.720.326	48.892.525	5%
FEDER		407.069.609	401.872.390	305.302.206	407.069.609	401.872.390	305.302.206	0	0	0	0%
	LVT	42.784.437	42.346.733	31.969.959	42.784.437	42.346.733	31.969.959	0	0	0	0%
	OR	364.285.172	359.525.657	273.332.247	364.285.172	359.525.657	273.332.247	0	0	0	0%
FSE		1.136.457.592	1.113.144.811	755.013.004	1.201.177.918	1.177.865.137	803.905.529	64.720.326	64.720.326	48.892.525	5%
	LVT	224.214.952	220.906.656	156.130.561	222.080.943	218.772.647	154.882.335	-2.134.009	-2.134.009	-1.248.226	-1%
	OR	912.242.640	892.238.155	598.882.443	979.096.975	959.092.490	649.023.194	66.854.335	66.854.335	50.140.751	8%

2.3. Reprogramação Financeira da I.O Educação (Dezembro de 2006)

De acordo com o previsto na Decisão da Comissão (COM (2006) 3424 final), relativa às orientações sobre o encerramento das intervenções (2000-2006) dos Fundos Estruturais, considerou-se possível apresentar alteração aos planos de financiamento anexos à Decisão do Programa, excluindo alterações que envolvessem transferências entre Fundos ou entre Programas.

Neste quadro, entendeu-se pertinente uma última alteração ao plano de financiamento constante da Decisão de aprovação, no sentido de garantir uma maior eficácia e qualidade à programação e à execução do Programa.

Para este efeito foram identificadas áreas específicas do Programa que poderiam vir a evidenciar níveis de sub-execução, decorrentes de alterações nas políticas de educação, nomeadamente o que respeita à área da Formação Contínua de Docentes e Outros Agentes Educativos (Medida 5), tendo sido equacionada a possibilidade de reorientar esses recursos para Medidas que respondam e concretizem as prioridades estabelecidas na Iniciativa Novas Oportunidades, permitindo assim a sua continuidade e evitando os constrangimentos ou entropias que a transição entre períodos de programação poderiam implicar, dificultando o seu processo de implementação.

O apuramento das disponibilidades existentes e análise de eventuais necessidades, permitiu concluir da existência de recursos disponíveis na Acção 5.1., pelo que entendeu-se oportuno efectuar a transferência entre Medidas, tendo sido proposto o reforço da Medida 1 (Diversificação das Ofertas de Formação Inicial Qualificantes de Jovens) e da Medida 4 – Educação e Formação ao Longo da Vida, no montante de 12 M€ e 7 M€ respectivamente.

A proposta de Reprogramação Financeira do Programa foi remetida aos serviços da CE a 22 de Dezembro, após a sua aprovação pelo Comité de Acompanhamento, através do procedimento de Consulta Escrita em 15 de Dezembro.

A Comissão analisou e aprovou as alterações através da Decisão C (2007) 1347, de 20.3.2007.

Unid.: Euros

Eixo Prioritário/ Medida	Fundo	Dotação Reprogramação Julho (Decisão n.º C(2006) 6602, de 8 de Dezembro)			Dotação Reprogramação de Dezembro (Decisão n.º C(2007) 1347, de 20 de Março)			Diferenças			
		Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	%
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(4)-(1)	(8)=(5)-(2)	(9)=(6)-(3)	(10)=(9)/(3)
Eixo 1		961.879.544	933.369.544	624.432.201	973.879.544	945.369.544	633.432.201	12.000.000	12.000.000	9.000.000	1%
Medida 1	FSE	636.418.589	613.105.808	380.336.484	648.418.589	625.105.808	389.336.484	12.000.000	12.000.000	9.000.000	2%
Medida 2	FSE	58.434.488	58.434.488	43.825.866	58.434.488	58.434.488	43.825.866	0	0	0	0%
Medida 6	FEDER	201.134.961	195.937.742	150.851.043	201.134.961	195.937.742	150.851.043	0	0	0	0%
Medida 7	FEDER	50.229.843	50.229.843	37.672.383	50.229.843	50.229.843	37.672.383	0	0	0	0%
Medida 8	FEDER	15.661.663	15.661.663	11.746.425	15.661.663	15.661.663	11.746.425	0	0	0	0%
Eixo 2		142.147.858	142.147.858	106.610.895	149.147.858	149.147.858	111.860.895	7.000.000	7.000.000	5.250.000	5%
Medida 3	FSE	65.194.526	65.194.526	48.895.895	65.194.526	65.194.526	48.895.895	0	0	0	0%
Medida 4	FSE	76.953.332	76.953.332	57.715.000	83.953.332	83.953.332	62.965.000	7.000.000	7.000.000	5.250.000	9%
Eixo 3		483.657.995	483.657.995	362.743.496	464.657.995	464.657.995	348.493.496	-19.000.000	-19.000.000	-14.250.000	-4%
Medida 5	FSE	348.443.651	348.443.651	261.332.739	329.443.651	329.443.651	247.082.739	-19.000.000	-19.000.000	-14.250.000	-5%
Medida 9	FEDER	135.214.344	135.214.344	101.410.757	135.214.344	135.214.344	101.410.757	0	0	0	0%
Eixo 4		20.562.130	20.562.130	15.421.143	20.562.130	20.562.130	15.421.143	0	0	0	0%
Medida 10	FSE	15.733.332	15.733.332	11.799.545	15.733.332	15.733.332	11.799.545	0	0	0	0%
Medida 11	FEDER	4.828.798	4.828.798	3.621.598	4.828.798	4.828.798	3.621.598	0	0	0	0%
Total do P.O.		1.608.247.527	1.579.737.527	1.109.207.735	1.608.247.527	1.579.737.527	1.109.207.735	0	0	0	0%
FEDER		407.069.609	401.872.390	305.302.206	407.069.609	401.872.390	305.302.206	0	0	0	0%
LVT		42.784.437	42.346.733	31.969.959	42.784.437	42.346.733	31.969.959	0	0	0	0%
OR		364.285.172	359.525.657	273.332.247	364.285.172	359.525.657	273.332.247	0	0	0	0%
FSE		1.201.177.918	1.177.865.137	803.905.529	1.201.177.918	1.177.865.137	803.905.529	0	0	0	0%
LVT		222.080.943	218.772.647	154.882.335	222.080.943	218.772.647	154.882.335	0	0	0	0%
OR		979.096.975	959.092.490	649.023.194	979.096.975	959.092.490	649.023.194	0	0	0	0%

2.4. Adaptações ao Complemento de Programação

Nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho, a Autoridade de Gestão pode adaptar o Complemento de Programação sem alterar o montante total de participação dos Fundos.

Em sede da 11ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da I.O. da Educação, realizada em 24 de Novembro de 2005, foram aprovadas um conjunto de alterações ao Complemento de Programação, relativas à implementação da Acção 3.3. – Rede de Escolas de Referência EDUTECH, designadamente o alargamento dos Beneficiários da Acção.

Posteriormente e tendo em consideração os objectivos estratégicos da Acção - *“promover a estreita cooperação entre o Sistema de Educação e de Formação e o tecido empresarial, combatendo as saídas precoces do sistema educativo, proporcionando percursos formativos alternativos e profissionalmente qualificantes”*, entendeu-se relevante intervir ao nível da identificação e caracterização das ofertas formativas, dando igualmente resposta aos desafios lançados pela Iniciativa Novas Oportunidade.

Neste contexto foi criado o Sistema Integrado de Gestão da Oferta Formativa - SIGO, fundamental na promoção da oferta das modalidades formativas, tendo o processo de operacionalização ficado a cargo do GIASE/ME (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo).

Atendendo ao contributo deste projecto para os objectivos estratégicos descritos, entendeu-se propor o alargamento das entidades beneficiárias da Acção, passando o GIASE a constituir-se enquanto entidade elegível.

Esta alteração foi objecto de Consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento da I.O. Educação, em 8 de Fevereiro, tendo merecido a aprovação por parte deste órgão, após o que foi informada a Comissão das referidas adaptações em 16 de Março, dando cumprimento ao n.º do n.º 3 do art.º 34.º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho.

Finalmente, em consequência das reprogramações financeiras efectuadas, surgiu a necessidade de introduzir pequenas adaptações, visando actualizar o Complemento de Programação, tendo-se para o efeito aproveitado a Consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento aquando da reprogramação financeira realizada em Dezembro.

Efectivamente, após as alterações aprovadas no âmbito da Acção 3.3., constatou-se a necessidade de ajustar os indicadores de realização, contemplando para além do “número de Escolas de Referência”, a criação de um novo indicador – “número de actividades apoiadas – 6”, uma vez que os indicadores inicialmente previstos poderiam comprometer a demonstração dos resultados alcançados, dada a dificuldade de contabilizar o que efectivamente foi realizado em termos físicos. Com este indicador – “número de actividades”, pretende-se quantificar de forma inequívoca as acções/actividades desenvolvidas no âmbito dos projectos apoiados.

Aproveitou-se ainda a oportunidade para actualizar a taxa média de co-financiamento da Medida 1 para 62%, decorrente dos exercícios de reprogramação financeira.

A Comissão analisou e aprovou as alterações através da Decisão da Comissão C (2007) 1347, de 20 de Março.

3. EXECUÇÃO/EIXOS PRIORITÁRIOS/MEDIDAS/AÇÕES

3.1. Análise da Eficácia Face às Metas Definidas

No que respeita ao grau da execução física face às metas definidas para o período de programação, I.O. da Educação apresenta, no final deste ano, uma taxa de execução média na ordem dos 99%.

Efectuando uma análise do grau de aproximação à meta referente aos indicadores de realização física, por fundo estrutural, constata-se que em termos médios o FEDER atinge, com uma taxa média de 100%, os valores expectáveis para o período.

Execução Face às Metas 2006 – FSE

Medida	Fundo	Indicador de Realização *	Unidade	Tipo de Indicador		Realização até 31/12/2006	Grau de Aproximação à Meta (%)
				(Acum.) 2000-2006	(Média)		
1 Diversificação das Ofertas de Formação Inicial Qualificante de Jovens	FSE						80,80%
1.1 Ano Qualificante Pós-Básico	FSE	Formandos Volume de Formação	Nº Horas	14.000 14.000.000	- -	7.177 6.879.810	51,26% 49,14%
1.2 Percursos Diferenciados no Ensino Básico	FSE	Formandos	Nº	50.000	-	56.561	113,12%
1.3 Ensino Profissional	FSE	Formandos Turmas	Nº Nº	150.000 3.300	- -	54.774 5.356	36,52% 162,30%
1.4 Programa de Orientação e Informação	FSE	Projectos apoiados	Nº	1.600	-	1.159	72,44%
2 Desenvolvimento do Ensino Pós-Secundário e Superior	FSE						83,78%
2.1 Cursos de Especialização Tecnológica Pós-Secundários	FSE	Formandos Volume de Formação	Nº Horas	4.500 9.000.000	- -	3.649 4.651.445	81,09% 51,68%
2.2 Desenvolvimento do Ensino Superior na Área da Saúde	FSE	Formandos	Nº	46.600	-	47.688	102,33%
2.3 Promoção do Sucesso Educativo e da Qualidade/Empregabilidade no Ensino Superior	FSE	Projectos apoiados	Nº	176	-	176	100,00%
3 Apoio à Transição para a Vida Activa	FSE						99,88%
3.1 Programa de Estágios nos Cursos Tecnológicos	FSE	Estágios Volume de Formação	Nº Meses	7.000 -	- 24.500	10.251 35.079	146,44% 146,44%
3.2 Programa de Estágios no Ensino Superior	FSE	Estágios Volume de Formação	Nº Meses	20.300 90.000	- -	24.411 92.550	120,25% 102,83%
3.3 Rede de Escolas de Referência (EDUTEC)	FSE	Escolas de referência Actividades/Ações	Nº Nº	15 6	- -	0 5	0,00% 83,33%
4 Educação ao Longo da Vida	FSE						119,69%
4.1 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	FSE	Avaliações/Certificações Centros RVCC acreditados	Nº Nº	42.000 150	- -	64.943 182	154,63% 121,33%
4.2 Ofertas Diversificadas de Curta Duração	FSE	Formandos Ações de Formação Volume de Formação	Nº Nº Horas	31.000 1.750 1.480.000	- - -	30.120 1.574 2.003.850	97,16% 89,94% 135,40%
5 Formação de Docentes e Outros Agentes	FSE						114,52%
5.1 Formação Contínua e Especializada nos Ensinos Básico e Secundário	FSE	Formandos não docentes Docentes envolvidos na formação Volume de Formação	Nº Nº Horas	160.000 400.000 27.500.000	- - -	236.820 550.464 32.543.358	148,01% 137,62% 118,34%
5.2 Complementos de Formação Inicial para Educadores de Infância e Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico	FSE	Formandos	Nº	21.110	-	15.499	73,42%
5.3 Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior	FSE	Formandos em Mestrado Formandos em Doutoramento	Nº Nº	300 1.030	- -	316 1.075	105,33% 104,37%

Ao nível das Medidas co-financiadas pelo FSE, constata-se que a Medida 1 apresenta um menor nível de execução face à meta definida 81%; no entanto é de ressaltar tratar-se de uma Medida cujo número de pedidos de financiamento tem aumentado significativamente, dado o seu enquadramento privilegiado na Iniciativa Novas Oportunidades, sendo de esperar que a taxa de execução face às metas aumente no próximo ano, nomeadamente no que se refere à Acção 1.2. e Acção 1.3., resultado dos valores registados neste ano lectivo (2006/2007) tendo em conta que no próximo ano lectivo se prevê o apoio a cerca de 75.000 formandos no âmbito destas acções.

Comparativamente aos valores registados em anos anteriores e na sequência da uniformização do método de apuramento dos indicadores, nomeadamente ao nível do número de formandos, foi necessário recalcular alguns valores, tendo o grau de aproximação de algumas Acções sido reduzido, como é o caso da Acção 1.3., na qual estava a ser

considerado o somatório dos formandos aprovados em cada concurso, conduzindo à sobre-representação dos formandos apoiados (o mesmo formando era contabilizado três vezes dado que o ciclo formativo abrange três anos lectivos).

Relativamente às intervenções apoiadas pelo FEDER, apresentam no final de 2006 uma taxa de execução média na ordem dos 100%.

Execução Face às Metas 2006 – FEDER

Medida	Fundo	Indicador de Realização *	Unidade	Tipo de Indicador		Realização até 31/12/2006	Grau de Aproximação à Meta (%)	
				(Acum.) 2000-2006	(Média)			
6	Infra-Estruturas do Ensino Superior		FEDER					
	FEDER	Área bruta constr. e/ou equipada	M²	282.500	-	284.171	100,59%	
7	Apoio à Mobilidade dos Estudantes dos Ensinos Secundário e Superior (Cantinas e Residências)		FEDER				100,38%	
		Área bruta constr. e/ou equipada	M²	60.200	-	63.643	105,72%	
		Camas em residências	Nº	2.500	-	2.354	94,16%	
		Lugares sentados em cantinas	Nº	2.400	-	2.430	101,25%	
8	Infra-Estruturas da Educação dos Ensinos Básico e Secundário		FEDER					
	FEDER	Projectos	Nº	700	-	704	100,57%	
9	Tecnologia de Informação e Comunicação		FEDER				98,01%	
9.1	Apetreçamento Informático das Escolas e Ligação à Internet e Intranets	FEDER	Computadores	Nº	126.600	-	115.528	91,25%
		FEDER	Produtos multimédia certificados	Nº	200	-	73	36,50%
9.2	Conteúdos Multimédia Educativos	FEDER	Produtos multimédia adquiridos	Nº	250.000	-	433.247	173,30%
		FEDER	Produtos multimédia premiados	Nº	100	-	91	91,00%

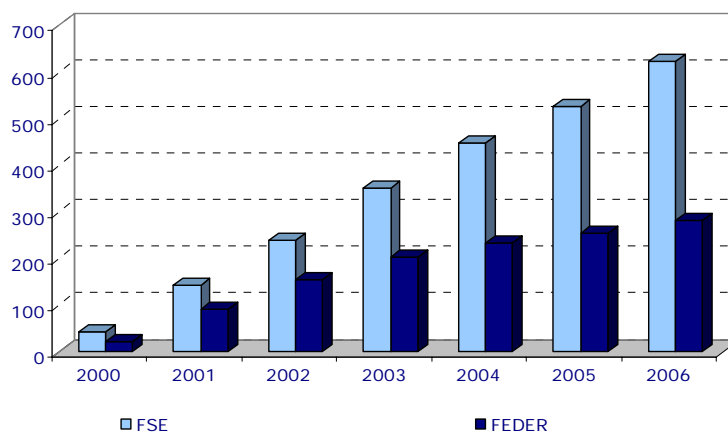
No que se refere à execução das Medidas, constata-se que, com excepção da Medida 9, todas as Medidas já ultrapassaram as metas definidas, prevendo-se que esta venha igualmente a alcançar os 100% uma vez que ainda não se encontra encerrada.

3.2. Análise da Execução Financeira da I.O. da Educação

Execução Financeira Global e por Fundo Estrutural

Da análise da execução do PRODEP, por fundo estrutural, constata-se que o crescimento uniforme verificado nos últimos anos se manteve em 2006, sendo contudo de realçar que a execução global do FEDER cresceu, em termos percentuais, cerca de 2,84%, valor superior à taxa de crescimento do FSE que, face aos valores registados no final de 2005, cresceu cerca de 2,57%.

Evolução da Execução Financeira Acumulada por Fundo Estrutural



Considerando a execução acumulada no período 2000-2006, comparativamente à dotação programada para o mesmo período e tendo em conta os valores da Reprogramação

Financeira aprovada em Dezembro último, verifica-se uma taxa média de execução do Programa de 82%.

Salienta-se que em termos médios o FEDER, com uma taxa de execução de 94%, cresceu 10 p.p. face ao valor registado em 2005, contra os 8 p.p. do FSE, que no final de 2006 registava uma taxa de execução de 77%, tendo igualmente crescido o diferencial existente entre as taxas de execução dos dois fundos para 16 p.p. Esta situação decorre do exercício de Reprogramação Financeira de Julho de 2006, em que foi reforçada a dotação FSE em cerca de 6% (64,7M€ em termos de Despesa Pública).

Quanto ao crescimento da taxa de execução das Medidas FEDER, este deve-se principalmente ao facto das Medidas 8 e 9 terem registado um aumento da sua taxa de execução de 25 e 20 p.p., respectivamente.

Em termos de execução anual, no final de 2006 o PRODEP registava uma taxa de execução média de 76%, registando-se taxas muito disparees entre o FEDER e o FSE, 225% e 64%, respectivamente, que resultam do facto de a grande maioria das Medidas FEDER não possuir dotação programada para 2006, ao contrário das Medidas FSE, e relativamente às quais se verificou ainda um reforço da dotação desta anuidade (Medida 1 e 4).

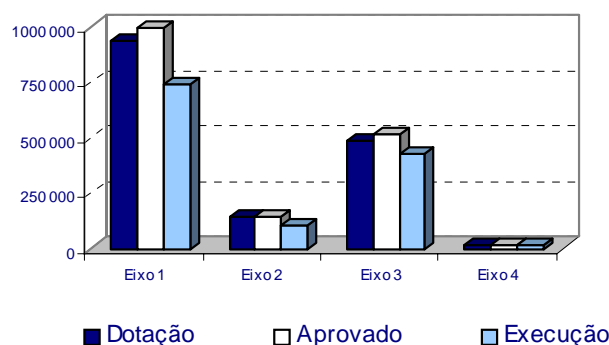
Execução Financeira por Eixo Prioritário e por Medida

Analisando a execução financeira do PRODEP por Eixo Prioritário, no final de 2006, e considerando a dotação em vigor à data, destaca-se a execução do Eixo 3 que, com uma execução de 88% era, com excepção do Eixo 4, o único eixo com uma execução superior a 80%, seguido do Eixo 1 e 2 que apresentavam taxas de 79% e 74%, respectivamente.

Se atendermos à programação em vigor no início do ano, todos os Eixos apresentavam taxas de execução superior a 80%.

É de salientar ainda que, pela primeira vez desde do início do QCA, se verificou nos três Eixos Prioritários em análise, aprovações em *overbooking* técnico, em termos de despesa pública, justificado pelas quebras verificadas em sede de execução. Esta taxa de *overbooking* assume um valor médio de 6%, sendo os Eixo 1 e 3, aqueles que registam maiores taxas, 6,8% e 5,8%, respectivamente.

Execução Financeira Acumulada por Eixo Prioritário



Em termos de execução financeira acumulada por Medida destaca-se a recuperação da execução da Medida 8 (FEDER), que sobe cerca de 25 p.p. face ao valor acumulado no final

de 2005, registando uma taxa de execução de 56%. Apesar de constituir Medida que apresenta a menor taxa de execução no contexto do Programa, com as alterações introduzidas a nível da organização das candidaturas, prevê-se a recuperação dos atrasos na execução até ao final de 2007.

Relativamente às restantes Medidas, salienta-se a prestação da Medida 9 que subiu 20 p.p face aos valores registados no final de 2005, facto que se deve principalmente ao esforço de encerramento dos projectos do concurso referente aos Municípios (2/2003) e à aprovação, com excelentes resultados em termos de execução, da Iniciativa “Escola, Professores e Computadores Portáteis”, da responsabilidade do Ministério da Educação, cujos projectos foram co-financiados pelo PRODEP no decorrer de 2006.

No âmbito das Medidas FSE destacam-se as Medidas 4 e 1, com taxas de crescimento de 40% e 24%, respectivamente, apesar deste crescimento não ter sido o esperado, resultante do reforço das dotações programadas de ambas as Medidas. Este facto teve implicações ao nível da redução no peso da execução, verificando-se que comparativamente a 2005 a taxa de execução da Medida 4 subiu 2 p.p. e da Medida 1 subiu 9 p.p..

De referir que se prevê que, em 2007, a taxa de execução destas Medidas seja incrementada de forma significativa tendo em conta que se tratam de Medidas cuja execução se prolonga até ao final do referido ano.

Salienta-se ainda as taxas de execução das Medidas 6 e 7 (FEDER) e Medida 3 (FSE), que no final de 2006 registavam taxas de execução da despesa pública superiores a 90%, sendo que a Medida 6 atingia já 99%.

Execução Financeira de 2006 por Eixo Prioritário e Medida

Perspectiva da Despesa Pública Total

Unid.: Euros

Eixo Prioritário/ Medida	Fundo	Nível de Execução em 2006			Execução Acumulada / Dotação antes da Reprogramação de Julho/2006			Execução Acumulada / Dotação em vigor no final de 2006		
		Dotação	Execução	% de Exec	Dotação (2000-2006)	Execução	% de Exec	Execução (2000-2006)	Dotação (2000-2006)	% de Exec
		(1)	(2)	(3=2/1)	(4)	(5)	(6=5/4)	(7)	(8)	(9=7/8)
Eixo 1		155.804.361,00	97.408.367,53	63%	888.982.544,00	738.723.892,30	83%	738.723.892,30	933.369.544,00	79%
Medida 1	FSE	155.804.361,00	85.733.366,16	55%	566.763.704,00	437.903.334,60	77%	437.903.334,60	613.105.808,00	71%
Medida 2	FSE	0,00	1.836.304,16	-%	60.389.592,00	48.735.103,05	81%	48.735.103,05	58.434.488,00	83%
Medida 6	FEDER	0,00	3.504.688,12	-%	195.937.742,00	194.956.885,70	99%	194.956.885,70	195.937.742,00	99%
Medida 7	FEDER	0,00	2.384.237,14	-%	50.229.843,00	48.372.027,52	96%	48.372.027,52	50.229.843,00	96%
Medida 8	FEDER	0,00	3.949.771,95	-%	15.661.663,00	8.756.541,43	56%	8.756.541,43	15.661.663,00	56%
Eixo 2		21.217.070,00	14.314.464,11	67%	123.147.858,00	105.696.840,44	86%	105.696.840,44	142.147.858,00	74%
Medida 3	FSE	0,00	969.136,25	-%	66.194.526,00	59.338.755,14	90%	59.338.755,14	65.194.526,00	91%
Medida 4	FSE	21.217.070,00	13.345.327,86	63%	56.953.332,00	46.358.085,30	81%	46.358.085,30	76.953.332,00	60%
Eixo 3		52.843.354,00	63.993.054,58	121%	483.657.995,00	426.044.141,15	88%	426.044.141,15	483.657.995,00	88%
Medida 5	FSE	36.792.950,00	36.574.004,36	99%	348.443.651,00	305.201.354,15	88%	305.201.354,15	348.443.651,00	88%
Medida 9	FEDER	16.050.404,00	27.419.050,22	171%	135.214.344,00	120.842.787,00	89%	120.842.787,00	135.214.344,00	89%
Eixo 4		4.067.025,00	2.009.481,38	49%	19.228.804,00	17.106.607,13	89%	17.106.607,13	20.562.130,00	83%
Medida 10	FSE	3.323.424,00	1.563.308,40	47%	14.400.006,00	13.888.151,49	96%	13.888.151,49	15.733.332,00	88%
Medida 11	FEDER	743.601,00	446.172,98	60%	4.828.798,00	3.218.455,64	67%	3.218.455,64	4.828.798,00	67%
Total do P.O.		233.931.810,00	177.725.367,60	76%	1.515.017.201,00	1.287.571.481,02	85%	1.287.571.481,02	1.579.737.527,00	82%
FEDER		16.794.005,00	37.703.920,41	225%	401.872.390,00	376.146.697,29	94%	376.146.697,29	401.872.390,00	94%
FSE		217.137.805,00	140.021.447,19	64%	1.113.144.811,00	911.424.783,73	82%	911.424.783,73	1.177.865.137,00	77%

Homologações e Execução Financeira por Região

Da análise da distribuição regional dos montantes aprovados e da execução acumulada, continua a verificar-se a predominância da Região Norte, com um peso de 42%, seguida da Região Centro com 27% e da Região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) com 18%.

De salientar que face aos valores registados no final de 2005, verificou-se uma diminuição do peso da Região LVT, em 2 p.p., justificada pelo facto desta região se encontrar em *phasing-out*, existindo Acções onde já não se efectuam aprovações de projectos para esta região, caso das Acções com maior crescimento ao nível da Medida 1 (Acção 1.2. e 1.3.).

Homologações Acumuladas por Região

Região	Investimento Elegível		FSE		FEDER	
	Montante (euros)	% Total	Montante (euros)	% Total	Montante (euros)	% Total
Norte	697.195.754	41,8%	363.900.042	41,9%	118.204.064	39,6%
Centro	445.523.684	26,7%	220.317.406	25,4%	90.807.256	30,5%
Alentejo	118.779.270	7,1%	62.343.355	7,2%	18.948.170	6,4%
Algarve	77.736.536	4,7%	36.982.416	4,3%	19.668.613	6,6%
RA Açores	26.249.180	1,6%	3.235.899	0,4%	16.621.762	5,6%
RA Madeira	5.902.405	0,4%	3.096.959	0,4%	1.159.069	0,4%
Não Regionalizável	1.343.231	0,1%	1.007.424	0,1%	0	0,0%
LVT	297.083.156	17,8%	177.104.014	20,4%	32.776.006	11,0%
TOTAL	1.669.813.216	100,0%	867.987.514	100,0%	298.184.942	100,0%

Analisando a taxa de aprovação face às candidaturas submetidas, no período de 2000-2006, conclui-se que a taxa média de aprovação ronda os 93%, sendo inferior à verificada no ano transacto.

Taxa de Aprovação/Indeferimento

Medidas	Fundo Estrutural	Pedidos de Financiamento			
		Aprovados	Indeferidos	Total	Tx Aprovação
1	FSE	4.445	34	4.479	99,24%
2	FSE	406	10	416	97,60%
3	FSE	1.002	25	1.027	97,57%
4	FSE	560	9	569	98,42%
5	FSE	4.251	202	4.453	95,46%
6	FEDER	70	449	519	13,49%
7	FEDER	24	105	129	18,60%
8	FEDER	340	21	361	94,18%
9	FEDER	891	0	891	100,00%
Total		11.989	855	12.844	93,34%

No que se refere à execução financeira acumulada por região, verifica-se que em termos percentuais as regiões distribuem-se de igual modo face ao verificado relativamente às homologações, ou seja, a região com maior peso é a Região Norte com 41% da despesa pública acumulada 2000-2006, seguida a Região Centro com 27% e de Lisboa e Vale do Tejo com 18%.

Despesa Pública Acumulada por Região

Região	Despesa Pública Elegível		FSE		FEDER	
	Montante (euros)	% Total	Montante (euros)	% Total	Montante (euros)	% Total
Norte	522.570.262	40,6%	255.013.147	40,9%	110.714.976	39,2%
Centro	341.299.040	26,5%	152.845.861	24,5%	87.106.686	30,9%
Alentejo	94.888.861	7,4%	46.921.175	7,5%	18.229.650	6,5%
Algarve	61.649.407	4,8%	25.866.080	4,2%	19.133.485	6,8%
RA Açores	25.158.488	2,0%	2.349.360	0,4%	16.519.507	5,9%
RA Madeira	3.785.590	0,3%	1.680.123	0,3%	1.159.069	0,4%
Não Regionalizável	869.741	0,1%	652.306	0,1%	0	0,0%
LVT	237.350.093	18,4%	137.590.773	22,1%	29.246.651	10,4%
TOTAL	1.287.571.481	100,0%	622.918.825	100,0%	282.110.023	100,0%

Análise da Execução Financeira da Região Lisboa e Vale do Tejo

Da análise da execução financeira da Região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) em termos acumulados, constata-se que comparativamente aos valores registados no final de 2005, verificou-se um aumento médio de 6 p.p., apresentando uma taxa de execução de 91%.

Ao nível da execução por fundo estrutural, é de notar o equilíbrio entre os valores das taxas de execução, registando-se uma taxa de execução de 92% para o FEDER e 91% para o FSE.

Da análise da execução dos projectos da Região LVT, por Medida, constata-se que a Medida 8 é a que apresenta a menor taxa de execução LVT (34%), seguida da Medida 4 (77%), sendo de realçar a existência de Medidas que já atingiram uma taxa de execução de 100%, caso das Medidas 1, 6 e 7.

No caso da Medida 1, esta situação foi possível atendendo aos montantes libertados para o P.O. Economia, no âmbito da Reprogramação entre P.O. Relativamente às Medidas FEDER referidas, tratou-se de um exercício interno de transferência da dotação LVT disponível das Medidas 6 e 7 para a Medida 9, por contrapartida em dotação das Regiões Elegíveis.

Da análise da execução anual verificam-se taxas de execução muito elevadas, decorrentes do facto da maioria das Medidas não possuírem dotação para o ano 2006, tendo em conta o regime de *phasing-out* desta região, sendo que as aprovações e execução de novos projectos tem por base a dotação disponível de anos anteriores.

Execução Financeira de 2006 Região LVT

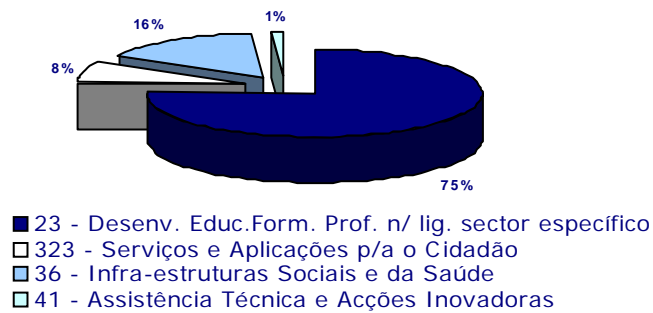
Perspectiva da Despesa Pública Total				Unid.: Euros						
Eixo Prioritário / Medida	Fundo Estrut.	Nível de Execução em 2006			Execução Acumulada / Dotação antes da Reprogramação de Julho/2006			Execução Acumulada / Dotação em vigor no final de 2006		
		Dotação	Execução	% de Exec	Dotação	Execução	% de Exec	Execução (2000-2006)	Dotação (2000-2006)	% de Exec
		(1)	(2)	(3=(2/1))	(4)	(5)	(6=(5/4))	(7)	(8)	(9=(7/8))
Eixo 1		982.534,00	17.199,45	2%	105.247.146,00	98.894.316,01	94%	98.894.316,01	101.648.859,00	97%
Medida 1	FSE	982.534,00	-198.159,75	-20%	76.448.294,00	74.275.444,63	97%	74.275.444,63	74.435.294,00	100%
Medida 2	FSE	0,00	733.003,24	-%	13.122.796,00	12.235.811,08	93%	12.235.811,08	13.122.796,00	93%
Medida 6	FEDER	0,00	-517.644,04	-%	11.547.824,00	9.962.536,72	86%	9.962.536,72	9.962.537,00	100%
Medida 7	FEDER	0,00	0,00	-%	1.547.385,00	1.547.384,69	100%	1.547.384,69	1.547.385,00	100%
Medida 8	FEDER	0,00	0,00	-%	2.580.847,00	873.138,89	34%	873.138,89	2.580.847,00	34%
Eixo 2		0,00	3.453.655,74	-%	38.932.678,00	32.506.794,25	83%	32.506.794,25	38.732.678,00	84%
Medida 3	FSE	0,00	199.298,11	-%	23.262.869,00	20.463.592,58	88%	20.463.592,58	23.062.869,00	89%
Medida 4	FSE	0,00	3.254.357,63	0%	15.669.809,00	12.043.201,67	77%	12.043.201,67	15.669.809,00	77%
Eixo 3		2.582.758,00	9.859.816,47	382%	115.398.297,00	102.636.179,79	89%	102.636.179,79	116.983.584,00	88%
Medida 5	FSE	0,00	5.839.809,47	-%	89.650.366,00	76.674.851,77	86%	76.674.851,77	89.650.366,00	86%
Medida 9	FEDER	2.582.758,00	4.020.007,00	156%	25.747.931,00	25.961.328,02	101%	25.961.328,02	27.333.218,00	95%
Eixo 4		476.896,00	174.979,04	37%	3.675.268,00	3.312.802,45	90%	3.312.802,45	3.754.259,00	88%
Medida 10	FSE	398.227,00	128.829,27	32%	2.752.522,00	2.661.655,62	97%	2.661.655,62	2.831.513,00	94%
Medida 11	FEDER	78.669,00	46.149,77	59%	922.746,00	651.146,83	71%	651.146,83	922.746,00	71%
Total do P.O.		4.042.188,00	13.505.650,70	334%	263.253.389,00	237.350.092,50	90%	237.350.092,50	261.119.380,00	91%
FEDER		2.661.427,00	3.548.512,73	133%	42.346.733,00	38.995.535,15	92%	38.995.535,15	42.346.733,00	92%
FSE		1.380.761,00	9.957.137,97	721%	220.906.656,00	198.354.557,35	90%	198.354.557,35	218.772.647,00	91%

3.3. Financiamento Aprovado e Despesa Executada por Domínios de Intervenção

Analisando a distribuição do financiamento aprovado por domínio de intervenção constata-se que o domínio com maior peso (75%) é o “Desenvolvimento da Educação e Formação não ligada a um sector específico”, facto que não causa estranheza se considerarmos que este abrange todas as Medidas do FSE, com excepção da Medida 10 “Assistência Técnica”.

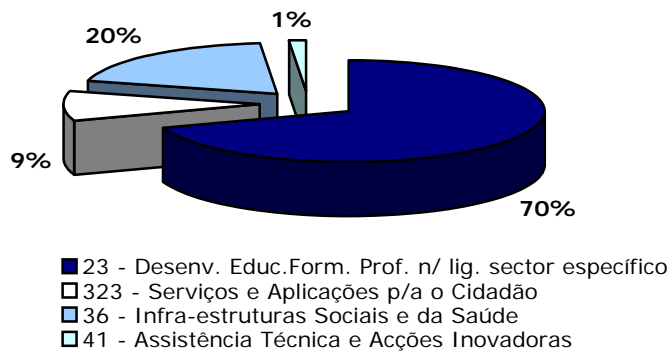
No que respeita às Medidas FEDER, constata-se que o maior peso corresponde ao domínio de intervenção “Infra-estruturas Sociais e da Saúde”, com um peso de 16%.

Aprovações Acumuladas por Domínio de Intervenção



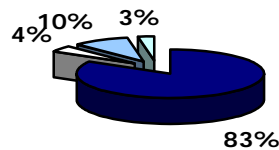
Do mesmo modo, esta distribuição ao nível dos domínios de intervenção com maior representatividade aplica-se quanto à análise da despesa pública por domínio.

Despesa Pública Acumulada por Domínio de Intervenção



Na distribuição da despesa pública acumulada das Medidas de Assistência Técnica verifica-se que o subdomínio “Preparação, execução e acompanhamento” representa cerca de 83% da despesa total, seguido do subdomínio “Estudos” com um peso de 10%.

Despesa Pública Assistência Técnica por Subdomínio de Intervenção



- 411 - Preparação, execução, acompanhamento
- 412 - Avaliação
- 413 - Estudos
- 415 - Informação aos cidadãos

3.4. Pedidos de Pagamento e Transferências Financeiras da CE

Vertente FEDER

Até 31 de Dezembro de 2006 foram efectuados 21 Pedidos de Pagamento Intermédio (PPI) à CE, no montante total de € 269.878.249; no entanto e considerando que com o 2º PPI de 2006, foi ultrapassado o valor limite dos 95% do FEDER, até ao qual o Estado Membro pode apresentar pedidos de reembolso à CE tendo em vista o reembolso da despesa validada, o 3º PPI de 2006, no montante de € 4.079.934, foi “anulado”, tendo tido unicamente como finalidade a certificação de despesas, motivo pelo qual se verifica uma diferença entre os valores registados ao nível do PRODEP e os considerados pela Autoridade de Pagamento (DGDR), na informação prestada relativamente aos fluxos financeiros com a CE, reportada a 31 de Dezembro de 2006.

De referir ainda que, pelo motivo expresso anteriormente, o 2º PPI não foi reembolsado na íntegra, pelo que se verifica um valor por reembolsar no montante total de € 3.995.440.

Fluxos Financeiros entre a Autoridade de Pagamento (DGDR) e a CE

Unid.: Euros

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. FEDER 2000-2006 (1)	PED. PAG. INTERMÉDIOS (2)	TOTAL DE CRÉDITOS (3)=(1)+(2)	REALIZADOS			POR SATISFAZER (7)=(3)-(6)
			POR CONTA (4)	POR REEMBOLSO (5)	TOTAL PAGAMENTOS (6)=(4)+(5)	
28.234.220	265.798.316	294.032.536	28.234.220	261.802.876	290.037.096	3.995.440

Em termos acumulados e até ao final de 2006, a DGDR transferiu para o PRODEP um total de € 274.039.677, pelo que até à apresentação do Pedido de Pagamento de Saldo Final o PRODEP pode ainda solicitar reembolsos à DGDR no montante total de € 15.997.419, valor que poderá ser manifestamente insuficiente, tendo em conta as necessidades dos projectos ainda em execução até ao final de 2007.

Ponto de Situação das transferências da DGDR para o PRODEP

Unid.: Euros		
Transferências da CE (1)	Transferências AG (2)	Montante a transferir para a AG (3)=(1)-(2)
290.037.096	274.039.677	15.997.419

Vertente FSE

Até 31 de Dezembro de 2006 foram efectuados 21 Pedidos de Pagamento Intermédio (PPI) à CE, no montante total de € 573.937.544, relativamente aos quais a CE reembolsou o Estado Membro em € 573.757.338, encontrando-se por satisfazer no final do ano o montante de € 180.206.

Fluxos Financeiros entre a Autoridade de Pagamento (IGFSE) e a CE

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. FSE 2000-2006 (1)	PED. PAG. INTERMÉDIOS (2)	TOTAL DE CRÉDITOS (3)=(1)+(2)	REALIZADOS			POR SATISFAZER (7)=(3)-(6)
			POR CONTA (4)	POR REEMBOLSO (5)	TOTAL PAGAMENTOS (6)=(4)+(5)	
53.484.970	573.937.544	627.422.514	53.484.970	573.757.338	627.242.308	180.206

Em termos acumulados e até ao final de 2006, o IGFSE, transferiu para o PRODEP o montante de € 612.141.093.

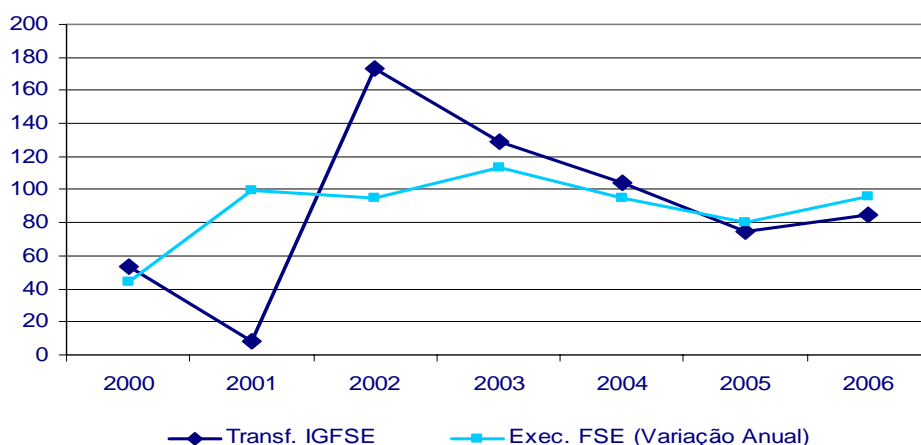
Ponto de Situação das transferências do IGFSE para o PRODEP

Unid.: Euros		
Transferências da CE (1)	Transferências AG (2)	Montante a transferir para a AG (3)=(1)-(2)
627.242.308	612.141.093	15.101.215

Salienta-se que o ano 2006 foi marcado por grandes constrangimentos de tesouraria ao nível do FSE, situações que foram sendo resolvidas pontualmente entre o PRODEP e o IGFSE, mas que causaram grande insatisfação junto dos promotores.

Efectivamente o ano 2006, com excepção do ano 2001, atendendo ao arranque do QCA, foi o único ano em que o ritmo das transferências da Autoridade de Pagamento para o PO não acompanhou o ritmo de execução do Programa.

Execução FSE versus Reembolsos do IGFSE



Cumprimento da Regra "N+2"

Da análise da aferição do cumprimento da Regra "N+2" e tendo em conta o montante total dos Pedidos de Pagamento Intermediários apresentados à CE até ao final do ano em análise, é possível constatar que em ambos os fundos Estruturais o PRODEP cumpre a Regra N+2, sendo que o FEDER apresenta uma taxa de 111%, semelhante à verificada no final de 2005, e o FSE 109%.

Cumprimento da Regra "N+2"

Fundos	Dotação do Fundo (2000-2004)	Pagamentos por Conta	Execução (PPI até 31.12.2006)	Unid.: Euros
				Taxa de Cumprimento da Regra "N+2"
FEDER	269.673.362	28.234.220	269.878.249	1,11
FSE	574.851.432	53.484.970	573.937.544	1,09
TOTAL	844.524.794	81.719.190	843.815.793	1,10

Previsão da Execução Financeira para 2007 e 2008

Relativamente à previsão de execução para os anos 2007 e 2008, apresentada pelo PRODEP às Autoridades de Pagamento, teve-se em conta o pressuposto de que até ao final de 2007 o Programa executará em ambos os Fundos a totalidade da dotação programada, ficando os 5% finais para a certificação a realizar aquando do encerramento do Programa em 2008.

Previsão PPI 2007 e 2008 por Fundo Estrutural

Fundos	Unid.: Euros			
	Ano 2007		Ano 2008	
	Despesa Certificável	Fundo	Despesa Certificável	Fundo
FEDER	43.261.333	32.446.000	3.970.609	2.977.957
FSE	189.772.709	130.943.169	40.195.276	27.734.741
TOTAL	233.034.042	163.389.169	44.165.885	30.712.698

3.5. Análise da Execução Física e Financeira por Medida/Ação

3.5.1. MEDIDA 1 – DIVERSIFICAÇÃO DAS OFERTAS DE FORMAÇÃO INICIAL QUALIFICANTE DE JOVENS

3.5.1.1. Acção 1.1. – Ano Qualificante Pós-Básico

A Acção 1.1. - Ano Qualificante Pós-Básico teve como finalidade apoiar o funcionamento escolar dos cursos de Formação e Qualificação Profissional, autorizados pelo Ministério da Educação, os quais conferiam um certificado de qualificação profissional de nível II, contribuindo para o reforço da formação geral, científica e tecnológica dos jovens, facilitando o prosseguimento de estudos e permitindo aos jovens uma maior inserção no mercado de trabalho após conclusão da escolaridade básica.

Estas ofertas formativas foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, deixando de integrar o leque de ofertas formativas do sistema educativo, pelo que a partir de 2004 não foram abertos novos concursos.

Assim, no período 2000-2006 foram apoiados 912 pedidos de financiamento, correspondendo a 7.177 formandos e 1.266 turmas, envolvendo um financiamento total de € 16.629.349,54.

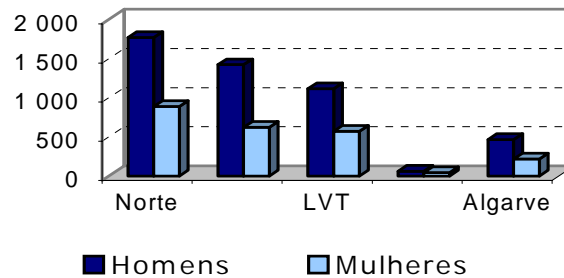
Região	Período 2000 - 2006		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	409	2.657	6.885.624,29
Centro	321	2.045	4.526.733,87
Lisboa e Vale do Tejo	388	1.688	3.477.090,83
Alentejo	19	103	231.889,01
Algarve	129	684	1.508.011,54
Total	1.266	7.177	16.629.349,54

Considerando que o último concurso aprovado nesta Acção (Concurso 1/2003) abrangeu o ano lectivo 2003-2004, o qual se encontra já encerrado, não se verifica qualquer alteração na execução, a qual apresenta uma taxa de 100% relativamente ao Fundo programado e uma quebra no valor executado face aos montantes aprovados, de cerca de 24%.

Acção	Unid.: Euros							
	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taza de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
1.1	12.648.374	9.486.281	16.591.431	12.443.573	12.595.785	9.446.840	100%	76%
Total	12.648.374	9.486.281	16.591.431	12.443.573	12.595.785	9.446.840	100%	76%

Analisando a distribuição dos formandos por género e região, relativamente ao período 2000-2006, constata-se que até ao final do ano 2006 foram abrangidos 7.177 formandos, sendo a Região Norte onde se concentrou o maior peso de formandos (37%), seguida da Região Centro (28%).

Caracterização dos Formandos por Género e Região no Período 2000-2006

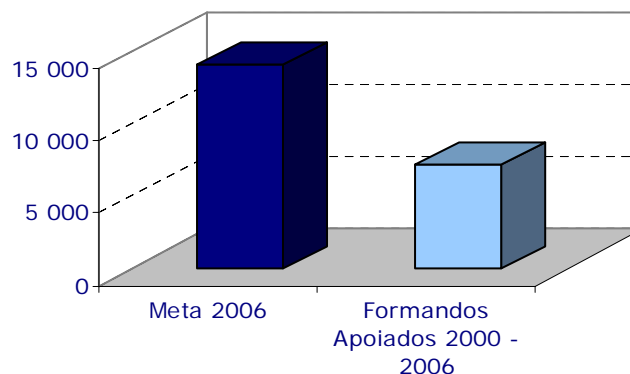


Da análise da distribuição dos formandos por género verifica-se, uma vez mais, que o género masculino predomina, representando 67% do universo dos formandos abrangidos. Quanto à distribuição regional dos formandos por género, salienta-se a Região Alentejo pelo facto de existir um maior equilíbrio - 59% de formandos do género masculino e 41% de formandos do género feminino.

Cumprimento das Metas Definidas 2000-2006

Concluídos os apoios prestados no âmbito da Acção e conforme resulta da análise do gráfico seguinte, verifica-se que a meta - 14.000 formandos, não foi alcançada, tendo-se registado uma execução de 51,26% face à meta estabelecida.

Realização Face às Metas (2000-2006)



3.5.1.2. Acção 1.2. – Percursos Diversificados no Ensino Básico

Os Cursos de Educação-Formação, apoiados no âmbito da Acção 1.2. - Percursos Diversificados no Ensino Básico, pretendem combater o problema do insucesso e abandono escolar, uma vez que associam uma formação qualificante e profissionalizante, permitindo aos jovens, preferencialmente com idade mínima de 15 anos, a conclusão com sucesso da

escolaridade obrigatória, ao mesmo tempo que obtêm uma qualificação profissional de nível II ou nível III, para ingresso no mercado de trabalho.

Podem candidatar-se, enquanto entidades beneficiárias, estabelecimentos do ensino público, as entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que ministrem o 3º ciclo do ensino básico e/ou ensino secundário, bem como as escolas profissionais públicas e as entidades proprietárias de escolas profissionais privadas, tendo como ofertas formativas os Cursos de Educação e Formação dos tipos 2, 3, 4, 5, 6 e 7, assim como o Curso de Formação Complementar.

Considerando os objectivos da Acção e tendo presente o diagnóstico dos problemas e fragilidades do sistema educativo português, nomeadamente os elevados níveis de abandono e insucesso escolar, a par com baixos níveis de escolaridade da população activa, existiu um forte incentivo às vias profissionalizantes, o que veio a concretizar-se num aumento significativo destes cursos, quer ao nível da oferta quer ao nível da procura.

Efectivamente, houve uma resposta concreta e muito positiva por parte dos estabelecimentos de ensino a este desafio, sobretudo nas escolas públicas, procurando rentabilizar os recursos humanos e materiais existentes. O encaminhamento dos jovens que já atingiram os 15 anos não tendo concluído a escolaridade obrigatória, para os Cursos de Educação- Formação (CEF), funciona como um mecanismo privilegiado de reorientação do percurso escolar, permitindo aos jovens obter certificação escolar ao nível do ensino básico, ao mesmo tempo que adquirem uma qualificação profissional de nível II, possibilitando-lhes o prosseguimento de estudos a nível do secundário, tanto em Cursos Científico-Humanísticos como em Cursos Profissionais ou CEF (nível 4, 5 e 6).

O modelo organizativo destes cursos, que privilegia uma maior articulação entre as componentes teóricas e práticas, permite corresponder de uma forma mais adequada às expectativas e interesses de muitos jovens, promovendo uma estreita relação com o mundo de trabalho. Também a componente profissionalizante permite que os jovens após a conclusão dos cursos possam optar por integrar o mundo do trabalho com uma qualificação adequada, sem verem excluída a possibilidade de prosseguirem estudos.

Atendendo a estes factores, verificou-se no âmbito do Concurso 1/2006, um incremento do número de entidades envolvidas em relação a anos anteriores, que se traduziu na aprovação de 498 novos pedidos de financiamento.

É de salientar que no ano 2006 foi ainda lançado excepcionalmente o Concurso 3/2005, atendendo ao disposto do Despacho Conjunto n.º 1037/2005, de 30 Novembro, tendo como objectivo a conclusão do ciclo formativo dos "Currículos Alternativos", dirigido exclusivamente para os 9º anos do Ciclo Formativo iniciado em 2003/2004 e cujos 7º e 8º anos tinham sido financiados através do PRODEP III.

Deste modo e tendo em conta o descrito, no ano 2006 foram aprovados 514 pedidos de financiamento, representando 1.291 turmas e 31.810 formandos, envolvendo um financiamento global de € 33.403.321,80.

Região	Ano 2006		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	616	15.012	18.172.087,46
Centro	395	9.949	10.294.891,94
Lisboa e Vale do Tejo	0	0	0,00
Alentejo	129	2.945	2.358.987,53
Algarve	151	3.904	2.577.354,87
Total	1.291	31.810	33.403.321,80

Em termos de execução financeira, no final de 2006 a Acção registava uma taxa de absorção do fundo de cerca de 50% e uma taxa de execução face à dotação programada de 58%. De realçar que o crescimento exponencial que se verificou em 2006 (e que se perspectiva que continue em 2007), levantou dificuldades financeiras em termos de novas aprovações, pelo que esta Acção foi uma das abrangidas pelos exercícios de reprogramação, de forma a possibilitar uma eficaz resposta ao combate ao abandono escolar e conclusão da escolaridade obrigatória, dando um forte contributo para a Iniciativa Novas Oportunidades. Assim, procedeu-se ao reforço da dotação do Fundo em cerca de 32M€, facto que explica as relativamente baixas taxas de execução, as quais serão significativamente superiores no final do QCA, uma vez que só está previsto o encerramento desta Acção no final de 2007.

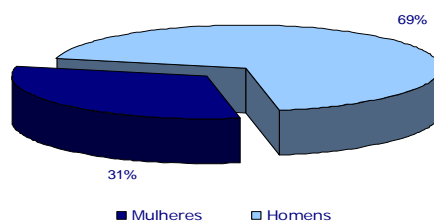
Unid.: Euros

Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
1.2	111.171.521	83.425.516	130.011.326	97.508.495	64.390.983	48.293.240	58%	50%
Total	111.171.521	83.425.516	130.011.326	97.508.495	64.390.983	48.293.240	58%	50%

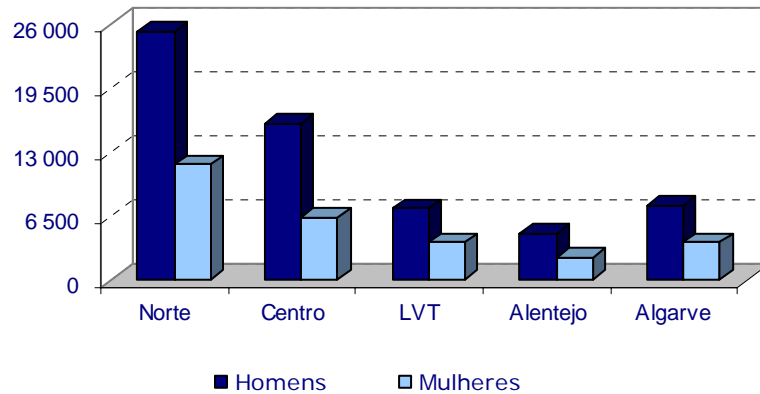
Caracterização dos Formandos

Da análise da distribuição dos formandos por género, à semelhança dos anos anteriores, em 2006 observa-se uma clara predominância do género masculino (68,52% dos formandos abrangidos). Verifica-se no entanto que o número de formandos do género feminino (10.013) duplicou relativamente ao ano de 2005.

Caracterização dos Formandos por Género no Ano 2006

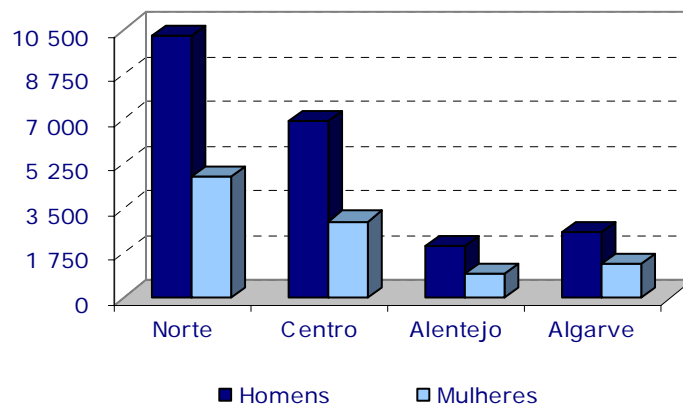


Caracterização dos Formandos por Região e Género no Período 2000-2006



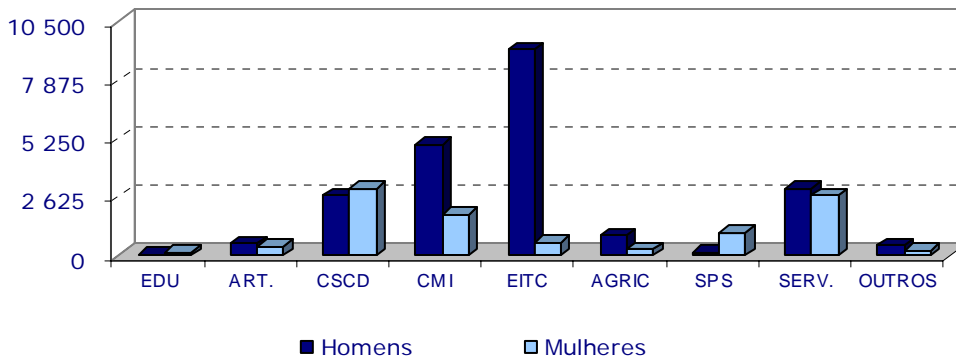
Analisando a distribuição dos formandos por região e género, no período 2000-2006, constata-se que até ao final do ano 2006 a Região Norte apresenta o maior peso de formandos (28,58%), seguida da Região Centro (17,92%). Denota-se ainda, que a Região do Alentejo é a que apresenta um menor número de formandos (2.945), sendo que a justificação se prende exclusivamente com razões demográficas.

Formandos por Região e por Género 2006



Relativamente ao facto do género masculino predominar nesta Acção, isso deve-se à circunstância do género feminino ter uma maior preferência/orientação para os Cursos Científico-Humanísticos e para os Cursos Gerais, ao contrário dos alunos do género masculino que mais facilmente são atraídos para cursos com elevada componente prática.

Formandos por Área e por Grandes Grupos



Analisando a execução física dos cursos no ano 2006 tendo em conta a sua classificação nos grandes grupos das áreas CNAEF, verifica-se que a distribuição dos formandos, segundo o género, incide preferencialmente e por parte do sexo masculino, na área das “Engenharias, Industrias e Construção” (29,06%) enquanto que o sexo feminino demonstra um maior interesse pela área das “Ciências Sociais, Direito e Comércio” (9,37%).

Assim, continua a constatar-se, através da análise da distribuição dos formandos por Áreas de Formação, a separação entre áreas tradicionalmente femininas e masculinas, não sendo possível ao PRODEP III, enquanto instrumento financeiro, inverter o sentido destas preferências.

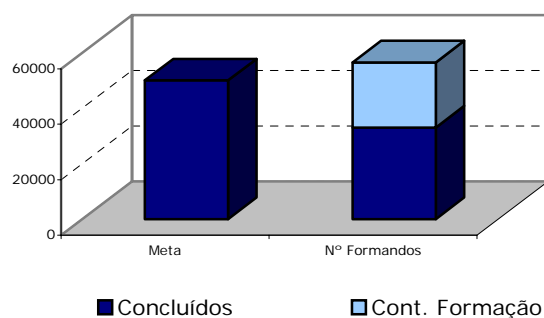
Cumprimento das Metas

O apoio financeiro disponível para Acção, no período 2000-2006, foi revisto em sede de Reprogramação, passando a visar o apoio de 50.000 formandos.

Da leitura do gráfico seguinte constata-se que a meta estabelecida já foi atingida, uma vez que o número de formandos abrangidos até ao final de 2006 (56.561 formandos), representa uma execução de 113%.

Salienta-se ainda que a execução estimada no final do PRODEP III ultrapassa largamente a meta definida, tendo em conta que durante o ano 2007 ainda serão objecto de financiamento os alunos que frequentarão o ano lectivo 2007/2008, no período compreendido entre Setembro a Dezembro de 2007.

Realização Face às Metas (2000-2006)



3.5.1.3. Acção 1.3. – Ensino Profissional

A Acção 1.3. - Ensino Profissional visa o apoio ao funcionamento de cursos profissionais autorizados pelo Ministério da Educação e, desde o início do QCA III, tem sido uma via facilitadora para a consolidação e expansão do Ensino Profissional enquanto oferta de formação inicial, escolar e profissional, inserida no Sistema Educativo.

Os cursos do Ensino Profissional, apoiados no âmbito desta Acção, atribuem uma qualificação profissional de Nível III e destinam-se a jovens que, tendo concluído o 9º ano de escolaridade, pretendam concretizar um projecto profissional sem prejuízo do prosseguimento dos estudos. Os cursos conferem certificação escolar e profissional, preparando técnicos intermédios qualificados e com habilitação escolar de nível secundário e permitindo uma entrada no mercado de trabalho com qualificações mínimas adequadas, factor de êxito na empregabilidade dos alunos deste subsistema de ensino. A par com o Sistema de Aprendizagem, estas duas vias de formação profissionalizante são plenamente reconhecidas, tanto pelos jovens que procuram uma formação orientada para o mercado de trabalho, como pelas empresas que necessitam de recrutar técnicos intermédios qualificados.

No âmbito da estratégia definida na “Iniciativa Novas Oportunidades”, inscrita no Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 e no Plano Tecnológico, uma das medidas relevantes é *reforçar a educação e a qualificação dos portugueses*, tendo o Governo assumido a meta ambiciosa de fazer do ensino secundário o patamar mínimo de referência para a qualificação dos jovens e adultos.

Neste contexto, destaca-se o objectivo de inverter a tendência de aumento do número de jovens que não concluiu o ensino secundário e, simultaneamente, a valorização das aprendizagens propiciadas por este nível de ensino.

A aposta no aumento da frequência de cursos profissionalmente qualificantes metade dos jovens do ensino secundário em 2010, permitirá elevar os níveis de escolaridade das novas gerações mas também evitar que estas não entrem para o mercado de trabalho sem uma prévia qualificação profissional, orientada para os perfis profissionais em défice.

Assim, verificou-se a necessidade de um forte incremento das vagas disponibilizadas, através da promoção de uma gestão integrada das ofertas e da rede de estabelecimentos de ensino, generalizando-se a oferta dos cursos profissionais também às escolas secundárias¹, de modo a alcançar a máxima equidade e eficiência na cobertura do território nacional.

Durante o ano 2006, para além da conclusão dos cursos do ano lectivo 2005/2006, existiram 2 períodos de candidatura para o ano lectivo 2006/2007: um relativo às escolas profissionais (com 102 pedidos de financiamento aprovados), que decorreu excepcionalmente de 15 de Março a 15 de Abril, e outro relativo às escolas secundárias públicas (com 154 pedidos de financiamento aprovados), cujo concurso decorreu também excepcionalmente de 17 de Abril a 17 de Maio, tendo sido alcançados os seguintes resultados:

¹ Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio.

Região	Ano 2006							
	Escolas Profissionais (Conc. 1/2005 e 1/2006)				Escolas Secundárias (Conc. 2/2005 e 2/2006)			
	N.º Escolas	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)	N.º Escolas	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	99	884	16.615	38.254.028,55	111	326	7869	2.641.995,11
Centro	43	469	9.093	20.324.670,23	51	122	2419	889.279,63
Lisboa e Vale do Tejo	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Alentejo	4	85	1.794	4.297.621,57	24	63	572	377.033,84
Algarve	4	14	275	584.209,16	5	9	160	32.740,39
Total	150	1.452	27.777	63.460.529,51	191	520	11.020	3.941.048,97

Face ao processo de "phasing-out" da região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), o co-financiamento das escolas profissionais desta região terminou no ano lectivo 2004/2005 com a conclusão do ciclo formativo 2002/2005, motivo pelo qual não têm sido aprovados pedidos de financiamento no âmbito desta Acção para esta Região.

A diversificação da oferta formativa de cursos profissionais às Escolas Secundárias, aliada à forte campanha de divulgação desta oferta junto dos destinatários da Acção, permitiu um crescimento para o dobro relativamente ao número de entidades apoiadas, verificando-se a mesma situação no total de turmas e de formandos apoiados no ano lectivo 2006/2007. De realçar que no ano lectivo 2005/2006 foram apoiadas 85 Escolas Secundárias², enquanto no actual ano lectivo o número de Escolas apoiadas aumentou para 256³.

Quanto à natureza jurídica das entidades beneficiárias, o ano de 2006 confirmou a alteração da proporcionalidade entre escolas públicas e privadas verificada em 2005. Se desde o ano lectivo 2000/2001 as entidades privadas assumiam cerca de 80% do total de entidades apoiadas, com a entrada das escolas secundárias esta representatividade inverte-se, passando as entidades públicas (escolas profissionais e secundárias) a representarem mais de metade (66%) das entidades apoiadas.

Relativamente à distribuição regional, mantém-se o mesmo perfil desde 2000, ou seja, é na Região Norte que se verifica uma maior concentração do número de pedidos de financiamento aprovados, seguida da Região Centro.

Em termos de execução financeira acumulada no final do ano 2006, a Acção registava uma taxa de execução de 72% face ao Fundo programada, sendo no contexto da Medida 1 a Acção que regista a menor quebra de execução face aos valores aprovados.

Acção	Unid.: Euros							
	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taza de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
1.3	473.870.224	275.909.794	492.499.746	283.187.354	346.569.757	199.277.610	72%	70%
Total	473.870.224	275.909.794	492.499.746	283.187.354	346.569.757	199.277.610	72%	70%

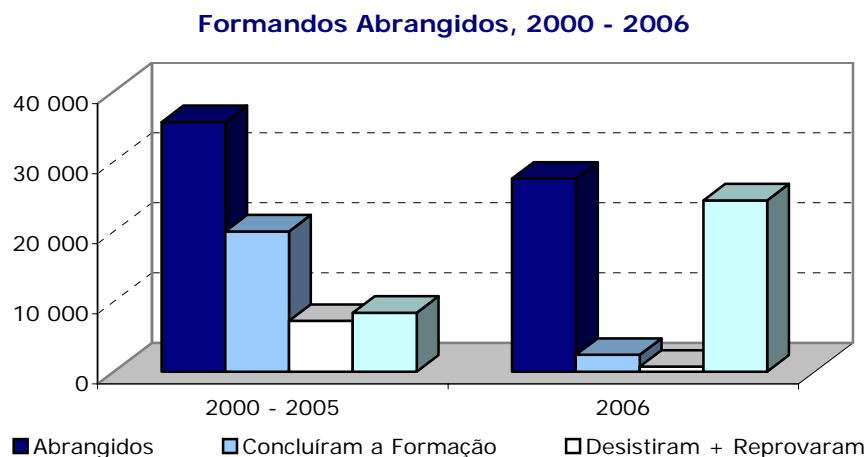
² 48 Escolas Profissionais (403 turmas e 7.857 alunos) e 37 Escolas Secundárias (57 turmas e 813 alunos).

³ 102 Escolas Profissionais (1049 turmas e 19.920 alunos) e 154 Escolas Secundárias (463 turmas e 10.207 alunos).

Caracterização dos Formandos

A análise aos formandos abrangidos em 2006, correspondente aos anos lectivos de 2005/2006 (terminado em Julho de 2006) e de 2006/2007 (iniciado em Setembro de 2006), verificando-se que foram apoiados cerca de 27.550 formandos, correspondendo a um aumento substancial - cerca de 201% face a 2005.

Apesar do número de Escolas Profissionais apoiadas pelo PRODEP ter crescido, assim como a respectiva oferta, decorrente do facto de terem sido apoiadas as Escolas Profissionais que estavam a ser apoiadas pelos PO Regionais Norte⁴ e Centro⁵, o alargamento da oferta formativa às secundárias proporcionou um aumento do número de formandos aprovados por ano lectivo - de 9.380 em 2005/2006, para 30.127 em 2006/2007, repartidos por: 12.990 formandos que entram de novo neste subsistema; 24.424 formandos que continuam o percurso formativo (turmas de 2º e de 3º ano) no ano lectivo 2006/2007; 2.405 formandos que concluíram, com aproveitamento, o ciclo de formação 2003/2006 até 31 de Dezembro de 2006⁶. desistiram e/ou reprovaram durante o ano de 2006 cerca de 721 formandos, correspondendo a uma diminuição da taxa anual de desistência/reprovação relativamente a 2005 (cerca de 2%).



Numa perspectiva global verifica-se que o número de formandos abrangidos no ano 2006 é significativamente superior à média do número de formandos abrangidos no período 2000-2006, representando um aumento de cerca de 26%.

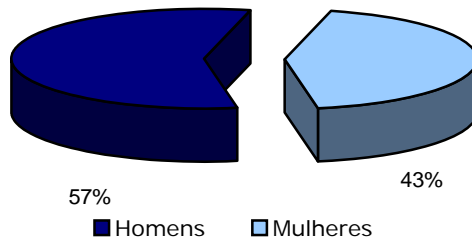
Quanto à caracterização dos formandos por género, a paridade que se vinha registar até 2004 é alterada a partir de 2005, representando o género masculino cerca de 57% do total em 2006 (explicada pela oferta formativa das escolas secundárias, direccionada para áreas tradicionais de formação masculinas).

⁴ 41 Escolas Profissionais.

⁵ 13 Escolas Profissionais.

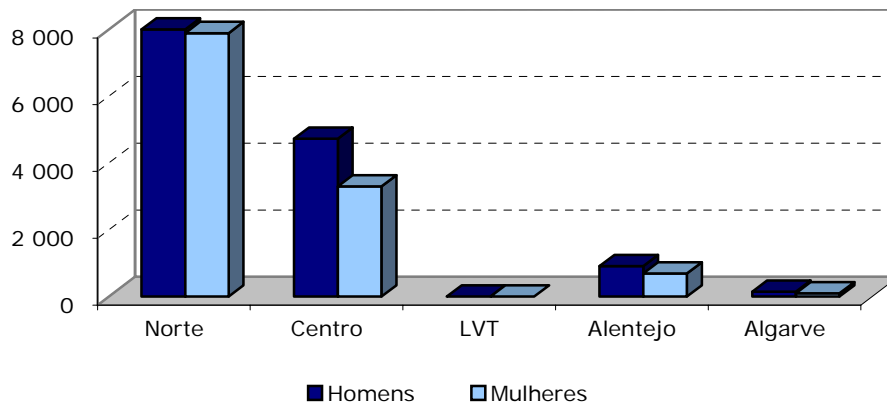
⁶ Decréscimo do número total de Formandos que concluíram a formação, face a 2005, explicado pela saída da Região LVT como região beneficiária de fundos e também pelo facto dos ciclos de formação iniciados nas Escolas Secundárias não terem ainda terminado.

Formandos por Género, 2006

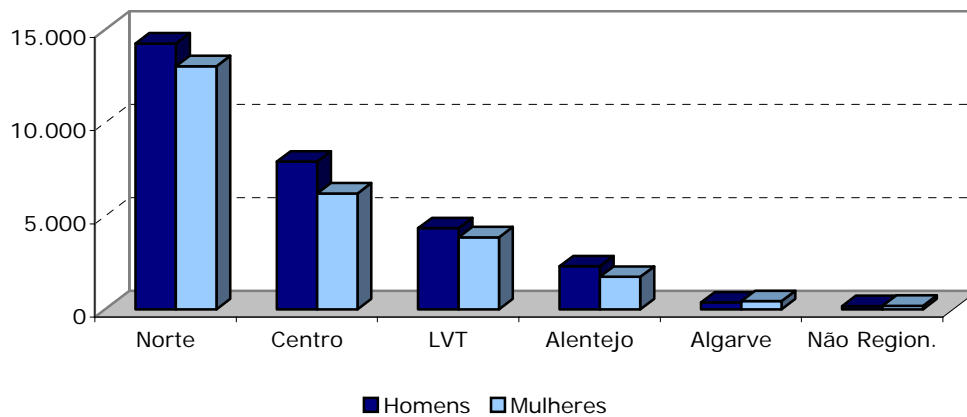


Numa perspectiva regional, o género masculino apresenta em 2006, e desde 2000, maior peso relativo em todas as regiões, face ao género feminino, constatando-se uma vez mais a predominância da Região Norte.

Caracterização dos Formandos por Região 2006

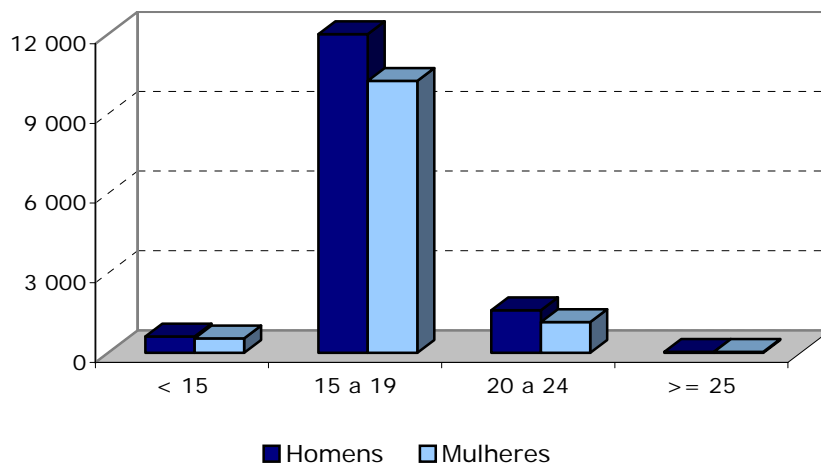


Caracterização dos Formandos por Região 2000 – 2006



Relativamente à distribuição dos Formandos por grupo etário e tal como nos anos anteriores, a faixa etária dos 15–19 anos predomina, reflectindo a filosofia deste subsistema, ou seja, o Ensino Profissional é um subsistema de direito próprio no ensino secundário, constituindo uma verdadeira e real opção de formação, dando *Oportunidades Novas* aos Jovens.

Caracterização dos Formandos por Grupo Etário, 2006

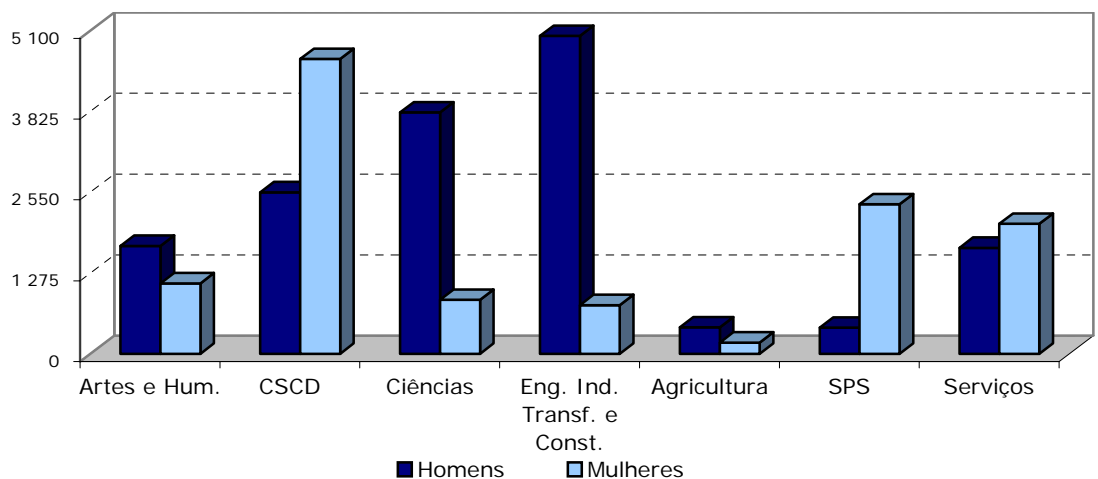


Áreas de Formação CNAEF por Género

Quanto à distribuição dos formandos por cursos apoiados, tendo em conta a sua classificação nas Áreas de Educação e Formação previstas na CNAEF⁷, e à semelhança dos anos anteriores, verifica-se uma maior concentração de formandos em cursos das áreas das Ciências Sociais, Comércio e Direito. Apesar de ter verificado um crescimento de cerca de 75% a nível da procura, outras áreas de formação registaram aumentos superiores a 100% como as áreas da Engenharia e Saúde e Protecção Social, sendo registado um menor número de formandos na área da Agricultura.

À semelhança do que se verificava já em 2005, os cursos das áreas da Engenharia e Indústrias Transformadoras registaram um forte incremento, nomeadamente do género masculino, atendendo ao aumento da oferta formativa das escolas secundárias nesta área de formação.

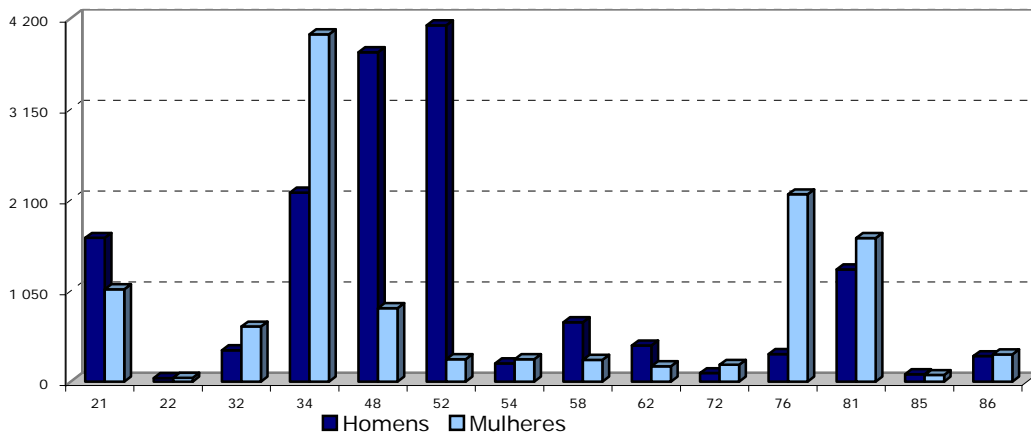
Cursos por Grandes Grupos de Estudo e por Género – 2006



⁷ Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação, Portaria n.º 256/2005 de 16 de Março.

As áreas de formação tradicionalmente masculinas e femininas continuam a registar uma maior concentração de formandos de cada género, com um maior número de formandos do género masculino nas áreas da Informática, Engenharias e Indústrias Transformadoras e um maior número de formandos do género feminino nas áreas ligadas à Saúde, Serviços Sociais e Serviços Pessoais. Nas áreas de formação Ciências Empresariais e Serviços de Segurança podemos constatar igualdade de género.

Cursos por Áreas de Estudo e por Género - 2006

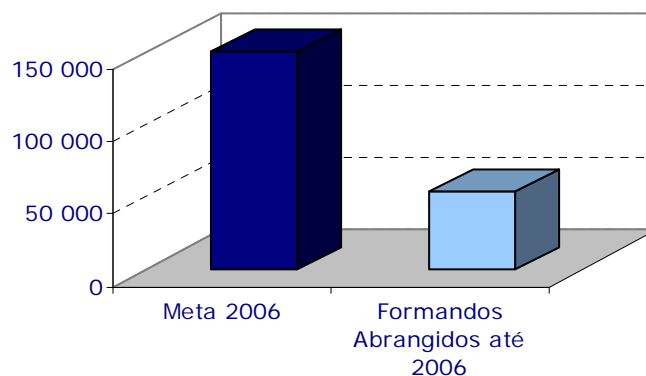


Cumprimento das Metas

Com vista a aferir o cumprimento da meta definida, importa esclarecer que de acordo com a negociação do PO, foi definida a uma meta inicial - 180.000 formandos, a qual foi posteriormente reformulada em sede de Reprogramação Intercalar - 150.000 formandos. De salientar que estes resultados estavam previstos ser alcançados a nível do subsistema Ensino Profissional, através da intervenção do PRODEP e dos PO Regionais.

Assim sendo e analisando o total de formandos abrangidos pelo PRODEP até ao final de 2006, concluiu-se que a IO Educação contribuiu até ao momento para o cumprimento da meta em cerca de 37%, correspondendo a 54.776 formandos abrangidos.

Indicador de Execução Física – Número de Formandos



A elevada execução física da Acção permite concluir que a aposta nesta oferta, em consonância com as metas definidas pelo Governo, tem permitido manter consolidada a oferta do Ensino Profissional, observando-se, simultaneamente a sua renovação através da

entrada das Escolas Secundárias com oferta formativa nesta área, reafirmando este subsistema no quadro do Ensino Secundário.

3.5.1.4. Acção 1.4. – Programa de Orientação e Informação

A Acção 1.4. – Programa de Orientação e Informação assume um duplo objectivo no combate ao abandono escolar, na medida em que visava assegurar através de acções de informação e orientação escolar, o apoio aos alunos nas escolhas do melhor percurso educativo e formativo, e auxiliar os órgãos de gestão na definição de estratégias conducentes à concepção, informação e divulgação de ofertas educativas diversificadas.

Atendendo ao carácter abrangente em termos de público-alvo, constituindo os Alunos naturalmente o público mais abrangido, enquanto População Alvo “Directa”, é também muito importante a envolvimento de outros agentes educativos, como sejam os Pais e Encarregados de Educação, Professores e outros elementos da Comunidade Educativa (População Alvo “Indirecta”), dado o papel importante que assumem na construção da vida pessoal e profissional dos alunos.

A tipologia de acções apoiadas neste contexto constitui *efectivamente* um instrumento fundamental para o aumento do número de alunos que transitam do ensino básico para o ensino secundário, estabelecendo mecanismos de reorientação do processo educativo dos alunos em risco de retenção repetida (definição de percursos alternativos, encaminhamento para cursos de educação e formação ou para os cursos profissionais).

Por uma questão de priorização na aplicação dos recursos financeiros disponíveis, o último Concurso ocorreu em 2005 e tinha como objectivo abranger apenas o ano lectivo de 2005/2006. No entanto, foi efectuada uma excepção à data limite de conclusão do pedido de financiamento titulado pela Direcção Geral da Formação Vocacional (DGFV), o qual passou a ter como data de fim 30 de Junho de 2007, uma vez que enquanto entidade coordenadora da implementação da Iniciativa Novas Oportunidades, nomeadamente no que se refere à criação de um sistema integrado de orientação escolar e profissional, considerou-se fundamental nesta fase apoiar a continuidade deste processo da responsabilidade da DGFV.

Assim, durante o ano de 2006 foram aprovados 314 pedidos de financiamento, que envolveram 1.624 actividades, com um financiamento total de € 4.520.095,80.

Região	ANO 2006				N.º Actividades Realizadas	Financiamento Total (Euros)
	Entidades			TOTAL		
	Públicas	Privadas	D G F V			
Norte	167	12	0	179	1.102	2.023.642,87
Centro	64	6	0	70	304	1.261.328,73
Lisboa e Vale do Tejo	0	0	0	0	0	0,00
Alentejo	34	1	0	35	129	556.005,55
Algarve	29	0	0	29	88	281.381,39
Não Regionalizável	0	0	1	1	1	397.737,26
Total	294	19	1	314	1.624	4.520.095,80

A Região de Lisboa e Vale do Tejo esteve já em "phasing-out", motivo pelo qual não foram apresentadas quaisquer candidaturas no âmbito do Concurso 1/2005.

Procedendo à análise de alguns indicadores, é possível constatar que a Região Norte destaca-se como sendo aquela que possui maior número de actividades/projectos desenvolvidos, seguida do Centro e Alentejo.

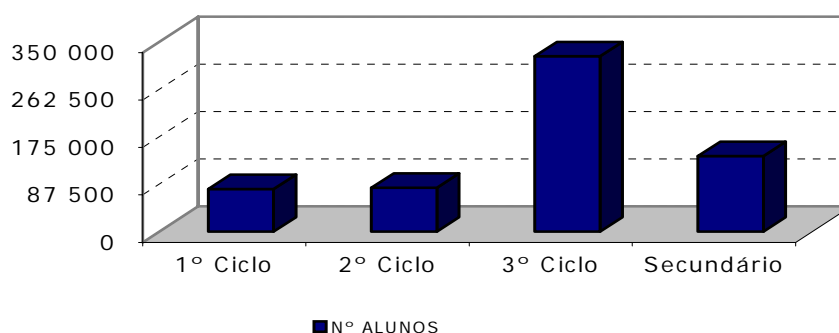
Em termos de execução financeira acumulada no período de 2000–2006, a execução face ao montante do Fundo programado apresentava uma taxa de 93%, enquanto que face ao valor aprovado rondava os 69%.

Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taza de execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
	Unid.: Euros							
1.4	15.415.689	11.514.893	20.646.389	15.484.792	14.346.810	10.760.108	93%	69%
Total	15.415.689	11.514.893	20.646.389	15.484.792	14.346.810	10.760.108	93%	69%

Caracterização dos Formandos

Tomando em consideração a distribuição do nº de alunos por ciclo de ensino e no ano lectivo de 2005/2006, constata-se ser o 3º Ciclo aquele que abrange maior número de alunos envolvidos, o que é naturalmente explicado por ser neste ciclo que é fundamental a orientação escolar, dado as idades e transição de ciclos, uma vez que com a conclusão do 3º Ciclo se adquire a escolaridade mínima obrigatória e se toma a decisão de prosseguir estudos ou integrar o mercado de trabalho.

Formandos Abrangidos por Ciclo de Ensino

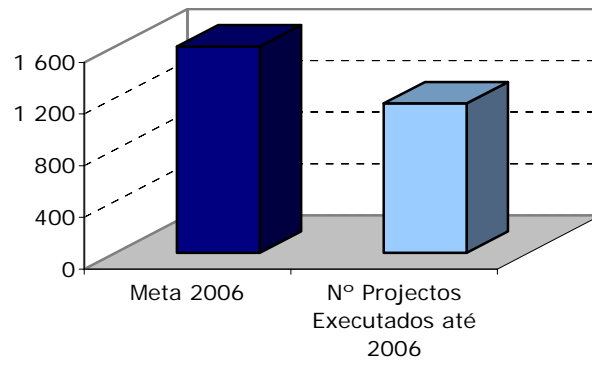


Refira-se que esta Acção, pelas suas características, não contribui para a discriminação de géneros, uma vez que tanto são abrangidos alunos do género feminino quanto do masculino.

Cumprimento das Metas definidas

Face às metas definidas após a reprogramação intercalar - 1.600 projectos apoiados, verifica-se que a taxa de execução, no final de 2006, atingia os 73% (1.159 projectos realizados), entendendo-se que o número de projectos apoiados corresponde ao número total de entidades que apresentam pedidos de financiamento e não o número de acções/actividades para cada pedido.

Realização Face às Metas (2000-2006)



3.5.2. MEDIDA 2 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR

3.5.2.1. Acção 2.1. – Cursos de Especialização Tecnológica

A Acção 2.1. - Cursos de Especialização Tecnológica visou promover o desenvolvimento de formações qualificantes pós-secundárias ao nível de quadros intermédios, bem como proporcionar aos indivíduos que concluíram o ensino secundário ou um curso de formação profissional que conferisse equivalência escolar a este nível de ensino, uma formação complementar que lhes possibilitasse quer o exercício profissional qualificado quer o prosseguimento de estudos.

Na sequência da avaliação intercalar e de orientações da tutela, no sentido de direccionar a actuação do PRODEP para os níveis de ensino básico e secundário e atendendo às dotações financeiras serem insuficientes, decidiu-se extinguir o apoio aos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), permanecendo contudo a necessidade de proceder à gestão e acompanhamento dos pedidos de financiamento que se encontravam em execução, que terminaram em 2006.

Considerando os dados globais da Acção no período 2002-2006, apoiaram-se 167 pedidos de financiamento, traduzindo-se na aprovação de 487 turmas e 7.691 formandos, com um financiamento global de € 25.474.806,07.

Região	Período 2002-2006			
	N.º Pedidos Concluídos	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	85	244	3.878	13.443.405,39
Centro	30	81	1.310	5.018.491,69
Lisboa e Vale do Tejo	30	96	1.562	4.377.524,82
Alentejo	9	32	463	1.646.625,92
Algarve	13	34	478	988.758,25
Total	167	487	7.691	25.474.806,07

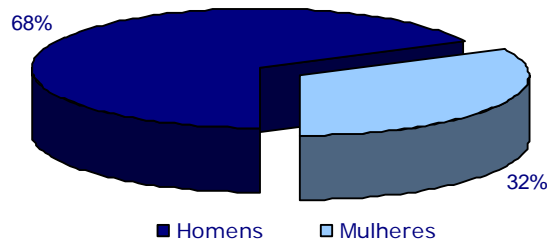
Em termos de execução financeira, verifica-se que no final no ano de 2006 a taxa de execução face ao Fundo programado, rondava os 68% e 71% face à aprovação financeira.

Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Tasa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
2.1	26.616.872	19.962.656	25.474.806	19.106.105	18.003.973	13.502.980	68%	71%
Total	26.616.872	19.962.656	25.474.806	19.106.105	18.003.973	13.502.980	68%	71%

Caracterização dos Formandos

Relativamente à análise dos formandos por género, verifica-se que nas acções realizadas o género masculino é predominante, representando no final da execução de 2006 um peso relativo de 68% face ao total dos abrangidos⁸ no período 2002-2006 (3.649).

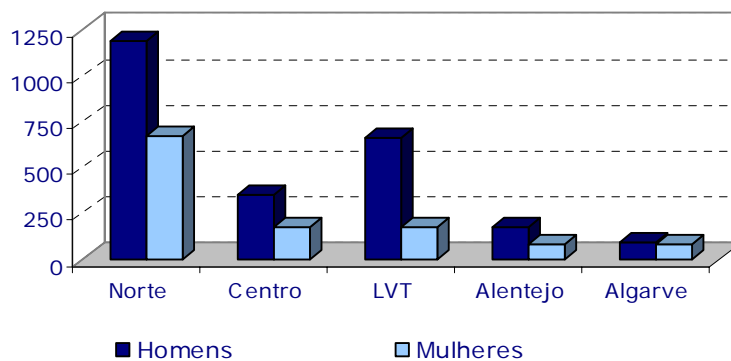
Formandos por Género, 2002-2006



Em termos de distribuição regional, foi na região Norte que se concentrou o maior número de formandos (51% do total dos formandos abrangidos no período) seguindo-se a região de Lisboa e Vale do Tejo com 832 formandos (23%). De realçar que a região Algarve revelou a menor concentração de formandos, registando apenas 173 formandos (5%).

Na análise da distribuição dos formandos abrangidos por género e região e considerando os dados globais para o período 2002-2006 e por região, destaca-se que é na região de Lisboa e Vale do Tejo que se verifica a percentagem mais baixa de formandos do género feminino (21%), e que a região do Algarve é a que regista maior procura do género feminino por este tipo de formação (45%).

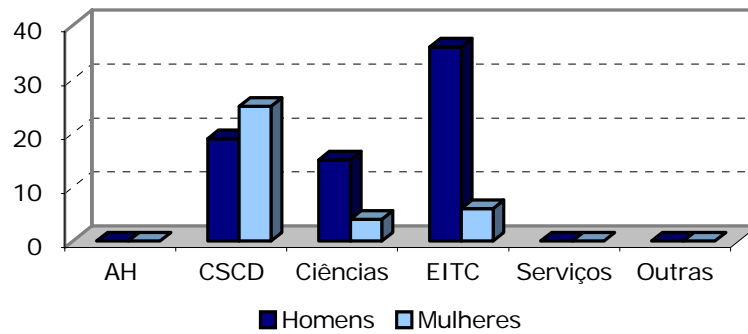
Caracterização dos Formandos por Região, 2002-2006



A distribuição do número total de formandos no ano de 2006, por género e área de estudo, revela a preferência do género masculino para as Áreas das Engenharia, Industrias, Transformadoras e Construção e das Ciências e Engenharia (86%). O género feminino evidenciou uma clara preferência para a Área das Ciências Sociais, Comércio e Direito (57%).

⁸ Formandos abrangidos = (formandos que concluíram a formação no período 2002-2006) + (formandos que continuam em formação no final de 2006) + (formandos desistentes e reprovados no período 2002-2006).

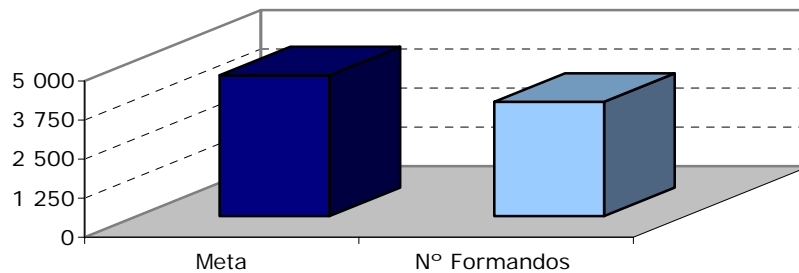
Caracterização dos Formandos por Áreas de Estudo - 2006



Cumprimento das Metas

Da aferição do grau de cumprimento da meta estabelecida para 2000-2006 (4.500 formandos), verifica-se que à execução acumulada até 2006, corresponde uma taxa de aproximação à meta de 81%, correspondendo a 3.649 formandos abrangidos no período 2002-2006.

Realização Face às Metas



3.5.2.2. Acção 2.2. – Desenvolvimento do Ensino Superior na Área da Saúde

A Acção 2.2. - Desenvolvimento do Ensino Superior na Área da Saúde, visou apoiar a formação inicial dos profissionais da área da saúde, nomeadamente enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica. Por um lado, teve em vista contribuir para a formação inicial dos jovens, proporcionando designadamente a aplicação correcta dos conhecimentos escolares, a mobilização das competências necessárias ao exercício da profissão e o desenvolvimento dos comportamentos éticos que pautam estas profissões, e por outro lado permitir a melhoria da qualidade da prestação dos cuidados de saúde e o aumento da capacidade de serviços especializados em Portugal.

Esta acção teve, desde o seu início, elevados níveis de execução física, uma vez que visava apoiar directamente o funcionamento dos cursos, enquanto processo de supressão do défice de profissionais no sector.

As entidades beneficiárias da Acção foram as Escolas Superiores de Enfermagem e as Escolas Superiores de Tecnologias da Saúde, públicas e privadas, cujo funcionamento estava autorizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Com a reprogramação intercalar da IO Educação, decidiu-se proceder ao encerramento da Acção, tendo a dotação disponível sido transferida para o Programa Operacional Ciência e Inovação 2010, pelo que o último concurso decorreu no ano lectivo de 2003/2004.

Assim, realizaram-se até 2004 quatro Concursos (1/PRODEP/01, 2/PRODEP/01, 1/PRODEP/02 e 1/PRODEP/03), abrangendo 177 pedidos de financiamento e 47.688 formandos, aos quais correspondeu um financiamento aprovado de € 41.512.900,19.

Região	Período 2000 - 2006		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	366	12.863	11.595.552,52
Centro	345	14.318	11.566.763,31
Lisboa e Vale do Tejo	474	15.031	12.896.636,85
Alentejo	80	2.811	3.113.703,53
Algarve	40	1.175	1.210.130,18
R. A. Açores	30	1.317	920.813,01
R. A. Madeira	6	173	209.300,79
Total	1.341	47.688	41.512.900,19

Relativamente à execução financeira no período de 2000-2006, constata-se uma taxa de execução de 165% face à dotação do Fundo e de 60% face ao Fundo Aprovado, a qual corresponde a uma quebra de cerca de 40%. As razões que explicam esta quebra de execução tão significativa decorrem da existência de receitas provenientes dos cursos, as quais são deduzidas proporcionalmente aos custos totais elegíveis, de acordo com o regulamentado.

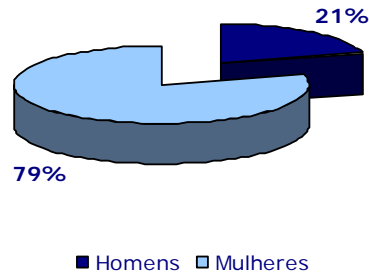
Acção	Unid.: Euros							
	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
2.2	25.123.794	18.842.844	41.502.900	31.127.175	24.692.644	18.519.483	98%	59%
Total	25.123.794	18.842.844	41.502.900	31.127.175	24.692.644	18.519.483	98%	59%

Caracterização dos Formandos

Analisando a distribuição dos formandos por género, conclui-se que foi o género feminino que predominou (79% do total dos formandos apoiados), apesar de nos últimos anos se assistir ao crescimento do género masculino nestas áreas de formação. Existem razões históricas que se prendem com o facto de as actividades ligadas à prestação de cuidados de saúde, implicando *“características tecnológicas próprias de assistir, higienizar, alimentar, prover dos elementos indispensáveis ao bom desenvolvimento do enfermo, seguindo os padrões da divisão social do trabalho, sempre estiveram ligadas à mulher”* (Pitta, 1999).

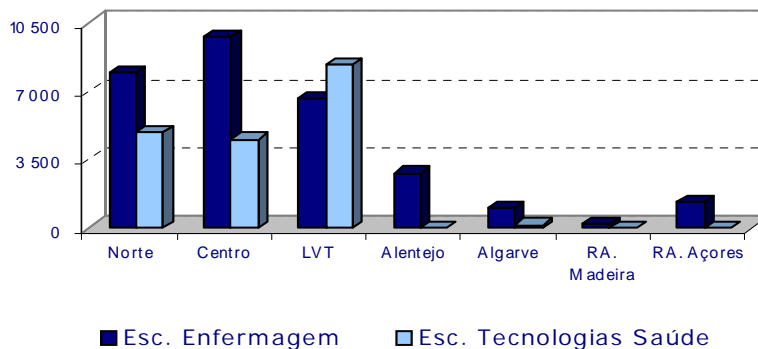
Contudo, o surgimento de novos cursos de Tecnologias da Saúde têm contribuído para incentivar o género masculino a enveredar por uma carreira profissional nesta área, o que não pode ser desligado do difícil acesso aos Cursos de Medicina.

Formandos por Género



Da análise de distribuição regional dos formandos, verifica-se que as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte, concentram cerca de 88% dos formandos, factor relacionado com a concentração nestas regiões das Escolas de Enfermagem e as Escolas de Tecnologia da Saúde.

Caracterização dos Formandos por Região (2000-2006)



O número de pedidos de financiamento apresentados pelas Escolas de Enfermagem representou cerca de 75% da totalidade dos projectos, demonstrativo do maior interesse em licenciaturas na área da Enfermagem.

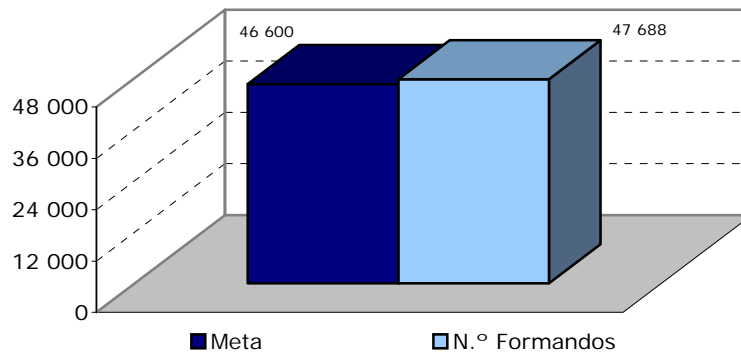
Contudo é de salientar que na Região de Lisboa e Vale do Tejo o número de formandos apoiados nas Escolas de Tecnologias da Saúde foi superior ao número de formandos apoiados nas Escolas de Enfermagem, demonstrando uma clara alteração na tendência de procura de técnicos de diagnóstico e terapêutica. No lado oposto, nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores e na Região do Alentejo, não se verificaram pedidos de financiamento de Escolas de Tecnologias da Saúde, apontando para fortes desequilíbrios na rede de ofertas do ensino superior português.

Cumprimento das Metas

Antes de analisarmos o grau de cumprimento face à meta, importa esclarecer que na sequência da verificação dos dados concluiu-se que o número de formandos considerados em 2004 relativamente aos formandos aprovados se encontravam incorrectos, dado que em 2004 não ocorreram aprovações de novos projectos na Acção 2.2..

Da análise do grau de cumprimento das metas estabelecidas para 2006 (46.600 formandos) e tendo em conta que em termos acumulados foram apoiados 47.688 formandos, verifica-se uma taxa de execução de 102%, permitindo ultrapassar a meta definida.

Realização Face às Metas



3.5.2.3. Acção 2.3. - Promoção do Sucesso Educativo e da Qualidade/Empregabilidade no Ensino Superior

A Acção 2.3. - Promoção do Sucesso Educativo e da Qualidade/Empregabilidade no Ensino Superior visou apoiar estratégias inovadoras, susceptíveis de promover a qualidade e a empregabilidade no Ensino Superior, designadamente no âmbito das condições e metodologias de ensino e aprendizagem, cabendo às instituições beneficiárias conceber e concretizar os projectos que consideravam mais adequados às suas circunstâncias e que, nesse sentido, contribuíssem, para a melhoria e inovação das condições, práticas e processos de ensino e aprendizagem existentes.

Sendo uma Acção dedicada exclusivamente ao Ensino Superior e tendo em conta que em sede de reprogramação intercalar se procedeu à transferência de verbas para o Programa Operacional Ciência e Inovação 2010, não foram aprovados novos projectos após 2004.

Assim, realizaram-se até 2003 três Concursos (1/PRODEP/00, 1/PRODEP/02 e 1/PRODEP/03). Considerando os dados globais da Acção no período 2000-2006, concluíram-se 91 projectos, aos quais corresponderam 176 acções, envolvendo um financiamento total de € 8.565.849,41.

Região	Período 2000 - 2006		
	N.º Projectos Concluídos	N.º Acções	Financiamento Total (Euros)
Norte	31	63	2.752.385,30
Centro	21	31	1.628.314,51
Lisboa e Vale do Tejo	31	70	3.210.239,63
Alentejo	4	5	363.598,41
Algarve	2	4	280.712,46
R. A. Açores	1	1	124.699,47
R. A. Madeira	1	2	205.899,63
Total	91	176	8.565.849,41

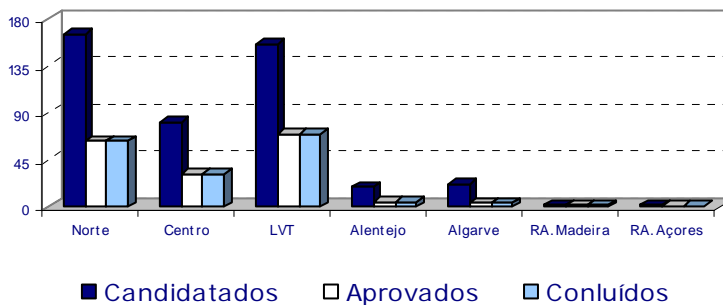
Relativamente à execução financeira no período de 2000-2006, constata-se uma taxa de execução de 90% face à dotação programada do Fundo e de 70 % face ao Fundo aprovado, a qual corresponde a uma quebra de cerca de 30%. As razões que explicam esta quebra na execução prendem-se com as dificuldades operacionais desta linha de apoio, decorrendo do seu carácter inovador.

Acção	Unid.: Euros							
	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
2.3	6.693.822	5.020.366	8.565.849	6.424.387	6.038.486	4.528.865	90%	70%
Total	6.693.822	5.020.366	8.565.849	6.424.387	6.038.486	4.528.865	90%	70%

Caracterização dos Projectos/Acções

A análise da caracterização dos projectos por região, permite constatar que Lisboa e Vale do Tejo e o Norte representam, conjuntamente, cerca de 76% dos projectos aprovados /concluídos. A distribuição tende a reflectir as assimetrias da matriz territorial do sistema de ensino superior português.

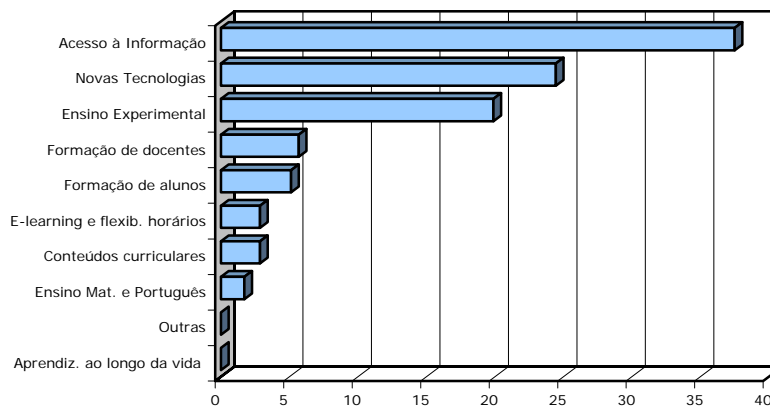
Distribuição Regional dos Projectos Candidatados e Concluídos (2000-2006)



Da análise das acções aprovadas verifica-se que as áreas temáticas relativas às Tecnologias da Informação e Comunicação destacaram-se, concluindo-se que o recurso ao potencial dos novos meios e tecnologias de comunicação e informação contribuíram para atingir os objectivos de reforço e diversificação das metodologias de aprendizagem, assumindo-se como um meio privilegiado de acesso dos docentes e alunos à informação e documentação científica e pedagógica através de suporte digital.

A tipologia relativa ao “Acesso à Informação” prevalece assim sobre as restantes tipologias (38%), seguida das “Novas Tecnologias” (24%) e do “Ensino Experimental” (20%). A generalização do acesso à internet e às TIC estiveram presentes em grande número das acções aprovadas, o que é representativo do esforço das instituições de ensino superior em se adaptarem às mudanças introduzidas pela “sociedade de informação”.

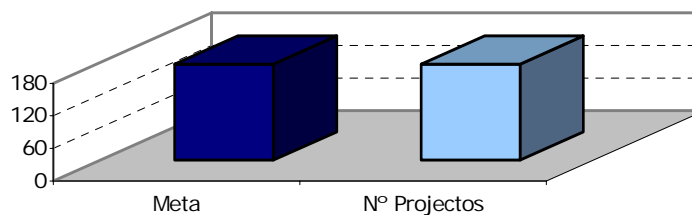
Tipologia de Acções Aprovadas e Concluídas, Segundo a sua Incidência Directa e Indirecta (2000-2006)



Cumprimentos das Metas

No que se refere ao apuramento do grau de aproximação às metas, a Acção regista desde a reprogramação intercalar uma taxa de execução de 100%, atendendo a que aquando deste exercício as metas foram ajustadas face ao número de projectos aprovados à data⁹, i.e., 176 projectos apoiados.

Realização Face às Metas



⁹ De referir que se considerou para o efeito de apuramento do indicador de realização, projecto = pedido de financiamento aprovado.

3.5.3. MEDIDA 3 – APOIO À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA

3.5.3.1. Acção 3.1. – Programa de Estágios nos Cursos Tecnológicos

A Acção 3.1. – Programa de Estágios nos Cursos Tecnológicos visa por um lado, promover a cooperação entre as instituições do ensino secundário com Cursos Tecnológicos ou Cursos Secundários Artísticos Especializados e as entidades empregadoras dos vários sectores de actividade económica, fomentando a inserção no mercado de trabalho dos alunos destes cursos e por outro lado proporcionar aos alunos experiências profissionais na respectiva área curricular permitindo-lhes adquirir novas competências e ver reconhecidas as suas qualificações.

No âmbito desta Acção são co-financiados Estágios, de duração mínima de 3 meses, entre 360 e as 480 horas, nas modalidades de “durante o curso” ou “após o curso” e Módulos de Complemento de Formação, com duração de 35 a 50 horas, com vista a desenvolver competências consideradas relevantes nas respectivas áreas científicas e tecnológicas.

A Reforma do Ensino Secundário, consubstanciada no Decreto-Lei n.º 74/2004 de 26 de Março e nas Portarias n.º 550-A/2004, de 21 de Maio, e n.º 260/2006, de 14 de Março, vem transformar o carácter facultativo dos estágios, que não estavam integrados no plano de estudos dos Cursos Tecnológicos, em estágios de realização obrigatória no 12º ano e com a duração efectiva de 216 horas, podendo estes decorrer durante ou após a actividades lectivas e por período de tempo variável.

Estas alterações legislativas, que entraram em vigor no ano lectivo de 2004/2005, de forma progressiva, afectaram os alunos do 12º ano a partir do ano lectivo de 2006/2007 e resultaram, ao nível do PRODEP, na desadequação do Regulamento de Acesso à Acção 3.1, face aos novos currículos dos Cursos Tecnológicos, pelo que, o último concurso desta Acção (concurso nº 1/2006) foi aberto exclusivamente para conclusão dos Estágios e Módulos de Complemento de Formação dos Cursos Tecnológicos abrangidos pela legislação anterior (Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de Agosto).

Assim, durante o ano de 2006 decorreram em simultâneo dois Concursos (1/2005 e 1/2006) cada um com pedidos de financiamento anuais ou plurianuais, abrangendo, respectivamente, os anos lectivos 2005/2006 e 2006/2007.

Da análise comparativa dos dois últimos concursos, constata-se que no ano lectivo de 2006/2007 houve uma quebra nos indicadores físicos em cerca de 30% quer dos formandos quer do número de acções propostas, em particular dos Módulos de Complemento Complementar (-70%), acompanhada de redução no número de pedidos de financiamento em cerca de 12% relativamente ao ano lectivo anterior.

Região	Ano lectivo 2005/2006				Ano lectivo 2006/2007			
	N.º Estágios	N.º Módulos	N.º Formandos	Financiamento Total (I)	N.º Estágios	N.º Módulos	N.º Formandos	Financiamento Total (I)
Norte	57	34	851	429.052,30	52	10	600	343.077,52
Centro	25	6	304	130.362,63	17	3	146	87.405,63
Lisboa e Vale do Tejo	47	7	413	259.759,15	31	1	326	258.676,66
Alentejo	7	0	38	19.499,68	7	0	27	20.221,60
Algarve	11	0	35	21.662,71	14	0	65	48.700,99
Total	147	47	1641	860.336,47	121	14	1164	758.082,40

Esta situação prende-se com o facto de os alunos dos Cursos Tecnológicos diurnos, enquadrados pelo Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto, que se encontrarem no 12º ano não totalizam mais do que 2356. Embora nada obrigue a que os estágios nos Cursos Tecnológicos se realizem no 12º ano, eles são preferencialmente realizados na modalidade “no final do curso” contrariamente aos Módulos de Complemento de Formação que podem decorrer durante os três anos da duração do Curso pelo que se compreende a disparidade entre a quebra nos dois tipos de acções (18% nos estágios contra 70% nos Módulos).

De referir, ainda, que o número de estagiários apoiados (843) no 1º trimestre do ano lectivo 2006/2007, desceu relativamente ao verificado nos anos lectivos anteriores, confirmando-se a tendência de redução progressiva do peso percentual (1,6%) dos formandos estagiários face ao universo de alunos do Ensino Secundário Tecnológico, Artístico ou Especializado matriculados no corrente ano lectivo (51.480).

Esta diminuição pode igualmente ser explicada pelo facto de, no âmbito da Reforma do Ensino Secundário, a legislação que enquadrava os Cursos Tecnológicos ter sido alterada, sem que tenha ocorrido uma adaptação do Regulamento de Acesso à Acção 3.1, pelo que o número de alunos elegíveis reduziu drasticamente face ao número de alunos que frequentam o Ensino Secundário Tecnológico, Artístico ou Especializado.

Acresce ao referido anteriormente o facto da natureza facultativa do estágio que aliada à ausência de contrapartidas financeiras e às expectativas de ingresso no ensino superior contribuem para um número reduzido de interessados e um elevado número de desistências.

Contrariando a tendência verificada nos anos anteriores, a taxa de conclusão dos estágios subiu para 80,1% (927 dos 1158 estagiários concluíram os seus estágios) muito provavelmente condicionada pelo contexto particular deste último concurso já que apenas 2,3% dos estagiários continuam a sua formação (contra os quase 19% do ano anterior).

A ligeira subida no indicador de resultado “taxa de conclusão” no ano de 2006 reflecte-se na taxa de execução financeira global que subiu igualmente mas para apenas 52,3% do valor aprovado. Mantém-se, assim, a tendência de quebra significativa na execução financeira que poderá ser justificada pelo número de formandos desistentes (5,6%) mas também pelas características próprias desta Acção que, face à regulamentação dos financiamentos comunitários, dificultam a sua realização.

Em termos de execução financeira acumulada, a Acção 3.1. registava no final de 2006, uma taxa de absorção do Fundo programado de 58% e em termos de montante aprovado de 52%.

Unid.: Euros

Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taza de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
3.1	8.540.408	6.017.750	8.895.981	6.671.986	4.655.491	3.491.619	58%	52%
Total	8.540.408	6.017.750	8.895.981	6.671.986	4.655.491	3.491.619	58%	52%

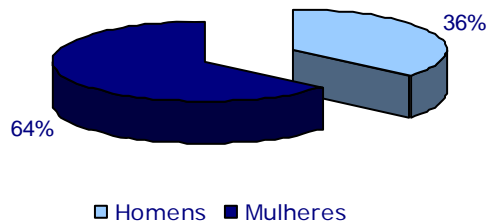
Caracterização dos formandos

Entre 2000 e 2005, foram abrangidos na Acção 3.1. cerca de 10.470 formandos enquanto que em 2006 foram abrangidos 1.515 o que reflecte uma redução do valor médio anual a qual já foi, anteriormente, relacionada com contexto em que decorreu o Concurso n.º 1/2006.

Regiões	N.º Formandos 2000-2005	N.º Formandos 2006	Total de Formandos
Norte	4.634	894	5.528
Centro	2.307	137	2.444
Lisboa e Vale do Tejo	2.826	393	3.219
Alentejo	253	34	287
Algarve	450	57	507
Total	10.470	1.515	11.985

À semelhança dos anos anteriores constata-se que os formandos apoiados em 2006 pertencem maioritariamente ao género feminino (64%).

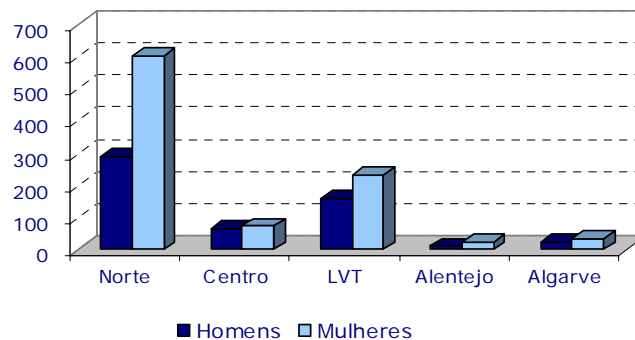
Distribuição dos Formandos por Género (2006)



Da análise da distribuição dos formandos abrangidos por género e por região confirma-se a tendência da feminização.

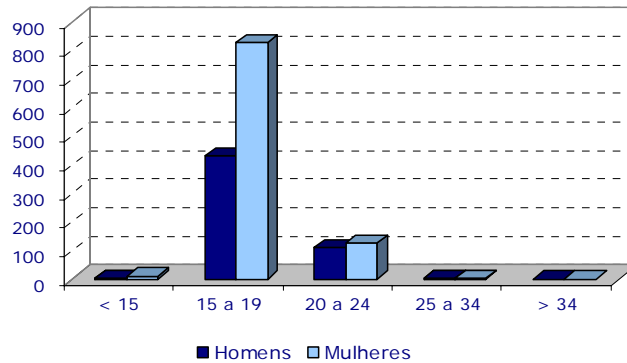
Da análise da distribuição dos formandos apoiados por região verifica-se que a Região Norte continua a ser a região que mais contribui para o número total de formandos apoiados (894 formandos – 59 %), justificado pelo facto de ser a região onde se verifica o maior número de alunos inscritos nos Cursos Tecnológicos e também a região com maior população escolar do país.

Distribuição dos Formandos por Género e por Região (2006)



Analisando a distribuição dos formandos apoiados durante no ano de 2006, por idade e por género, destaca-se o facto da grande maioria (83,2%) dos formandos se localizarem na faixa etária entre os 15 anos e os 19 anos correspondendo, grosso modo, ao verificado a nível nacional nos Cursos Tecnológicos e Ensino Artístico Especializado do ensino regular.

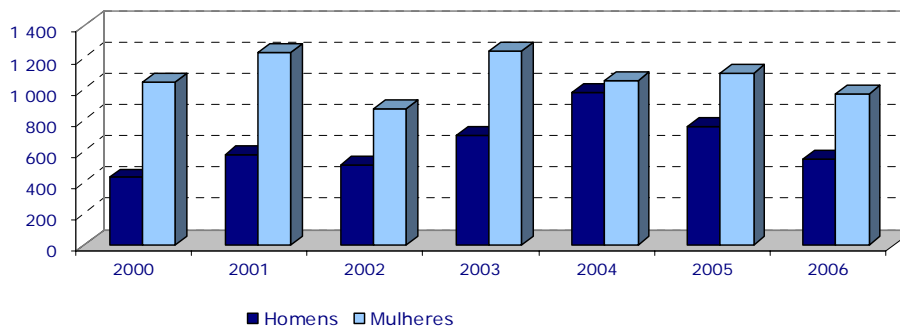
Distribuição dos Formandos por Idade e Género (2006)



No período 2000-2006, os formandos apoiados pela Acção 3.1. foram maioritariamente mulheres, apesar de serem os rapazes que mais procuram os Cursos Tecnológicos, a taxa de feminização do Ensino Tecnológico e Artístico Especializado é de 42,9% (dados do GIASE relativos ao ano lectivo de 2004/2005), os frequentadores de Estágios e de Módulos de Complemento de Formação, são na sua maioria raparigas (63,8% em 2006, 59,1% em 2005 e 52,0% em 2004).

Esta realidade é, provavelmente, reflexo da ainda existente desigualdade entre géneros no acesso ao mercado de trabalho, uma vez que, são ainda as mulheres que mais contribuem para a taxa de desemprego em Portugal e são igualmente as mulheres que engrossam as taxas de desemprego de longa duração. Estes factores levam a que tendo presente a maior dificuldade em ingressar no meio profissional, as mulheres permaneçam mais tempo no sistema educativo, investindo mais na sua qualificação académica e profissional.

Distribuição dos Formandos por Género (2000-2006)

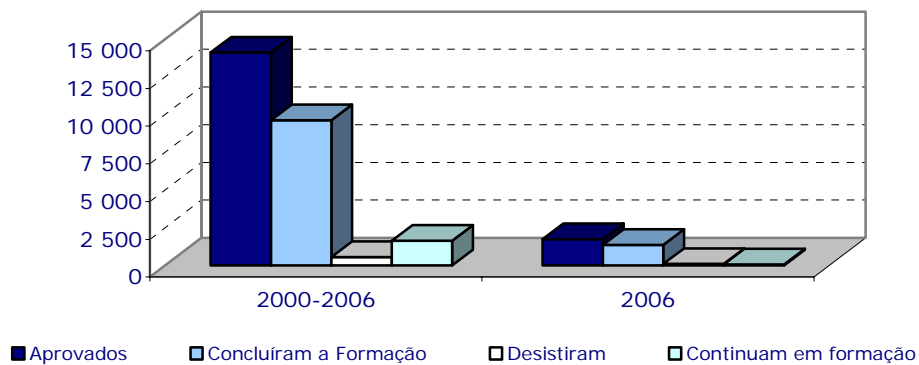


Assim, e embora a Acção 3.1. não contemple qualquer mecanismo formal de diferenciação de género, nem na aprovação das candidaturas nem no apoio prestado aos formandos, acaba por constituir um importante promotor da Igualdade de Oportunidades entre Géneros

ao garantir às raparigas o acesso a experiências de trabalho e a aquisição de competências profissionais específicas na área da sua formação académica.

Comparando a situação dos formandos apoiados ao longo do período 2000-2006, verifica-se em termos globais uma taxa de conclusão que ronda os 68% face ao número total de formandos aprovados (14.102) nas diferentes modalidades existentes. No ano 2006 esta taxa apresenta um valor substancialmente superior 78%.

Situação dos Formandos (2000-2006)

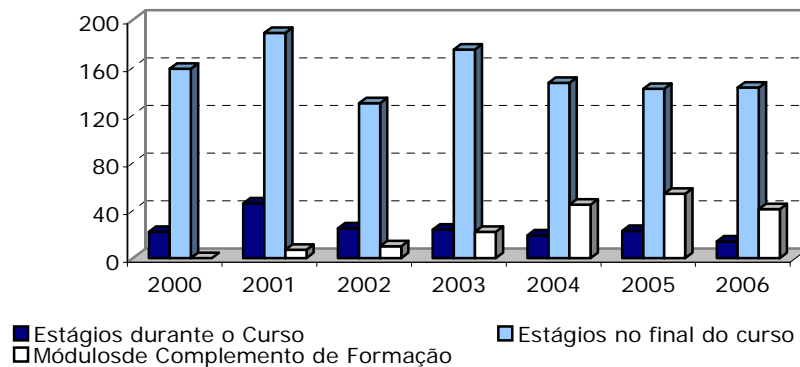


Caracterização das Acções

Durante o ano de 2006 foram apoiados 14 “Estágios durante o Curso”, 41 “Módulos de Complemento de Formação” e 143 “Estágios no final do Curso”, num total de 198 acções distribuídas por 92 pedidos de financiamento.

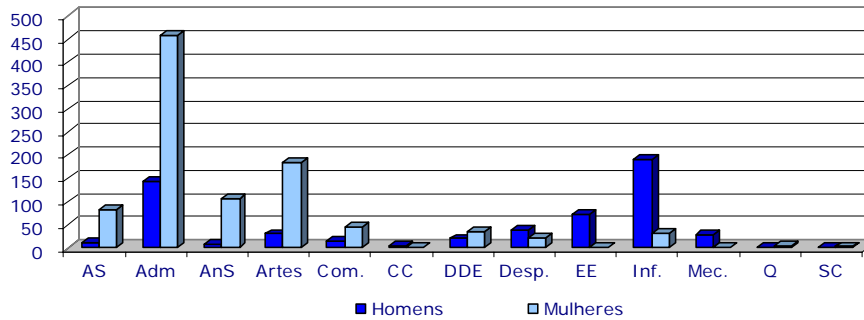
Analisando a evolução do número e da distribuição das Acções entre os anos de 2000 e 2006 constata-se que a modalidade Módulos de Complemento de Formação, com excepção do ano 2006 em que decresceram ligeiramente, no período 2000-2005 demonstram uma tendência de crescimento. Relativamente aos estágios, os picos de aumento, verificaram-se em 2001 e 2003 tendo a partir daí mantido uma evolução uniforme.

Distribuição das Acções Realizadas, por Natureza (2000-2006)



Os Estágios e Módulos de Complemento de Formação apoiados por esta Acção encontram-se integrados em Cursos Tecnológicos e de Ensino Artístico Especializado muito diversificados, embora o Curso de Administração foi aquele onde mais formandos foram apoiados, cerca de 39,2%, seguido do Curso de Informática (14,6%) e da área de Artes (13,8%), onde se incluíram diversos cursos a maioria deles com Planos Curriculares Próprios.

Distribuição dos Formandos por Áreas de Cursos Tecnológicos (2006)



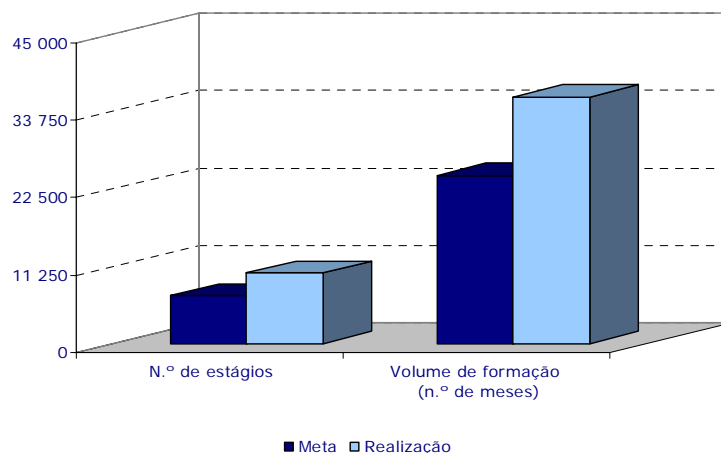
AS- Acção Social, Adm - Administração, AnS- Animação Social, Artes (Planos próprios), Com - Comunicação, CC - Construção Civil, DDE-Design e D. Equipamentos, Desp-Desporto, EE- Electrotecnicia e Electrónica, Inf - Informática, Mec - Mecânica, Q - Química e SC - Serviços Comerciais

A distribuição dos formandos por género e por áreas temáticas dos cursos confirma a predominância do sexo feminino nos Cursos de Animação Social (93,8%), na área de Artes (85,9%), Curso de Acção Social (89,1%) e com baixa incidência de formandos do sexo feminino nos Cursos de Electrotecnicia e Electrónica (1,4%), Mecânica (6,7%) e Informática (14,7%), áreas tradicionalmente masculinas.

Cumprimento das Metas

Na análise da execução, no final de 2006 atingiram-se os 10.242 estágios ao que corresponde a um volume de formação de 35.847 meses e a uma execução de 146.31% face à meta estabelecida.

Realização Face às Metas



3.5.3.2. Acção 3.2. – Programa de Estágios no Ensino Superior

A Acção 3.2. - Programa de Estágios no Ensino Superior teve como objectivo valorizar o desenvolvimento de práticas formativas realizadas em contexto de trabalho, generalizando a sua adopção ao nível dos planos curriculares dos respectivos cursos, através de estágios curriculares, dinamizando o reconhecimento por parte das empresas de novas formações e qualificações profissionais, atendendo à diversificação de qualificações que tem vindo a ocorrer no sistema do ensino superior, nem sempre reconhecidas pelo tecido empresarial.

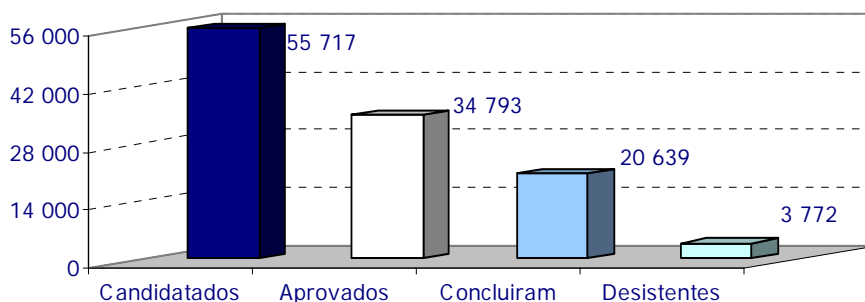
A Acção tinha como público-alvo as entidades do Ensino Superior, pelo que na sequência Reprogramação Intercalar e da transferência de dotação para o POI, esta Acção foi encerrada, não se tendo aprovado novos pedidos de financiamento depois de 2004.

Em termos financeiros, registou-se um financiamento aprovado acumulado de 64.4 M€, correspondendo a um total de 34.793 estágios aprovados, com duração entre 3-6 meses.

Região	Período 2000-2006	
	N.º Estágios / Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	11.718	21.106.080,26
Centro	8.044	15.155.619,56
Lisboa e Vale do Tejo	13.039	23.243.592,02
Alentejo	1.375	2.988.538,96
Algarve	463	1.398.243,97
R.A.Açores	43	227.701,24
R.A.Madeira	111	313.492,84
Total	34.793	64.433.328,85

Em termos de execução física, em 2000-2005 verificou-se um total de 55.717 estagiários candidatados, tendo sido aprovados 34.793, representando uma taxa de aprovação de 62%, dos quais concluíram cerca de 59%, correspondendo a 20.639 estágios.

Nº de Estagiários Candidatados, Aprovados, Concluídos e Desistentes 2000-2006



Em termos da execução financeira, dos 41,4 M€ programados no período de 2000-2006, constata-se que foi atingida uma taxa de execução de 98%, demonstrando que todos os recursos financeiros foram praticamente aplicados, apontando para o sucesso da Acção.

Unid.: Euros

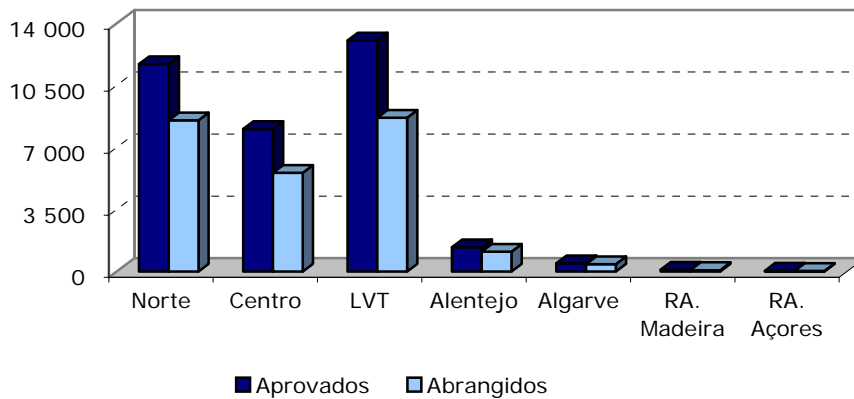
Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
3.2	54.654.118	41.378.145	64.447.932	48.335.949	54.328.114	40.746.086	98%	84%
Total	54.654.118	41.378.145	64.447.932	48.335.949	54.328.114	40.746.086	98%	84%

Caracterização dos estágios/estagiários

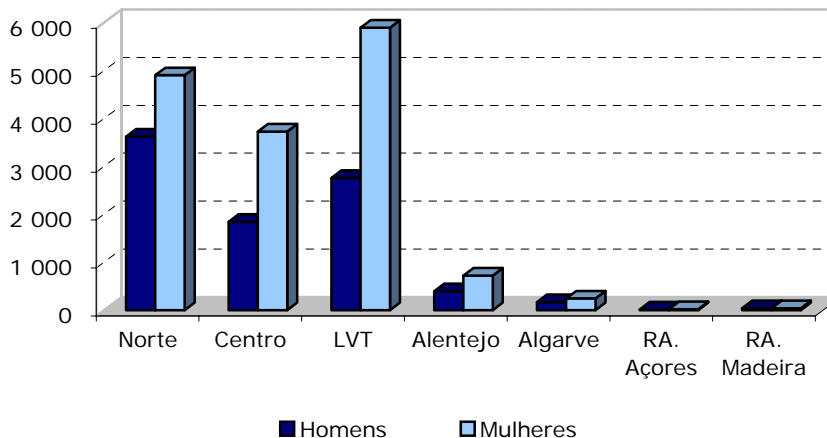
Analisando o período de 2000-2005, de um total de 24.411 estágios realizados, a região Norte apresenta um maior número de estágios abrangidos (35%), seguida de Lisboa e Vale do Tejo e Centro, com um peso de 36% e 23%, respectivamente.

Contudo, analisando a taxa de realização em termos acumulados, destacam-se a Região Autónoma da Madeira e do Algarve, com uma taxa de 91% e 90% respectivamente, enquanto a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta a menor taxa (67%).

Número de Estágios Realizados por Região 2000-2006

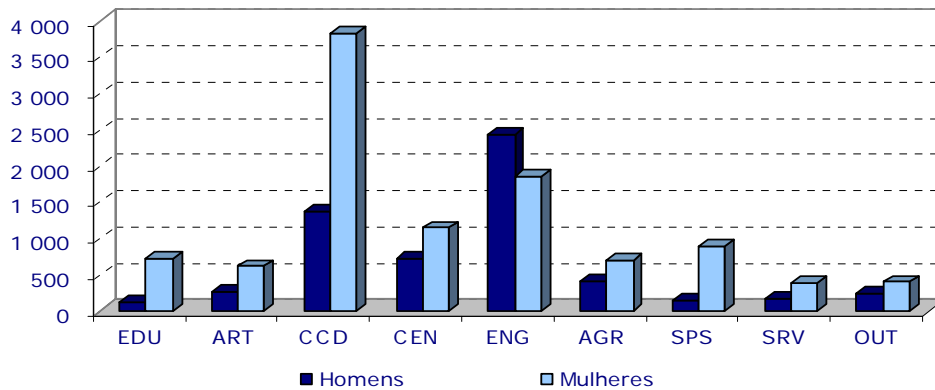


Relativamente à caracterização dos formandos por género, mantém-se a predominância do género feminino (64%).



Da análise da distribuição dos estagiários por género e área científica, verifica-se que, com excepção de Engenharia, Industria Transformadora e Construção, o peso das mulheres é superior ao dos homens em quase todas as áreas científicas onde se enquadravam os estágios realizados.

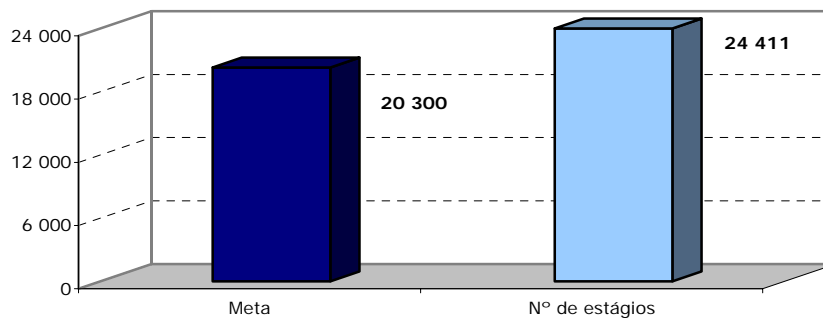
Estágios Concluídos por Área Científica e Género 2000-2006



Cumprimento das Metas

Da análise da execução face à meta, verifica-se uma taxa de execução de 120%, o que permite concluir que a meta foi largamente alcançada apesar da acção não ter tido uma efectiva continuidade.

Execução Face à Meta Definida para o Período 2000-2006



3.5.3.3. Acção 3.3 – Rede de Escolas de Referência (EDUTEC)

A Acção 3.3. – Rede de Escolas de Referência (EDUTEC), criada após a Reprogramação Intercalar do PRODEP, tem como objectivo promover a articulação de parcerias entre a escola, o mundo do trabalho e as empresas, no sentido da promoção da empregabilidade, da cooperação entre os sistemas de educação e formação e o tecido empresarial, combatendo as saídas precoces do sistema educativo.

Embora inicialmente estivesse apenas previsto o financiamento a 15 escolas secundárias, públicas ou privadas, que integrassem a Rede Nacional de Escolas de Referência EDUTEC, a forte aposta na criação de uma rede nacional de ofertas de nível secundário diversificadas levou a que o acesso à Acção fosse de abrangência generalizada, introduzindo-se o conceito de *Rede de Estabelecimentos de Ensino e Formação que ministrem formações*

profissionalizantes, alargando a rede a todas as escolas com ofertas profissionalizantes, bem como a organismos dos Serviços Centrais do Ministério da Educação, designadamente à ex-Direcção-Geral de Formação Vocacional, actual Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) e ao ex-Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE), actual Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), no âmbito das suas competências de coordenação, supervisão e caracterização da rede de ofertas.

Assim, no ano 2006 foram aprovados dois pedidos de financiamento, titulados pelo GEPE, que contemplam investimentos nas 5 Regiões de Portugal continental, visando a constituição de um sistema de informação e gestão integrada das ofertas formativas (SIGO), de modo a concretizar uma das principais medidas da Iniciativa Novas Oportunidades – a gestão das ofertas profissionalmente qualificantes de forma integrada e estruturada, articulando as ofertas disponibilizadas pelo Ministério da Educação (ME) e pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS), com vista a adequar a oferta às necessidades da procura e às necessidades do sistema produtivo em termos de qualificações para o Mercado de Trabalho.

Região	Período 2000-2006	
	N.º Actividades	Financiamento Total (Euros)
Norte	5	355.388,00
Centro	5	266.541,00
Lisboa e Vale do Tejo	5	177.300,00
Alentejo	5	113.078,00
Algarve	5	72.693,00
Total	5	985.000,00

As actividades deste projecto abrangem equitativamente o território nacional (continente), destacando-se pela sua importância a actividade relativa à implementação do sistema integrado de gestão da oferta formativa (SIGO).

As restantes actividades apresentam-se como complemento a esta actividade principal e incluem o lançamento de estudos, que permitam diagnosticar e tipificar situações de abandono e saída precoce e antecipada do sistema de ensino (actividade 2), a edição anual e alargada do Guia de Acesso ao Ensino Secundário (edição impressa e on-line, através do site Novas Oportunidades) e a sua adequada publicitação (actividade 3 e 4) e ainda a criação do Observatório dos Percursos Educativos e das Saídas Profissionais.

A execução financeira da Acção no final de 2006, apresentava uma taxa de 18% face aos valores programados, resultando em grande parte do facto de ser uma tipologia nova e de a sua aprovação e execução se ter iniciado já no decurso do 2º semestre de 2006, prevendo-se que a recuperação de execução no decorrer de 2007.

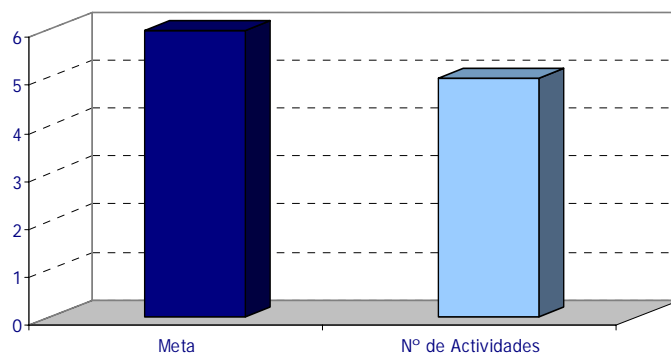
Unid.: Euros

Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taza de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
3.3	2.000.000	1.500.000	985.000	738.750	355.150	266.363	18%	36%
Total	2.000.000	1.500.000	985.000	738.750	355.150	266.363	18%	36%

Cumprimento das Metas

As metas físicas definidas para o período 2005-2006 apontam para o apoio a 6 actividades, pelo que até ao final de 2006 registou-se uma taxa de execução de 83% (5 actividades), garantindo desde logo uma adequada realização física no primeiro ano de execução.

Execução Face à Meta Definida para o Período 2000-2006



3.5.4. Medida 4 – Educação ao Longo da Vida

3.5.4.1. Acção 4.1. – Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências Adquiridas ao Longo da Vida

A Acção 4.1. - Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências Adquiridas ao Longo da Vida tem como objectivo principal reduzir o défice de qualificação escolar e profissional dos activos, contribuindo para a certificação dos conhecimentos adquiridos pela população adulta, reforçando a educação e formação ao longo da vida, através da concepção, criação e implementação de um Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), fundamental ao estímulo e orientação da procura de formação por parte dos adultos.

Nas actividades desenvolvidas no âmbito desta Acção em 2006, salienta-se a expansão da Rede de Centros Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o alargamento do referencial de competências ao 12º ano de escolaridade. Efectivamente, com o objectivo de aumentar as qualificações de base da população activa e tendo em conta as metas ambiciosas definidas no contexto da Iniciativa Novas Oportunidades, que estabelecem o objectivo de qualificar um milhão de activos até 2010, foram criados mais 170 novos Centros, agora designados por Centros Novas Oportunidades, registando-se um forte crescimento ao nível das Escolas Secundárias, tendo em conta a sua capacidade instalada, quer em termos físicos quer em recursos humanos existentes.

Assim, no 4º trimestre de 2006, promoveu-se a abertura de um concurso extraordinário, destinado aos novos Centros (num total de 108 aprovados), o que representou um acréscimo de 152% face aos Centros já existentes, viabilizando o acesso ao necessário financiamento para início de actividade.

Este incremento na rede de CRVCC determinou a necessidade de proceder à Reprogramação Financeira da I.O., com vista a assegurar os níveis de financiamento adequados, tendo resultado num reforço de 20 milhões de euros, mais 35% face ao inicialmente programado.

Em termos de indicadores de realização física, no ano 2006 foram aprovados 187 pedidos de financiamento (182 correspondem a CRVCC e cinco pedidos relativos à *ex-DGFV*), enquadrados em dois concursos: Concurso 1/2005, no qual foram aprovadas as candidaturas dos Centros já instalados e o Concurso 1/2006 referente ao financiamento dos novos CRVCC.

Em termos do financiamento envolvido, foram aprovados cerca de 15 milhões de Euros.

Região	Ano 2006 (Concurso n.º 1/2005 e n.º 1/2006)		
	N.º Centros	N.º Adultos Certificados	Financiamento Total (Euros)
Norte	70	9.562	5.974.980,90
Centro	39	5.543	3.253.183,62
Lisboa e Vale do Tejo	40	4.613	3.176.386,90
Alentejo	24	889	1.315.984,45
Algarve	9	713	687.878,44
Total	182	21.320	14.408.414,31

Em relação à execução financeira acumulada no final de 2006 e tendo em conta as alterações verificadas, registou-se uma taxa de execução de 57% face ao Fundo programado, registando-se um aumento de 4 p.p. face ao valor registado no final de 2005. Em termos de execução face ao valor do Fundo aprovado, verifica-se uma taxa de 68%, o que significa igualmente um aumento face a 2005 de cerca de 7 p.p..

Acção	Unid.: Euros							
	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taza de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
4.1	71.026.525	53.269.891	59.641.821	44.731.366	40.446.873	30.335.155	57%	68%
Total	71.026.525	53.269.891	59.641.821	44.731.366	40.446.873	30.335.155	57%	68%

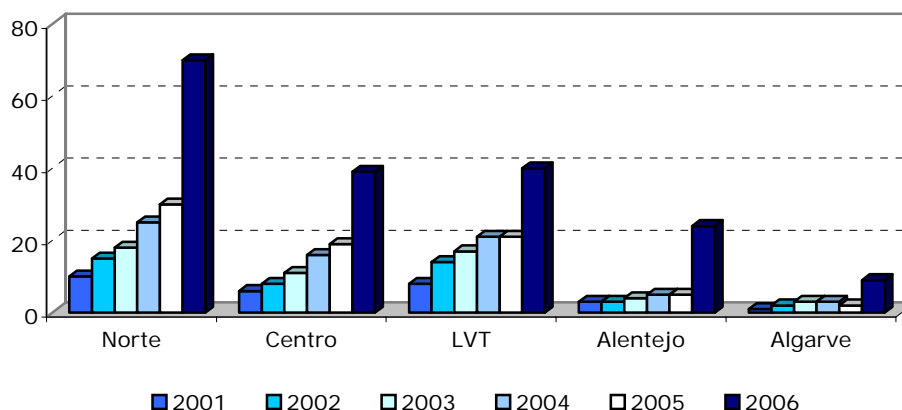
Caracterização dos Centros de RVCC

Da análise da distribuição regional dos Centros de RVCC, podemos observar que a Região Norte continua a concentrar o maior número de Centros, num total de 70, seguida de Lisboa e Vale do Tejo com 40 e o Centro com 39.

No pólo oposto continua o Algarve com apenas 9 Centros em funcionamento, resultante do facto da abertura/criação de Centros respeitar uma lógica de densidade populacional.

Por outro lado, é de salientar que apesar da Região Alentejo comportar também uma densidade populacional pouco elevada, registou um maior crescimento, passando de 4 Centros em 2005 para 24 em 2006 (crescimento de cerca de 79%). Apesar do crescimento da oferta, resultante do aumento da procura por parte da população alvo, as dificuldades de certificação no Alentejo continuam a sentir-se e devem-se, essencialmente, aos problemas de desertificação, à necessidade de itinerância dos CRVCC e de uma população-alvo com baixa escolaridade baixa.

Variação Regional do Número de CRVCC (2001 a 2006)



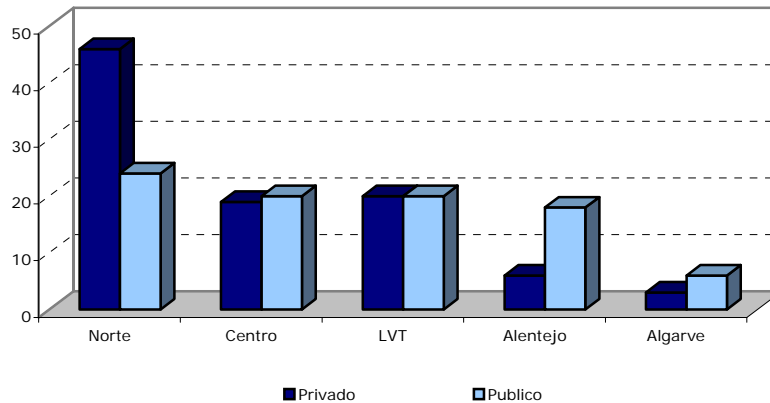
De referir ainda que a Região LVT foi a que registou um menor crescimento em termos de número de CRVCC, com 19 novos Centros.

No que diz respeito à natureza jurídica das entidades apoiadas, verifica-se um substancial crescimento das entidades públicas, que em 2006 representam 48% dos Centros.

Da análise da distribuição regional dos CRVCC e segundo a natureza jurídica das entidades, verifica-se ser na região Norte onde as entidades privadas (56%) têm maior expressão face às entidades públicas (27%).

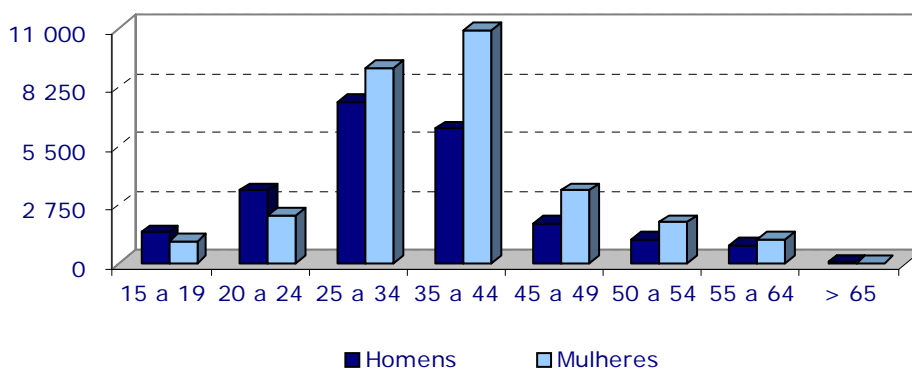
Nas restantes regiões predominam as Escolas da Rede Pública, muito devido ao alargamento do processo às Escolas Básicas e Secundárias, verificando-se que a região do Alentejo é a que regista uma discrepância maior entre Centros Públicos (75%) e Privados (25%).

Distribuição Regional dos CRVCC segundo a Natureza Jurídica



Analisando os destinatários da Acção face à sua distribuição por género e escalão etário, verifica-se que dos 52.278 Adultos em Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, 32% têm entre 25-34 anos e 33% entre 35-44 anos, representando os escalões etários que maioritariamente procuram os CRVCC.

Caracterização dos Adultos por Género e Escalão Etário – 2006



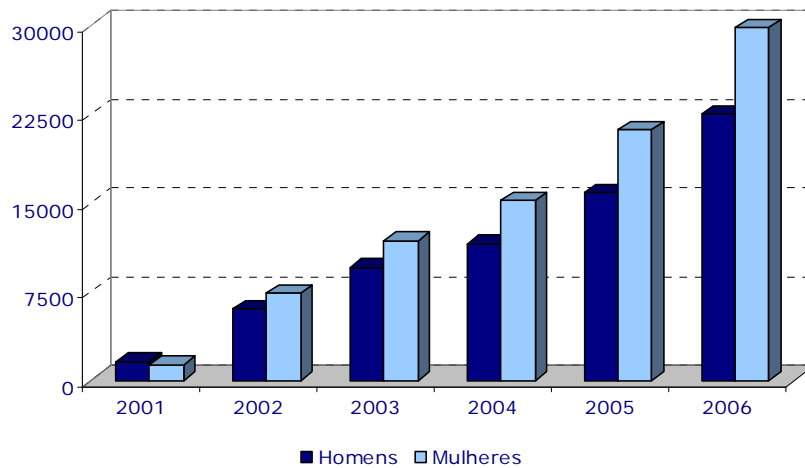
A análise dos 52.278 Adultos em Processo por género permite concluir que as mulheres representam cerca de 57% dos Adultos envolvidos, acentuando a tendência já verificada nos anos anteriores, sendo de realçar o facto de somente nas faixas etárias 15-19 e 20-24, predominarem os homens, o que se justifica pelo facto de as mulheres tenderem a abandonar o sistema educativo mais tarde, motivo pelo qual a sua incidência nestes escalões etários seja menor. O facto de o peso das mulheres ser significativamente superior nas faixas etárias seguintes e no total dos Adultos em Processo, é provavelmente justificada com

o facto de serem as mulheres que mais contribuem para a taxa de desemprego em Portugal, procurando através do processo de RVCC certificar os conhecimentos adquiridos ao longo da sua vida activa, como forma de aumentar as suas qualificações de base.

De destacar assim o contributo desta intervenção para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, demonstrando que as políticas de qualificação constituem um veículo fundamental para o combate às desigualdades verificadas.

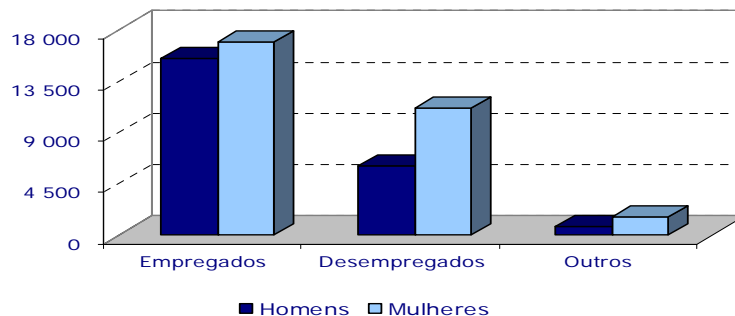
Globalmente podemos verificar que desde 2001 houve um crescimento acentuado da procura do Processo de RVCC por ambos os géneros, verificando-se que o número de mulheres tem vindo a crescer substancialmente desde 2002 – a partir de 2004 o género feminino representa mais de 55% dos Adultos envolvidos.

Caracterização dos Adultos por Género - 2001-2006



No que concerne à situação face ao emprego dos Adultos em Processo, constata-se que dos 52.278 envolvidos, 32.500 encontram-se empregados (62%), mantendo-se a predominância do género feminino, que representa 52% dos Adultos empregados. Os desempregados representam cerca de 33% da população-alvo, sendo que o género feminino predomina nesta categoria. Existem ainda 5% de Adultos que se encontram em outras situações.

Caracterização dos Adultos Face ao Emprego

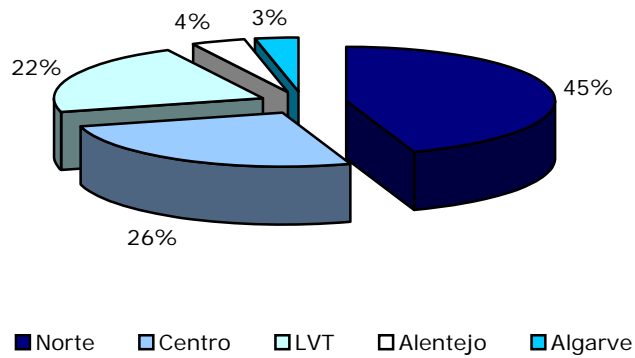


Embora as metas referentes ao número de Adultos Inscritos e em Processo constituam um importante indicador para se aferir a procura sobre a Rede e sobretudo a implantação dos

Centros na região onde estão inseridos, o número de Adultos Certificados é sem dúvida o indicador mais consistente para se perceber o sucesso de todo o processo de RVCC.

Da análise da distribuição regional dos adultos Certificados em 2006 (21.321 adultos), verifica-se que Região Norte apresenta um maior peso relativo, com cerca de 45% do total Adultos Certificados, seguida do Centro com 26%.

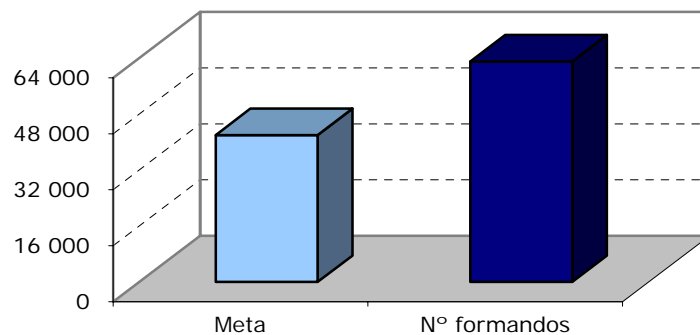
Caracterização dos Adultos Certificados - 2006



Cumprimento das Metas

Da análise do grau de aproximação às metas definidas para 2000-2006 (42.000 Adultos Certificados), conclui-se que no final de 2006 atingiram-se as 64.943 carteiras emitidas, representando uma taxa de execução de 155%, pelo que a meta encontra-se largamente superada.

Realização Face às Metas Estabelecidas



3.5.4.2. Acção 4.2. – Oferta Diversificadas de Curta Duração

A Acção 4.2. - Ofertas Diversificadas de Curta Duração – Literacia Tecnológica, teve como objectivo principal o apoio à realização de acções de formação de curta duração - Acções S@ber+, com o objectivo de promover o desenvolvimento de competências, enriquecimento de conhecimentos e aquisição de qualificações em determinadas áreas específicas, com especial incidência na utilização das novas tecnologias e no domínio de línguas estrangeiras.

No âmbito desta Acção foram apoiadas acções de formação de formadores, a concepção e produção de materiais de apoio à formação e acções de curta duração, designadas por S@ber+, sendo esta a tipologia de intervenção que maiores níveis de aprovação registou.

A dotação financeira afecta à Acção manifestou-se insuficiente, sobretudo tendo em atenção as novas metas do Programa, pelo que não foi possível assegurar a sua continuidade após 2004, pelo que apenas foi registada execução no período 2000-2004.

Assim, no período de 2000-2004 foram apoiadas 1.765 acções, abrangendo 30.120 formandos, para um de financiamento de € 5.928.757,67. Em termos de análise regional, as regiões Norte e do Centro revelam o maior peso, ou seja, representam cerca de 60% do total das acções apoiadas.

Região	Ano 2006		
	N.º Acções	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	560	9.155	2.376.150,13
Centro	495	8.041	716.051,44
Lisboa e Vale do Tejo	366	7.528	855.160,12
Alentejo	113	1.327	700.100,25
Algarve	231	4.069	1.281.295,73
Total	1.765	30.120	5.928.757,67

Em termos de execução financeira acumulada, tendo em conta os valores registados no final de 2006 e após o exercício de reprogramação interna, verifica-se uma taxa de execução de 100% face à dotação e de cerca de 61% face ao valor das aprovações.

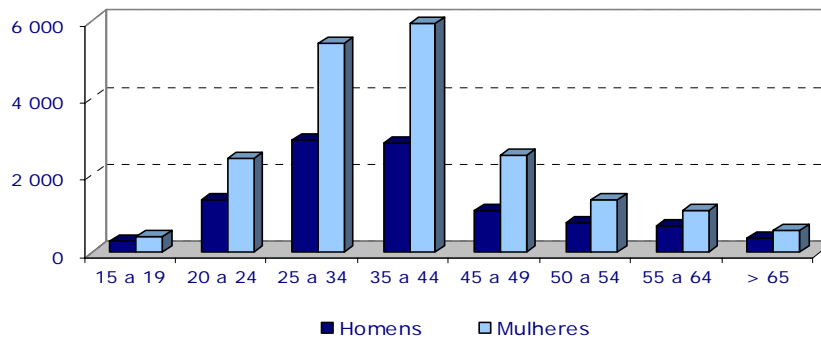
Acção	Unid.: Euros							
	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
4.2	5.926.807	4.445.109	9.687.921	7.265.940	5.911.212	4.433.409	100%	61%
Total	5.926.807	4.445.109	9.687.921	7.265.940	5.911.212	4.433.409	100%	61%

Caracterização dos Formandos

Da análise da distribuição dos formandos que frequentaram as Acções S@ber+, por género e grupo etário, verifica-se que dos 30.120 adultos abrangidos, 66% pertencem ao género feminino, concluindo-se que as Acções tiveram uma enorme receptividade junto do público

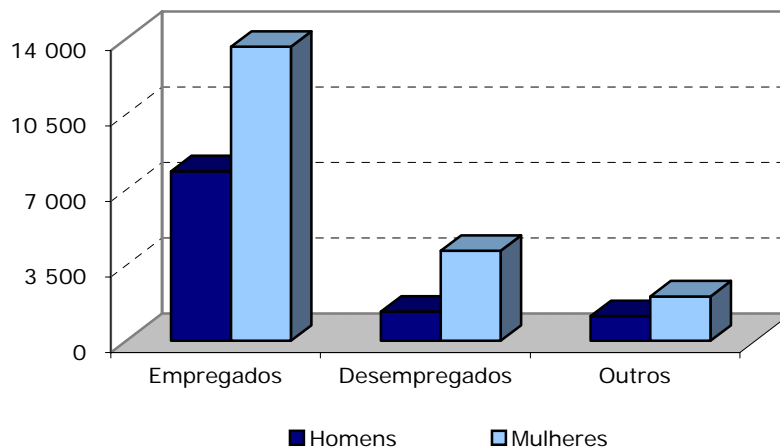
feminino. Constata-se também em todos os grupos etários a preponderância do género feminino, verificando-se uma vez mais uma especial incidência no grupo etário 35-44 anos (30%), seguido do grupo etário 25-34 anos (27%).

Caracterização dos Formandos por Género e Escalões Etários - 2000-2006



Sendo uma Acção claramente dirigida à população adulta, importa analisar a situação dos formandos face ao emprego – conclui-se que do total dos formandos que frequentaram as Acções S@ber+, 71% encontram-se empregados, dos quais 63% pertencem ao género feminino. Quanto aos adultos desempregados, verifica-se igualmente a predominância do género feminino, representando 76% dos formandos.

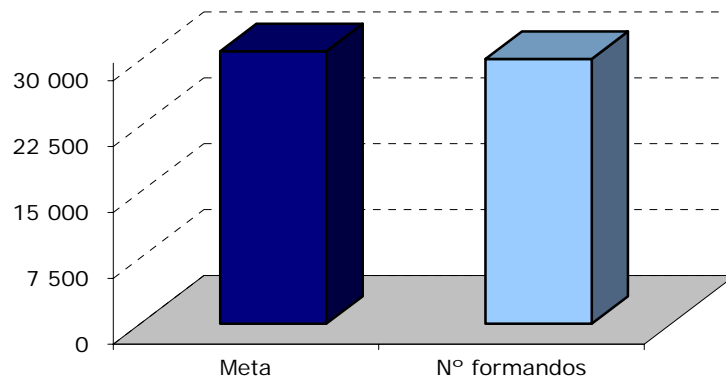
Caracterização dos Formandos Face ao Emprego



Cumprimento das Metas

Da análise do grau de aproximação às metas definidas para 2000-2006 (31.000 formandos), conclui-se que 30.120 formandos concluíram as ofertas diversificadas de curta duração, verificando-se uma taxa de execução 97%.

Formandos Abrangidos



3.3.5. Medida 5 – Formação de Docentes e Outros Agentes

3.3.5.1. Acção 5.1. – Formação Contínua e Especializada nos Ensinos Básico e Secundário

A Acção 5.1. “Formação Contínua e Especializada nos Ensinos Básico e Secundário” tem por objectivo financiar acções de formação para docentes e outros agentes do ensino básico e secundário, visando a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e responder com eficácia aos desafios colocados pela emergência da sociedade da informação e do conhecimento.

Na sequência das conclusões do Estudo de Avaliação relativo à eficácia formativa e aos resultados alcançados pela Acção (IESE, 2005), a partir de 2005 foram introduzidas diferentes metodologias de implementação, tendo sido definidas novas prioridades a partir de áreas consideradas centrais para o desenvolvimento do Sistema Educativo, designadamente em termos dos resultados alcançados pelos alunos – matemática, português, inglês, ensino experimental das ciências.

Neste sentido, procedeu-se à alteração da metodologia de análise, introduzindo maior grau de selectividade no que respeita aos projectos apoiados, com vista à melhoria do desempenho profissional de pessoal docente nestas áreas específicas de insucesso escolar.

Em 2006 foi dada continuidade a esta metodologia de implementação, tendo sido lançados 7 concursos ligados a Programas de Formação Contínua para professores centrados em áreas disciplinares específicas – Matemática (1º e 2º CEB) e Ensino Experimental das Ciências (1º CEB). Para além destas áreas específicas, o concurso relativo à Formação Contínua igualmente centrou os apoios em áreas identificadas - Português (Formação de Formadores no contexto do Plano Nacional para Ensino do Português), Novas Áreas Curriculares, TIC e Bibliotecas Escolares. Também foram apoiadas as formações enquadradas no âmbito da Profissionalização em Serviço e a Formação Especializada (neste caso apenas relativo à conclusão de ciclos formativos iniciados no ano lectivo anterior).

Destas áreas formativas é de salientar o lançamento do Programa de Formação Contínua em Ciências Experimentais e o Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 2.º Ciclo do Ensino Básico, que constitui a natural continuidade do Programa iniciado anteriormente destinado ao 1º CEB.

Da análise dos indicadores globais da Acção, importa referir que em 2006 foram apoiadas 297 entidades, das quais 239 são públicas e 58 são privadas, tendo-se realizado em termos totais 5.514 turmas e 82.655 formandos.

No que se refere à execução financeira acumulada no final do ano de 2006, a Acção apresenta uma taxa de execução de 85% face à programação financeira para o período 2000-2006, tendo-se atingido a taxa de execução financeira de 80% face ao aprovado.

Unid.: Euros

Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
5.1	243.931.017	182.948.261	261.292.820	195.969.615	208.467.562	156.350.608	85%	80%
Total	243.931.017	182.948.261	261.292.820	195.969.615	208.467.562	156.350.608	85%	80%

Caracterização das Acções-Tipo

Formação Contínua não Especializada

A definição das áreas prioritárias para a formação do pessoal docente, efectuada através de Despacho da Sra. Ministra da Educação¹⁰, visando estabelecer um conjunto de prioridades para formação a apoiar em 2006, estabelece um conjunto de áreas centrais para o desenvolvimento do Sistema Educativo: Didáctica e Ensino da Matemática, Didáctica e Ensino do Português (visando prioritariamente os docentes do Ensino Básico), Didáctica e Ensino do Inglês (Iniciação), Didáctica e Ensino das Ciências Experimentais e Necessidades Educativas Especiais de Carácter Prolongado.

Neste âmbito, foram aprovados 314 pedidos de financiamento que abrangeram 2.645 turmas e 52.491 formandos, envolvendo um financiamento de cerca de € 11 milhões de Euros.

Formação Contínua não Especializada Anual

Região	Ano 2006			
	N.º Turmas	N.º Formandos		Financiamento Total (Euros)
		Docentes	Não Docentes	
Norte	915	13.471	7.683	4.310.915
Centro	732	7.423	5.620	2.318.257
Lisboa e Vale do Tejo	727	8.579	4.804	2.824.212
Alentejo	145	1.523	1.011	643.822
Algarve	116	1.184	1.004	518.474
NR	10	189	0	252.155
Total	2.645	32.369	20.122	10.867.835

Também no contexto da Formação Contínua, de salientar a formação nas áreas das **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)** para docentes dos Ensinos Básico e Secundário, tendo sido aprovados 259 pedidos de financiamento que abrangeram 1.533 turmas e 15.169 formandos, a que correspondeu um financiamento de cerca de 3,4 milhões de Euros. Este concurso resultou de uma parceria com a CRIE - Computadores, Redes e Internet nas Escolas, organismo que definiu um "Quadro de Referência" para as Áreas de Intervenção.

¹⁰ Despacho de 12/04/05, exarado na Informação n.º1/AV/2005, de 12 de Abril.

Formação Contínua não Especializada Anual – TIC

Região	Ano 2006 (Concurso 1/2006 - TIC)		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	472	4.677	1.045.701,27
Centro	412	3.394	766.337,92
Lisboa e Vale do Tejo	450	5.563	1.285.438,36
Alentejo	118	861	219.309,60
Algarve	81	674	133.120,44
Total	1.533	15.169	3.449.907,59

Durante o ano 2006 foi ainda lançado um novo concurso com vista ao apoio à formação contínua do pessoal docente a desenvolver em 2007, tendo sido definidas como prioridades estratégicas as seguintes áreas e programas: Programa Nacional para Ensino do Português no 1.º CEB; Bibliotecas Escolares; Programa de Formação Contínua para o Desenvolvimento das Novas áreas Curriculares (NAC); TIC; a abordagem seguida é marcada por uma clara tentativa de dar continuidade às prioridades de política educativa.

Contudo, é de realçar que, com excepção das NAC, os restantes áreas/programas apenas terão desenvolvimento em 2007. Efectivamente o **Programa de Formação Contínua para o Desenvolvimento das Novas Áreas Curriculares (NAC)**, subordinado a uma lógica de ano lectivo dadas as suas características de acompanhamento das actividades lectivas, teve o seu início em 2006, assumindo a natureza essencialmente de projecto-piloto. Neste contexto, abrangeu 7 turmas e 49 formandos, a que correspondeu um financiamento de € 12.124,00.

Formação Contínua não Especializada - NAC

Região	Ano 2006 (Concurso n.º 4/2006 - NAC)		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Lisboa e Vale do Tejo	7	49	12.124,00
Total	7	49	12.124,00

O **Programa de Formação Contínua em Matemática**, marcado por metodologias formativas claramente inovadoras, integrando uma forte componente de formação em contexto de trabalho através da componente de supervisão das aulas ministradas pelos professores, teve o seu início no ano lectivo 2005/2006, dado o acompanhamento da actividade lectiva, tendo continuidade no ano lectivo 2006/2007, para além do seu alargamento aos professores do 2.º CEB, visando essencialmente promover a aquisição de maiores competências a nível das didácticas mas também do próprio conhecimento científico

dos docentes, com o objectivo de criação de condições para melhorar os resultados alcançados pelos alunos.

Em particular e no que respeita à **Formação Contínua em Matemática para Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico**, em 2006 e tendo presente os dois anos lectivos referidos, foram aprovados 40 pedidos de financiamento, abrangendo 980 turmas e 9.588 formandos, a que corresponde um financiamento de cerca de 6,8 milhões de Euros

Formação em Matemática para Professores do 1.º Ciclo

Região	Ano 2006 (Concursos n.º 1/05, 2/06 e 3/06 - Matemática 1.º CEB)		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	401	3.864	3.198.388,88
Centro	218	2.028	1.617.747,09
Lisboa e Vale do Tejo	265	2.821	1.444.525,41
Alentejo	56	473	266.404,71
Algarve	40	402	321.641,99
Total	980	9.588	6.848.708,08

No que respeita ao **Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 2º do Ciclo do Ensino Básico**, foram aprovados 18 pedidos de financiamento, tendo presente apenas o ano lectivo 2006/2007, abrangendo 84 turmas e 722 formandos, a que corresponde um financiamento de € 422.312,45.

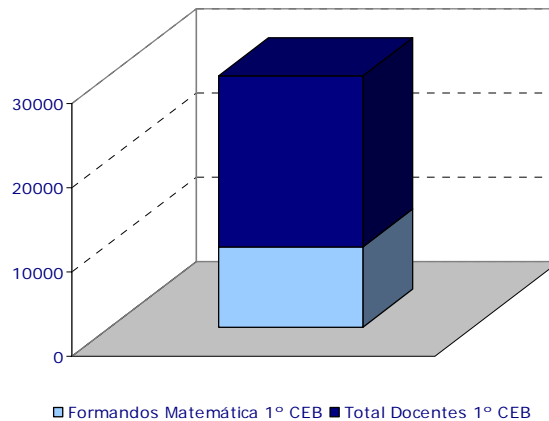
Formação em Matemática para Professores do 2.º Ciclo

Região	Ano 2006 (Concurso n.º 3/2006 - Matemática 2.º CEB)		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	35	295	208.331,46
Centro	14	119	78.843,61
Lisboa e Vale do Tejo	22	206	78.999,31
Alentejo	9	70	30.141,64
Algarve	4	32	25.996,43
Total	84	722	422.312,45

Esta iniciativa lançada pelo Ministério da Educação com o apoio directo do PRODEP, conclui o seu primeiro ciclo de formação em 2006, envolvendo cerca de 5.500 professores, dos quais cerca de 91% concluiu com sucesso o programa definido. Apesar de ainda não ser possível retirar conclusões qualitativas sobre os seus efeitos no sucesso dos alunos nesta disciplina, pode desde já afirmar-se que tem tido significativos níveis de adesão por parte dos Professores do 1ºCEB, embora ainda registe uma baixa taxa de cobertura dos docentes deste nível de ensino - considerando o universo de 28.052¹¹ Professores do 1.º Ciclo, concluiu-se

¹¹ Fonte: GIASE, Estatística da Educação.

que, em cada 100 professores, 41 se encontram a frequentar a Formação em Matemática, contra os 18 em cada 100 verificados em 2005.



O Programa de Formação em Ensino Experimental das Ciências para Professores do 1.º CEB, visa promover a implementação do ensino das Ciências de base experimental no 1.º CEB, como mecanismo indutor de maior apetência para a formação científica dos alunos.

Efectivamente a formação de professores para o desenvolvimento de práticas de ensino das Ciências de base experimental, tem como finalidade a melhoria das aprendizagens dos alunos deste nível de ensino, habilitando os professores com maiores competências para o trabalho prático-experimental em sala de aula.

No âmbito deste Programa foram aprovados 18 pedidos de financiamento, que abrangeram 114 turmas e 1.137 formandos, a que correspondeu um financiamento de € 644.252,89.

Formação em Ensino Experimental das Ciências para Professores do 1.º CEB

Região	Ano 2006 (Concurso n.º 7/2006 - Ciências Experimentais)		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (€)
Norte	31	315	238.387,39
Centro	45	458	259.437,44
Lisboa e Vale do Tejo	20	165	62.729,09
Alentejo	11	113	36.903,06
Algarve	7	86	46.795,91
Total	114	1.137	644.252,89

Profissionalização em Serviço

Relativamente à **Profissionalização em Serviço**, que visa apoiar os docentes do ensino básico e secundário pertencentes ao quadro de nomeação provisória, com vista à sua qualificação para o exercício das funções docentes, foram aprovados 10 pedidos de financiamento, que abrangeram 113 turmas e 2.710 formandos, a que correspondeu um financiamento de € 2 355.372,67.

Profissionalização em Serviço

Região	Ano 2006 (Concurso n.º 4/05 e 5/06 - Formação Contínua Bienal)		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	30	798	791.728,19
Centro	24	458	352.906,40
Lisboa e Vale do Tejo	40	1.080	972.696,50
Alentejo	15	244	184.021,31
Algarve	4	130	54.020,27
Total	113	2.710	2.355.372,67

Formação Especializada

No que diz respeito à **Formação Especializada**, cujos apoios contemplaram a conclusão dos ciclos formativos iniciados em 2005, foram aprovados 18 pedidos de financiamento, que abrangeram 38 turmas e 789 formandos, envolvendo um financiamento de € 1.330.005,81.

Formação Especializada

Região	Ano 2006 (Concurso n.º 3/2005 e 6/2006 - Especializada)		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (€)
Norte	16	279	488.932,45
Centro	13	302	451.837,92
Lisboa e Vale do Tejo	2	58	66.671,31
Alentejo	4	90	158.984,77
Algarve	3	60	163.579,36
Total	38	789	1.330.005,81

Caracterização dos formandos

No ano de 2006, as acções de formação financiadas pelo PRODEP foram frequentadas por um universo de 82.655 formandos, dos quais, 62.533 (76%) pertencem ao grupo dos docentes, 20.120 (24%) ao grupo do pessoal não docente e 2 ao grupo dos pais e encarregados de educação.

Comparativamente ao ano de 2005, verificou-se um decréscimo de cerca de 37.567 formandos, que se repercutiu, a nível dos docentes, em menos 19.297, e a nível dos não docentes, em menos 18.252. No que respeita aos docentes, o decréscimo encontra justificação na restrição da oferta formativa, enquanto a quebra registada no grupo não docente, a diminuição encontra justificação, por um lado, em alguma redução das prioridades para 2006 e, por outro, na formação já obtida em anos anteriores.

Se atendermos à distribuição de formandos por género, constata-se de novo o predomínio do género feminino, que em termos globais apresenta um peso relativo de 82,8% do total dos

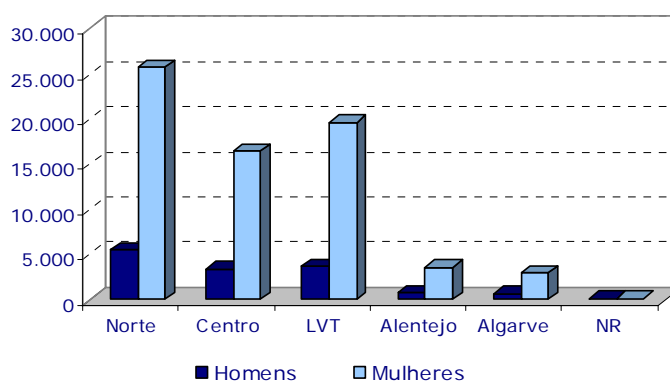
formandos apoiados, face a um peso de 17,2% do género masculino, característica inerente ao universo dos agentes educativos do país, marcadamente feminizado.

Na diferenciação por acções-tipo, verifica-se que foi ao nível da Profissionalização em Serviço que se registou a menor disparidade entre géneros (61,6% de mulheres, face a 38,4% de homens), seguida das TIC (70,6% de mulheres face a 29,4% de homens), com uma diferenciação mais significativa na Formação Contínua, na Formação Especializada, na Formação em Matemática e na Formação em Ensino Experimental das Ciências, em as diferenças entre género são superiores a 70 p.p..

Acção Tipo	Docentes					Não Docentes e PEE					Total				
	H	M	Total	% H	% M	H	M	Total	% H	% M	H	M	Total	% H	% M
Formação Contínua	4.882	27.487	32.369	15,1%	84,9%	2.260	17.862	20.122	11,2%	88,8%	7.142	45.349	52.491	13,6%	86,4%
TIC	4.467	10.702	15.169	29,4%	70,6%	0	0	0	0,0%	0,0%	4.467	10.702	15.169	29,4%	70,6%
Programa Matemática (1ª CEB)	1.136	8.452	9.588	11,8%	88,2%	0	0	0	0,0%	0,0%	1.136	8.452	9.588	11,8%	88,2%
Programa Matemática (2ª CEB)	151	571	722	20,9%	79,1%	0	0	0	0,0%	0,0%	151	571	722	20,9%	79,1%
NAC	9	40	49	18,4%	81,6%	0	0	0	0,0%	0,0%	9	40	49	18,4%	81,6%
Ciências Experimentais	142	995	1.137	12,5%	87,5%	0	0	0	0,0%	0,0%	142	995	1.137	12,5%	87,5%
Profissionalização em Serviço	1.040	1.670	2.710	38,4%	61,6%	0	0	0	0,0%	0,0%	1.040	1.670	2.710	38,4%	61,6%
Formação Especializada	117	672	789	14,8%	85,2%	0	0	0	0,0%	0,0%	117	672	789	14,8%	85,2%
Total	11.944	50.589	62.533	19,1%	80,9%	2.260	17.862	20.122	11,2%	88,8%	14.204	68.451	82.655	17,2%	82,8%

Da análise da distribuição dos formandos por região e género verifica-se que, à semelhança do verificado em anos anteriores, o Norte concentra a maior parte dos formandos (38%), seguida de Lisboa e Vale do Tejo (28%) e do Centro (24%), sendo igualmente a região que apresenta a maior taxa de feminização (31%).

Formandos por Região e Género - 2006

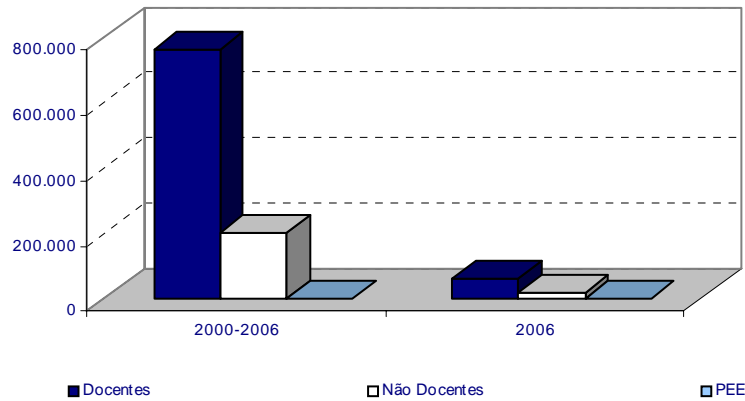


Em termos acumulados no período de 2000-2006, foram abrangidos¹² 965.564 formandos, dos quais 761.635 são Docentes, 203.630 correspondiam as categorias de pessoal não docente e 299 correspondem a pais e encarregados de educação.

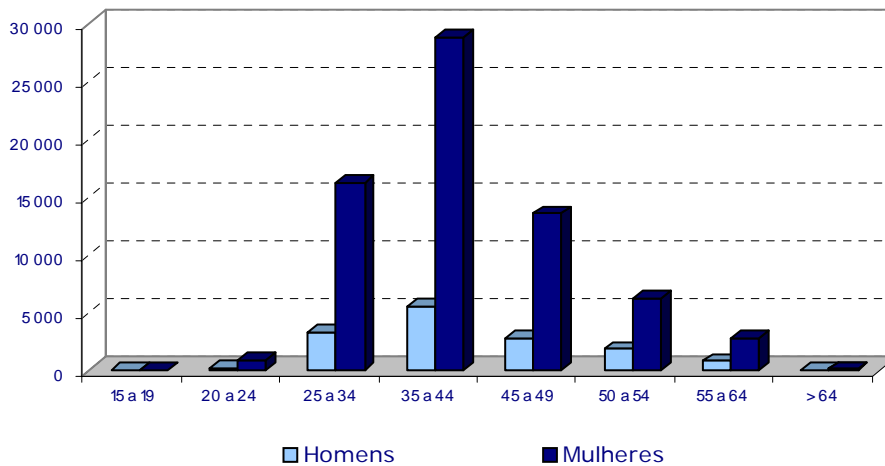
¹² Formandos abrangidos = Total de Formandos que concluíram a formação + total de formandos desistentes ou reprovados + continuam em formação em 2007

Relativamente a 2006, verifica-se a mesma distribuição quanto ao tipo de formandos apoiados, sendo os docentes o grupo com maior representatividade (76%), o que corresponde às principais categorias de público-alvo da Acção, seguida do pessoal não docente (24%) e por fim os pais e encarregados de educação, sem expressão neste ano.

Formandos abrangidos 2000-2006 vs 2006



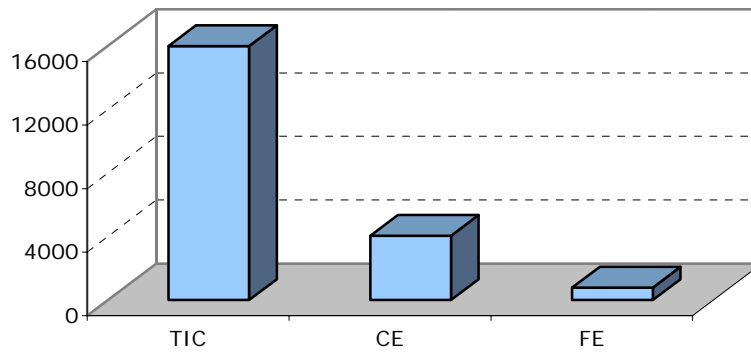
No que respeita à distribuição por escalão etário, realça-se que a maioria dos formandos situam-se na faixa etária 25-49 anos (85%), sendo que neste intervalo o grupo etário dos 35-44 anos é o que tem maior representatividade (42%), seguido do grupo etário 25-34 anos (24%) e por fim o grupo etário 45-49 anos com um peso de 20%.



Distribuição de Formandos por Domínios de Formação

Analisada a distribuição dos formandos por domínios, verificou-se de novo que a formação em TIC abrangeu o maior número de formandos (15.169), seguida da formação no domínio das Ciências Experimentais (4.047) e da Formação Especializada (789).

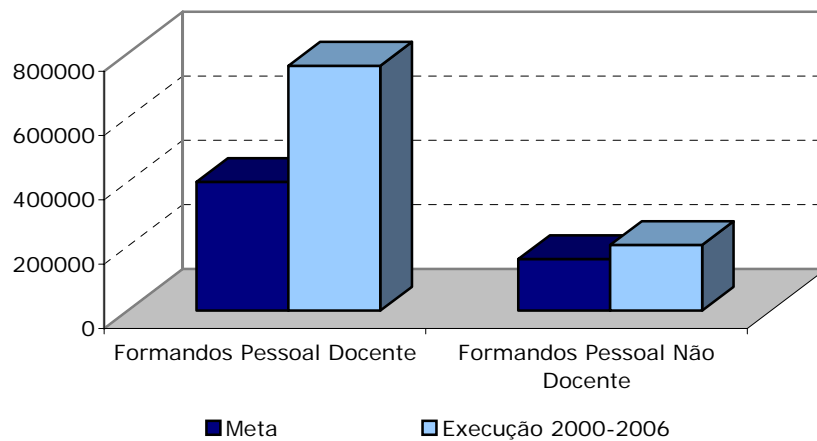
Formandos por Domínios de Formação



De referir ainda que comparativamente ao ano de 2005, houve uma significativa redução de formandos em todos os domínios; no entanto a formação em TIC continuou a ser a mais procurada pelos docentes dos vários níveis de ensino.

Cumprimento das Metas

Da aferição do grau de aproximação às metas definidas para 2006 (400.000 formandos docentes e 160.000 formandos não docentes), constata-se que as mesmas foram já ultrapassadas, tendo em conta que foram abrangidos no final deste ano 761.635 docentes, correspondendo a uma taxa de execução de 190% e 203.929 não docentes, representando uma taxa de execução de 127%.



3.5.5.2. Acção 5.2. – Complementos de Formação Inicial para Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário

A licenciatura é considerada como habilitação inicial para ingresso na carreira dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro), ao contrário do que sucedia no início do QCA III, em que um elevado número de educadores de infância e de professores do 1º ciclo do ensino básico, em exercício de funções, apenas, era titular de um diploma de bacharelato ou equivalente.

A Intervenção Operacional de Educação disponibilizou, através desta tipologia de apoio, meios financeiros para apoiar a realização dos Cursos de Complemento de Formação com o objectivo de aumentar o nível de qualificação e, conseqüentemente, melhorar o desempenho profissional destes recursos humanos ao serviço da educação.

A previsão, até 2006, centrou-se em habilitar 21.110 educadores de infância e professores do Ensino Básico e Secundário com o grau de licenciado, contudo, em termos reais, tal habilitação foi conseguida na ordem dos 73%.

Os cursos de complemento de formação tiveram a duração correspondente a dois anos lectivos e a sua realização é feita, essencialmente, em período pós-laboral.

Considerando a actual fase final de programação, importa referir que em 2006 não se verificou a abertura de concurso no âmbito da Acção 5.2., pois o último concurso, que decorreu no mês de Outubro de 2005, já visava, apenas, apoiar as candidaturas referentes à conclusão do ciclo formativo dos Complementos de Formação Inicial para Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário.

Deste modo, em termos de incidência no ano em análise, encontra-se abrangido o Concurso n.º 1/5.2/PRODEP/2005 (Ano lectivo 2005/2006), como se pode observar no quadro seguinte:

Região	Ano 2006 (Concurso n.º 1/2005)		
	N.º Turmas	N.º Formandos	Financiamento Total (Euros)
Norte	17	506	394.759,69
Centro	14	349	257.987,75
Lisboa e Vale do Tejo	6	135	69.784,35
Alentejo	5	53	56.103,19
Algarve	6	85	121.070,15
R. A. Açores	10	249	63.336,69
R. A. Madeira	8	160	111.449,17
Nº Regionalizáveis	2	6	1.577,00
Total	68	1.543	1.076.067,99

As regiões que mais se evidenciam continuam a ser a Região Centro e a Região Norte, indo o maior destaque, com cerca de 37%, para a Região Norte.

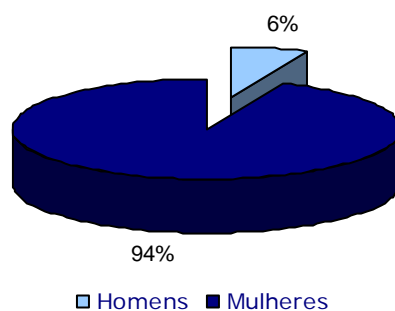
Unid.: Euros

Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
5.2	22.569.517	16.927.139	30.707.133	23.030.350	21.201.578	15.901.184	94%	69%
Total	22.569.517	16.927.139	30.707.133	23.030.350	21.201.578	15.901.184	94%	69%

Em termos de execução financeira, verifica-se que, no final de 2006, a taxa de execução ronda os 136,1% face à dotação programada e os 69,0% face à aprovação efectivamente concretizada.

Caracterização dos formandos

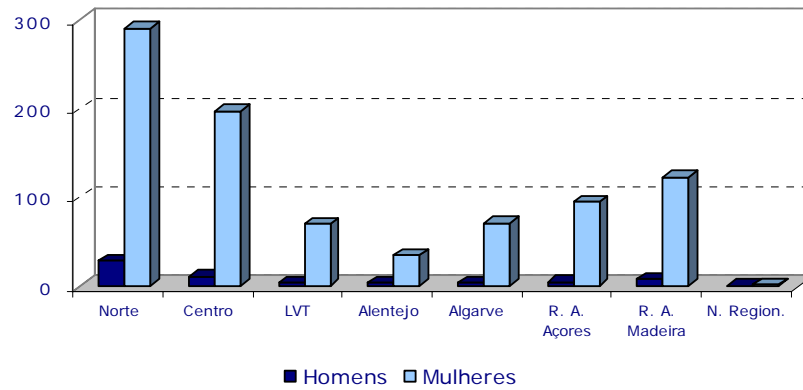
A predominância do género feminino mantém-se, no total de formandos abrangidos¹³, em 2006, com 94%, correspondendo a 884 mulheres, sobre os 6% relativos ao género masculino (59 homens).



Esta predominância da elevada taxa de feminização, à semelhança do que se tem verificado ao longo deste Quadro Comunitário, tem a sua principal origem nos níveis de ensino onde os docentes possuem habilitações literárias correspondentes ao grau de bacharel: educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

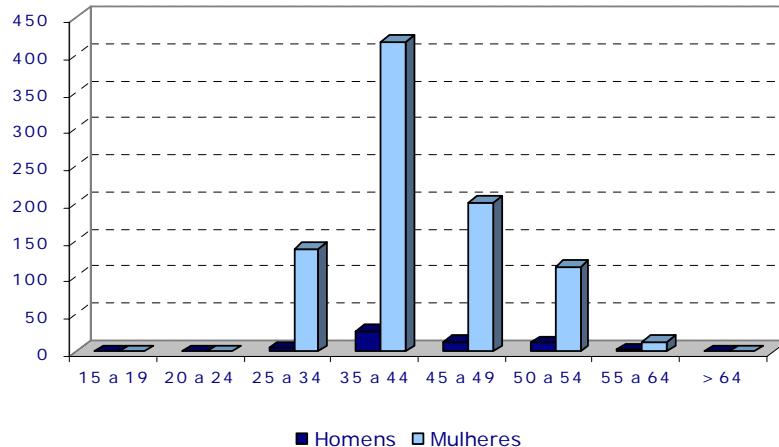
Relativamente à distribuição dos formandos abrangidos por região, mantém-se o facto de que a maioria dos formandos se distribui pelas duas regiões com maior aderência a esta tipologia de apoio: Região Norte e Região Centro.

¹³ Entende-se por formandos abrangidos, todos os formandos que, efectivamente, frequentaram a formação e, por conseguinte, em número diferente do inicialmente aprovado.



Efectuada uma análise por género e região, constata-se que no género feminino, a Região Norte regista a taxa mais elevada de participação com 292 frequências (cerca de 33%), seguida da Região Centro com 198, o que corresponde a cerca de 22%. No género masculino, a adesão por região é idêntica à do género feminino, na medida em que a Região Norte regista, igualmente, a taxa de participação mais elevada, seguida da Região Centro, com 28 e 11 participações, correspondendo a cerca de 47% e 19%, respectivamente.

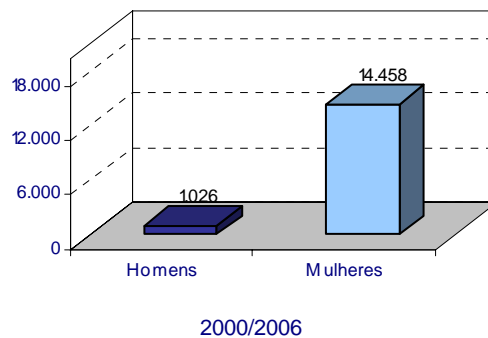
A distribuição dos formandos por escalões etários evidencia uma concentração entre os 25 e os 54 anos, com o indiscutível predomínio do género feminino.



No escalão etário dos 35 aos 44 anos é onde se regista a predominância dos dois géneros, sendo que o género feminino apresenta-se com 47% do total de mulheres, enquanto que no género masculino a participação corresponde a 46% do total de homens.

A concentração dos docentes neste grupos etários assenta no facto de que, no final da década de 90, o exercício da docência na área de Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário passou a exigir o grau de licenciado em detrimento do grau de bacharel. Contudo, o apoio a tal formação complementar apenas se iniciou a partir de 1999 — último ano do QCA II, tendo continuidade no QCA III, pelo que a população-alvo abrange todos os docentes formados até 1998.

Indicadores Complementares



Considerando que o ano 2006 é o ano de conclusão do apoio financeiro à qualificação de educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário, que coincide, obviamente, com o termo de um ciclo formativo (compreende dois anos lectivos), o número de formandos abrangidos neste último ano corresponde a cerca de 6% do número de formandos apoiados no período de vigência da acção.

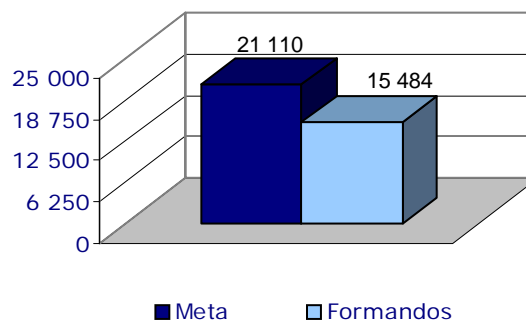
Relativamente ao género, pode-se constatar que o número de homens e de mulheres abrangido em 2006 é proporcional ao número de abrangidos no período 2000/2006, respectivamente, face ao total de formandos.

A Acção 5.2. dirigiu-se a um público-alvo, independentemente do seu género, visando a qualificação dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário ao nível da licenciatura e, por conseguinte, proporcionar um incremento de valorização no respectivo desempenho profissional.

Deste modo e dado se tratar de uma tipologia de apoio de manifesta necessidade à actualização das habilitações dos professores do sistema educativo português, não se verificou o estabelecimento de critérios/requisitos adicionais que promovessem, essencialmente, a Igualdade de Oportunidades.

Cumprimento das metas definidas

A meta fixada para o período 2000-2006 consubstancia o apoio a 21.110 formandos.



Observando o número de formandos abrangidos no período 2000-2006 face à meta fixada para o mesmo período, constata-se uma execução de 73,3%.

A execução apurada é a final, atendendo a que se trata de um ano de finalização do ciclo formativo, assim como do apoio financeiro neste Quadro Comunitário.

3.5.5.3. Acção 5.3. – Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior

A Acção 5.3. tem como objectivo a melhoria da qualificação dos docentes do ensino superior, público e privado, mediante a obtenção do grau de mestre e doutor, de modo a serem atingidos padrões adequados de qualificação do corpo docente em todas as instituições de ensino superior.

Num contexto de melhoria da qualidade do Ensino Superior, a formação avançada dos docentes constitui um dos factores prioritários, numa perspectiva de renovação e de aprofundamento dos conteúdos científicos, garantindo, em simultâneo, o aperfeiçoamento e a valorização pessoal e profissional do corpo docente das instituições.

Esta formação insere-se numa área estratégica para o desenvolvimento sustentado do nosso país e enquadra-se nos objectivos da actual política da formação dos activos, sendo mesmo reconhecida como imperativa em função da nova globalidade competitiva.

No âmbito da IO Educação e na sequência do processo de Reprogramação Intercalar, decorrente da transferência de verbas para o POCI e dado tratar-se de uma Acção cujo público-alvo são as instituições de ensino superior, foi tomada a decisão de extinguir o apoio a novos projectos, ficando apenas no Programa a gestão e acompanhamento dos pedidos de financiamento que foram aprovados até 2004.

Em termos globais, no período 2000-2003 foram abertos 5 concursos referentes ao apoio a **mestrados**, os quais encerraram no ano 2006, verificando-se uma taxa de execução física acumulada no período de 82% face ao número de acções de mestrado aprovadas (386 acções) - na prática traduz-se em mais 316 docentes com o grau de mestre.

Relativamente às acções de **doutoramento**, no âmbito dos 5 concursos abertos, afere-se, no final de 2006 uma taxa de execução física acumulada no período de 75%, que corresponde a 1.312 acções de doutoramento, sendo que 1.075 acções (62%) encontram-se concluídas (a 31.12.2006), enquanto 237 acções (13%) transitam para 2007.

Região	Período 2000 - 2006		
	N.º Doutoramentos	N.º Mestrados	Financiamento Total (Euros)
Norte	477	134	33.076.886,39
Centro	384	52	23.668.730,18
Lisboa e Vale do Tejo	240	79	16.573.951,37
Alentejo	59	21	4.135.419,83
Algarve	94	21	6.097.650,50
R.A.Açores	28	4	1.793.146,10
R.A.Madeira	30	5	1.784.995,13
Total	1.312	316	87.130.779,50

Em termos financeiros, verifica-se que no final do ano uma taxa de execução acumulada face à dotação programada de 92%, e uma taxa de execução financeira de 92% face ao financiamento reprogramado, demonstrando a elevada adesão das IES.

Acção	Unid.: Euros							
	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
5.3	81.943.117	61.457.339	87.130.780	65.348.085	75.532.213	56.649.161	92%	87%
Total	81.943.117	61.457.339	87.130.780	65.348.085	75.532.213	56.649.161	92%	87%

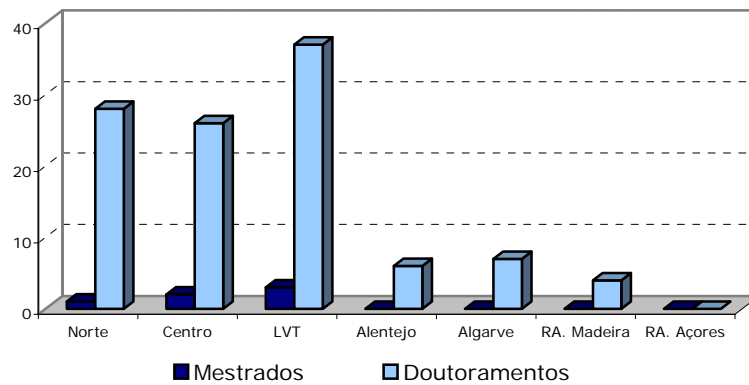
Caracterização dos Pedidos de Financiamento

Tendo em conta que o último concurso público foi lançado em 2003 e que o período de apoio para a realização das acções de mestrado e de doutoramento é, respectivamente, de 2 e 3 anos, pode concluir-se que em 2006 a taxa de execução física é relativamente baixa, comparativamente com anos anteriores, respectivamente de 2% e de 25%, decorrente do facto da maioria das acções de mestrado/doutoramento se encontrarem concluídas ou em fase de conclusão.

De realçar que em 2006 encontravam-se ainda em execução 114 pedidos de financiamento, dos quais 6 correspondiam a 9 acções mestrado e 108 correspondiam a 441 acções de doutoramento. Dos referidos 108 pedidos, foi possível encerrar neste ano 56 projectos, tendo transitado para 2007 apenas 58 pedidos, a que correspondem 237 acções de doutoramento, sendo que a maior predominância de acções de doutoramento em execução são registadas no Norte e Centro, uma vez que é nestas regiões que se verifica a maior necessidade de qualificação de docentes no ensino superior.

Da análise da distribuição regional dos pedidos de financiamento, tendo em conta o nível de formação, regista-se em 2006 uma predominância de pedidos de financiamento em execução na Região Lisboa e Vale do Tejo, representando 34% do total de pedidos de financiamento para acções de doutoramento, justificável pelo facto desta região ter o maior número de pedidos de financiamento aprovados, dada a capitalidade da região.

Distribuição Regional dos Pedidos de Financiamento por Nível de Formação - 2006



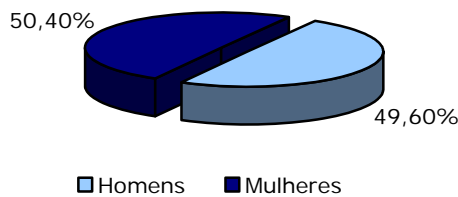
Caracterização dos Formandos

No período 2000-2006, o número de formandos que obtiveram o grau académico de mestre e de doutor, assim como os que transitam para o ano 2007, quer no género masculino quer no feminino são muito próximos - 806 e 819 formandos, respectivamente.

Observa-se, no entanto, a relevância do género feminino na vida activa da sociedade portuguesa, que se enquadra, simultaneamente, nos objectivos da actual política nacional, no que se refere à igualdade de oportunidades.

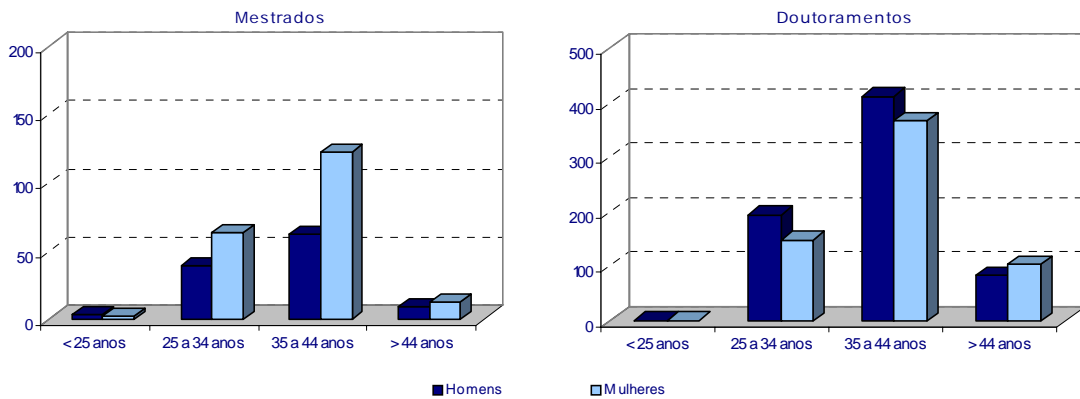
Efectivamente, o género feminino representa, actualmente, a maioria dos candidatos ao ensino superior, bem como a maioria dos que obtêm os graus académicos em causa. Estas mudanças oferecem novas oportunidades profissionais às mulheres e reflectem uma mudança de mentalidades e de atitude.

Distribuição do Número de Formandos por Género – 2000 - 2006



Da análise da distribuição dos formandos por grupo etário verifica-se que o grupo 35-44 anos predomina (59%), quer nas acções de mestrado quer nas acções de doutoramento, provavelmente associado a factores socio- culturais e à estabilidade económica e financeira alcançada nesta faixa etária.

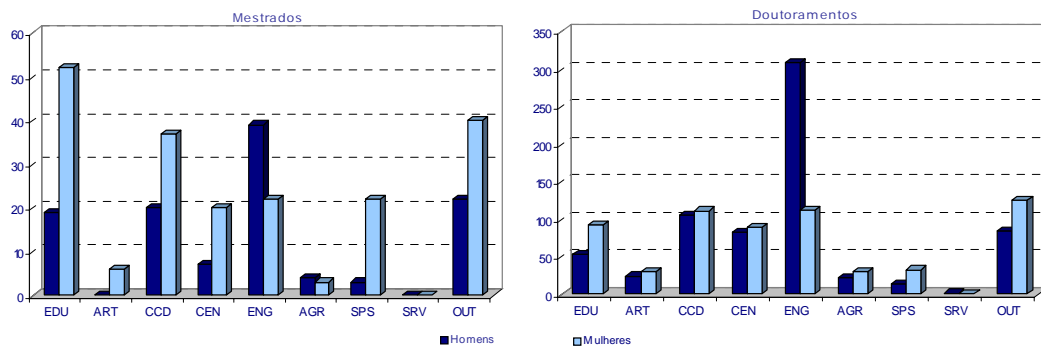
Distribuição do Número de Formandos por Género e Grupo Etário – 2000-2006



Quanto à análise da distribuição por género, destaca-se o género feminino nas acções de mestrado (64%), enquanto que nas acções de doutoramento é de salientar o peso do género masculino (53%).

De referir que, de acordo com uma pesquisa efectuada, em Portugal, a percentagem das mulheres que trabalham na pesquisa científica é de 43.5% (OCT, *National Scientific and Technological Survey*), sendo que o aumento do número de mulheres na pesquisa científica coloca Portugal numa posição particular no contexto da EU, onde há uma tendência para a estabilização do número de mulheres cientistas desde os anos 80 (Talapessy, 1993 e o relatório de ETAN).

Distribuição do Número de Formandos por Género e Área Científica - 2000–2006



EDU - Educação; ART - Artes e Humanidades; CCD - Ciências, Comércio e Direito; CEN - Ciências Sociais, ENG - Engenharia Industrias Transformadoras e Construção; AGR - Agricultura; SPS - Saúde e Protecção Social; SRV - Serviços; OUT - Desconhecido ou não Especificado.

Quanto às áreas científicas com maior expressão, conclui-se que as *Engenharias* constituem as áreas de formação maioritárias e as que apresentam o maior número de formandos.

Contudo, ao efectuar-se uma análise por género, verifica-se que no género feminino sobressaem, ainda, as áreas da *Educação, Ciências, Comércio e Direito*, enquanto no género masculino destacam-se as *Ciências, Comércio e Direito*.

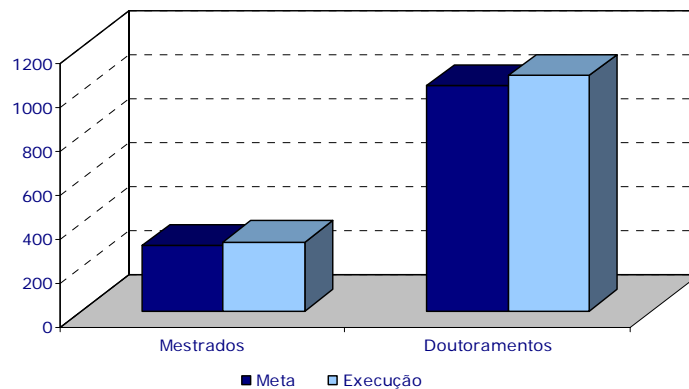
No ano 2006 foram encerradas todas as acções de mestrado, as quais apresentam uma quebra na execução física, decorrente da desistência de formandos e à revogação de acções por incumprimento dos requisitos estabelecidos no Regulamento de Acesso à Acção.

As acções de doutoramento encontram-se praticamente encerradas, sendo de referir que apenas 13% dos doutorandos aprovados continuam em formação no ano 2007, sendo que 62% já concluíram com sucesso as acções de doutoramento.

As acções de doutoramento registam uma quebra na execução física, por motivos que não diferem dos descritos nas acções de mestrado - 25% de doutorandos desistentes face ao número de doutorandos aprovados.

Cumprimento das Metas

Da aferição do grau de aproximação às metas definidas para o período 2000-2006 (300 acções de mestrado e 1.030 acções de doutoramento), conclui-se que em termos de mestrados a taxa de realização é de 105%, enquanto relativamente às acções de doutoramento se verifica uma taxa de cumprimento de 104% (1.075 docentes). Se a esta execução se adicionar os formandos que continuam em formação (237 doutorandos) e projectando a tendência das desistências verificada até 2006 (cerca de 25%), estima-se que a execução das acções de doutoramento seja de 110% no que respeita às acções de doutoramento e tendo por referência as metas definidas após a reprogramação intercalar.



3.5.6. Medida 6 – Infra-estruturas do Ensino Superior

A Medida 6 - Infra-estruturas do Ensino Superior, co-financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), tem como objectivo a melhoria da qualidade do Ensino Superior e a expansão da rede do Ensino Politécnico.

Através desta Medida, os apoios a conceder às Instituições de Ensino Superior consubstanciam-se nas seguintes tipologias de projecto:

- Remodelação ou substituição de infra-estruturas existentes, com expansão dos espaços disponibilizados, nomeadamente a nível dos laboratórios, bibliotecas, espaços de estudo em grupo ou gabinetes para docentes;
- Construção e equipamento de novas instalações, em especial para Escolas e Faculdades criadas nas áreas de formação prioritárias (Saúde e Artes) e no âmbito da expansão geográfica de cursos do Ensino Superior Politécnico;

- Reapetrechamento das instalações existentes, com especial atenção ao apetrechamento de todas as áreas de formação, visando a plena utilização das tecnologias de informação e a renovação de equipamentos pedagógico e científicos;
- Construção e apetrechamento de infra-estruturas desportivas.

Na sequência da Reprogramação Intercalar do PRODEP e consequente transição da dotação disponível para o POCI 2010, o ano de 2006 caracterizou-se pela gestão e encerramento dos projectos aprovados nesta Medida até 2004, uma vez que não houve novas aprovações.

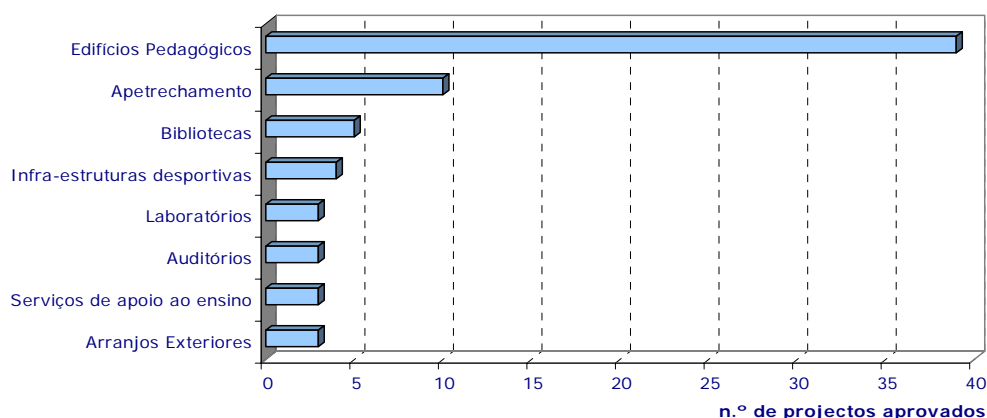
Caracterização das Entidades Beneficiárias e Projectos

No período 2000-2006, foram aprovados 70 projectos, a que correspondem 51 instituições beneficiárias, constatando-se que pouco mais de metade do total dos projectos aprovados (56%) correspondem ao ensino superior universitário.

Região	Período 2000 - 2006			Financiamento Total (Euros)
	Área Bruta (m ²)		Área Útil (m ²)	
	Construída	Remodelada	Equipada	
Norte	74.590	3.113	69.569	78.011.322,73
Centro	59.465	5.092	9.067	66.580.816,36
Lisboa e Vale do Tejo	11.066	0	4.747	9.962.536,72
Alentejo	10.980	234	0	11.014.722,90
Algarve	19.332	0	1.114	17.280.215,30
R.A. Açores	3.867	0	0	12.833.432,05
R.A. Madeira	10.682	0	1.253	1.545.425,60
Total	189.982	8.439	85.750	197.228.471,66

No que se refere aos projectos aprovados segundo a respectiva tipologia, constata-se que mais de metade dos projectos (cerca de 56%), consiste na construção e/ou remodelação de infra-estruturas nomeadamente ao nível de salas de aula, laboratórios, anfiteatros/auditórios, gabinetes para docentes e bibliotecas.

Projectos Aprovados Segundo a sua Natureza



Da análise da execução financeira acumulada a 31 de Dezembro de 2006, verifica-se uma taxa de execução de 97%, a qual reflecte a perspectiva de encerramento dos projectos.

Refira-se também que a quebra verificada em 2006 nos montantes aprovados e face a 2005, é consequência da aplicação de correcções financeiras à despesa validada, no âmbito da verificação do cumprimento das regras relativas aos Mercados Públicos.

Unid.: Euros

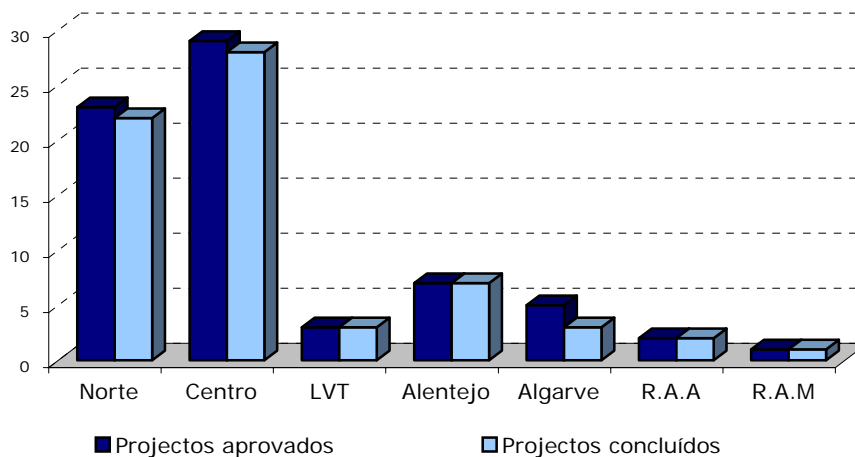
Medida	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
6	195.937.742	150.851.043	197.228.472	147.921.354	194.956.886	146.217.664	97%	99%
Total	195.937.742	150.851.043	197.228.472	147.921.354	194.956.886	146.217.664	97%	99%

Projectos Concluídos

Analisando os projectos concluídos, verifica-se que dos 70 projectos aprovados, 66 já se encontram encerrados, correspondendo a uma taxa de conclusão de 94%, tendo 4 projectos transitado para 2007, face a dificuldades sentidas por parte das entidades beneficiárias em assegurar a sua conclusão até 31 de Dezembro de 2006, tendo sido prorrogado o seu período de execução material até 31 de Março de 2007.

Em termos de apuramento da área total¹⁴ dos projectos concluídos, verifica-se que mais de 100% da área total aprovada se encontra finalizada, correspondendo o maior peso ao ensino superior universitário (88%).

Distribuição Regional dos Projectos Aprovados/Concluídos (2000 - 2006)

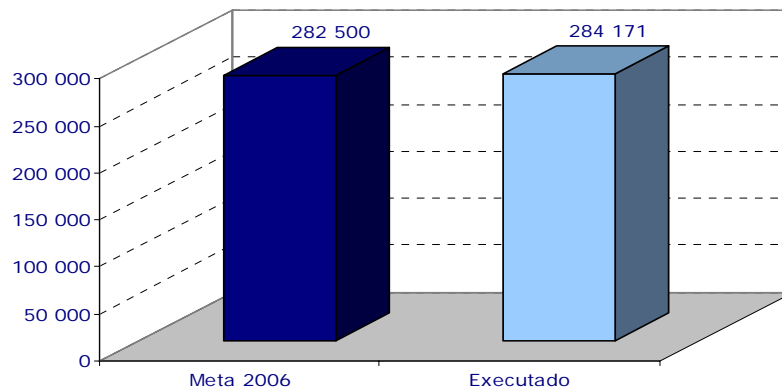


Cumprimentos das Metas

Face à meta definida para 2006 (282.500 m² de área bruta construída e/ou equipada), a execução acumulada até ao final de 2006 é de 284.171 m², o que corresponde ao cumprimento da meta.

¹⁴ A área total dos projectos aprovados/concluídos consiste no somatório da área bruta construída e área útil apetrechada dos projectos cuja tipologia seja remodelação e/ou apetrechamento

Área Bruta Construída e/ou Equipada (m²)



3.5.7. Medida 7 – Apoio Social à Mobilidade dos Estudantes dos Ensinos Secundário e Superior (Cantinas e Residências)

A Medida 7 - Apoio Social à Mobilidade dos Estudantes dos Ensinos Secundário e Superior (Cantinas e Residências), co-financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), tem como objectivo global contribuir para a melhoria do Ensino Superior, colmatando as disparidades regionais existentes e apoiando a mobilidade intra e inter-regional dos estudantes dos ensinos secundário e superior, público e privado, através do reforço da rede de residências e cantinas.

Em resultado da Reprogramação Intercalar, não foram aprovados novos projectos, atendendo a que foi transferida para o POCL a disponibilidade financeira existente, encontrando-se o PRODEP a gerir/acompanhar o encerramento dos projectos aprovados antes de 2004.

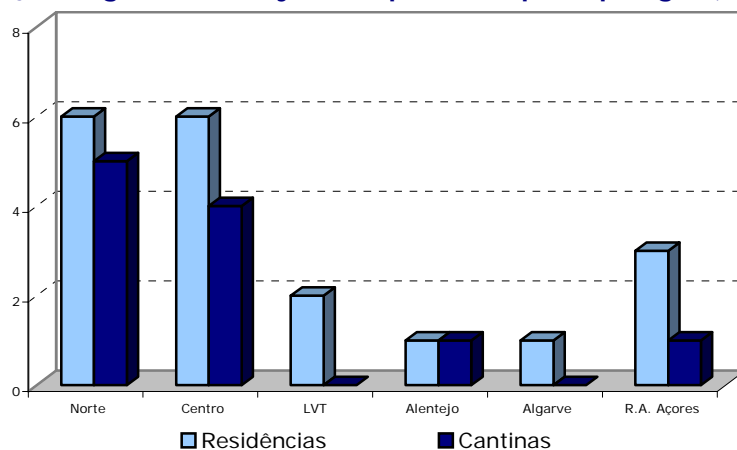
Caracterização das Entidades Beneficiárias e Projectos

No período 2000-2006 foram aprovados 24 projectos, condicionados pela dotação disponível, relativos a 30 empreendimentos, existindo seis projectos que incluem as duas tipologias – Residências e Cantinas. Verifica-se que em termos totais foram abrangidas 22 entidades.

Do total dos projectos aprovados, 54% são relativos a instituições do Ensino Superior Politécnico, em ambas as tipologias (residências e cantinas).

Em termos regionais, registaram-se aprovações em todas as Regiões, com excepção da Região Autónoma da Madeira, pelo facto das candidaturas formalizadas não garantirem a sua execução a curto ou a médio prazo.

Distribuição Regional de Projectos Aprovados por Tipologia (2000-2006)



A análise da distribuição regional por tipologias, revela que as regiões Norte e Centro apresentam maior peso relativo na construção de residências (cerca de 63% do total de aprovações), sendo que a região Norte assume maior representatividade na construção de cantinas (45% do total dos projectos aprovados).

No ano de 2006 verificou-se a conclusão, em termos físicos, de todos os projectos aprovados; no entanto, em termos financeiros, foi transferida a conclusão de 2 projectos para 2007, dada a necessidade de verificação do cumprimento dos procedimentos de Contratação Pública.

De referir que os projectos concluídos correspondem à construção de 18 novas residências e de 10 novas cantinas, beneficiando 12 entidades do ensino politécnico e 7 do ensino universitário e representam um aumento de 2.354 novas camas e a criação de 2.430 lugares sentados em cantinas.

Região	Período 2000 - 2006			Financiamento Total (Euros)
	Residências	Cantinas		
	Área Bruta Construída (m ²)	Área Útil Equipada (m ²)		
Norte	16.022	6.360	0	17.714.502,02
Centro	24.470	3.084	165	18.228.407,02
Lisboa e Vale do Tejo	1.804	0	0	1.547.384,69
Alentejo	1.929	827	0	1.715.287,15
Algarve	526	0	0	394.826,77
R.A. Açores	7.426	1.030	0	9.328.917,74
R.A. Madeira	0	0	0	0,00
Total	52.177	11.301	165	48.929.325,40

No que respeita à execução financeira acumulada a 31 de Dezembro de 2006, verifica-se uma taxa de execução de 96%, estimando-se que com o encerramento em termos financeiros da Medida, a execução se aproxime dos 100%.

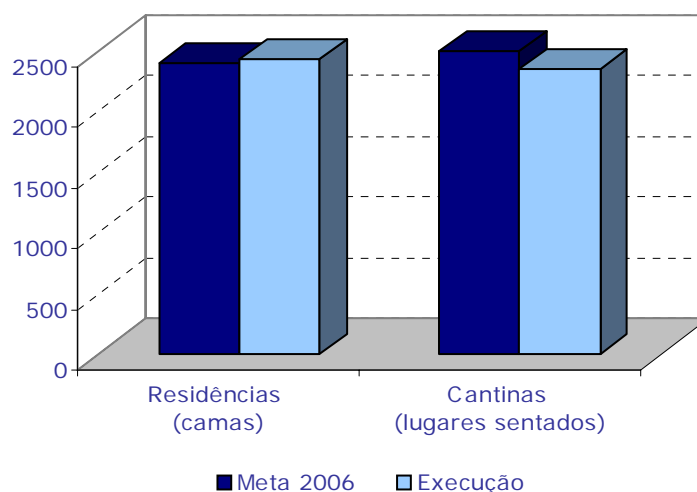
Unid.: Euros

Medida	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
7	50.229.843	37.672.383	48.929.325	36.696.994	48.372.028	36.279.021	96%	99%
Total	50.229.843	37.672.383	48.929.325	36.696.994	48.372.028	36.279.021	96%	99%

Cumprimento das Metas

As metas físicas estabelecidas para esta Medida no período 2000-2006, apontam para a criação de 2.500 novas camas em residências e 2.400 novos lugares sentados em cantinas, estimando-se como necessário para o efeito a construção e/ou equipamento de uma área bruta de 60.200 m².

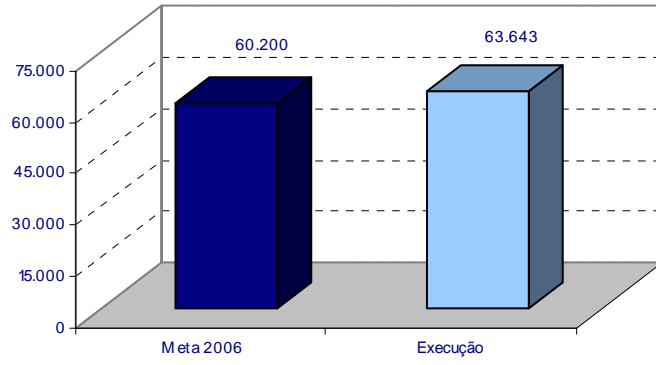
Análise dos Indicadores Físicos/Meta 2006



Com o encerramento dos projectos, verificou-se uma execução face às metas definidas de 94% relativamente a novos lugares sentados (mais 28 lugares sentados) e de 101% relativamente a novas camas (menos 170 camas).

Em termos de área bruta construída, verifica-se a construção de 63.643 m² (51.536 m² em 2005), o que corresponde em termos percentuais ao cumprimento da meta em 106%.

Área Bruta Construída e/ou Equipada



3.5.8. A Medida 8 – Infra-estruturas dos Ensinos Básico e Secundário

A Medida 8 - Infra-estruturas dos Ensinos Básico e Secundário, visa contribuir para a melhoria da qualidade dos Ensinos Básico e Secundário, tendo como prioridades o apoio financeiro para aquisição de equipamentos e remodelação de espaços, no âmbito da implementação e desenvolvimento dos projectos de diversificação da oferta formativa, sendo também prioritário o apoio a projectos de remodelação/adaptação e aquisição de equipamentos para o desenvolvimento de áreas de apoio às aprendizagens (oficinas, laboratórios, auditórios).

Com a reprogramação intercalar do Programa, esta Medida sofreu alterações, tornando-se uma Medida de acesso generalizado e não subsidiária em relação a outras acções apoiadas pelo FSE, consistindo num importante instrumento de apoio à modernização e adaptação do parque escolar nacional, com vista ao desenvolvimento curricular das vertentes práticas dos cursos que conferentes de dupla certificação.

Também com a implementação de uma nova metodologia relativa á apresentação de candidaturas, utilizando um método de aproximação à escola - levantamento das reais necessidades das escolas em termos de equipamentos e instalações, cujo processo de aquisição é organizado através das Direcções Regionais de Educação (DRE), responsável final pela apresentação e gestão dos pedidos de financiamento ao PRODEP, foi possível obter ganhos de investimento, através de redução dos custos unitários.

Assim, durante o ano de 2006 procedeu-se à aprovação dos 5 pedidos de financiamento titulados pelas Direcções Regionais de Educação, contemplando os investimentos nas escolas da sua área de intervenção, integrando o desenvolvimento de investimentos em 280 Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário e cobrindo todo o território continental, sendo a Região Norte aquela que apresenta o maior número de escolas abrangidas (87).

Esta metodologia de organização do processo, em que as Direcções Regionais de Educação assumem-se como entidades titulares dos pedidos de financiamento, garante uma visão de conjunto da rede escolar na sua área de intervenção, possibilitando ainda obter sinergias ao nível de outras intervenções, nomeadamente com os projectos relativos ao apetrechamento informático das escolas (Medida 9), e principalmente com os projectos educativos das escolas no âmbito do desenvolvimento da diversificação da oferta formativa (cursos CEF e Profissionais), contribuindo directamente para a Iniciativa Novas Oportunidades.

Assim, a Medida 8 contribuiu de forma efectiva para a dinamização da escola, para o combate ao insucesso e abandono escolar e para uma gradual melhoria das condições de ensino/formação nas escolas, sendo relevante deste modo o seu contributo para a generalização do nível de ensino secundário em Portugal, como preconizado na Iniciativa Novas Oportunidades, sendo por isso também um instrumento essencial para o sucesso desta iniciativa.

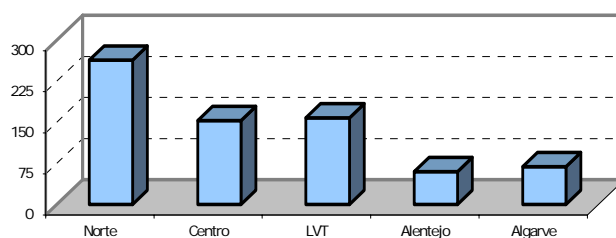
Em termos físicos, destaca-se que a aprovação 704 projectos no período 2000-2006, os quais correspondem a 340 pedidos referentes a remodelação de 456 salas e o equipamento

para 1.284 salas (incluindo Laboratórios e Oficinas), com um total de financiamento de €15.544.766,07.

Região	Período 2000-2006			Financiamento Total (Euros)
	N.º Salas		N.º Projectos	
	Remodeladas	Equipadas		
Norte	264	173	537	6.620.776,83
Centro	153	112	233	3.548.948,20
Lisboa e Vale do Tejo	158	89	284	2.780.622,05
Alentejo	60	39	96	1.291.095,05
Algarve	69	43	134	1.303.323,94
Total	704	456	1.284	15.544.766,07

Os projectos realizados encontram-se fundamentalmente na região Norte, o que não surpreende uma vez que corresponde à região que teve mais projectos aprovados e onde se verifica a maior concentração de Escolas, sendo que as regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo apresentam praticamente o mesmo número de projectos apoiados, replicando-se situação idêntica no Alentejo e Algarve.

Distribuição Regional dos Projectos Apoiados



A execução financeira da Medida 8 no final de 2006, apresentava uma taxa de execução de 56% face aos valores programados, resultado bastante superior ao verificado em 2005. A referida metodologia permitiu assim a absorção dos montantes programados para a Medida, mas sobretudo é de salientar o importante apoio ao funcionamento dos cursos de dupla certificação, escolar e profissional, permitindo desta forma que o crescimento dos Cursos de Educação-Formação e Cursos Profissionais nas escolas secundárias públicas, fosse efectuado em condições adequadas.

Em termos de execução e face aos valores aprovados, a Medida 8 apresenta um valor de 56%, justificado pelos projectos das DRE serem plurianuais e por contemplarem diversos procedimentos de contratação pública, em muitas escolas espalhadas pela sua área de intervenção, estando, no entanto, o seu terminus previsto para 31/07/2007.

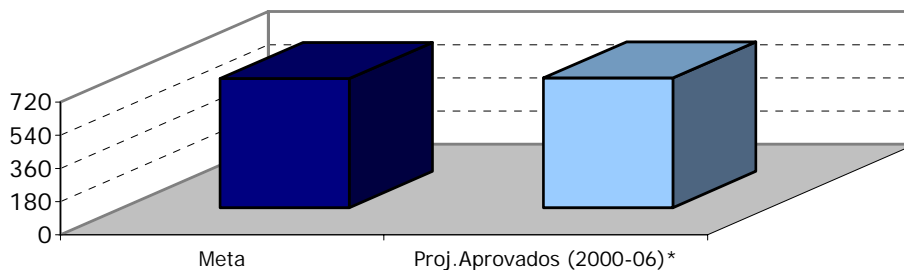
Medida	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
8	15.661.663	11.746.425	15.544.766	11.658.575	8.756.541	6.567.406	56%	56%
Total	15.661.663	11.746.425	15.544.766	11.658.575	8.756.541	6.567.406	56%	56%

Cumprimento das Metas

As metas físicas definidas após reprogramação intercalar e para o período 2000-2006, apontam para o apoio a 700 projectos. Neste sentido, os projectos apoiados até ao final de 2006 (704 projectos), traduzem-se no cumprimento integral da meta.

Neste âmbito é de destacar a importância decisiva deste concurso para atingir os objectivos definidos, uma vez que garante cerca de 40% dos projectos abrangidos no período (contra 60% nos restantes anos), o que aliado ao forte dinamismo das escolas e das Direcções Regionais de Educação no apoio aos projectos educativos de dupla certificação, traduzem estes resultados francamente positivos.

Realização Face às Metas



3.5.9. Medida 9 – Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

3.5.9.1. Acção 9.1. – Apetrechamento Informático de Escolas e Ligação à Internet e Intranets

A Acção 9.1. - Apetrechamento Informático de Escolas e Ligação à Internet e Intranets, visa o apetrechamento informático das escolas dos vários níveis de ensino, promovendo o acesso à Internet e a instalação de Intranets locais, promovendo a integração destas tecnologias no contexto dos processos de ensino-aprendizagem.

Em 2006 o Ministério da Educação lançou a "Iniciativa Escolas, Professores e Computadores Portáteis", visando genericamente promover a melhoria das condições de trabalho dos professores e outros agentes dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, apoiando o uso individual e profissional das TIC's por parte dos professores, no quadro do projecto educativo da escola.

Neste contexto foi aberto concurso destinado a seleccionar projectos, apresentados pelas escolas públicas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário do continente, os quais foram objecto de análise por parte da CRIE, através de critérios de selecção que visavam estabelecer o contributo dos projectos para o sucesso educativo, designadamente para os projectos em desenvolvimento nas escolas.

Uma vez seleccionados os projectos a apoiar, estes foram enquadrados em candidaturas, apresentadas ao PRODEP e tituladas pelas Direcções Regionais de Educação, as quais seriam responsáveis pela adjudicação e distribuição dos equipamentos junto das escolas. Neste contexto foram aprovados e adquiridos cerca de 22.167 computadores portáteis.

Assim, esta Iniciativa visou o apetrechamento de cada escola com um pacote que integrava 10 computadores portáteis para utilização individual e profissional dos professores, 14 computadores portáteis para utilização em contexto de sala de aula e em actividades de apoio a alunos, quer em situações curriculares como extracurriculares, um projectador de vídeo e um ponto de acesso sem-fios (*wireless*).

Nº de Computadores Aprovados/Adquiridos (2006)

Região	Aprovados		Adquiridos	
	Iniciativa Escolas, Professores e Computadores Portáteis	Total	Iniciativa Escolas, Professores e Computadores Portáteis	Total
Norte *	9.564	9.564	9.564	9.564
Centro	5.949	5.949	5.949	5.949
Lisboa e Vale do Tejo	2.873	2.873	2.873	2.873
Alentejo	2.243	2.243	2.243	2.243
Algarve	1.538	1.538	1.538	1.538
Total	22.167	22.167	22.167	22.167

* Projecto realizado a 100% apesar de ainda não ter sido apresentado o Relatório Final devido ao facto de terem surgido problemas jurídicos entre a DRE e a entidade vencedora do concurso.

De referir que no período 2000-2006 foram apoiados 564 projectos ao abrigo dos quais foram adquiridos 115.528 computadores.

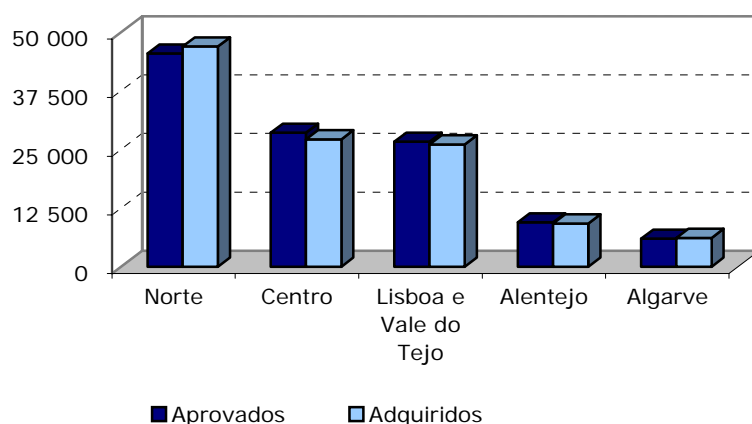
Da análise ao número de computadores aprovados e adquiridos por região, verifica-se que as regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo representam cerca de 87% do valor total. No que concerne às taxas de realização das regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, salienta-se que as mesmas ultrapassam os 100%, uma vez que em sede de execução foram adquiridos mais equipamentos face aos inicialmente aprovados, sem aumento de financiamento.

Equipamento Informático Aprovado/Adquirido (2000-2006)

Região	N.º Projectos	Período 2000 - 2006							Financiamento Total
		Aprovados			Adquiridos			Tx. Execução	
		Computadores	Outros Equip. Inf.	Total	Computadores	Outros Equip. Inf.	Total		
Norte	198	45.487	9.273	54.760	46.965	9.166	56.131	102,50%	49.834.557,24
Centro	151	28.537	5.881	34.418	27.165	6.227	33.392	97,02%	29.738.804,60
Lisboa e Vale do Tejo	120	26.640	8.004	34.644	26.057	9.094	35.151	101,46%	26.521.417,39
Alentejo	62	9.427	2.135	11.562	9.216	2.210	11.426	98,82%	10.298.807,31
Algarve	33	5.976	1.499	7.475	6.125	1.379	7.504	100,39%	6.613.438,36
Total	564	116.067	26.792	142.859	115.528	28.076	143.604	100,52%	123.007.024,90

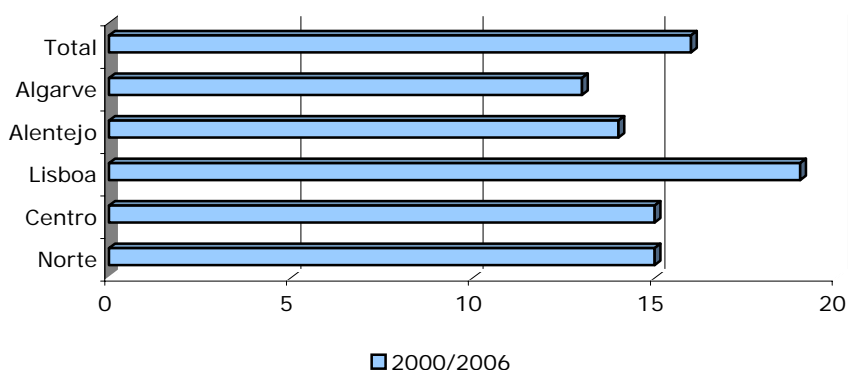
Da análise dos indicadores físicos acumulados, tendo em conta o número de computadores aprovados (116.067) e adquiridos (115.528), conclui-se que a taxa de execução física é de 99%.

Número de Computadores Aprovados/Adquiridos, 2000-2006



Da análise ao rácio número de alunos/computador em cada uma das regiões no período de 2000 a 2006, verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um rácio global de 1 computador/19 alunos, seguindo-se as regiões do Norte e Centro, com um rácio global de 1 computador para 15 alunos.

Rácio Alunos por Computador 2000 a 2006



Em termos de execução financeira acumulada no final de 2006, a Acção apresentava uma taxa de execução de 90% face ao programado e de 92% em relação ao aprovado.

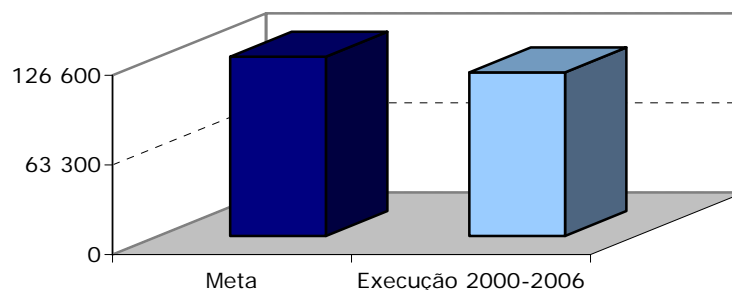
Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taza de Execução do Fundo	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
9.1	125.305.506	93.979.131	123.007.025	92.255.269	112.778.524	84.583.893	90%	92%
Total	125.305.506	93.979.131	123.007.025	92.255.269	112.778.524	84.583.893	90%	92%

Unid.: Euros

Cumprimento das Metas

Considerando a meta estabelecida (126.600 computadores adquiridos) e atendendo a que até ao final de 2006 foram adquiridos 115.528 computadores, verifica-se uma taxa de execução de 91%, a qual reflecte o envolvimento das entidades abrangidas no processo.

Realização Face à Meta Estabelecida para 2006



3.5.9.2. A Acção 9.2. – Conteúdos Educativos Multimédia

A Acção 9.2. - Conteúdos Educativos Multimédia, tem como objectivo dotar as escolas com Conteúdos Educativos Multimédia de modo a potenciar a utilização das TIC nos processos de ensino-aprendizagem.

Durante o ano de 2006 foi lançado um concurso visando apoiar projectos de curta duração, destinados ao relançamento de uma dinâmica TIC nas escolas públicas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, destinado à produção de conteúdos educativos em formato digital. Trata-se de um conceito inovador, uma vez que são as próprias escolas a desenvolver a produção dos conteúdos educativos, favorecendo o envolvimento dos alunos e professores nas diversas temáticas, procurando-se assim melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Em termos acumulados, no período 2000-2006 foram aprovados 314 projectos, verificando-se que as regiões Norte (37%) e Centro (23%) apresentam um maior número de aquisições de exemplares, o que é justificado pelo facto destas regiões concentrarem um maior número de escolas.

Região	Período 2000-2006			Financiamento Total
	N.º Projectos	Exemplares Aprovados	Exemplares Executados	
Norte	96	166.927	161.260	4.232.089,41
Centro	81	112.810	101.455	2.095.425,09
Lisboa e Vale do Tejo	58	99.862	90.702	2.210.016,35
Alentejo	49	43.633	42.368	534.883,19
Algarve	30	39.024	37.462	386.627,06
Total	314	462.256	433.247	9.459.041,10

Em termos de execução financeira, no final do ano de 2006 a Acção apresentava uma taxa de execução de 81% face aos valores programados.

De realçar que com a aprovação dos projectos coordenados pela CRIE bem como a conclusão de vários projectos titulados pelos Municípios, verificou-se a recuperação de cerca de 20 p.p. em termos de execução, face aos valores registados no final de 2005.

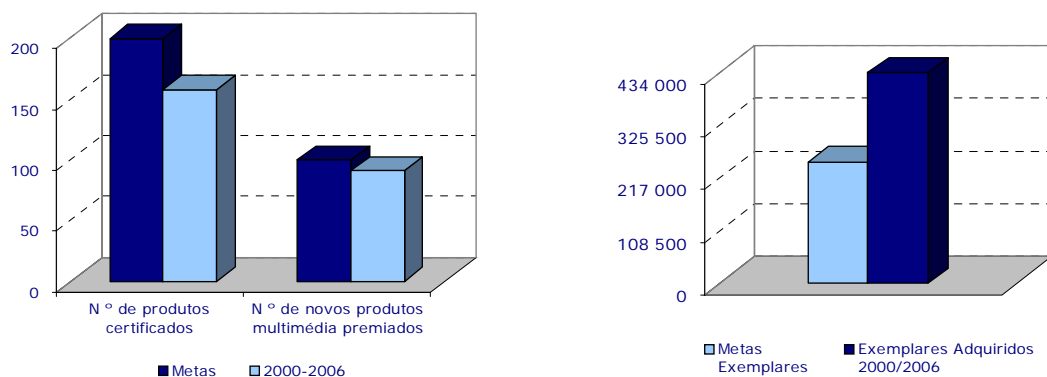
Acção	Programação Financeira 2000/2006		Aprovação Financeira		Execução Financeira 31/12/2006		Taxa de Execução	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Programado	Aprovação
	Unid.: Euros							
9.2	9.908.838	7.431.626	9.459.041	7.094.281	8.064.263	6.048.197	81%	85%
Total	9.908.838	7.431.626	9.459.041	7.094.281	8.064.263	6.048.197	81%	85%

Cumprimento das Metas

Da aferição do grau de aproximação à meta estabelecida, verifica-se no final de 2006 uma taxa de execução de 94%, o que significa que já foram adquiridos 433.247 exemplares de software educativo multimédia.

No que se refere aos produtos multimédia certificados e premiados, as quantidades mantiveram-se inalteradas face aos valores de 2004, uma vez que a entidade promotora desta tipologia, a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, não desenvolveu qualquer actividade nesta área. No entanto, durante o decurso do ano de 2007, prevê-se a avaliação e certificação de 40 produtos de software educativo não comercial por parte da DGIDC, o que permitirá recuperar a execução face à meta estabelecida (200 produtos certificados).

Realização Face às Metas Estabelecidas para 2006



4. QUALIDADE E EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1. Autoridade de gestão

Nos termos regulamentares a Autoridade de Gestão é responsável pela eficácia e regularidade da gestão e execução da Intervenção Operacional, nomeadamente pelo cumprimento dos requisitos em matéria de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo.

O ano 2006 foi marcado por uma alteração na estrutura orgânica interna do PRODEP, com a exoneração dos dois coordenadores das componentes sectoriais "Formação Inicial de Jovens" e "Formação de Adultos" e a nomeação de um Coordenador Geral e de um Chefe de Projecto, que ficou com a responsabilidade da Coordenação Financeira do Programa, através do Despacho Conjunto n.º 475/2006, de 14 de Junho.

A Unidade de Gestão reuniu cinco vezes (11 de Janeiro, 24 de Março, 6 de Junho, 25 de Outubro e 22 de Novembro), tendo sido realizados cinco procedimentos através de Consulta Escrita à U.G. (9 de Fevereiro, 5 de Abril, 29 de Julho, 12 de Setembro e 18 de Dezembro), de modo a proceder à análise dos projectos apresentados e respectiva emissão de parecer prévio, de acordo com os requisitos necessários à decisão de aprovação ou indeferimento por parte do Gestor.

De salientar que as reuniões de Unidade de Gestão são igualmente aproveitadas o debate de questões relativas ao sistema educativo, com particular interesse para a eficácia do Programa, sendo inclusivamente convidadas a participar individualidades com responsabilidade nas áreas específicas de intervenção.

4.2. Acompanhamento

O acompanhamento do PRODEP III é concretizado em diferentes níveis: um primeiro que respeita ao acompanhamento da implementação do Programa e dos seus níveis de execução, efectuado pela Comissão e Acompanhamento; um segundo nível que respeita ao acompanhamento efectuado junto das entidades titulares de pedidos de financiamento, da responsabilidade directa da Autoridade de Gestão.

Relativamente ao primeiro, é de registar que durante o ano 2006 não foram realizadas reuniões da Comissão de Acompanhamento, tendo sido efectuados procedimentos de Consulta Escrita (Fevereiro; Junho, Julho e Dezembro), destinadas a analisar as adaptações ao Complemento de Programação, as reprogramações financeiras e a aprovação do Relatório de Execução Anual referente ao ano de 2005.

Por decisão da Comissão Europeia, não foi realizado o habitual Encontro Anual entre a CE e a Autoridade de Gestão, tendo sido solicitado que a Autoridade de Gestão transmitisse algumas informações, consideradas pertinentes para aferir da normal execução do Programa, o que foi efectuado em 23.01.2007, reportando a execução a 30 de Outubro de 2006.

Relativamente ao segundo nível, foi decidida pela Gestão do Programa a implementação da função de acompanhamento dos pedidos de financiamento aprovados e respectivas entidades titulares, com vista a garantir que os projectos são realizados acordo com os

objectivos definidos e aprovados, implementando acções de carácter eminentemente pedagógico, visando o esclarecimento e correcção de erros na execução dos projectos.

Apesar desta função ter tido o seu início efectivo em 2005, registando um balanço claramente positivo, não só pela implementação da actividade, bastante bem recebida pelas entidades, como igualmente pela diversificação das visitas de acompanhamento, a falta de recursos humanos provocada pela saída de alguns técnicos que constituíam a equipa, levou à necessidade de reformular esta área no decurso de 2006, no sentido das tarefas de acompanhamento serem implementadas pelos técnicos responsáveis pelas respectivas Medidas/Acções.

Assim, durante o ano 2006 foi definido o Plano Anual de Acompanhamento/2006, cuja selecção de projectos teve por base os seguintes parâmetros:

- entidades com projectos novos (que se candidataram pela primeira vez ou que se recandidataram após um período de interrupção);
- entidades com dificuldades no funcionamento, organização e prestação de contas;
- entidades que tendo sido objecto de Acompanhamento anteriormente e registado problemas na organização dos respectivos processos, importava proceder à verificação da efectiva implementação das medidas correctivas determinadas.

Durante o ano 2006 foram efectuadas 88 visitas de acompanhamento, distribuídas pelas Acções do PRODEP, com uma maior preponderância nas Acções 1.2., 1.3., 4.1. e 5.1., pelo facto de nessas acções terem sido registadas maiores dificuldades no que respeita à organização e prestação de contas, justificando maior acompanhamento por parte do Programa, mas sobretudo pelo facto de estas Acções registarem crescimentos muito significativos ao nível do número de pedidos de financiamento.

Visitas de Acompanhamento Realizadas						
Medida/Ação	Norte	Centro	LYT	Alentejo	Algarve	Total
1.2	4	9	0	4	8	25
1.3	5	4	0	6	1	16
1.4	2	3	0	0	4	9
2.1	0	0	0	1	0	1
3.1	1	1	0	0	0	2
4.1	8	2	0	0	1	11
5.1	0	9	0	5	2	16
5.1 ESP	0	0	0	0	1	1
5.1 MAT	1	0	0	0	0	1
5.3	0	1	3	0	0	4
8				1	0	1
9.1	0	0	1	0	0	1
Total	21	29	4	17	17	88

Das visitas de acompanhamento realizadas resulta a elaboração de um Relatório, constituído por *check-lists* relativas à vertente pedagógica e financeira, onde são feitas recomendações

às entidades, podendo eventualmente ser recomendada uma segunda visita de acompanhamento para verificação do cumprimento das recomendações efectuadas.

Da análise aos Relatórios elaborados é possível concluir que as situações de maior gravidade prendem-se com a deficiente organização dos Dossiers Pedagógicos e Financeiro (46 e 40 ocorrências). Efectivamente, apesar de nos encontrarmos no último ano da vigência do QCA, constata-se com muita regularidade uma falta de cultura administrativa e processual por parte das entidades, tendo em conta os procedimentos necessários ao correcto e eficaz funcionamento dos projectos co-financiados.

Situação	Ocorrências
Atraso na Apresentação de Contas	15
Incumprimento das Regras de Informação e Publicidade	32
Deficiente Organização do Dossier Técnico-Pedagógico dos Projectos	40
Deficiente Organização do Dossier Técnico-Financeiro dos Projectos	46
Inexistência dos Critérios de Imputação na Afectação das Despesas dos Projectos	16
Inexistência de Carimbo nos Documentos	5
Contrato de Prestação de Serviços Celebrado com os Formandos e/ou Formadores com Falhas	11
Incumprimento na Utilização da Conta Bancária Específica	14
Inexistência do Dossier Financeiro	1
Inexistência do Dossier pedagógico	2
Nomeação do Responsável Financeiro pela Entidade	2
Avaliação	4

Salienta-se ainda que todas as situações passíveis de correcção foram rectificadas dentro do prazo concedido às entidades, tendo as restantes sido ponderadas em sede de análise da despesa apresentada.

Importa ainda referir que a função Acompanhamento não se esgota na realização de visitas às entidades beneficiárias, uma vez que no âmbito das funções cometidas aos técnicos das Estruturas de Apoio Técnico é efectuado um permanente e continuado atendimento telefónico e presencial, fundamental tanto no período para apresentação de candidaturas como na fase de execução dos projectos, no sentido de esclarecer as entidades e auxiliá-las para que a realização dos projectos a que se candidatam ocorra com sucesso, respeitando os dispositivos legais a que estão obrigados.

Destaca-se ainda a prática deste Programa na realização de acções de informação/esclarecimento no formato de reuniões gerais, onde as entidades têm oportunidade de colocar e verem esclarecidas as suas dúvidas. Estas sessões de esclarecimento incidiram nas acções que registaram um crescimento mais acentuado em 2006: Acções 1.2. – Cursos de Educação e Formação; 1.3. – Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias; 4.1. - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida, atendendo a que a expansão verificada nestas tipologias implicou a entrada

no programa de novos beneficiários, pouco familiarizados com os procedimentos relativos aos fundos estruturais e respectiva instrução dos processos.

Assim, com a implementação destas medidas procurou-se atingir o objectivo central do Acompanhamento - aumentar a eficácia e eficiência do co-financiamento atribuído às entidades, através de uma acção pedagógica e correctiva, garantindo que os respectivos projectos são realizados, física, financeira e pedagogicamente de acordo com os objectivos definidos e aprovados.

4.3. Avaliação

A avaliação prevista no art.º 40.º do regulamento (CE) n.º 1260/1999 de 21 de Junho, consiste num importante contributo para a melhoria e aperfeiçoamento das intervenções co-financiadas.

Encontrando-se o III Quadro Comunitário de Apoio no seu término e o período de programação 2007-2013 em fase de preparação, da concepção e planeamento das intervenções a realizar, entendeu-se oportuno avaliar a eficiência e impacto dos apoios concedidos pela IO Educação, constituindo-se como um instrumento indispensável da pertinência da sua continuidade e dos possíveis ajustamentos para o próximo período de programação, que assume como desígnio prioritário a qualificação dos portugueses.

Neste contexto foram adjudicados três estudos de avaliação e dada continuidade ao **“Estudo de Avaliação da Implementação da Reforma do Ensino Secundário”**, realizado pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). De referir que para a realização deste estudo, com a duração de três anos lectivos atendendo à necessidade de monitorizar as evoluções registadas a partir dos resultados obtidos em cada ano lectivo, iniciado em início de 2005 e previsto terminar em 31 de Dezembro de 2007, foi criado através do Despacho n.º 17388/2005 da Srª ME, o Grupo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário (GAAIRES), tendo neste contexto sido já entregue o segundo Relatório, apresentado a 31 de Outubro de 2006, a partir do qual foram compiladas e apresentadas a 14 de Fevereiro de 2007, recomendações igualmente divulgadas no sítio <http://www.gaaires.min-edu.pt/>.

Durante o ano de 2006 foi também contratualizado o **“Estudo de Avaliação do Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico”**, através de protocolo estabelecido com a Universidade de Aveiro, visando avaliar a concretização dos objectivos definidos para este Programa apoiado no âmbito da Acção 5.1.

– Formação Contínua e Especializada do Pessoal Docente e Não-Docente, e respectivos impactos no ensino da matemática, designadamente os impactos nas práticas profissionais dos professores e razões para o seu sucesso ou insucesso, com vista à eventual introdução de alterações/melhorias no segundo ano do Programa (2006/2007). Deverá também ser analisada, no âmbito deste estudo, a eventual continuidade no próximo período de programação (QREN 2007-2013). A duração prevista para a realização deste estudo é de 20 meses, estando prevista a sua conclusão a 31 de Dezembro de 2007.

O “**Estudo de Avaliação da Educação Artística**” foi adjudicado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e tem como objecto a clarificação dos objectivos deste tipo de ensino, tendo em conta a sua especificidade. Pretende-se definir o âmbito e finalidades do ensino artístico em Portugal, atendendo aos actuais objectivos de política educativa, tributárias da valorização das componentes de natureza técnica, tecnológica e vocacional, alargando estas ofertas formativas, por forma a aumentar o número de jovens que seguem estes percursos formativos, como forma de combater o insucesso e abandono escolar e promovendo o 12º ano como o referencial mínimo de formação para todos os portugueses. A conclusão do estudo, inicialmente prevista para 31 de Dezembro de 2006 foi adiada para 31 de Janeiro de 2007 devido a dificuldades na recolha de dados considerados essenciais à realização do estudo.

Ainda em 2006 foi iniciado o “**Estudo para o Desenvolvimento de Instrumentos para Avaliação de Competências de Leitura**” da responsabilidade da Escola Superior de Educação de Lisboa, em articulação com o Plano Nacional de Leitura, visando a produção de instrumentos metodológicos para consolidação da intervenção ao nível da monitorização e avaliação dos resultados alcançados pelo PNL. Pretende-se que sejam identificados e desenvolvidos instrumentos capazes de avaliar as competências de leitura, visando dotar o sistema educativo de meios que permitam atingir os objectivos no desenvolvimento da competência da Leitura dos alunos. Estando prevista a sua conclusão em 15 de Dezembro de 2006, a entrega do relatório final foi adiada para 9 de Fevereiro de 2007.

4.4. Sistemas de Informação

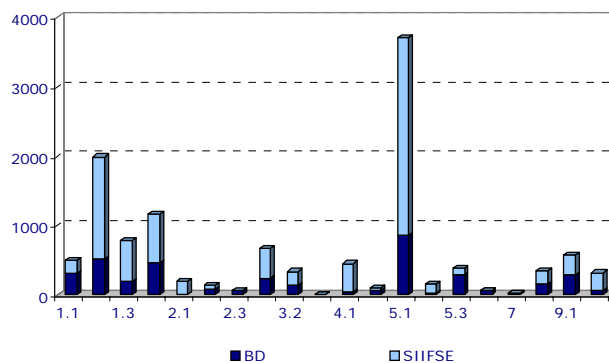
Sistema Integrado de Informação do FSE (SIIFSE)

Em 2001 o PRODEP aderiu ao Sistema Integrado de Informação do FSE (SIIFSE), tendo vindo a ser efectuadas as necessárias adaptações de forma a garantir que o SIIFSE seja uma ferramenta válida para o acompanhamento e gestão dos pedidos de financiamento submetidos pelas entidades, desde a candidatura até ao pagamento do Saldo Final.

No final de 2006 os pedidos geridos a partir do SIIFSE rondavam os **8.080**, representando 67% do número total de pedidos de financiamento aprovados no âmbito do PRODEP.

Os restantes 33%, correspondendo a 3.911 pedidos, não se encontram inseridos no SIIFSE, sendo acompanhados pela Base de Dados de Apoio à Gestão do PRODEP e por quadros de acompanhamento, criados e geridos pelos técnicos responsáveis por cada Acção.

Distribuição dos Pedidos de Financiamento por Sistema de Informação



No âmbito das actividades relevantes desenvolvidas no ano de 2006, é de destacar:

- Conclusão da recuperação do histórico dos Modelos 4, 5, 6 e 8 do FSE, passando a ser possível submeter automaticamente, através do SIIFSE, todos os modelos referidos e os Pedidos de Pagamento Intermediários do FSE a apresentar à Comissão Europeia;
- Início do processo de recuperação dos Modelos 9 e 10 do FSE;
- Reestruturação dos ecrãs associada à Acção 5.1. de modo a abranger na acção-tipo "Formação em Matemática para Professores do 1º CEB", também os Professores do 2º CEB;
- Foram ainda efectuadas adaptações aos formulários da Acção 5.1 com vista a melhor responder às necessidades de recolha de informação para as novas acções-tipo, nomeadamente, a tipologia relativa ao Ensino Experimental das Ciências;
- No âmbito do FEDER foi também efectuada a reestruturação da Medida 8 "Infra-Estruturas dos Ensinos Básico e Secundário", procedendo-se à adaptação dos formulários às características dos novos projectos titulados pelas Direcções Regionais de Educação, tendo em conta as alterações instituídas ao nível do processo de candidatura e execução.

De referir que todos os desenvolvimentos e adaptações efectuadas no SIIFSE tiveram por base o código já existente, em tipologias em funcionamento no sistema de informação, o que permitiu uma maior rapidez e eficácia na sua implementação, tendo como consequência, em termos financeiros, uma redução no custo de implementação.

Salienta-se ainda que no início e final do ano 2006, foram registados inúmeros constrangimentos ao nível da utilização do SIIFSE, decorrentes da lentidão no acesso, problemas da responsabilidade do "data-center", dos quais resultaram algumas incoerências nos dados, que posteriormente houve necessidade de corrigir, tendo originado uma significativa desmotivação junto dos utilizadores e resultado, nalgumas fases, em quebras de execução.

Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC)

Para efeitos de acompanhamento dos projectos FEDER e em resposta às exigências comunitárias foi desenvolvido pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR), o Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC), relativamente ao qual o PRODEP assume um papel passivo, dado que só efectua a introdução e consulta de dados.

Assim, no âmbito das actividades relevantes desenvolvidas no ano de 2006 relativamente ao SIFEC, é de destacar o esforço dos técnicos do PRODEP com vista à manutenção dos dados referentes às aprovações e despesa validada, tendo em consideração as limitações e incorrecções verificadas ao nível de algumas das funcionalidades deste sistema.

Perspectivas para 2007

Relativamente às actividades previstas para o ano 2007 na área dos Sistemas de Informação, estabelecem-se como principais objectivos:

- Concepção e implementação de mecanismos de apoio à gestão/comunicação, com vista à preparação do encerramento do Programa;
- Acompanhamento regular do ponto de situação dos projectos registados no SIIFSE com vista ao seu correcto encerramento;
- Acompanhamento das adaptações a implementar na Base de Dados de Apoio à Gestão;
- Análise e validação dos dados registados no SIFEC com o objectivo do encerramento regular dos projectos FEDER;

4.5. Utilização da Assistência Técnica

Analisando a execução financeira das Medidas de Assistência Técnica do PRODEP, no final de 2006, e considerando a dotação em vigor à data, destaca-se que a taxa de execução da Medida 10 – Assistência Técnica FSE situava-se nos 88%, face aos 67% da Medida 11 - Assistência Técnica FEDER.

Esta diferenciação significativa nas taxas de execução acumulada resulta do facto do peso dos encargos com o Apoio à Gestão, Acompanhamento e Controlo FEDER, serem muito inferiores, tendo em conta o peso do número de projectos FEDER face ao FSE.

Execução Financeira de 2006 do Eixo Prioritário 4

Eixo Priorit. / Medida	Fundo	Dotação Programada 2000-2006			Aprovações 2000-2006			Execução 2000-2006			Taxa de Execução (Fundo)		
		Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Aprov / Prog	Desp / Prog	Desp / Aprov
Eixo 4		20.562.130,00	20.562.130,00	15.421.143,00	17.562.751,49	17.562.751,49	13.172.063,61	17.106.607,13	17.106.607,13	12.829.955,60	85%	83%	97%
Medida 10	FSE	15.733.332,00	15.733.332,00	11.799.545,00	14.151.457,79	14.151.457,79	10.613.593,34	13.888.151,49	13.888.151,49	10.416.113,89	90%	88%	98%
	In	10.535.143,00	10.535.143,00	7.901.133,00	9.211.391,34	9.211.391,34	6.908.543,50	8.983.771,62	8.983.771,62	6.737.828,89	87%	85%	98%
	Out	5.198.189,00	5.198.189,00	3.898.412,00	4.940.066,45	4.940.066,45	3.705.049,84	4.904.379,87	4.904.379,87	3.678.285,00	95%	94%	99%
Medida 11	FEDER	4.828.798,00	4.828.798,00	3.621.598,00	3.411.293,70	3.411.293,70	2.558.470,27	3.218.455,64	3.218.455,64	2.413.841,72	71%	67%	94%
	In	2.943.776,00	2.943.776,00	2.207.832,00	2.013.312,69	2.013.312,69	1.509.984,52	1.895.454,17	1.895.454,17	1.421.590,62	68%	64%	94%
	Out	1.885.022,00	1.885.022,00	1.413.766,00	1.397.981,01	1.397.981,01	1.048.485,75	1.323.001,47	1.323.001,47	992.251,10	74%	70%	95%

É de salientar que decorrente do exercício de Reprogramação Financeira do PO (Julho/2006), foi reforçada a dotação da Medida 10 – Assistência Técnica IN, tendo em vista assegurar o normal funcionamento da Estrutura de Apoio Técnico até ao encerramento do Programa.

4.6. Acções de Controlo Financeiro

A Equipa Subsectorial para o Controlo de 1º nível desenvolveu a sua actividade tendo como objectivo principal a manutenção do esforço de controlo nos níveis percentuais alcançados no ano anterior (10%) e, assim, duplicar a meta dos 5% da despesa total elegível a controlar, tal como definido no Critério de Qualidade do Sistema de Controlo para cada um dos Fundos Estruturais.

Em complemento, a equipa realizou um trabalho de apoio à Gestão no que respeita à metodologia acordada para a verificação do cumprimento das regras de Contratação Pública, tendo realizado uma verificação aos projectos FEDER com despesas validadas após 1 de Janeiro de 2005 e acompanhado o preenchimento total das respectivas 'check-list'.

Para atingir os objectivos definidos, foi determinante a manutenção do efectivo da equipa de controlo durante 9 meses, a estabilização dos procedimentos de controlo e uma elevada dinâmica de grupo.

No decurso do ano, a realização dos trabalhos contratualizados contou apenas com a equipa interna, constituída por 7 técnicos e uma coordenadora, ficando reduzida a 5 elementos no último trimestre do ano.

Programação da actividade anual de controlo

- **FSE**

Na vertente FSE do Programa, tendo em vista o cumprimento do enunciado no artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, e dado que os principais beneficiários da IO Educação já tinham sido auditados pelo menos uma vez desde o início do QCA III, na selecção da amostra a controlar em 2006 foram alvo de ponderação os seguintes critérios:

- *1º critério* – entidades que ainda não haviam sido alvo de visitas de controlo de 1º nível e que simultaneamente se encontrassem identificadas com código de idoneidade Z ou L (9% da despesa elegível a auditar em 2006);
- *2º critério* – projectos com maior relevância financeira, por região e linha de financiamento, que cumprissem simultaneamente os seguintes requisitos: nunca terem sido alvo de controlo e apresentarem valores executados nos anos 2002 a 2004 (69% da despesa elegível a auditar em 2006);
- *3º critério* – por solicitação da Gestão e denúncias recebidas (22% da despesa elegível a auditar em 2006).

Assim, foram seleccionados para serem objecto de controlo **50 projectos**, distribuídos por 6 Medidas.

Os critérios que presidiram à selecção da amostra a controlar orientaram-se no sentido de garantir a representatividade das operações aprovadas, assegurando, ao mesmo tempo, para cada ano de programação, a sua proporcionalidade, por Região e Acção, mediante a criação do rácio "volume de aprovações na Região por Acção/aprovações total por Fundo".

- **FEDER**

Relativamente à componente FEDER da IO, a determinação e concretização do plano de controlo de primeiro nível, a realizar no ano 2006, seguiu o modelo orientador transmitido

pela autoridade de pagamento FEDER (DGDR), tendo sido seleccionados **3 projectos** relativos à Medida 8.

Execução do Plano Anual de Controlo

No ano de 2006, realizaram-se 57 acções de controlo, sendo 50 referentes à vertente FSE e 7 à vertente FEDER. Relativamente ao previsto no PAC, houve um acréscimo de 7% de controlos efectuados.

Na totalidade do período de execução (2000/2006), foram realizadas 384 acções de controlo, das quais 374 estão concluídas (com Despacho Final do Gestor), faltando apenas encerrar 10 auditorias (todas em fase de contraditório), facto relevante nesta fase de preparação para o encerramento do QCA, face às 35 por concluir do ano transacto.

No que respeita ao esforço de controlo de 1º nível (despesa controlada em função da execução dos projectos), para 2000/2006 foi atingida, para os dois fundos estruturais, uma taxa conjunta de 9,2% (média ponderada), correspondendo individualmente ao FSE 6,3% e ao FEDER 16,3%.

O ligeiro decréscimo do esforço de controlo relativamente ao ano anterior, não é significativo, atendendo a que continua a ultrapassar largamente o limiar dos 5% de despesa controlada e, nomeadamente, porque as prioridades do controlo, tal como definido nos critérios do PAC, foram não repetir entidades e direccionar as auditorias para denúncias e solicitações da Gestão.

Em 2006, ultrapassou-se o limiar dos 5% em todas as Medidas, tendo sido realizado um reforço das auditorias à Medida 4 - Educação ao Longo da Vida, com um acréscimo de controlos nesta Medida de 43%, conforme se verifica no quadro seguinte:

Medidas	Nº Projectos controlados			Despesa Elegível Executada			Unid.: Euro
	2000/2005	2006	total	Universo*	Amostra**	Controlada***	Esforço de Controlo
				(1)		(2)	%(3)=(2)/(1)
Medida 1	123	16	139	455.282.246,55	51.031.094,34	24.271.205,21	5,3%
Medida 2	28	7	35	57.723.174,73	7.532.857,49	4.648.023,02	8,1%
Medida 3	25	1	26	59.361.004,58	6.836.186,57	4.225.670,22	7,1%
Medida 4	13	10	23	46.359.233,17	3.786.448,26	2.484.716,24	5,4%
Medida 5	114	15	129	305.840.221,15	33.533.793,62	21.421.946,72	7,0%
Medida 10	5	1	6	13.888.151,49	6.538.885,65	2.292.427,89	16,5%
Total FSE	308	50	358	938.454.032	109.259.265,93	59.343.989,30	6,3%
Medida 6	5	0	5	194.956.885,70	35.656.564,68	32.951.344,32	16,9%
Medida 7	4	0	4	48.372.027,52	9.078.780,13	7.813.760,44	16,2%
Medida 8	3	7	10	8.756.541,43	853.085,00	853.085,00	9,7%
Medida 9	5	0	5	120.842.787,00	19.508.816,25	19.508.816,25	16,1%
Medida 11	2	0	2	3.218.455,64	915.757,00	176.866,00	5,5%
Total FEDER	19	7	26	376.146.697	66.013.003,06	61.303.872,01	16,3%
TOTAL	327	57	384	1.314.600.729	175.272.268,99	120.647.861,31	9,2%

* Valor da despesa realizada à data do corte (Dezembro de 2006 - execução acumulada 2000/2006).

** Valor da despesa realizada à data das acções de controlo

*** Somatório do valor dos documentos de despesa efectivamente verificados no destinatário final

No âmbito do protocolo de colaboração com a IGE, em que esta Inspeção-Geral assegura o controlo técnico-pedagógico dos projectos - dos 23 controlos planeados para 2006, foram realizados e concluídos 21 relatórios; das acções planeadas para 2005 e que não transitaram para o plano de 2006 foram entregues os 2 Relatórios em falta.

A metodologia aplicada às acções de controlo continuou a ser idêntica à dos últimos anos, isto é, verificar o cumprimento dos princípios de boa gestão financeira que devem presidir à utilização dos dinheiros públicos. Para tal, foi analisada de forma exaustiva a despesa declarada pelas entidades beneficiárias e os critérios subjacentes à sua realização (critérios de razoabilidade e legalidade), pretendendo-se desta forma prevenir e combater as irregularidades e assegurar a regularidade e a legalidade das operações.

Em 2006, foi dada particular relevância e atenção à materialidade do erro e ao tratamento que lhe foi dado por cada Autoridade de Gestão, atendendo às orientações emanadas pela CE, ao apontar como condição para o encerramento dos Programas uma taxa de materialidade do erro inferior a 2%. O PRODEP adoptou a metodologia sugerida pelo IGFSE, apresentada ao Sistema Nacional de Controlo (SNC) e articulada com a IGF, tendo finalizado o período de programação (2000/2006) com uma materialidade de 1,6% (FSE-3% e FEDER-0,2%), conforme discriminado por medida no quadro seguinte:

Unidade:Euro

Medida	Custo Total Elegível	Despesa Controlada (a)	Despesas Não Elegíveis (b)	Materialidade do Erro 1=(b)/(a)	Desp. Não Elegíveis Corrigidas - Revog. + Ot. Erros Sist. (c)	Materialidade do Erro 2=([(b)-(c)]/(a))
Medida 1	51.031.094,34	24.271.205,21	987.403,41	4,1%	325.807,10	2,7%
Medida 2	7.537.471,26	4.648.023,02	799.310,99	17,2%	565.591,57	5,0%
Medida 3	6.831.572,80	4.225.670,22	1.160.183,24	27,5%	1.110.388,69	1,2%
Medida 4	3.786.448,26	2.484.716,24	42.856,96	1,7%	0,00	1,7%
Medida 5	33.533.793,62	21.421.946,72	4.651.213,62	21,7%	3.914.981,12	3,4%
Medida 10	6.538.885,65	2.292.427,89	32.692,61	1,4%	0,00	1,4%
TOTAL FSE	109.259.265,93	59.343.989,30	7.673.660,83	12,9%	5.916.768,48	3,0%
Medida 6	35.656.565,00	32.951.344,00	53.142,00	0,2%	0,00	0,2%
Medida 7	9.078.781,00	7.813.761,00	20.714,00	0,0%	0,00	0,3%
Medida 8	853.085,00	853.085,00	59.216,00	6,9%	0,00	6,9%
Medida 9	19.508.817,00	19.508.817,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Medida 11	915.757,00	176.866,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
TOTAL FEDER	66.013.005,00	61.303.873,00	133.072,00	0,2%	0,00	0,2%
TOTAL	175.272.270,93	120.647.862,30	7.806.732,83	6,5%	5.916.768,48	1,6%

Assim, a materialidade do erro apurada corresponde às despesas não elegíveis corrigidas das revogações e dos erros sistémicos devidamente tratados conforme metodologia acima referida, em relação da despesa controlada, para efeitos do artº 10º do Reg.(CE)nº 438/2001. Da análise aos resultados releva a Medida 2, com uma materialidade de 5% que se deve ao facto dos erros detectados serem de natureza aletória.

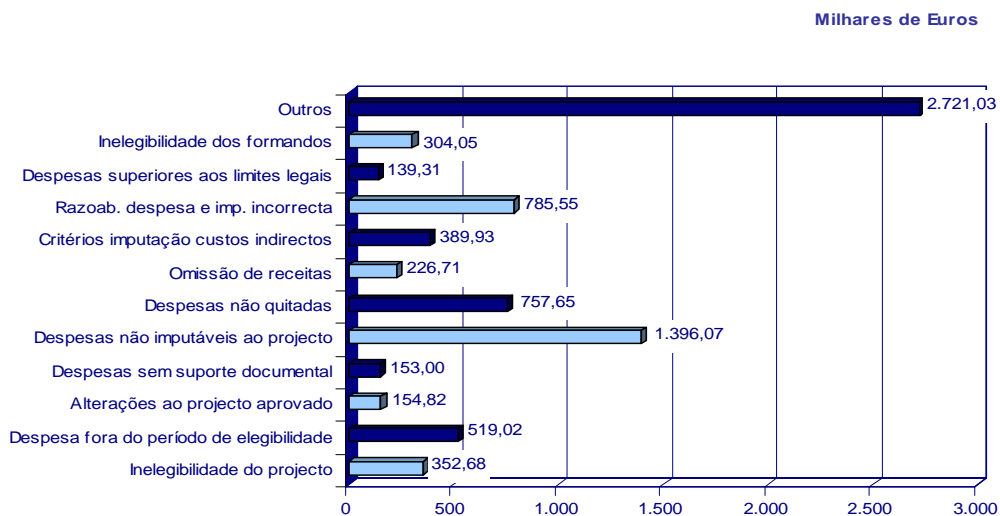
No que respeita aos erros sistémicos, a metodologia foi implementada e encontra-se em curso, estando prevista a finalização deste processo no decurso de 2008.

Relativamente às ineligibilidades nos projectos FEDER, estas referem-se ao incumprimento dos procedimentos de contratação pública e também ao incumprimento dos prazos e de outras condições do 'Contrato de Participação Financeira'.

No cômputo total das despesas não elegíveis as relativas ao FEDER já foram na totalidade regularizadas; das despesas não elegíveis relativas ao FSE, uma grande parte já foi regularizada, sendo apenas 7,3% a percentagem de despesas não reembolsadas, correspondendo a um total de 26 projectos em fase de conclusão.

No FSE, no momento da aplicação da metodologia para diferenciação dos erros sistémicos e aleatórios acima referida, procedeu-se, em simultâneo, à verificação e reclassificação (pontual) das tipologias de inelegibilidades. Deste modo, em Dezembro de 2006, as inelegibilidades FSE definidas no Sistema de Informação (SIIFSE)/ Módulo de Controlo, são as seguintes:

Inelegibilidades FSE 2001-2006



As principais inelegibilidades detectadas no âmbito dos projectos FSE auditados (72%) dizem respeito, conforme tipologia definida pelo SIIFSE, a “despesas não imputáveis ao projecto” (18%), “razoabilidade da despesa e imputação incorrecta” e “despesas não quitadas” (10% cada) e “outros” (34%).

As “despesas não imputáveis ao projecto” consideradas inelegíveis, resultam de despesas incorridas com a aquisição de bens e serviços não enquadrados nos objectivos das acções co-financiadas.

O maior peso no conjunto das inelegibilidades “Outros”, resulta de não haver enquadramento nas tipologias propostas pelo SIIFSE face às especificidades do Programa, nomeadamente, inexistência de autorização para acumulação de funções por parte dos formadores e má gestão e deficiente prestação de contas ao PRODEP. Do total das inelegibilidades “Outros”, 1.726.655€ (63%), integram as revogações.

Sobre esta matéria, é importante referir que em 2006 as inelegibilidades detectadas em sede de auditoria foram de 3% relativamente ao total das inelegibilidades, pelo que se pode concluir que, com a execução do QCA, as entidades vão apurando os seus conhecimentos e os projectos vão estando cada vez mais organizados e conformes com os normativos.

Relativamente ao acompanhamento dos Relatórios Finais de Controlo, isto é, a verificação de que as propostas e recomendações expressas nos relatórios foram acolhidas, manteve-

se o procedimento adoptado no ano anterior, consistindo na verificação do cumprimento das orientações dadas pela Gestão, nomeadamente, no que respeita à restituição de verbas na sequência de não-elegibilidades e, simultaneamente, atribuindo-se competências às EAT Regionais para proceder à verificação junto das entidades do cumprimento das recomendações propostas no Relatório de Auditoria, sendo posteriormente dado conhecimento à Equipa de Controlo.

No que respeita às *irregularidades* e à sua comunicação aos organismos competentes, foram diligenciados os procedimentos que estão definidos no âmbito do SNC.

Por último, é de referir o facto da Gestão do Programa continuar a dar pleno cumprimento às obrigações de comunicação previstas nos Regulamentos Comunitários, nomeadamente, no artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 da Comissão, de 2 de Março de 2001, no âmbito do qual se insere a actualização dos questionários de descrição dos sistemas de gestão e controlo desta Intervenção.

Acções de controlo realizadas por organismos do SNC e Comunitários

Em 2006, vários organismos do SNC fizeram intervenções no PRODEP, nomeadamente:

- O **IGFSE** - enquanto organismo de controlo de 2º nível, vertente FSE- realizou uma auditoria de certificação, abrangendo entidades (aguarda-se Relatório);
- A **IGF** - enquanto coordenadora do SNC - realizou os seguintes controlos:
 - Auditoria às Autoridades de Pagamento e aos Coordenadores do Controlo de 2º nível (1º semestre), auditando 18 projectos (16 FSE e 2 FEDER) (aguarda-se Relatório);
 - Auditoria às Autoridades de Pagamento e aos Coordenadores do Controlo de 2º nível (2º semestre), auditando 12 projectos (11 FSE e 1 FEDER) (aguarda-se Relatório);
 - Auditoria de 'Follow-up' das recomendações e propostas formuladas em anteriores acções de controlo, tendo sido apresentadas as conclusões através da Nota nº 244/2007.

Perspectivas para 2007

Relativamente à actividade de Controlo a desenvolver em 2007, encontram-se programadas 56 intervenções, das quais 47 na vertente FSE e 9 na vertente FEDER.

Será também tarefa desta Equipa de Controlo continuar a apoiar a Gestão no sentido da verificação do cumprimento das regras de Contratação Pública, assim como seguir as orientações do SNC com vista ao encerramento

5. MEDIDAS PARA ASSEGURAR A INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DA INTERVENÇÃO

As acções de "Informação e Divulgação" adoptadas pelo PRODEP visam cumprir as orientações consubstanciadas no Regulamento (CE) n.º 1159/2000 da Comissão, de 30 de Maio: por um lado, dar a conhecer aos potenciais beneficiários finais informação esclarecedora e pertinente sobre as áreas de intervenção do PRODEP, e por outro lado, dar a conhecer ao grande público o papel desempenhado pela União Europeia no seu processo de intervenção económico-social.

O Plano de Comunicação do PRODEP assenta em três tipologias de acção distintas que decorreram em paralelo no decurso do QCA III:

- a) *"Promoção Institucional do PRODEP III"*
- b) *"Divulgação dos Períodos de Candidatura às varias medidas e acções do PRODEP III"*
- c) *"Divulgação das actividades desenvolvidas por este programa"*

Relativamente à primeira, e com vista a uma estratégia integrada de "Divulgação, Informação e Publicidade", existe um forte colaboração e articulação com o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (I.G.F.S.E), nomeadamente, com a sua Unidade de Comunicação, através do site www.igfse.pt e ainda através da publicação trimestral da "Newsletter INFO FSE", através do qual os Programas dão contributos relevantes, divulgando as principais iniciativas desenvolvidas, sobretudo as que assumem uma forte componente de inovação, tornando-se a "Newsletter" um veículo difusor de particular interesse para os diferentes Programas Operacionais.

De igual forma, o Relatório de Execução Anual visa dar a conhecer a actividade desenvolvida ao longo do ano, cumprindo os requisitos de informação definidos pelo Regulamento (CE) n.º 1260/1999, sendo distribuído pelos membros da Comissão de Acompanhamento e de forma alargada junto dos principais intervenientes no QCA III.

Por outro lado, o sitio www.prodep.min-edu.pt, assume a divulgação institucional PRODEP, através do qual é facultada informação exaustiva e actualizada sobre o Programa.

Tendo presente que o QCA III se encontra em fase de encerramento, do que decorre fortes restrições orçamentais, para além do acrescido volume de trabalho referente à estabilização dos procedimentos relativos ao encerramento das diversas Medidas/Acções, não tem sido possível desenvolver a elaboração de produtos e serviços, bem como a realização de eventos de divulgação/disseminação.

Ainda no âmbito da promoção institucional, durante o ano 2006, é de salientar diversas participações em iniciativas, designadamente:

Promoção institucional do PRODEP III
Comissão de Gestão Alargada aos Gestores - 11ª Reunião
Painel de Avaliação e Acompanhamento do Grupo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário (GAAIRES)
5ª Reunião do QCA III
Conferência " Que Prioridades Para Portugal?" - Estudos Temáticos para Preparação do Próximo Ciclo de Intervenções Estruturais
5ª Reunião de Encontro Anual
Peer Review "Good Governance of The European Social Fund"
Seminário "Economia e Competitividade das Regiões Portuguesas: QREN 2007-2013"
1ª Mostra de Boas Práticas do FSE a)
Acompanhamento da Delegação Polaca em visita a Portugal e Demonstração de Bons Exemplos FSE b)
Grupo de Trabalho Temático "Igualdade de Oportunidades"
Participação no 4º Congresso da ANESPO
Apresentação da Iniciativa de Novas Oportunidades
Sessão de Lançamento " Referencial de Competências Chaves para a Educação e Formação de Adultos do Nível Secundário"
Comissão de Gestão Alargada aos Gestores - 12ª reunião
Entrevista com a Gestora do PRODEP III para a Newsletter "INFO FSE"

De salientar neste contexto, a representação na "1ª Mostra de Boas Práticas FSE" (a) desenvolvida pelo IGFSE, na qual o PRODEP apresentou dois projectos: Escola Básica do 2º e 3º Ciclos D.José I (Algarve), com o curso de "Empregado de Bar - Hotelaria e Restauração" e a Universidade de Aveiro (Centro), com o "Programa da Matemática para Professores do 1º Ciclo"; ainda a visita da Delegação Polaca (b), na qual o PRODEP, visando apresentar casos concretos de sucesso e boas práticas FSE, acompanhou a referida Delegação à Escola Profissional do Alentejo (Epral), representando o Ensino Profissional, e à Escola Secundária do Monte da Caparica, representando o Sistema de RVCC.

No que respeita à Divulgação dos períodos para recepção de candidaturas ao programa, de referir a sua ampla publicitação através dos órgãos de comunicação social, para além de divulgados no sítio do PRODEP, IGFSE; DGDR/QCA III.

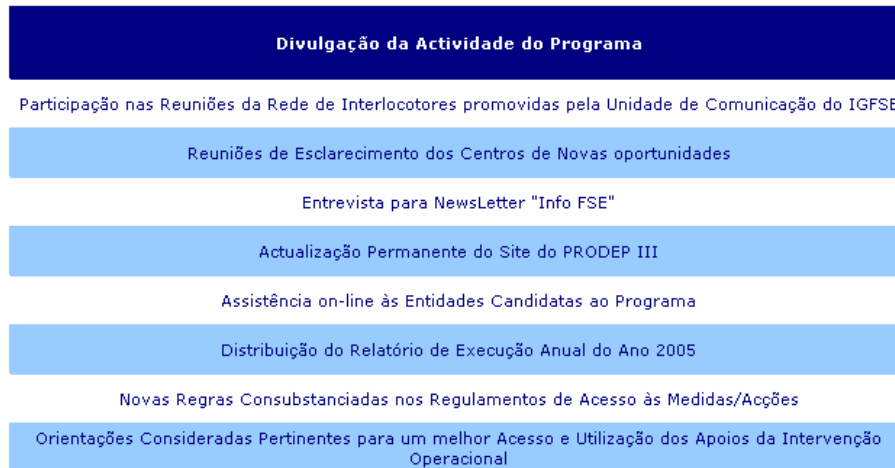
De salientar ainda a assistência *on-line* às entidades, com vista ao cabal esclarecimento das suas dúvidas e dificuldades.

Divulgação dos Períodos de Candidatura ao Programa
Divulgação da Abertura de Concursos em simultâneo no site do PRODEP, Publicação em Jornais, Newsletter INFO FSE e no site do IGFSE
Assistência On-line às Entidades Candidatas ao Programa

No que toca à divulgação da Actividade do Programa relativamente a áreas específicas de intervenção, uma das estratégias implementadas em 2006 pelo PRODEP passou pela organização de sessões de informação e esclarecimento, designadamente com os beneficiários das Acções 1.2. – "Percursos Diversificados no Ensino Básico", 1.3 – "Ensino Profissional" e 4.1. – "Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e

Competências Adquiridos ao Longo da Vida", decorrente da implementação da Iniciativa Novas Oportunidades.

Assim, foram organizadas regionalmente diversas reuniões com os beneficiários das referidas Acções, que no caso da Acção 4.1. - "*Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências Adquiridos ao Longo da Vida*", atingiu a totalidade do universo dos Centros Novas Oportunidades.



De referenciar que o sítio do PRODEP, com uma permanente actualização, continua a ser o veículo preferencial e de maior procura para este tipo de comunicação, uma vez que é através dele que são dadas a conhecer as alterações e orientações consideradas pertinentes – ex. novas regras consubstanciadas nos Regulamentos de Acesso às Medidas/Acções; abertura dos diversos concursos; orientações consideradas relevantes para um melhor acesso e utilização dos apoios da I.O..

6. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS

O ano 2006 foi marcado fundamentalmente por ser o último ano de programação do QCA III e pela necessidade de ajustar as disponibilidades financeiras através de processos de reprogramação financeira, os quais constituíram um elemento decisivo para a evolução do Programa nesta fase, tendo em conta as prioridades do Sistema Educativo e as políticas de qualificação para as quais o PRODEP contribui fortemente.

Assim, os problemas que influenciaram fortemente a gestão do Programa situam-se a diferentes níveis, tendo reflexos importantes na execução registada ao longo do ano.

Efectivamente, as Acções que respondem directamente à Iniciativa Novas Oportunidades conheceram um crescimento muito acentuado, decorrente da campanha efectuada a nível nacional, não apenas nos meios de comunicação social mas particularmente no que se refere ao empenho por parte das Direcções Regionais de Educação, que no terreno sensibilizaram os promotores para a necessidade de participarem activamente no desafio da qualificação da população portuguesa, conseguindo significativos níveis de adesão junto de um conjunto alargado de operadores dos sistemas de educação e formação. Este facto teve como principal consequência o permanente confronto com a falta de recursos financeiros adicionais, nesta fase final do PRODEP, para fazer face a este crescimento da procura.

Também a definição do nível secundário de educação como referencial mínimo de qualificações da população portuguesa, traduzida no objectivo de fazer com que as vagas em vias profissionalizantes representem, em 2010, metade do total das vagas no Ensino Secundário, e ainda o desenvolvimento do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, passando pelo alargamento da rede de Centros de RVCC, conduziu a que as Escolas Secundárias públicas passassem a ter ofertas profissionalizantes e de CRVCC. Estas mudanças foram acompanhadas pelas necessárias alterações na legislação, tendo-se verificado que muitas Escolas do Ensino Básico e Secundário envolveram-se pela primeira vez em novos processos de ensino, para os quais tiveram que adaptar as suas condições, quer físicas, como em termos do seu corpo docente.

A esta realidade acresce igualmente a falta de cultura organizativa de algumas destas escolas, que surgem como os operadores mais recentes do Programa, demonstrando falta de experiência na gestão de projectos co-financiados pelo Fundo Social Europeu, facto que acarretou diversos constrangimentos, quer aquando da submissão das candidaturas, quer durante a execução dos projectos.

Estas circunstâncias influenciaram de forma muito significativa a gestão do PRODEP no decurso do ano 2006. Assim, o aumento do número de pedidos de financiamento e de formandos nas Acções 1.2., 1.3. e 4.1., aliada à inexperiência das entidades e ao decréscimo dos recursos humanos existentes na Estrutura de Apoio Técnico, levou a que fosse efectuado um esforço de acompanhamento exaustivo e de adaptação permanente por parte da equipa técnica e também ao nível da equipa interna de *help-desk* ao Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE).

Por outro lado, o aumento do volume de utilizadores do SIIFSE, decorrente da progressiva integração dos diversos Programas Operacionais no Sistema, provocando o aumento exponencial do número de acessos, provocou elevada instabilidade, gerando problemas ao nível da execução e motivação dos utilizadores, quer das entidades titulares de pedidos de financiamento como dos técnicos dos serviços.

Por último, outro significativo constrangimento à normal execução do Programa prendeu-se com as dificuldades sentidas ao nível da tesouraria, com maior incidência no segundo semestre, facto que levou a constantes e significativos atrasos nos pagamentos às entidades. Esta dificuldade sentida com maior pertinência ao nível do FSE, decorre principalmente do aumento significativo dos montantes aprovados ao nível de algumas Acções - 1.2., 1.3. e 4.1., para as quais foi necessário canalizar recursos em detrimento de outras, atendendo às dificuldades sentidas pelo IGFSE em reembolsar num prazo razoável os pedidos de reembolsos solicitados que permitem sustentar os elevados níveis de execução da I.O. em tempo útil.

7. MEDIDAS TOMADAS COM A FINALIDADE DE ASSEGURAR A COMPATIBILIDADE DAS POLITICAS COMUNITÁRIAS E PARA ASSEGURAR A COORDENAÇÃO DE CONJUNTO

7.1. A Compatibilidade com as Políticas Comunitárias

A Comissão Europeia definiu um conjunto de prioridades de natureza transversal, a adoptar pelas Intervenções Operacionais:

- Sociedade de Informação;
- Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres;
- Protecção e melhoria do ambiente;
- Concorrência;
- Auxílios de Estado.

Assinala-se ainda que, e à semelhança do já referido em Relatórios de Execução anteriores, à I.O. da Educação não se aplica o Regime de Ajudas de Estado, nos termos do artigo 87.1 do Tratado, uma vez que a totalidade das Medidas e Acções apoiam apenas instituições de Ensino e Formação.

Já no que respeita às restantes políticas comunitárias, o PRODEP continuou a observar em todas as suas actividades, nomeadamente na análise, selecção, acompanhamento e controlo, as normas e procedimentos em vigor em sede de regulamentação nacional e comunitária, nomeadamente o disposto em relação às políticas de concorrência, ambiente e promoção de igualdade entre homens e mulheres.

7.2. Algumas evidências de Aposta em Áreas Transversais do QCA III

7.2.1. Tecnologias de Informação e Comunicação

A I.O. da Educação assume a enorme importância da relação entre a educação, a formação e a sociedade do conhecimento, tendo definido como um dos seus objectivos “guiar e promover o desenvolvimento da sociedade de informação e do conhecimento em Portugal”, o qual se consubstancia essencialmente no Eixo 3 – Sociedade de Aprendizagem.

A inclusão desta temática, e dando resposta ao objectivo supracitado, ocorre com especial relevância na Acção 5.1. – Formação Contínua e Especializada de Docentes e Outros Agentes da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (FSE) e na Medida 9 – Tecnologias de Informação e Comunicação (FEDER), correspondendo, no ano de 2006, a um valor de cerca de 34,5 e de 20 milhões de euros, respectivamente.

A transversalidade pretendida na generalização da utilização e integração das TIC na grande maioria das acções, assumindo-se a naturalização das TIC nos processos de ensino-aprendizagem, verifica-se igualmente ao nível das Acções/Medida 1 (1.2. e 1.3.), que apoiam a formação inicial de jovens e das Acções/Medida 3 (3.1. e 3.2.), visando o apoio a estágios profissionais e de um modo mais indirecto, a Acção 5.3., que apoia a realização de mestrados e doutoramentos, podendo as teses dos formandos incidir sobre aspectos relacionados com a sociedade de informação. No caso da Acção 1.4., a relação é mais

directa, uma vez que se prevê o apoio a projectos de orientação e informação que incluam espaços de auto-informação com recurso a meios multimédia. Quanto à Acção 4.1., de salientar que as TIC constituem uma área base de certificação de competências adquiridas, evidenciando a importância que assumem no processo de RVCC.

No que respeita às Medidas FEDER, para além da Medida 9, verifica-se também um contributo indirecto da Medida 8, que permite apoiar o apetrechamento informático das escolas do 3º ciclo do ensino básico e secundárias no âmbito do desenvolvimento dos seus projectos educativos e apesar de não se tratar do seu principal objectivo, contribui para o apetrechamento de salas que sejam utilizadas para ministrar cursos com forte componente informática.

Em termos de execução no ano de 2006, realçam-se os seguintes indicadores:

- Acção 1.2. – de destacar as horas de formação em TIC, tendo o volume de formação atingido as 769.814 horas em 2006;
- Acção 1.3. – expressão dos cursos na área das TIC - cerca de 17% dos cursos realizados em 2006 incidem directamente neste domínio e cerca de 60% dos cursos integram, na sua estrutura curricular, módulos de formação em TIC;
- Acção 2.1. – cerca de 80% dos cursos realizados apresentam módulos de formação em TIC;
- Acção 4.1 - de destacar as horas de formação em TIC, tendo o volume de formação atingido as 80.583 horas em 2006;
- Acção 5.1. – expressão dos cursos na área das TIC corresponderam a 756.360 horas de formação;
- Acção 5.2. – destacar o volume de formação em TIC de 1.340 horas, realizado por formandos dos Cursos de Complemento de Formação, destinado a educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico.

7.2.2. A Sensibilização e Formação na Temática do Ambiente

A temática do Ambiente, no âmbito da I.O. da Educação, é a que adquire menor relevância, uma vez que esta Intervenção apresenta poucas implicações em termos de impactos ambientais. Neste contexto, o Programa assumia a protecção dos sítios da Rede Natura nas suas Medidas FEDER, nomeadamente nas Medidas 6 e 7.

Para além deste contributo, decorre ainda a preocupação de, em termos de dimensão transversal, incorporar a temática do ambiente em acções de formação, sendo a mesma considerada prioritária no caso das ofertas de formação diversificada de curta duração, num esforço de convergência e completa articulação deste Programa com as políticas definidas em matéria de Ambiente, quer a nível nacional quer a nível comunitário.

O envolvimento e concretização em acções de formação, nesta área, são visíveis através da leitura dos seguintes indicadores:

- Acção 1.2. – Realização de 194.058 horas de formação em 2006 em domínios/módulos ambiente;
- Acção 1.3. – Foram desenvolvidos no domínio do ambiente cerca de 3% do total de cursos, tendo, no entanto, sido integrados módulos em educação ambiental em 29% dos cursos realizados;
- Acção 5.1. – A adesão dos docentes e outros agentes da educação que frequentaram acções de formação contínua no domínio do Ambiente, corresponderam a um volume de formação de 38.872 horas.
- Acção 5.2. – O volume de formação realizado no domínio do Ambiente atingiu as 3.191 horas.

Os valores apresentados expressam claramente a aposta abrangente realizada por esta IO na sensibilização para estas matérias, seja ao nível da população em idade escolar, seja dirigida à população docente e à própria população activa.

7.2.3. Igualdade de Oportunidades

A temática Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens constitui um dos temas com maior dimensão, na medida em que constitui um dos princípios fundamentais do direito comunitário, devendo ser tomado em consideração em todas as políticas da União Europeia.

Sendo claros os objectivos que a União Europeia propõe, designadamente, assegurar a Igualdade de Oportunidades e de tratamento entre Mulheres e Homens, e combater todas as formas de discriminação em razão do sexo, houve uma clara preocupação de facilitar a mulheres e homens, de igual forma, o acesso à educação e formação, sendo fundamental fomentar a conciliação entre o trabalho e a vida familiar e uma maior participação da mulher nos processos de tomada de decisão.

Pretendeu-se assim, desenvolver políticas específicas com vista a reduzir substancialmente certos diferenciais existentes entre homens e mulheres, nomeadamente ao nível das taxas de escolaridade, emprego, desemprego e remunerações. Trata-se de facto de um princípio que se deve aplicar a todos os domínios, incidindo especialmente na vida económica, social, cultural e familiar.

Este objectivo contribui necessariamente para corrigir os desequilíbrios sociais e culturais existentes ao nível das especificidades regionais do país, através de uma pedagogia e cultura política protagonizada pelos agentes de desenvolvimento, no sentido de valorizar e promover a diversidade e solidariedade como factores de cidadania.

No actual contexto de mercado de trabalho em Portugal, continua a assistir-se a uma disparidade entre géneros, apesar do equilíbrio crescente no domínio da qualificação escolar entre homens e mulheres.

Observando o panorama actual de sociedade Portuguesa, é possível verificar uma discrepância evidente no modelo de sociedade. Por um lado assiste-se a uma preocupação

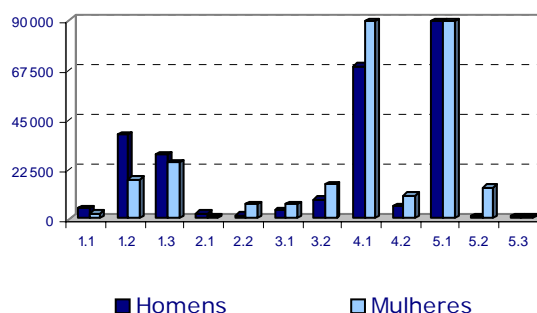
crecente que, a nível nacional é traduzido num conjunto de acções e actividades com a intenção de contribuir para uma diminuição da divergência que se verifica entre mulheres e homens; por outro lado, assiste-se à perseverança de um modelo desequilibrado nos processos de flexibilização e de competitividade que formatam os sistemas de emprego continuando assim a existir e a persistir a penalização imposta no papel desempenhado pela mulher no mundo de trabalho, em especial nas mulheres que acumulam as actividades profissionais com responsabilidades familiares, e especialmente incidindo, se a seu cargo, tiverem filhos.

Tendo presente a crescente necessidade de promover as medidas que permitem harmonizar, para ambos os géneros, a vida profissional e a vida familiar, e permitindo que os jovens e adultos adquiram as competências que promovam a sua empregabilidade, o PRODEP III considerou, em sede de regulamentação específica, a elegibilidade de despesas com o acolhimento de crianças, filhos e menores a cargo e ainda as despesas com o acolhimento de adultos dependentes a cargo, sempre que os formandos provem necessitar de os confiar a terceiros por motivos de frequência da formação.

Importa ainda referir que o investimento na Educação e Formação promove não só a Igualdade de género mas também a coesão social e o desenvolvimento pessoal.

Total de Formandos Abrangidos no Período 2000-2006

Acção	Homens	Mulheres
1.1	4 832	2 345
1.2	38 376	17 825
1.3	29 377	25 399
2.1	2 449	1 200
2.2	1 680	6 363
3.1	3 836	6 406
3.2	8 720	15 691
4.1	69 334	89 654
4.2	5 600	10 764
5.1	136 996	624 639
5.2	1 027	14 382
5.3	1 054	1 071
Total	303 281	815 739

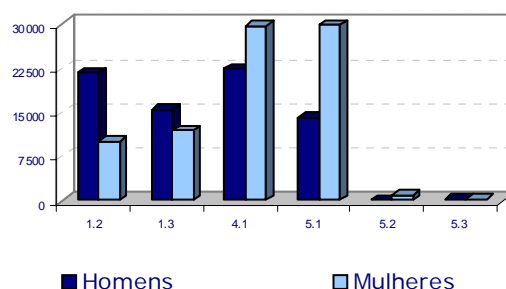


Considerando o quadro e o gráfico acima e o período 2000-2006, verifica-se que no âmbito do PRODEP, é nas acções 1.2. – “Percurso Diversificados no Ensino Básico”, 1.3. – “Ensino Profissional”, 2.2. – “Desenvolvimento do Ensino Superior na área da Saúde”, 4.1. – “Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências Adquiridos ao Longo da Vida”, 5.1. – “Formação Contínua e Especializada nos Ensinos Básico e Secundário” e 5.2. – “Formação Complementos de Formação Inicial dos Educadores de Infância e Professores do 1.º ciclo do Ensino Básico” onde prevalece a maior concentração de formandos abrangidos pelo PRODEP, dos quais tem preponderância o género feminino.

Já no período relativo ao ano 2006, e uma vez que já não são considerados algumas acções (que já não apresentam execução em 2006), o PRODEP apoiou maioritariamente formandos do género masculino, contribuindo decisivamente para este facto, as acções 1.2. e 1.3., que tiveram uma evolução muito significativa em 2006.

Formandos Abrangidos no Ano-2006

	Homens	Mulheres
1.2	21 797	10 013
1.3	15 580	11 970
2.1	0	0
3.1	548	967
4.1	22 478	29 800
5.1	14 204	68 451
5.2	62	900
5.3	226	204
Total	74 895	122 305



Analisando as acções com maior relevância, verifica-se o seguinte:

- Quer na Acção 1.2. - “Percurso Diversificados no Ensino Básico” quer na Acção 1.3 - “Ensino Profissional”, continua a prevalecer a representação masculina com 68,52% num total de 31.810 formandos na Acção 1.2., e 57,81% num total de 21.660 formandos da Acção 1.3., resultando da ligação entre os factores sociais e culturais, nomeadamente na procura de ofertas formativas no âmbito das áreas de “Engenharias, Industrias e Construção” que continua também a ser a área mais procurada.
- Na Acção 4.1. - “Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências Adquiridos ao Longo da Vida”, e à semelhança dos anos anteriores o género feminino continua a marcar preponderância, com cerca de 57%, efeito das medidas de incentivo adoptadas pelo governo português, nomeadamente a valorização da formação, da requalificação e especialmente da experiência profissional, garantindo assim uma certificação escolar.
- No que diz respeito às Acções 5.1. – “Formação Contínua e Especializada nos Ensinos Básico e Secundário” e 5.2. – “Formação Complementos de Formação Inicial dos Educadores de Infância e Professores do 1.º ciclo do Ensino Básico”, e sendo acções especialmente dirigidas a professores, constata-se, pelos números acima indicados, e estabelecendo a interligação entre género e profissão, verifica-se que as Mulheres apresentam especial interesse e aptidão nesta área, representando cerca de 82%.
- No que respeita à Acção 5.3. - “Formação Avançada de Docentes no Ensino Superior”, existe uma diminuição considerável, obtendo-se quase o equilíbrio entre o género masculino e feminino, com cerca de 56% e 47,44% respectivamente. Cientes que a justificação mais plausível para esta situação, se prende efectivamente com a conjugação dos factores: idade, estabilidade financeira e familiares.

7.2.4. Concorrência – Mercados Públicos

No que respeita à concorrência, também as acções financiadas pelo PRODEP foram executadas no respeito pela legislação comunitária e nacional neste domínio mediante a verificação do cumprimento dos requisitos exigidos.

Nesta matéria denota-se o facto de ser mais relevante e frequente ocorrerem procedimentos de despesa pública no âmbito de FEDER do que FSE, embora se trate de uma matéria transversal e que encontra acolhimento no âmbito da legislação geral e específica.

Neste sentido, para além do constante no âmbito da legislação específica, houve por parte da IO Educação a preocupação de fazer constar no Termo de Aceitação e no Contrato de Participação Financeira, alusão à obrigatoriedade de cumprir a legislação relativa aos mercados públicos.

Assim, desde sempre houve a preocupação com a matéria dos mercados públicos, designadamente com o cumprimento da legislação relativa aos procedimentos de aquisição de bens e serviços (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho) e com os procedimentos relativos às empreitadas e obras públicas (Decreto-Lei n.º 55/99, de 2 de Março), tendo sido criados procedimentos para verificação dos procedimentos adoptados com vista ao controle da legalidade dos mesmos.

Complementarmente aos procedimentos de verificação de cumprimento da contratação pública adoptados pela gestão do PRODEP III, passou a utilizar-se uma *check-list* de verificação desenvolvida no âmbito do plano de acção comunitário, validada pela Comissão Europeia e pela IGF, na sequência das orientações da DGDR de Setembro de 2005.

Assim os procedimentos que geraram despesa posterior a 31.12.2004, foram verificados com a aplicação da referida *check list* com vista a assegurar que não contém erros ou irregularidades relacionadas com os mercados públicos.

Assim, durante o ano 2006, incidiu-se com particular acuidade na verificação dos procedimentos dos projectos sobretudo no âmbito das Medidas 6, 7 e 8, tendo sido efectuados algumas correcções financeiras resultantes essencialmente de ajustes directos, trabalhos a mais sem evidência de circunstância imprevista e algumas anomalias nos procedimentos.

No que respeita à Medida 9 – Tecnologias de Informação e Comunicação, apenas foi dado enfoque à verificação os procedimentos de contratação pública relativa aos projectos mais recentes (cujos concursos decorreram em 2005 e 2006), dado que os restantes projectos, apesar de terem despesa por validar em 2005 apenas estava em falta proceder ao encerramento (e com montantes poucos relevantes). No entanto já foi dado a necessária atenção quanto à verificação e validação destas despesa.

7.3. O Contributo da I.O. da Educação para a Estratégia Europeia para o Emprego e para os Planos Nacionais (PNE e PNAI)

7.3.1. O Plano Nacional de Emprego (PNE)

O Plano Nacional de Emprego 2005-2008, assume 5 objectivos gerais:

- “promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego”;
- “gerir de forma preventiva e precoce, os processos de reestruturação e deslocalização empresarial”;
- “promover a flexibilidade com segurança no emprego”; **“reforçar a educação e qualificação da população portuguesa”** e,
- “modernizar o sistema de protecção social”.

Estes objectivos são concretizados em 23 metas estratégicas, nove das quais enquadráveis na actividade do PRODEP:

1. Garantir, até 2010, que, anualmente, pelo menos 25% dos desempregados de longa duração participam numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade.
2. Abranger por ano 25.000 jovens qualificados em Estágios Profissionais até 2009.
3. Reduzir para metade o insucesso escolar nos ensinos básico e secundário.
4. Reduzir a saída escolar precoce dos jovens com 18-24 anos para 30% em 2008, e 25% em 2010.
5. Aumentar a proporção de jovens com 22 anos com o ensino secundário, de 49% em 2004, para 65% em 2010.
6. Abranger 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionais, de nível secundário, até 2010, prevendo-se abranger 365 mil até 2008.
7. Aumentar a taxa de participação da população dos 25 aos 64 anos em acções de educação e formação de 4,8% em 2004, para 12,5% em 2010.
8. Qualificar 1 milhão de activos até 2010, dos quais 435 mil até 2008, através de cursos de educação e formação ou do reconhecimento, validação e certificação de competências.
9. Expandir a Rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de modo a atingir 300 Centros em 2008 e 500 em 2010.

É, contudo, ao nível das prioridades apresentadas no âmbito das diferentes Directrizes que conseguimos estabelecer de uma forma inequívoca a contribuição do PRODEP para a concretização do PNE. Das 7 Directrizes Específicas, transpostas para a realidade portuguesa, o PRODEP responde de uma forma muito incisiva às Directrizes n.º 18, n.º 20, n.º 23 e n.º 24 e intervém, indirectamente, na Directriz n.º 19, através das seguintes Medidas/Acções:

Articulação do PRODEP com o Plano Nacional do Emprego (PNE) 2005-2008

Directriz	PNE (2005-2008) - Prioridades	Intervenções PRODEP III	
		Directas	Indirectas
18 - Promover uma abordagem do trabalho no ciclo de vida	Facilitar a transição dos jovens para a vida activa	Acções 1.2., 1.3., 1.4., 2.1., 3.1. 4.1.	Acção 3.3. e Medida 8
19 - Assegurar a existência de mercados de trabalho inclusivos, melhorar a atractividade do trabalho, torná-lo mais remunerador para os que procuram emprego, incluindo as pessoas desfavorecidas e os inactivos	Prevenir e combater o desemprego (a)		Acções 1.2., 1.3., 3.3., 4.1.
20 - Melhorar a resposta às necessidades do mercado de trabalho	Reorganizar e racionalizar a rede de ofertas de formação inicial e continua	Acção 3.3.	
23 - Alargar e aumentar o investimento em capital humano	Consolidar o ensino básico	Acções 1.2., 5.1. e Medida 9	
	Expandir a educação e a formação de nível secundário	Acções 1.3., 1.4., 2.1., 4.1. e Medida 9	Medida 8
	Dar um novo impulso à educação e formação de adultos	Acção 4.1.	
	Promover o reforço da formação contínua	Acção 5.1.	
24 - Adaptar os sistemas de educação e formação por forma a poderem responder às novas exigências em matéria de competências	Criar as condições necessárias para a transparência das qualificações	Acção 4.1.	
	Promover a qualidade e a eficiência dos sistemas de educação e de formação	Acção 5.1.	
	Diversificar as oportunidades de aprendizagem e desenvolver novas metodologias para a ALV		Acção 5.1.

Nota: a) [...] promovendo uma prévia qualificação dos jovens e a sua inserção após a conclusão da mesma.

Constituindo objectivos estratégicos do PRODEP a expansão e diversificação da formação inicial de Jovens, visando a Promoção da Qualidade e Elevada Empregabilidade das Novas Gerações (Medida 1) e a Promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida, com vista a melhorar a Empregabilidade da População Activa (Medida 4), não é de estranhar que assuma um papel preponderante na concretização da **Iniciativa “Novas Oportunidades”**, transversal às diversas Directrizes transpostas no PNE.

Aliás, face a estratégia definida na Iniciativa Novas Oportunidades, as prioridades do Programa foram reorientadas procurando dar resposta ao principal objectivo de política educativa que é o de fazer do ensino secundário o referencial mínimo de escolarização da população portuguesa, contribuindo desta forma para a elevação da qualificação dos portugueses.

Assim, através das Acções 1.2. – Percursos Diversificados no Ensino Básico, apoiando os Cursos de Educação Formação (CEF) destinados a jovens que não concluíram ou se encontrem em risco de não concluir na idade própria o 3.º CEB ou o Ensino Secundário, da Acção 1.3. – Ensino Profissional, através da qual são apoiados os Cursos Profissionais (Ensino Secundário) e da Acção 4.1. – Reconhecimento, Validação e Certificação de Conhecimentos e Competências ao Longo da Vida, esta I.O. contribui de forma directa para a realização do primeiro objectivo.

Estas intervenções directas são complementadas por medidas indirectas, nomeadamente através do co-financiamento da implementação de um sistema integrado de ofertas formativas (SIGO), e outras actividades de divulgação e publicitação quer da Iniciativa Novas Oportunidades, quer dos instrumentos produzidos, através da Acção 3.3. – Rede de Escolas de Referência (EDUTEC).

Também, através da Medida 8 – Infra-estruturas dos Ensinos Básico e Secundário, ao dar-se prioridade aos projectos que contribuam para a diversificação das acções de educação e formação ao nível do 3º ciclo do ensino básico e secundário, nomeadamente as relacionadas com a criação de novas ofertas nas vias profissionalizantes, com os percursos escolares alternativos e com o desenvolvimento dos projectos integrados nas Acção 1.3. e 1.2, se promoveu o sucesso da Iniciativa “Novas Oportunidades” e se responde eficazmente às directrizes estabelecidas no PNE.

Assim, o contributo do PRODEP para o cumprimento das metas definidas no PNE 2005-2008, tem vindo a centrar-se quer na expansão e diversificação das ofertas formativas, apostando claramente nas vias profissionalmente qualificantes, de forma a diminuir as actuais taxas de insucesso e abandono escolar, quer no forte impulso à educação e formação de adultos, através da expansão da rede de CRVCC e do alargamento do referencial de competências ao nível do 12º ano de escolaridade, e ainda ao nível da formação contínua de professores, em áreas que visam o sucesso dos alunos.

7.3.2. O Plano Nacional de Apoio à Inclusão (PNAI)

O Plano Nacional de Apoio à Inclusão, integrado no programa estratégico da União Europeia, constitui uma das prioridades nacionais, tendo por objectivo a promoção da inclusão social e erradicação da pobreza.

A exclusão social é um grave problema social e económico, resultado de múltiplos factores interdependentes como sejam a pobreza e desigual distribuição do rendimento, o desemprego e emprego precário, a baixa qualificação e elevada incidência do insucesso escolar, dificuldades no acesso a uma habitação condigna e aos cuidados básicos de saúde.

Assim, dado a sua multiplicidade de influências, o PNAI 2005-2006 não só recolhe a contribuição directa do PRODEP III, dado que os seus principais objectivos concorrem para o desenvolvimento da educação e formação das gerações futuras, mas também a sua contribuição indirecta através do Programa Nacional de Emprego, com o qual se interliga.

A intervenção directa do PRODEP III na consecução do PNAI tem sofrido variações ao longo do tempo. Se por um lado houve a eliminação e transferência de competências de algumas das Acções que para ele contribuíam, como por exemplo as Acções 1.1., 2.2., 3.2. e 4.2 (entretanto encerradas), por outro, verificou-se um grande incremento com reforço financeiro de outras Acções/Medidas com elevado impacto no PNAI.

O PNAI 2005-2006, adoptou para os quatro anos seguintes os eixos estratégicos:

1 – Construir uma terceira geração de políticas sociais, forças motoras do desenvolvimento de Portugal e de todos os cidadãos;

2 – Combater as desigualdades sociais, através da intervenção em todas as frentes da actividade governativa, destacando-se as políticas de desenvolvimento dos territórios, de apoio às famílias e de apoio ao rendimento dos mais desprovidos;

3 – Combater o desemprego e apostar decididamente nas políticas de qualificação – porque o trabalho constitui o instrumento decisivo em processos sustentados de desenvolvimento pessoal e de prevenção da pobreza e exclusão.

Apesar de o PRODEP não assumir critérios de diferenciação positiva na análise e aprovação das candidaturas às suas Acções/Medidas, ao expandir e diversificar a formação inicial dos jovens, apostando na sua qualificação, ao apostar na aprendizagem ao longo da vida e ao promover o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento, contribui de forma significativa para diminuir o insucesso e o abandono escolar e a melhoria da empregabilidade da população activa que constituem desafios do terceiro eixo prioritário do PNAI 2005-2006.

A intervenção do PRODEP, directa e indirecta, faz-se igualmente sentir através das várias Linhas de Intervenção Prioritárias para a Inclusão Social:

Articulação do PRODEP com o Plano Nacional de Apoio à Exclusão (PNAI) 2005-2006

Linhas de Intervenção (PNAI 2005-2006)	PNE (2005-2008) - Prioridades	Intervenções PRODEP III	
		Directas	Indirectas
1. Promover a participação no Emprego e o acesso de todos os recursos aos direitos, aos bens e serviços	Favorecer o acesso a um emprego, duradouro e de qualidade para todas as mulheres e todos os homens em condições de trabalhar	Acções 1.2, 1.3, 1.4, 2.1, 3.1 e 4.1	Acção 3.3 Medida 5 e 8
	Prevenir as rupturas profissionais desenvolvendo a capacidade de inserção profissional graças à gestão de recursos humanos, à organização do trabalho e à aprendizagem ao longo da vida	Acção 4.1	
2. Prevenir os riscos de exclusão	Explorar plenamente o potencial da sociedade de conhecimento e das novas tecnologias de Informação e da comunicação e assegurar que ninguém seja delas excluído, dando nomeadamente, uma atenção especial às necessidades das pessoas com deficiência	Medida 5 e 9	
	Criar políticas destinadas a evitar rupturas em condições de existência susceptíveis de conduzir a situação de exclusão, nomeadamente no que se refere aos casos de sobreendividamento, à exclusão escolar ou à perda de habitação	Acções 1.2, 1.3 e 4.1	Acções 1.4, 3.3 e Medida 5

Através dos regulamentos específicos das diversas Acções, o PRODEP promove a inclusão social de alunos oriundos de meios carenciados, atribuindo subsídios de alimentação, transporte ou de alojamento. Algumas Acções têm contemplado nos seus Regulamentos incentivos à realização de Estágios por parte de formandos desempregados, contribuindo na reintrodução destes formandos no mercado do trabalho. O regulamento específico da Acção 1.2. – Percursos Diferenciados no Ensino Básico considera elegíveis as despesas dos formandos com o acolhimento de crianças ou adultos dependentes a cargo sempre que estes provem necessitar deste acolhimento por motivos de frequência da formação, reforçando, assim, a protecção social aos formandos socialmente mais vulneráveis.